

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA - PPGT**

CLAUDIA REGINA CONDELLO CANDIDO DE OLIVEIRA KLUCK

**O PAPEL DOS LIVROS DIDÁTICOS
NA CONSTRUÇÃO DO ENSINO RELIGIOSO**

CURITIBA

2015

CLAUDIA REGINA CONDELLO CANDIDO DE OLIVEIRA KLUCK

**O PAPEL DOS LIVROS DIDÁTICOS
NA CONSTRUÇÃO DO ENSINO RELIGIOSO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teologia. Área de concentração: Educação e Religião, da Escola de Educação e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Rogério
Azevedo Junqueira

CURITIBA

2015

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central

K66p
2015

Kluck, Claudia Regina Condello Candido de Oliveira
O papel dos livros didáticos na construção do ensino religioso / Claudia Regina Condello Candido de Oliveira Kluck ; orientador, Sérgio Rogério Azevedo Junqueira. -- 2015.
[224] f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2015
Bibliografia: f. 210-221

1. Livros didáticos. 2. Ensino religioso. 3. Educação – História. I. Junqueira, Sérgio. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Teologia. III. Título.

CDD 20. ed. – 200



Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Escola de Educação e Humanidades
Programa de Pós-Graduação em Teologia – Mestrado e Doutorado

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO Nº. 095
DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
CLAUDIA REGINA CONDELLO CANDIDO OLIVEIRA KLUCK**

Aos vinte dias, do mês de maio de dois mil e quinze, às catorze horas reuniu-se na Sala de Defesa – Segundo Andar da Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a Banca Examinadora constituída pelos professores: Sérgio Rogério de Azevedo Junqueira, Alexandra Lima da Silva, Evelyn de Almeida Orlando e Márcio Luiz Fernandes para examinar a Dissertação da candidata Claudia Regina Condello Candido Oliveira Kluck, ingressante no Programa de Pós-Graduação em Teologia – Mestrado, no primeiro semestre de dois mil e treze. Linha de Pesquisa: Teologia e Sociedade. A mestranda apresentou a dissertação intitulada: **O PAPEL DOS LIVROS DIDÁTICOS NA CONSTRUÇÃO DO ENSINO RELIGIOSO**. A candidata fez uma exposição sumária da dissertação, em seguida procedeu-se à arguição pelos membros da banca e, após a defesa, a candidata foi aprovada pela Banca Examinadora. A sessão encerrou-se às 15 h 50 min. Para constar, lavrou-se presente ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Prof.Dr. Sérgio Rogério de Azevedo Junqueira _____
Presidente/Orientador.

Profª. Drª. Alexandra Lima da Silva _____
Convidada Externa

Profª. Drª. Evelyn de Almeida Orlando _____
Convidada Interna

Prof. Dr. Márcio Luiz Fernandes _____
Convidado Interno

CIENTE

Prof. Dr. Agenor Brighenti

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Teologia- *Stricto Sensu*
PPGT - PUCPR



Ao Amor, minha esperança de Vida Eterna.
E também a todos e todas que, amores de
uma vida inteira, se fazem ato de Deus em
mim e através de mim.

Agradeço

à Deus, por que Ele me amou primeiro e reescreveu minha história.

à minha família: inspiração constante. Especialmente ao Paulo pela generosidade em me lançar em vôos inusitados e ser companheiro de vôo. A cada um dos meus filhos pelo amor, que de formas totalmente diferentes, me ensinaram amar, me tornando nessa que os ama sem limite. E aos netos pela promessa de continuidade que vejo no brilho dos olhos e nos sonhos que trouxeram.

ao Prof. Dr. Sérgio Junqueira, que me formou para além da pesquisa. Formou o olhar e a sensibilidade para as entrelinhas, projetos, projeções e possibilidades, dentro e fora da academia.

ao Grupo de Estudo Educação e Religião por ser espaço fomentador de transformação pedagógica, cujo agradecimento personifico no sempre disposto e amigo Pedro Paulo.

à cada professor, deste e de outros tempos (não é mesmo Odete Buzatto?), pelas contribuições singulares. Em especial à Prof^a Dr^a Evelyn de Almeida Orlando, pela generosidade em indicar caminhos.

à Pontifícia Universidade Católica do Paraná, ambiente repleto de oportunidades e desafios, pela concessão da bolsa de mestrado e pela realização do mestrado.

O historiador não pode ser um sedentário,
um burocrata da história, deve ser um
andarilho fiel a seu dever de
exploração e de aventura.

Le Goff

RESUMO

A importância do Livro Didático para a formação é incontestável e tem promovido pesquisas com diferentes enfoques e para diferentes disciplinas (Bittencourt, Munakata, Orlando). Entendendo o Livro Didático como influenciador significativo na formação humana, e observando as diferentes configurações do Ensino Religioso, buscou-se compreender qual o papel destes impressos para a construção da disciplina, correlacionando-os com diferentes concepções. Buscou-se confirmar se e de que forma estes materiais contribuíram para a concepção fenomenológica da disciplina, com recorte daqueles publicados entre os anos de 2002 a 2013, voltados para aplicação no sexto ano do Ensino Fundamental. A pesquisa ligada à História da Educação, situada no campo da Teologia, foi efetivada através dos referenciais teóricos e metodológicos da História Cultural, em especial em Burke (2005), Chervel (1990) e Chartier (1990, 2002), e, servindo-se da análise de conteúdo (Bardin, 2006) para subsidiar a reflexão. Os autores citados contribuíram para a compreensão do modo de articulação entre materiais, recortes sociais e práticas culturais, utilizando os conceitos de representação e apropriação, sendo consideradas a partir dessa perspectiva as diferentes concepções históricas da disciplina (catequética, bíblico-cristocêntrico/interconfessional e fenomenológica), organizações de conteúdos e propostas metodológicas, e, além disso, os contextos legais e sociais nos quais se encontravam cada concepção. Os livros do sexto ano, publicados entre o ano 2002 e 2013, foram escolhidos para análise por conta de as crianças, com idade entre 10 e 11 anos, público ao qual se destina o material, estarem (ou estarem próximas) ao estágio de desenvolvimento cognitivo chamado operatório concreto (PIAGET) por conta de suas capacidades desenvolvidas ou potenciais. Os objetivos da pesquisa foram analisar a efetivação do processo da educação para a diversidade (cultural, religiosa, étnica), a partir da valorização do enfoque fenomenológico da disciplina, buscando perceber a ausência/presença de diferentes religiões no material; e a partir dos dados revelados pelos livros, realizar uma interpretação dos elementos formativos em textos, exercícios e registros iconográficos. A urgência da reflexão considera as normas legais vigentes para a Escola cuja relação deve aparecer nos materiais do Ensino Religioso, possibilitando identificar práticas, discursos (apropriações) e formas assumidas (CHARTIER, 1990). Foi possível discernir que a história dessa disciplina influenciou e foi influenciada pelos livros didáticos, de forma que, os diferentes contextos, determinações legais e concepções se encontram refletidos em suas páginas. As análises com relação ao modelo vigente, nos livros publicados entre 2002 e 2013 comunicaram ausências e minimizações em seus conteúdos. Em certa medida os livros revelam pluralidade religiosa, entretanto com relação a diversidade cultural e religiosa brasileira, a produção se mostra tímida, pois apresenta minimamente condições para reconhecimento e valorização das vertentes indígenas e afrodescendentes, cujas contribuições não podem ser desprezadas. O processo de análise se mostrou profícuo, e demonstra ter condições para ampliações e aprofundamentos, a fim de contribuir para que se trilhem outros caminhos (muito) possíveis.

Palavras-chave: Ensino Religioso; Livro Didático; História

ABSTRACT

The textbook importance for teaching qualification is undisputed and has promoted research on different approaches and different disciplines (Bittencourt, Munakata, Orlando). Understanding the Textbook as a significant influencer in human development, and observing the different configurations of Religious Education, sought to understand the role of these forms for the construction of discipline, correlating them with different views. He sought to confirm whether and how these materials would be contributing to the phenomenological concept of discipline from those published between the years 2002-2013, aimed at application in the sixth year of elementary school. The research linked to the Education History, located in the field of theology, was effected through the theoretical and methodological framework of Cultural History, especially in Burke (2005), Chervel (1990) and Chartier (1990, 2002), and based on the content analysis (Bardin, 2006) to subsidize the reflection. The authors cited contributed to understanding the mode of articulation between material, social and cultural practices clippings, using the concepts of representation and appropriation, being considered from this perspective the different historical conceptions of discipline (catechetical, biblical and Christological / interfaith and phenomenological), content organization and methodological proposals, and besides legal and social contexts in which they were each design. The books of the sixth year, published between 2002 and 2013 were chosen for analysis because of these children, aged between 10 and 11 years, audience to which the material is intended, are (or are close) on stage cognitive development called concrete operational (Piaget), the thought is more connected to the operation, replacing the intuitive, being able to establish relations of cause and effect, allowing distinguish a past vision and future, and preparing temporal relations, albeit with support of concrete materials. The research objectives were to analyze the effectiveness of the education process for the diversity (cultural, religious, ethnic), from the appreciation of the phenomenological approach, seeking to realize the absence / presence of different religions in the material; and from the data revealed by the books, perform an interpretation of the formative elements in texts, exercises and iconographic records. The urgency of reflection considers the landscape of current legal requirements for the School whose relationship should appear in the materials of Religious Education, making it possible to identify practical, speeches (appropriation) and assumed forms (CHARTIER, 1990). It was possible to discern that the history of this discipline has influenced and was influenced by textbooks, so that the different contexts, legal requirements and concepts are reflected in its pages. The analyzes regarding the current model (books published between 2002 and 2013) reported absence or minimization of its contents. To some extent they reveal religious diversity, however with respect to Brazilian cultural and religious diversity, production shown shy, it presents minimal conditions for recognition and appreciation of indigenous and Afro-descendant slopes, whose contributions can not be overlooked. The analysis process proved fruitful, and demonstrates conditions for further and deeper developments, so that it contributes to trail the other possible paths (very).

Keywords: Religious Education; Textbook; history

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Capas dos catecismos de Cauly - Modelo Confessional.....	89
Figura 2 - Capas dos Catecismos Dumont - Modelo Confessional.....	90
Figura 3 - Capas dos Catecismos de Negromonte - Modelo Confessional.....	91
Figura 4 – Capas dos Cadernos de Religião - Modelo Confessional Bíblico-Cristocêntrico - Publicações Regionais - Período de 1961 a 1980.....	98
Figura 5 – Capas dos Livros de Religião Modelo Confessional Bíblico-cristocêntrico – Editoras Comerciais - Período de 1961 a 1980.....	101
Figura 6 – Capas dos Cadernos de Ensino Religioso Modelo Confessional Bíblico- cristocêntrico – Publicações regionais - Período de 1981 a 1994.	103
Figura 7 – Capas dos Livros de Ensino Religioso Modelo Confessional Bíblico-cristocêntrico – Editoras Comerciais - Período de 1981 a 1994.....	105
Figura 8 – Capas dos Livros de Ensino Religioso Modelo Fenomenológico Editora Comercial - Período de 1991 e 1992	120
Figura 9 – Capas de Livros de Ensino Religioso Modelo Confessional Editora Comercial - Período de 1995 e 2014	123
Figura 10 – Capas de Livros de Ensino Religioso Modelo Bíblico-cristocêntrico Editora Comercial Período de 1995 e 2014.....	129
Figura 11 – Capas de Livros de Ensino Religioso - Modelo Fenomenológico Editora Comercial - Período de 2001 e 2014	133
Figura 12 – Capas dos Livros Analisados.	146
Figura 13 – Capa do livro A Religião no Mundo	149
Figura 14 - Capa do livro De Mãos Dadas	156
Figura 15 - Capa do livro Descobrimos Novos Caminhos.....	162
Figura 16 - Capa do livro Educação Religiosa	169
Figura 17 - Capa do livro Projeto Emaús	176
Figura 18 - Exercício de Pesquisa para diferentes Religiões	178
Figura 19 - Capa do livro Redescobrimos o Universo Religioso	183
Figura 20 - Capa do livro Todos os Jeitos de Crer	190

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resultado das Pesquisas.....	75
Tabela 2 - Pesquisas Acadêmicas Desenvolvidas	76
Tabela 3 Obras Regionais modelo bíblico-cristocêntrica.....	94
Tabela 4 Obras do modelo Bíblico e cristocêntrico	95
Tabela 5 - Diferença entre Ensino Religioso e Catequese	112
Tabela 6 Obras do modelo confessional.....	121
Tabela 7 - Obras no modelo Bíblico-Cristocêntrico	128
Tabela 8 - Relação Ano e quantidade de livros publicados	132

SIGLAS E ABREVIações

ABE	Associação Brasileira de Educação
ABESC	Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas
AC	Ação Católica
ANAMEC	Associação Nacional de Mantenedoras de Escolas Católicas do Brasil
ANDE	Associação Nacional de Educação
ANPEd	Associação Nacional de PósGraduação e Pesquisa
AP	Ação Popular
CBE	Conferência Brasileira de Educação
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEB	Câmara de Educação Básica
CECD	Comissão de Educação, Cultura e Desporto
CES	Câmara de Educação Superior
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNLD	Comissão Nacional do Livro Didático
COLTED	Comissão do Livro Técnico e Livro Didático.
CONIC	Conselho Nacional das Igrejas Cristãs
CP	Conselho Pleno
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENER	Encontro Nacional do Ensino Religioso
ER	Ensino Religioso
FAE	Fundação de Assistência ao Estudante
FENAME	Fundação Nacional do Material Escolar
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FONAPER	Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso
GPER	Grupo de Pesquisa Educação e Religião
GQT	Gestão da Qualidade Total
GRERE	Grupo De Reflexão Sobre Ensino Religioso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICAR	Igreja Católica Apostólica Romana
INL	Instituto Nacional do Livro
JEC	Juventude Estudantil Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LD	Livro Didático
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LEC	Liga Eleitoral Católica
LOES	Lei Orgânica do Ensino Secundário
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCN	Parâmetro Curricular Nacional
PCNER	Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso
PLIDEF	Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental
PNE	Plano Nacional da Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
Proalcool	Programa Nacional de Álcool
PSDB	Partido Socialista Democrático Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná

SEB	Secretaria de Educação Básica
SNER	Secretariado Nacional de Ensino da Religião
TCU	Tribunal de Contas da União
UNE	União Nacional dos Estudantes
URI	United Religions Initiative
USAID	Agência Norteamericana para o Desenvolvimento Internacional <i>United States Agency International for Development</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. UMA DISCIPLINA EM CONSTRUÇÃO	22
1.1 Na Constituição e LDB.....	32
1.2 Nas Instâncias da Educação	40
2. LIVRO DIDÁTICO: UMA LEITURA.....	47
2.1 Características e conceitos.....	52
2.2 História dos livros didáticos	58
2.3 O Livro Didático no Brasil	61
2.4 Livro Didático do Ensino Religioso	72
3. CONCEPÇÕES E PRODUÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO	78
3.1 Catecismos e o Ensino de Religião	80
3.2 Ensino Bíblico e Cristocêntrico	91
3.4 Concepção Fenomenológica	116
4. OLHANDO PARA OS LIVROS	137
4.1 Livro A Religião no Mundo.....	149
4.2 Livro De Mãos Dadas	155
4.3 Livro Descobrimos Novos Caminhos.....	161
4.4 Livro Educação Religiosa	167
4.5 Livro Projeto Emaús.....	175
4.6 Livro Redescobrimos o Universo Religioso	182
4.7 Livro Todos Os Jeitos De Ser	189
4.8 Resultados Obtidos	196
CONSIDERAÇÕES FINAIS	203
REFERÊNCIAS.....	212

INTRODUÇÃO

Entendendo que o Livro Didático pode influenciar a formação humana, e que a disciplina escolar do Ensino Religioso inclui aspectos muito peculiares no encontro de diferentes modos de crer na escola pública, buscou-se lançar o olhar sobre o entrecruzamento das duas temáticas

Os Livros Didáticos de Ensino Religioso (ER), produzidos após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96) são objeto e fonte deste estudo que visa compreender seu papel perante a construção da disciplina Ensino Religioso, também por conta da profusão de justificativas a favor e contrárias quanto à permanência da disciplina no currículo escolar.

Este enfoque da pesquisa pode confirmar se os livros didáticos para o Ensino Religioso corroboraram para a perspectiva vigente para a disciplina, a saber, a fenomenológica, e se são encontradas outras perspectivas da disciplina nos livros publicados nos últimos quinze anos. Também se pretende perscrutar de que forma os livros publicados após o ano 2000 se revelam com relação à diversidade cultural e religiosa do povo brasileiro

Esta compreensão a respeito do papel do livro didático para a construção do Ensino Religioso visa estabelecer como e se a evolução de suas concepções são reveladas neste componente por meio da materialidade escolar, levando em conta a visão de Le Goff, que prefaciando a obra de Bloch, diz ser a civilização o objeto privilegiado do historiador, e a disciplina histórica testemunha e parte integrante desta. Assim, vale lembrar que todo homem é filho de seu tempo (Bloch, 2001), portanto fala de um determinado lugar, em que é sensível e influenciado pelas pressões de sua época, o que pode, em muitos casos, determinar o tipo de relação que tem com o objeto de sua pesquisa.

A pesquisa está ligada a História da Educação, situada no campo da Teologia, efetivada através dos referenciais teóricos e metodológicos da História Cultural, em especial em Burke, Chervel e Chartier. Além disso, serviu-se da análise de Conteúdo (Bardin, 2006) para subsidiar a compreensão.

Os autores citados da História Cultural contribuíram para a compreensão no modo de articulação entre a sociedade e as práticas culturais. Burke explica que não existe uma defesa em prol da História Cultural, no quesito em ser a melhor forma de

História, porém ele explica que são necessárias suas contribuições, como forma de não se retornar ao modelo “positivista dos documentos históricos de uma compreensão literal onde não se destacam os simbolismo” (BURKE, 2005, p. 164).

Chervel (1990, p. 220) contribuiu de diferentes maneiras, e uma delas é o entendimento a respeito das disciplinas escolares enquanto interventoras na história e cultura da sociedade, e apresenta que, com relação à disciplina escolar, que o seu “aspecto funcional é o de preparar a aculturação dos alunos em conformidade com certas finalidades: é isso que explica sua gênese e constitui sua razão social” (idem), e isso se aplica ao Ensino Religioso.

Opta-se pelo posicionamento histórico em Chartier, tendo em vista os conceitos de representação e apropriação, desenvolvidos e consagrados em pesquisas cujo foco foram os impressos e suas diferentes leituras. Chartier contribui de forma especial ao sintetizar conceitos de outros teóricos como Pierre Bordieu, Michel de Certeau, Michel Foucault e outros que deram lastro para a formulação dos próprios conceitos.

O conceito de Representação se toma como aquilo que permite ver algo ausente, portanto é a possibilidade de estar e ver naquele lugar onde antes da pesquisa só havia ausência, tornando-a sensível em coisa presente, e assim poder interpretar. Entende-se apropriação, de acordo com Chartier (1990, p. 26), como “construir uma história social das interpretações, remetidas para suas determinações fundamentais”, ou seja, construir uma história social remetida para o institucional, social e especialmente o cultural. Servir-se deste aporte teórico, é possibilitar a reflexão a respeito dos livros didáticos do Ensino Religioso e descobrir “um conjunto de significações que se enunciam nos discursos ou nas condutas aparentemente menos ‘culturais’ ” (CHARTIER, 2002, p.59).

Essa reflexão vai além do entendimento de ser a cultura estabelecida somente por uma estrutura, como se fosse um nível à parte do todo social, na verdade é necessário pensá-la como o todo das relações, incluindo as econômicas ou sociais, por isso são levados em conta a multifacetada sociedade brasileira. Isso envolve esquemas de percepção e de apreciação de diferentes sujeitos e suas representações constitutivas – e a isso se pode chamar Cultura (CHARTIER, 2002, p.59), que inclui a dimensão prática da vida.

A articulação do trabalho de classificação e de delimitação, e a percepção das práticas e as formas de discurso institucionalizadas, que marcam a existência do grupo, reveladas pelo livro didático exemplificam a noção de representação (CHARTIER, 1990, p.23). Desta forma, a História Cultural, para ele é tomada como “História Cultural do Social” (CHARTIER, 2002), sendo onde se destaca a prática como elemento fundamental. Por isso se justifica tomar os livros didáticos como objeto e fonte, pois sua materialidade comunica aspectos que como fonte da pesquisa seu conteúdo atende. O mesmo autor, utilizando para pesquisa os manuais escolares, (elaboração, edição e distribuição) os concebe como produção cultural e ao analisar as condições de consumo restitui sua historicidade (CHARTIER, 2002, p.52-53), caminho que se pretende percorrer com os livros didáticos do Ensino Religioso.

A pesquisa foi realizada com base nos pressupostos da História Cultural, visando compreender o papel do livro didático, apreendendo-o como produto humano, que segundo Chartier (1990) passou por importantes momentos: o primeiro na forma de leitura solitária, com a passagem da leitura de uma prática coletiva para individual (séculos XII e XIII), e outro com relação a sua produção e conseqüente difusão.

Ao analisar aspectos dos livros didáticos do Ensino Religioso, produzidos no Brasil, em especial aqueles do período entre 2002 a 2013, e destinados ao sexto ano do Ensino Fundamental, considerando suas diferentes concepções, organizações de conteúdos e propostas metodológicas, se pretende discernir os papéis que desempenhou para a cultura escolar com a construção da disciplina.

A preferência por aqueles destinados a formação de crianças do sexto ano do Ensino Fundamental se deve a estar no estágio de desenvolvimento cognitivo chamado operatório concreto, ou próximos disso (PIAGET). Portanto essa criança, entre 10 e 11 anos¹ tem características que aferem que seu pensamento está mais ligado à operacionalização, em substituição ao intuitivo, sendo capaz de estabelecer relações de causa e efeito, permitindo distinguir uma visão de passado e futuro, e

¹ Considerar que as características podem variar de sujeito para sujeito, tendo em vista meio social, grau de inteligência, estimulação, meio cultural, etc. (FERRACIOLLI, 1999).

elaborando relações temporais, ainda que necessitem do apoio do concreto, pois ainda não desenvolveram a capacidade de abstrair.

Buscando a compreensão o estudo tem como objetivos analisar a efetivação do processo da educação para a diversidade (cultural, religiosa, étnica), a partir da valorização do enfoque fenomenológico escolar, e perceber a ausência/presença de diferentes religiões no material, e, além disso, alcançar os dados revelados pelos livros, realizando uma interpretação dos elementos formativos nos textos, exercícios e registros iconográficos dos livros didáticos.

A reflexão a respeito dos livros didáticos é urgente, tendo em vista o panorama das determinações legais vigentes para a Escola e suas relações com estes materiais no Ensino Religioso. Em especial a análise da apropriação destes saberes, e o que esses materiais e suas influências podem representar para a formação humana, identificando as práticas, discursos (apropriações) e formas assumidas (CHARTIER, 1990).

Analisar o papel do Livro Didático para a construção da disciplina é aferir a respeito da influência deste sobre o fazer pedagógico, a definição de conteúdos e estratégias, possibilitando emergir possibilidades e caminhos.

As diferentes representações do material destinado ao Ensino Religioso variaram ao longo da história da Educação no Brasil, acompanhando as diferentes concepções, a saber, de um período marcadamente catequético no interior das igrejas e escolas, ainda que o caráter deste material fosse pedagógico (ORLANDO, 2013), outro momento com uma visão inter-religiosa nas escolas, próximo do ecumenismo, e a partir de 1997 se pretende um enfoque fenomenológico.

Esse enfoque trata de construir ou ampliar a criticidade da criança na análise entre cultura e religião, de forma que ela possa fazer a releitura do fenômeno religioso e entenda que

para viver democraticamente em uma sociedade plural é necessário respeitar as dificuldades culturais e grupos que a constituem. Aprender a conviver com diferentes tradições religiosas, vivenciando a própria cultura e respeitando as diversas formas de expressão cultural, o educando está também se abrindo para o conhecimento (PCN, 1998, p. 117).

Tendo em vista a natureza e a profusão dos materiais, cabe ao método histórico que investiga acontecimentos ou instituições do passado, perscrutar o

papel dos Livros Didáticos, e, ao refletir sobre sua materialidade e das alterações de suas partes componentes, buscando ampliar a compreensão a respeito de sua natureza e função, entendendo que “as instituições alcançaram sua forma atual através de, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época” conforme Lakatos e Marconi (2007, p. 107).

Portanto é neste entrecruzamento de micro (livros didáticos do Ensino Religioso) e macrohistória (História do Ensino Religioso) que uma pesquisa orientada pela História Cultural pode contribuir, entendendo que é possível perceber a construção da disciplina (macro) a partir da maneira como foi apresentado o conteúdo do livro didático, considerando o social que ele encerra, sobrepesando confrontos e encontros, dependências e conflitos, pois

cada microhistória pretende reconstruir, a partir de uma situação particular, normal porque excepcional, a maneira como os indivíduos produzem o mundo social, por meio de suas alianças e confrontos, através das dependências que os ligam ou dos conflitos que os opõem (Chartier, 2002).

Orientado por Ginzburg (1987) se parte da “análise do episódio e do detalhe significativo” buscando “reconstruir um contexto de natureza histórico-cultural inacessível de outra forma”, sendo que na análise do livro didático, no intuito de compreender o seu percurso histórico, revelar temáticas e metodologias pelos seus autores, combinou-se no processo da pesquisa a intuição, a flexibilidade, a sensibilidade, além da observação do historiador, características próprias da História Cultural

Fez-se necessário, nesse processo, levar em conta que são singulares os olhares no exame, e como ensina o físico e filósofo da ciência estadunidense Thomas Khun “o que um homem vê depende tanto daquilo que ele olha como daquilo que sua experiência visual-conceitual prévia o ensinou a ver” (KUHN, 1998, p. 148), tornando muito peculiar o ato da pesquisa.

A pesquisa sobre o livro didático pode ser tema de diferentes enfoques: dos autores, dos editores, dos livreiros, do mercado, do leitor, até por conta das muitas e importantes mudanças (MUNAKATA, 2003), que devem ser levadas em conta.

Optou-se por percorrer o caminho de localização e organização dos materiais, e posteriormente leitura e análise, sistematicamente acompanhadas de anotações e fichamentos, a fim de embasar as percepções da cultura que exalam dos materiais.

A sondagem inicial para localização de acervos foi feita em bancos de dados disponibilizados por diferentes grupos de pesquisas brasileiros (LIVRES, IBTD, GPER) por meio da rede mundial de computadores (internet). A busca no sistema DBGPER² resultou em um grande volume de materiais disponíveis fisicamente na Biblioteca Wolfgang Gruen³, que, localizada na cidade de Curitiba-PR, facilitou o acesso e manuseio dos materiais. O acervo de livros didáticos desta biblioteca possui 701 obras identificadas e catalogadas, sendo o texto mais antigo datado de 1913 (Editora FTD) e o mais recente de 2014 (Editora SM). O recorte temporal para reflexão nesta pesquisa se dirige para livros produzidos entre os anos de 2002 a 2013, num total de 7 livros.

A diversidade de fontes exige, também na análise, cuidado no tratamento com as mesmas, a fim de lhe atribuir o valor da cientificidade. Além disso, assim é possível propiciar um olhar diferenciado para a escola – pois estas se apresentam “como locais que portam um arsenal de fontes e de informações fundamentais para a formulação e interpretações sobre elas próprias e, sobretudo, sobre a história da educação brasileira” (GATTI JÚNIOR, 2002, p.4), onde a diversidade muito contribui para a formação.

Para viabilizar uma escrita que subsidiasse a análise, foram apresentados diferentes aspectos contextuais do Brasil, além de aspectos da História da Educação, com algumas considerações do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Básica, que de alguma outra forma tivessem ligação com o Ensino Religioso, pois olhar para o contexto legislativo, que também condiciona a produção do livro didático “é condição preliminar indispensável a qualquer estudo sobre a edição escolar” (CHOPPIN⁴, 2004, p. 561)

Depois se discorreu a respeito das características, conceitos e uma breve história dos livros didáticos, situando em seguida o livro didático no Brasil e este

² Disponível em <http://db.gper.com.br/>

³ A biblioteca Padre Wolfgang Gruen, foi uma homenagem do Grupo de Pesquisa Educação e Religião ao “primeiro pesquisador do Ensino Religioso na perspectiva da escola” (GPER, 2007). O acervo desta biblioteca contava em 2007 com mais de 3000 livros, além de trabalhos científicos, CDs, DVDs, artigos e outros materiais a respeito do Ensino Religioso, sendo composto por materiais coletados e doados pelos pesquisadores do grupo.

⁴ Choppin seu trabalho “Las políticas de libros escolres em el mundo: perspectiva comparativa e histórica”, in: Javier Pérez Siller & Verena Radkau Garía (coord.), *Identidad em El imaginário nacional: reescritura e enseñanza de la historia* (Puebla-Braunschweig, 1998), p. 169-184.

para o Ensino Religioso, em cada uma de suas fases, com a apresentação de capas de livros destas.

Em seguida se deteve o olhar, de forma um pouco mais detalhada para alguns volumes de coleções produzidas para o Ensino Religioso, procedendo a análises de sete livros destinados ao sexto ano do Ensino Fundamental, cujas conclusões podem, além de elucidar a questão proposta nesta pesquisa, subsidiar futuros estudos, discussões e caminhos construtivos para o material didático e a própria disciplina do Ensino Religioso.

1. UMA DISCIPLINA EM CONSTRUÇÃO

A Educação esteve, em sua gênese, ligada a construção de um projeto de sociedade, pelo caminho da evangelização e catequese. Porém no século XX, passou a receber um tratamento diferenciado, sendo válida uma (breve) retomada histórica a respeito do Ensino Religioso e sua operacionalização

Desde o final de século XIX, diferentes questões impuseram novas demandas à emergente república brasileira. Houve migrações internas em diferentes regiões do país, em especial do Nordeste para o Sudeste e o abandono da zona rural. Isso acarretou um aumento demográfico nas cidades, surgimento de novas classes sociais e a necessidade de ações efetivas no campo educacional. Tendo em vista a rápida urbanização, houve a necessidade de formação da população em vista da industrialização e comercialização crescente nos grandes centros.

Os princípios republicanos trouxeram renovações para a Educação nacional. Essas mudanças foram pensadas e acompanhadas de perto pela Associação Brasileira de Educação - ABE, fundada em 1924, formada por grupos que apresentavam diferentes interesses (ORLANDO, 2008, p.165). O ideário escolanovista fruto do pensamento de católicos e não católicos, mais tarde tornou-se polêmico em diferentes aspectos, e em especial aqueles que envolviam a laicidade, pois parte dos membros da ABE a entendia como banimento da religião na escola, o que contrariava o pensamento da ala católica. (ORLANDO, 2008).

Havia um embate de cunho político nestas discussões pois “a presença de intelectuais católicos desde o início da fundação da Associação e a ausência de um antagonismo mais contundente entre os projetos revela a disputa de campo muito mais político que educacional” (ORLANDO, 2008, p.165).

Algumas reformas educacionais alteraram o currículo de diferentes maneiras, pois enquanto organizaram as ciências com base nos princípios emanados por Augusto Comte, outras como as Epitácio Pessoa (1901) e Rivadávia (1911) buscaram mudanças em questões práticas do Ensino. Após a década de vinte a manutenção do Ensino Religioso escolar se tornou elemento de debates acirrados, tanto que em 1928, houve uma onda de protestos católicos contra o banimento do Ensino Religioso das escolas, ação que teve destaque em Minas Gerais.

Nesse contexto o Governador Antonio Carlos, reintroduziu o Ensino Religioso nas escolas mineiras, através da Lei nº 1092/28, como resposta a articulação do clero mineiro, reconhecendo a representatividade da Igreja na vida da sociedade e do Governo (PEIXOTO, 1993, p. 58-59). A estratégia da Igreja no enfrentamento as mudanças na Educação, foi enfatizar a importância da escola católica, desqualificando a escola laica, que neutra, leiga e mista suprimia o ensino cristão (AZZI, 1992, p. 31-33).

Na década de trinta, conforme Cury (1988), apesar das diferenças entre Católicos e Pioneiros, havia em comum a busca por caminhos mais efetivos para a Educação, com o ER mantido por via legal, com uma perspectiva liberal, sendo a frequência às aulas opcional para o aluno, apesar da articulação eclesiástica, que pretendia estabelecer um modelo confessional.

A estratégia adotada pelo grupo católico foi de incorporar as contribuições do ideário escolanovista, que muitos deles, membros da ABE, tinham auxiliado na concepção e construção (CARVALHO apud ORLANDO, 2008). Ao fazer uma “apropriação católica das ideias da Pedagogia Moderna e a atualização do ensino nas escolas confessionais e nas escolas públicas, nas quais os professores eram predominantemente católicos” (ORLANDO, 2008, P.166), foi utilizado aquilo que se mostrava útil e buscado contornar os preceitos que fossem contrários ao catolicismo.

O vanguardismo na Educação não foi exclusividade do grupo chamado Pioneiros da Educação, pois ainda carecem estudos a fim de explicitar a contribuição de outros grupos de intelectuais, como por exemplo, os católicos, nesse processo (CARVALHO apud ORLANDO, 2008, p. 165).

As contribuições dos novos métodos foram utilizadas, na educação católica, e foram além, como por exemplo, o método ativo que era eficaz em especial para iniciar as crianças nas verdades da fé, sendo utilizado também no ensino no interior das igrejas. Um exemplo dessa utilização foi uma coleção didática de catecismo, produzida pelo padre Alvaro Negromonte, que difundia os ideais católicos através do método ativo e integral (Orlando, 2008).

Em 1931, em decorrência de acordos entre a Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) e o Poder executivo brasileiro, foi articulada a Reforma Francisco Campos, que estabeleceu o Ensino Religioso como “facultativo de acordo com a

confissão do aluno e dos interesses da família, sendo que a organização dos programas e as escolhas dos livros ficava a cargo dos ministros dos respectivos cultos” (JUNQUEIRA et al., 2007, p.51-52).

O Manifesto dos Pioneiros da Educação, em 1932 firmou a liderança dos escolanovistas na Associação Brasileira de Educação (ABE), e a conseqüente retirada do grupo católico. O grupo católico formou a Confederação Católica Brasileira da Educação, em oposição à ABE no campo ideológico. Havia ainda no país a educação praticada pelos protestantes, que seguiam o modelo de educação baseada na Pedagogia Moderna, de raiz norte-americana.

As posições de católicos e pioneiros marcaram o cenário educacional e político na constituição de 1934. Esta constituição promoveu a responsabilização do Estado, com relação à Educação “para todos”, com o direcionamento para a expansão da rede de ensino (NEMI, MARTINS, 1996, p. 16). Essa influência também foi sentida nos encaminhamentos do Plano Nacional de Educação.

O texto da Constituição de 1934 foi baseado nos escritos de Augusto de Lima e Leonel Franca, católicos defensores do ensino confessional, que contribuíram para que o Ensino Religioso fosse mantido na Constituição Federal, ainda que estabelecido como facultativo para o aluno e obrigatório para a escola:

[...] art. 153. O Ensino Religioso será de freqüência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais ou responsáveis, e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais [...]. (REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (16 julho 1934).

No Processo Constitucional de 1934 e 1946, a Liga Eleitoral Católica (LEC), formulou um programa de questões fundamentais, cuja defesa foi negociada em troca de apoio eclesiástico para as eleições. Um dos pontos polêmicos foi a respeito do Ensino Religioso.

O cenário político teve mudanças com o Estado Novo (1937-1945), que estabeleceu, autoritariamente, a figura de Getúlio Vargas e uma nova constituição, retroagindo com relação ao disposto na Constituição de 1934 (NERY, 1993, p. 12).

Entre 1934 e 1946, para a administração de Vargas havia interesse no respaldo da Igreja para governar o país, assim a posição do catolicismo tornou estratégicas as discussões envolvendo o Ensino Religioso, tanto para a ICAR quanto para o Governo. A igreja defendia que a sociedade fosse concebida em interligação com o Criador, e a Educação como um caminho possível ao propiciar o desenvolvimento de hábitos morais, além de ser meio de inserir o homem em sua razão de existir – unir-se a Deus através do conhecimento religioso e moral (CURY, 1988, p. 37-63).

Outra justificativa usada estava ligada aos anseios da imensa maioria da população confessadamente católica (MATOS, 1996, p. 46-47), influenciando não somente os ditames a respeito do Ensino Religioso, mas à Educação como um todo, o que permitia que o fazer escolar oscilasse entre a concepção científica/realista e a humanista clássica.

A articulação política, pela ICAR, propunha pensar a catequese no ambiente escolar, tendo em vista a especialidade deste espaço (RODRIGUES, 1996, p. 16-17), contudo isso contrariava os princípios de gratuidade, laicidade, obrigatoriedade e coeducação (DUTRA, 1995, p. 19), defendidos pelos “Pioneiros” da Escola Nova, que eram contrários ao financiamento estatal para o Ensino Religioso, por entendê-lo como veículo de manutenção do domínio da religião.

Entre aplausos e manifestações contrárias foram discutidos temas como o papel do Estado no Plano Nacional da Educação, questões da gratuidade e a colaboração recíproca entre Igreja e Estado, além é claro daquelas pertinentes ao Ensino Religioso (CURY, 1988, p. 114-115).

Em 1941, em oposição aos Pioneiros, e demonstrando a influência da Igreja, foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Secundário de Gustavo Capanema, que previa a inclusão da instrução religiosa no currículo do ensino secundário, entre as disciplinas de educação geral.

[...] A religião terá que ser ensinada em aula e praticada na conformidade de seus mandamentos (confissão, comunhão, missa, exercícios religiosos). A escola entrará aqui em entendimento com a Igreja e a família [...] O Ensino Religioso não se confunde, entretanto, com a prática, culto ou devoção religiosa. O ensino deve ser instituído pelas escolas [...] reservando-se para ele um certo período do horário semanal. O professor será um sacerdote ou leigo, conforme a maior conveniência do estabelecimento [...]. (G.

CAPANEMA, Projeto da Lei Orgânica do Ensino Secundário, Rio de Janeiro, 1942 – citado por CAETANO, 2007)

Com base na lei espanhola, o Ministro Capanema concordou com a influencia da religião como modo de elevar o poder nacional, porém as primeiras versões do anteprojeto deste Projeto de lei trazia um “sem caráter de obrigatoriedade, que provocou reações contrárias pelas lideranças católicas.

A versão final da Lei Orgânica do Ensino Secundário determinava o ensino de religião como integrante curricular, sendo estabelecido, através de portaria ministerial, que os programas deveriam ser fixados por autoridades eclesiais. Por isso no ano de 1942, o Arcebispo D. Jaime de Barros Câmara encaminhou propostas de instruções metodológicas para o Ensino Religioso que incluíam conteúdos como: verdades da fé, moral cristã, culto e sacramentos.

No encerramento do governo de Vargas, em 1945, se iniciou o período de política liberal. Eleições e assembléia constituinte foram convocadas e a Igreja se organizou através da Ação Católica (AC), a fim de defender seus interesses (LUSTOSA, 1991, p. 54-56).

Encerrado o governo totalitário de Getúlio Vargas e terminada a Segunda Grande Guerra (1945), Gustavo Capanema, ex-ministro da Educação do governo de Getúlio Vargas, e praticamente o responsável pela elaboração do capítulo sobre Educação da Constituição de 1946, propôs uma alteração de redação em relação à Legislação de 1934. Nesta se aplicava que a frequência e a matrícula seriam facultativas. Portanto, as famílias dos estudantes teriam o direito, a partir da inscrição na escola, de indicar a participação nestas aulas.

[...] art. 168. A legislação do ensino adotar os seguintes princípios:
V - o Ensino Religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável [...]. (BRASIL, 1946).

A constituição de 1946 restabeleceu o regime democrático, reintroduzindo alguns princípios, referente à Educação, suprimidos na Carta Ditorial de 37. Neste documento o direito à Educação para todos foi confirmado, com o ensino primário obrigatório, e apoio (assistência e gratuidade) para todos os níveis a quem provasse falta ou insuficiência de meios (NERY, 1993, p. 13). Após isso se seguiu um período

de quinze anos de discussões e estudos a fim de estabelecer a primeira lei de orientação geral da educação brasileira, que incluía o Ensino Religioso.

A Lei de Diretrizes e Bases para o Ensino de 1961 (Lei nº 4.024), no seu artigo 97 homologou o modelo mais antigo e utilizado do Ensino Religioso em território nacional – de caráter confessional, com caracteres catequéticos, cujo objetivo era fazer seguidores. Na LDB de 1961 (BRASIL, 1961), havia a orientação de que não deveria haver ônus aos cofres públicos:

[...] art. 97. O Ensino Religioso constitui disciplina dos horários normais das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado sem ônus para os cofres públicos, de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável. § 1. A formação de classe para o Ensino Religioso independe de número mínimo de alunos. § 2. O registro dos professores de Ensino Religioso será realizado perante a autoridade religiosa respectiva [...].

Apesar de previsto em 1961, a disciplina de Ensino Religioso se configurou como um corpo estranho no Currículo escolar, tanto por conta do não financiamento estatal, por ser facultativa, e também por ser de competência da autoridade religiosa o registro de docentes, além do desafio operacional da divisão das turmas segundo o credo de cada estudante (FIGUEIREDO, 1995, p. 61-64).

No dia 1º de abril de 1964 iniciou-se o Regime Militar, resultante de um golpe das forças armadas que historicamente foi encerrado com a eleição do Presidente José Sarney em 1984 e a redemocratização do país.

Ao longo do período militar ocorreu o que foi denominado de processo desenvolvimentista brasileiro, com o crescimento do setor industrial de bens de consumo duráveis, a modernização nacional e inclusão no sistema capitalista mundial. Esta fase representou a consolidação da expansão capitalista pelo Estado, além da entrada maciça de capitais estrangeiros na forma de investimentos e de empréstimos (MARQUES, NAKATANI, 2013).

Uma nova proposta ocorreu em 1971, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º Graus (BRASIL, 1971), correspondentes ao Ensino Fundamental e Médio. Ela tratava a respeito do Ensino Religioso, e, também criou a

área de estudos de Moral e Cívica⁵, dentre outras; no intuito, de formar alunos voltados ao civismo e a moral concernentes ao ideário do regime militar. Nessa fase os passos ver, julgar, agir e celebrar era a metodologia adotada pelo Ensino Religioso, que permanecia dentro das escolas e tinha função de propagação da fé.

É notório que na defesa dos direitos mínimos do cidadão, no auge do processo de repressão, a instituição que atuou com alguma independência foi a Igreja Católica. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com suas correntes progressistas e conservadoras, assumiram a luta contra os excessos das forças de segurança, por justiça social e liberdade, sendo um referencial para a oposição e um desafio para o regime.

Pedagogicamente a reforma educacional de 71 apresenta como base o “tecnicismo educacional” (Ribeiro, 1988, p.170-171), inspirado nas teorias behaviorista da aprendizagem e da abordagem sistêmica do ensino. Essas abordagens orientavam uma prática pedagógica controlada e dirigida pelo professor, através de atividades mecânicas inseridas em uma proposta educacional rígida e totalmente programada em seus detalhes, houve uma supervalorização da tecnologia programada no ensino (NEMI; MARTINS, 1996, p.19-20).

Os acordos, celebrados de 1964 a 1976 entre o Ministério de Educação e Cultura com a *United States Agency International for Development* (MEC/USAID), envolviam recursos financeiros, material de ensino importado, bem como a mudança da concepção vigente do ensino superior que influenciaram a Educação da época. A ideia-chave era a de universidade-empresa, abordagem de que o objetivo do ensino superior era de formar técnicos para o desenvolvimento, sendo que as lideranças estudantis da época opuseram-se abertamente a perspectiva MEC-USAID como um atentado à cultura e à soberania do país (Couto, 1998, p. 88-90).

A LDB de 1971 revelou aos editores de livro didático um tempo de preocupação, pois o Instituto Nacional do Livro (INL) adotou a co-responsabilização com os pais da aquisição dos livros didáticos. Na tentativa de baratear os custos 2 milhões de estudantes do curso primário (atual Ensino Fundamental) receberam de

⁵ Nesta fase podem ser encontradas pistas quanto a uma educação de cunho religioso tanto na disciplina de Educação Moral e Cívica, quanto em Organização Social e Política do Brasil, além de outras disciplinas em fases posteriores de ensino. Porém, este aprofundamento não faz parte do escopo da presente pesquisa, sendo indicado para aprofundamentos futuros.

graça os livros, enquanto que 13 milhões tinham redução de 40% para adquiri-los (Hallewell, 2005)

A reforma aumentou o número de disciplinas obrigatórias em todo o território nacional, e manteve o Ensino Religioso facultativo para os alunos. O núcleo comum obrigatório passou a abranger dez conteúdos específicos (Romanelli, 1978, p. 242). Em conseqüência ficou prejudicada a liberdade dos sistemas incluírem outras disciplinas do cunho mais reflexivas como: filosofia e sociologia (Piletti e Piletti, 1988, p. 241 – 243).

Progressivamente, ao longo dos anos setenta e princípio dos oitenta, iniciou-se a desarticulação do “Regime Militar”, e a população, de modo paulatino, voltou a pensar no direito de democracia. Esta foi uma das fases da história do Brasil em que aconteceram as maiores mobilizações populares, entre elas foi significativa à campanha por eleições diretas para presidente (Rodrigues, 1994, p. 20-23).

As organizações ditas “de base” tiveram grande expressão na redemocratização da nação (Linhares, 1995, p. 340-342), sendo refletida na eleição dos Constituintes (1986), com políticos eleitos pelos setores de centro-esquerda da sociedade, influenciados pelas lideranças sociais em diferentes setores da nação, formando assim importantes grupos de pressão (Motta, 1997, p. 140-142).

No contexto do processo para a Constituinte a discussão sobre o Ensino Religioso enquanto disciplina regular no currículo da escola recebeu maciço apoio da sociedade, com a segunda maior emenda, e mais de 70 mil assinaturas, que buscavam garantir o Ensino Religioso como disciplina curricular, demonstrando sua importância, pois foi a única a ser contemplada no corpo da constituição.

A Constituição aprovada em 5 de outubro de 1988, tratando de vastíssima gama de assuntos, demonstrou preocupação com os direitos sociais (Rodrigues, 1994, p. 26-30), e, com relação ao Ensino Religioso, indica no artigo 210, parágrafo 1º, do Capítulo III da Ordem Social que “o Ensino Religioso de matrícula facultativa, constituir-se-á disciplina dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental” (BRASIL, 1988). Outras características desta Constituição foi o estabelecimento da Educação Fundamental como obrigatória, universal e gratuita, além de manter a separação entre Estado e Igreja.

Porém após a promulgação da Constituição de 1988, por iniciativa do então deputado Otávio Elíseo, foi apresentado na Câmara dos Deputados um Projeto de LDB (projeto 1258/88) que traduzia as discussões que ocorriam no Brasil em diferentes Congressos, Encontros, Simpósios, etc., reunindo entidades representativas do setor educacional. A Comissão de Educação da Câmara realizou então, 40 audiências públicas, para a discussão do Projeto.

Em 1993, foi lançado o “Plano Real” baseado na ideia de uma gerência eficiente dos recursos monetários e controle do déficit público. As mudanças promoveram amplos cortes orçamentários, inclusive nos programas de Saúde e Educação. O Plano foi proposto por uma equipe liderada por Fernando Henrique Cardoso, então ministro da Fazenda (1993-1994) e posteriormente presidente da república brasileira (1995-2003).

No campo econômico, mudanças substanciais como, por exemplo, empresa brasileira e estrangeira terem o mesmo tratamento em alguns aspectos, pois se permitiu que a iniciativa privada, tanto nacional quanto internacional passasse a ser autorizada a explorar pesquisa, lavra e distribuição dos derivados de petróleo, o campo das telecomunicações e o gás encanado (ALCOFORADO, 1998, p.55-56).

A Educação também foi influenciada e além de preparar mão de obra para os serviços necessários, recebeu ênfase na competitividade, propiciando garantir o macroprojeto de nação (LEVIERI, 2010).

As questões de âmbito político ou social da Educação foram tratadas como questões técnicas com a eficiência ou a qualidade aferida por indicadores, por vezes exclusivamente quantitativos. A máxima neoliberal de aferição de resultados de ordem quantitativa conflita com a ideia da Educação como um direito fundamental da pessoa.

Na contramão desse projeto de nação, as perspectivas de um novo século, e milênio, e a insegurança destes tempos, despertaram a espiritualidade, e a nação testemunhou um boom na busca de formas de harmonizar o interior (IBGE, 2010).

No ano de 1995, foi encaminhado, em caráter de urgência, o pedido de alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Essa lei tinha como característica marcante não mais orientar, mas tutelar o processo educacional, a fim

de favorecer a pluralidade e diversidade cultural brasileira, com fins e princípios mais amplos.

Nesta expectativa de acolhida da diversidade, e em especial da diversidade religiosa presente no espaço escolar, é propício conjecturar a respeito da pluralidade “numa perspectiva de compreensão sobre a sua própria religiosidade e a do outro, na diversidade universal do conhecimento humano e de suas diferentes formas de ver o sagrado” (RODRIGUES, JUNQUEIRA, 2009, p. 21) para o Ensino Religioso brasileiro.

Quanto à política, ocorreu a regulamentação de questões eleitorais: o mandato do presidente da República foi reduzido de cinco para quatro anos e, em 1997, aprovada a reeleição do Presidente, de governadores e prefeitos.

Foram elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), por equipes do Ministério de Educação, e publicados progressivamente para orientar os novos currículos: Ensino Fundamental (1997/98), a Educação Infantil (1998) e Ensino Médio (1999). A proposta dos PCNs era de aproximar o ensino da vida cotidiana e incentivar o aluno a pesquisar, levantar hipóteses, criticar, estabelecer relações, interpretar e criar. Esses parâmetros previram a inclusão dos chamados "temas transversais" como: ética, saúde, meio ambiente, trabalho e consumo, pluralidade cultural e orientação sexual, que devem permear o conteúdo de cada matéria obrigatória.

A revisão da LDB de 1996 com a promulgação da Lei 9475/97 resultou, posteriormente, na publicação dos PCNER – Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso, pelo FONAPER, que influenciou a disciplina. Entretanto, cabe lembrar que assegurar “o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo” conforme orienta a LDB indica, implica em refletir sobre o fazer pedagógico e também a respeito do material didático utilizado, em especial quanto ao papel dos livros didáticos, pois conforme Choppin (2001, p. 111) *”ya que los manuales, que para la opinion publica representan el simbolo mismo de la escuela, constituyen, quierase o no, un instrumento de poder”*.

É perceptível nos dados revelados pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), que a religiosidade plural e forte trânsito religioso, são características desta nação. O ambiente brasileiro está configurado espaço

propício para que se experimente muito, se busque e a alteração de cosmovisão religiosa, sem que haja preocupação com suas correlações, acentuando-se os valores, sobretudo no campo comunitário (CNBB, 1995, p. 115-116).

Não obstante a diversidade, a escola pública, e, portanto laica deve atender as interdições impostas aos entes federais, estaduais e municipais da administração pública, aos quais é vedado "estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-las, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público." (BRASIL, 1988).

Assim o Ensino Religioso não deve privilegiar qualquer religião, mas contribuir de fato para a formação integral do ser em desenvolvimento, em uma perspectiva integradora, cujos valores, como o respeito, a justiça e a paz, oportunizem a descoberta do verdadeiro sentido da vida (STEIL, 1996). Deve ainda fomentar o desejo de superação de fragilidades, de cada cultura, que ajude o sujeito a se encontrar no espaço social e apurando seu olhar sobre seu entorno.

1.1 NA CONSTITUIÇÃO E LDB

Refletir o Ensino Religioso dentro dos paradigmas estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e LDB 9394/96, implicou reacender um embate, como em períodos anteriores, também por conta do parágrafo segundo da Lei 9475/97 por orientar que "os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do Ensino Religioso."

As manifestações contrárias à manutenção do Ensino Religioso como disciplina no currículo, partiram de associações de educação como ANDE (Associação Nacional de Educação) e ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa), insistindo no ensino laico em conferências, assembléias e seminários, pois entendiam sua permanência como manutenção do poder da Igreja junto ao Estado, e, sobretudo como uma reedição do "Padroado" nos tempos modernos.

A favor do Ensino Religioso pesava o fato da diversidade religiosa da nação, forte aspecto cultural do Brasil, e, além disso, os argumentos apresentados a favor

da disciplina insistiu na importância do trabalho sobre os valores; o que justificava mais um trabalho de formação voltado ao campo pastoral e não ao pedagógico.

Os efeitos das mobilizações, discussões e reflexões pela elaboração da nova constituição brasileira (1988) e também por conta da Lei de Diretrizes e Bases, foram significativos para a organização da disciplina, porém outra questão gerou polêmica: o financiamento do Ensino Religioso.

Apesar de compor o corpo curricular, conforme o texto constitucional (BRASIL, 1988) e a LDB (BRASIL, 1996), a disciplina era tratada de forma diferenciada com relação às outras disciplinas, tendo em vista constar a frase “sem ônus para os cofres públicos”, revelando a incompreensão de seu papel pedagógico.

As discussões buscavam melhor definir o papel da disciplina, e foram em grande medida incentivadas pelo Setor de Ensino Religioso da CNBB, resultando na reivindicação de revisão da lei por diferentes setores da sociedade, que defendiam a real inserção do Ensino Religioso no contexto da Educação.

Entre outras ações de apoio destaquem-se as empreendidas pelo GRERE - Grupo de Reflexão sobre Ensino Religioso (CNBB) quanto a operacionalização da disciplina de modo interconfessional e a formação de professores, e além destas a criação de um periódico de circulação nacional sobre o Ensino Religioso, chamado Revista Diálogo, pelas Edições Paulinas.

Nesse ano houve uma ação concomitante e decisiva para o fortalecimento do Ensino Religioso: a fundação do Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso – FONAPER, em Santa Catarina, com o apoio da Editora Vozes. Este fórum tinha a proposição de ser espaço de articulação e discussão a respeito do caráter pedagógico da disciplina, contrariando as características eclesiais que outras iniciativas representavam, buscando considerar a diversidade cultural e religiosa.

Esse espaço supra-institucional reuniu profissionais da disciplina, que mantinham a convicção de ser matéria pedagógica e não religiosa, e definiram quatro princípios norteadores:

- a) garantir que a Escola, seja qual for sua natureza, ofereça o Ensino Religioso ao educando, em todos os níveis de escolaridade, respeitando as diversidades de pensamento, opção religiosa e cultural do educando;

- b) definir junto ao Estado o conteúdo programático do Ensino Religioso integrante e integrado às propostas pedagógicas;
- c) contribuir para que o Ensino Religioso expresse uma vivência ética pautada pela dignidade humana;
- d) exigir investimento real na qualificação e capacitação de profissionais para o Ensino Religioso, preservando e ampliando as conquistas de todo magistério, bem como garantir-lhes condições de trabalho e aperfeiçoamento necessários.

Na sessão realizada em março de 1996, foi estabelecido como eixo essencial que o Ensino Religioso fosse tomado como disciplina do currículo escolar, evitando sua caracterização como eixo transversal.

Para o FONAPER o Ensino Religioso poderia ser confessional ou interconfessional. Se confessional, ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, sendo a formação dos docentes responsabilidade das entidades religiosas. Já o modelo interconfessional seria ministrado por professores indicados por uma pluralidade de entidades, em acordo entre elas, que seriam responsáveis por elaborar e desenvolver o currículo da disciplina. Havia o entendimento pelo Fórum que cada sistema de ensino se responsabilizasse pelo credenciamento de professores do ER em suas escolas.

Porém, havia no posicionamento legal quanto ao Ensino Religioso uma omissão quanto a opção de freqüência às aulas, isso somado ao texto “sem ônus para os cofres públicos”, geraram manifestações contrárias antes mesmo da promulgação da Lei.

Iniciava-se assim, pelo FONAPER, a articulação para construção dos Parâmetros Curriculares Nacionais, e o trabalho junto aos deputados federais para a supressão do termo “sem ônus para os cofres públicos” mencionado na LDB 9394/96, o que também faria com que o Ensino Religioso tivesse um tratamento de disciplina escolar.

Com a lei aprovada o Ministro da Educação reuniu-se, em Janeiro de 1997, com os representantes do Fórum para discutir a questão, com a presença de representantes de instituições ligadas à Educação e à Religião. O resultado deste encontro foi o texto entregue em fevereiro que propunha a alteração do artigo 33 da LDB, que recebeu parecer favorável do Conselho Nacional de Educação.

Em encontros posteriores do FONAPER, discutiram-se questões relativas à formação de professores, aos parâmetros curriculares nacionais para a disciplina e ainda a política do ER nas legislações e formuladas três diferentes propostas para a alteração da LDB. Um desses momentos de reflexão foi o I Seminário de Capacitação Profissional para o Ensino Religioso, com a presença do Deputado Federal Pe. Roque, relator da temática junto à Câmara Federal.

Por conta da ação do FONAPER, alguns objetivos foram perseguidos e alcançados com êxito: a) garantir a adequação a respeito do ER na LDB, concretizado na alteração do artigo 33, no ano 1997; b) produzir e publicar os Parâmetros Curriculares Nacionais para a disciplina; c) formular propostas para formação, em nível de graduação para o docente do ER.

Além da discussão a respeito do financiamento da disciplina, havia ainda a necessidade de salvaguardar os princípios de liberdade religiosa, como forma de garantir os direitos daqueles e daquelas que frequentavam a escola pública. Nisso a evolução das reflexões ajudou o ER assumir sua vocação rumo a educação integral, desenvolvendo diferentes dimensões do ser, especialmente no conhecimento de aspectos de outras culturas. E de acordo com as reflexões e discussões promovidas pelo FONAPER a pluralidade religiosa, e o princípio da laicidade, exigem que o Ensino Religioso na escola pública se distancie do “ensino da religião” ou “de religiões”.

Com esta motivação foi proposto um “Ante-Projeto de Lei” substitutivo à LDB, pelo Ministério da Educação e Desporto, propondo para o ER o modelo fenomenológico. A busca pelo estabelecimento deste modelo consta na publicação de 1996 do Parâmetro Curricular do Ensino Religioso - PCNER (FONAPER), que desta forma contornava o problema do ensino doutrinário centrando no fenômeno religioso a formação, foco e objetivo das escolas públicas, mas que ainda apresentava dificuldades para a operacionalização da disciplina.

Análises do Conselho Nacional de Educação tratavam quanto a dificuldades operacionais para a disciplina (horário e espaço físico destinado no caso do ensino confessional) e outras adicionais para a articulação desse modelo com o projeto pedagógico de cada escola.

Tendo em vista a autorização para propostas diferenciadas, junto à Presidência da República, conseguida por algumas instituições religiosas, o Parecer CNE 05/97, buscou responder quanto aos questionamentos sobre o financiamento da disciplina no modelo confessional da seguinte forma:

- que violaria o artigo 19 da Constituição que veda a subvenção a cultos religioso e a igrejas;
- que dispensaria tratamento desigual com relação aos grupos, no atendimento ao modelo confessional, tendo em vista a demanda de cada igreja. Havia a dificuldade em arcar com os custos de um professor que tivesse poucos alunos para atender, em comparação a outro cujo valor pago seria o mesmo para ministrar em salas com 30 alunos ou mais;
- que a prática didática de professores de diferentes denominações em sala, poderia tornar o ER mais oneroso que matérias de maior carga horária.

Em meio às discussões a favor e contra a permanência do Ensino Religioso, foi encaminhada em março de 1997 um ante-Projeto de Lei, para Congresso Nacional para alteração do artigo 33, analisada pela Presidência da CNBB e a CEP, que propunham nova redação. As sugestões foram apresentadas para o Sr. Edson Machado de Souza, chefe de Gabinete do Ministério da Educação e posteriormente ao Sr Marco Maciel, vice-presidente da República. Em 3 abril 1997 a CNBB e a CONIC – Conselho Nacional de Igrejas Cristãs encaminharam nova proposta ao Ministério de Educação.

Questões como o financiamento foram encaminhadas para consulta jurídica pela CNBB, a fim de reforçar os argumentos em favor da disciplina. Também o FONAPER promoveu uma sessão de discussão com relação à formatação pedagógica, capacitação de professores, além da política de articulação legislativa, a fim de que o ER fosse compreendido como componente curricular. Essa sessão foi realizada em Piracicaba-SP, e contou com a presença de 75 pessoas de diferentes estados da nação e denominações religiosas. Neste plenário foi aprovado o documento “Parâmetros Curriculares do Ensino Religioso”, além do texto substitutivo ao art. 33 da LDB.

Outro esforço da CNBB para debater a questão, está na consulta feita ao advogado Célio Borja sobre a constitucionalidade do artigo 33 da Lei nº 9.394/96 no

que concerne à questão do ônus. Este problema foi histórico e político, pois a viabilidade da disciplina esta intimamente relacionada ao seu financiamento, tendo o Episcopado se cercado de argumentos que revertesse o quadro estabelecido pela Lei de Diretrizes. Nesta mesma época foi reconhecido o ER como área de conhecimento pelo Conselho Nacional de Educação.

A fim de oportunizar a formatação do Ensino Religioso, foi organizado pelo FONAPER, em 20 de maio de 1997, o I Seminário de Capacitação Docente na Universidade São Francisco, em parceria com a ABESC - Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas, com representantes de quinze universidades, com objetivo de pensar o curso de formação de professores.

Na ocasião foi apresentado o anteprojeto de mudança do artigo 33 da LDB, com o resultado de discussões quanto a formação do profissional do Ensino Religioso, desligado da confessionalidade.

No Congresso Nacional, o processo legislativo prosseguia pressionado por diferentes movimentos a fim da estruturação da disciplina escolar Ensino Religioso. Foram apresentadas três proposições de mudanças. O primeiro: o Projeto de Lei de nº 2757/97, de autoria do Deputado Nelson Marchezan (PSDB-RS), não introduziu grandes alterações; propondo apenas supressão dos termos “sem ônus”, justificando a disciplina como componente curricular da Educação Básica, de importância para a formação e para o pleno desenvolvimento dos estudantes, sendo dever constitucional do Estado.

O segundo projeto (nº 2997/97), do Deputado Maurício Requião (PMDB-PR), propunha vedar o proselitismo, pois conforme dizia seu autor os conteúdos deviam respeitar a diversidade cultural brasileira, correlacionando-os aqueles definidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais, fruto do comum acordo entre diversas denominações religiosas ou entidades que as representam.

O projeto de lei nº 3043/97 de autoria do Poder Executivo, teve iniciado seu trâmite na Câmara dos Deputados em regime de urgência constitucional e nele se propunha a manutenção do texto da LDB, e que não fosse aplicado o “sem ônus” do artigo 33, desde que a disciplina mantivesse o caráter ecumênico de acesso a conhecimentos, ou seja ligados a educação do senso religioso. Remetia a responsabilidade quanto à definição de procedimentos e conteúdos, formas de

treinamento, recrutamento e remuneração dos professores para o sistema de ensino (estadual/municipal), admitindo parceria total ou parcial, para este fim, com entidade civil constituída pelas diferentes denominações religiosas.

Nos três projetos estavam claras as seguintes convergências: o ER despido de caráter doutrinário ou proselitista seria parte integrante essencial da formação, sendo que o Estado devia promovê-lo e subsidiá-lo (carga horária, espaço adequado e profissional da educação responsável). Seu caráter plural devia dar condições de acesso à compreensão do fenômeno religioso, além do conhecimento e manifestações em diferentes denominações religiosas.

Essas características satisfaziam os caracteres constitucionais, adequando a relação entre Estado e instituições religiosas, cujo interesse comum é tanto a formação integral quanto o desenvolvimento humano, coadunando com o objetivo constitucional da Educação, conforme o Artigo 205 da constituição brasileira.

Finalmente, o Deputado Pe. Roque Zimmermann (PT-PR) assumiu a relatoria do processo. A proposta encaminhada por ele foi o resultado de estudos, que contou com a colaboração do FONAPER, revendo inclusive o termo “inter-religioso” mal interpretado em versões anteriores. O substitutivo proposto pretendia respeitar o pluralismo religioso.

Depois de diversas negociações, a fim de que as alterações fossem aprovadas, foi aceita a condição de facultatividade da matéria, conforme estabelecido em lei, sendo mantido o espírito e o tema central para a disciplina em sua vocação plural. Foi possível também evitar que alguma tradição assumisse o monopólio da disciplina, sendo proposto o trabalho com os fundamentos da religiosidade e diferentes aspectos das religiões.

Destarte, foi aprovado com quase unanimidade o novo texto do artigo 33 da LDB, na sessão de 17 de junho de 1997, no Plenário da Câmara dos Deputados, e no Senado da República sem emendas no dia 9 de julho de 1997. A lei 9475/1997 foi sancionada pelo Presidente da República, no dia 22 de julho do mesmo ano, de forma que de acordo com ela, o trabalho docente deve priorizar o princípio religioso, sem acentuar esta ou aquela tradição religiosa; com o acolhimento de todos os alunos independente da forma que confesse seu credo. Esta alteração da legislação

foi conseqüência de um significativo movimento articulador promovido pelo FONAPER e outras entidades.

A nova redação do artigo 33 entende o Ensino Religioso como disciplina escolar e área do conhecimento, com a finalidade de reler o fenômeno religioso, este colocado como objeto da disciplina.

As diferentes configurações pelas quais passou o Ensino Religioso são um caminho histórico que precisam ser considerados para que se perceba o papel que os livros didáticos desempenharam para a disciplina. A evolução remonta desde o ensino de uma religião, ocupando ambientes escolares, aspecto defendido historicamente pelo episcopado católico brasileiro, passa pela convivência de diferentes denominações religiosas no mesmo ambiente e evolui para o interconfessional, enquanto educação da religiosidade. Caracteres possíveis de distinção através dos manuais escolares e livros didáticos.

A resposta do legislativo brasileiro com a aprovação da Lei 9475/97 que alterou o artigo 33 da LDB de 1996, incluindo o “ônus” da disciplina para os cofres públicos, ocorreu no mesmo ano da publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso (PCNER) pelo FONAPER, que publicizou, assim, suas discussões e conclusões.

Fato novo no cenário brasileiro se inscreveu quando, em 2009, o decreto legislativo 698, de 7 de outubro, aprovou o Acordo assinado entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé, firmado em novembro do ano anterior.

Nesse acordo polêmico o texto do artigo 11º estabeleceu a “observância ao direito de liberdade religiosa, da diversidade cultural e da pluralidade confessional do País” e ainda “a importância do Ensino Religioso em vista da formação integral da pessoa”, entretanto no parágrafo primeiro consta:

§1º O Ensino Religioso, católico e de outras confissões religiosas, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, em conformidade com a Constituição e as outras leis vigentes, sem qualquer forma de discriminação. (Acordo Brasil-Vaticano 2008)

Causou estranheza na mídia e provocou discussões os termos “Ensino Religioso Católico e de outras confissões religiosas”, e de acordo com o Ministério

da Educação e Cultura o texto é duplamente questionável, tendo em vista o caráter laico da Educação. Além disso, o Parecer 135/2009, expedido por este ministério, se declarava contrário a assinatura tendo em vista sua inconstitucionalidade. Ainda é digno de nota que o Aviso 1161/2008, expedido pelo Ministro de Educação sugeria que no acordo constasse a mesma redação da Constituição Federal em seu artigo 210 parágrafo 1º

Os articulistas da Folha de São Paulo de 25.08.2009 (FOLHA, 2009) que apresentam as controvérsias ligadas ao Acordo Brasil-Vaticano. Além das lacunas legais apresentadas acima, o jornal apresenta pesquisa encomendada pela organização não governamental Católicas pelo Direito de Decidir, que ouviu através do IBOPE um total de 2002 pessoas em todo território nacional, relatando que 78% dos entrevistados rejeitam a assinatura do Acordo.

1.2 NAS INSTÂNCIAS DA EDUCAÇÃO

Em maio de 1997, o Conselho Nacional de Educação (CNE) – buscou esclarecer algumas questões sobre o que se instituiu com relação ao Ensino Religioso, publicando o Parecer 05/1997. Nele estabeleceu a importância da disciplina “para a formação básica comum no período de maturação da criança e do adolescente que coincide com o Ensino Fundamental”. Versa também sobre alguns caminhos, que poderiam ser tomados para que a oferta contemplasse os anseios de diferentes denominações religiosas, de forma associada ou não.

Em outubro o Parecer CNE 12/1997, buscou esclarecer dúvidas quanto a computar as aulas da disciplina dentro das 800 horas mínimas previstas, e foi indicado que não se computassem essas horas-aulas ao total mínimo indicado, devido a não obrigatoriedade de frequência, o que demonstrava um entendimento parcial a respeito da contribuição cultural e função enquanto disciplina do Ensino Religioso para a formação dos alunos.

Não obstante a Câmara de Educação Básica divulgou em 02 de junho de 1998, parecer favorável a que se computassem as horas do Ensino Religioso dentro da carga mínima de 800 horas anuais, em resposta ao questionamento formulado pela Secretaria de Educação de Santa Catarina, que argumentava ter junto às famílias catarinenses um nível de 75% de opção pela frequência ao Ensino

Religioso. Na resposta, contida no Parecer CEB 16/1998, o assunto foi retomado de forma criteriosa, e apresentava inúmeros argumentos justificando a manutenção da carga horária destinada ao ER, incluída na carga mínima anual prevista em Lei, valorizando dessa forma essa disciplina, nos horários normais das escolas.

No ano de 2002 o Parecer CNE/CEB 01/2002 respondeu a nova consulta quanto a carga horária legal para a Educação Básica e sobre freqüência de alunos, a que responde que “o cumprimento do calendário escolar que observe os mínimos estabelecidos em lei não admite exceção” e completa dizendo que a “flexibilidade de organização do ano letivo em ciclos mantém a referência básica do ano para efeito de apuração de freqüência e dias letivos”, ou seja, faz valer o sentido da lei que regia e rege a Educação brasileira.

No ano de 1998, a Resolução nº CEB 02, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, incluiu uma diretriz específica à Educação Religiosa, dentre as áreas do conhecimento – junto com outras disciplinas a serem ofertadas pela Educação Básica, recomendando:

IV - em todas as escolas deverá ser garantida a igualdade de acesso para alunos a uma base nacional comum, de maneira a legitimar a unidade e a qualidade da ação pedagógica na diversidade nacional [...] a) a vida cidadã através da articulação entre vários dos seus aspectos como: [...] Educação Religiosa, na forma do art. 33 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

A Educação Religiosa proposta nestas Diretrizes, assim como as outras disciplinas, deveriam atentar para nuances que podem e devem ser atendidas de forma especial pela matéria:

V - as escolas deverão explicitar em suas propostas curriculares processos de ensino voltados para as relações com sua comunidade local, regional e planetária, visando à interação entre a educação fundamental e a vida cidadã; os alunos, ao aprenderem os conhecimentos e valores da base nacional comum e da parte diversificada, estarão também constituindo sua identidade como cidadãos, capazes de serem protagonistas de ações responsáveis, solidárias e autônomas em relação a si próprios, às suas famílias e às comunidades.

Destarte o Ensino Religioso se vê confirmado como disciplina escolar, conforme o artigo 33, com redação alterada pela lei 9475/1997, apresentada anteriormente, e, conseqüentemente, área do conhecimento. Ele tem como objeto

da disciplina o fenômeno religioso, sem destacar alguma tradição religiosa – abrindo assim condições para o acolhimento de todos independente do credo confessado ou não confessado, conforme diretiva emitida pelo Parecer 04/98 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, CNE, 1998).

O Parecer CNE/CEB 016/98 (BRASIL, CNE, 1998) carrega também a consideração sobre a função social do Ensino Religioso, explicando que “a crença: fé ou vivência é, certamente, plural no meio da humanidade; sua inerência, entretanto, é fundamental e originária”, e chama à escola como lugar dos mais vantajosos para esse conhecimento. Além disso, explicita a necessidade que imprimir as orientações “a todos os sistemas de ensino, em dimensão nacional” (Parecer CEB 016/98, 1998).

Sintetizando: de acordo com o Conselho Nacional de Educação o Ensino Religioso é área de conhecimento da Educação Básica, (Parecer CEB/CNE 04/98 e Resolução CEB 02/98), e disciplina dos horários normais (Parecer CNE 16/98), confirmando o tratamento dispensado na Constituição Cidadã de 1988.

A formação de professores para a disciplina também motivou diferentes questionamentos, e como resposta o Conselho Nacional de Educação, no Parecer 97/99, responde ao questionamento “no que diz respeito à formação de professores para o Ensino Religioso, em nível superior, no Sistema Federal de Ensino” (BRASIL, CNE, 1999) e no estabelecimento de conteúdos para formação destes.

Os relatores do parecer levaram em conta a diversidade das crenças religiosas da população brasileira, a liberdade dos sistemas de ensino na definição dos conteúdos para a disciplina e a conseqüente impossibilidade de definir diretrizes curriculares para a formação destes docentes, de forma a não discriminar alguma orientação religiosa. Concluem que não caberia à União determinar os conteúdos curriculares, a fim de não interferir na “liberdade de crença como nas decisões de Estados e municípios referentes à organização dos cursos em seus sistemas de ensino”. E por isso entenderam que não era competência daquele Conselho autorizar, reconhecer, nem avaliar cursos de licenciatura em Ensino Religioso, sendo incumbência de Estados e Municípios, que além disso fariam valer as determinações legais para o exercício do magistério. Foi reforçado que para o

exercício da docência no ER é necessário ser habilitado, através de licenciatura, em qualquer área de conhecimento conforme Parecer CP/CNE 97/99.

Em novembro, através do Parecer 1105/99 (BRASIL,CNE, 1999) esse entendimento a respeito dos cursos de formação de professores do Ensino Religioso foi confirmado, novamente fazendo menção ao Parecer 97/99 e repetindo as conclusões apresentada pelos relatores. Há um entendimento que nessa formação devam ser considerados: a diversidade religiosa da população brasileira, a liberdade que os sistemas de ensino têm para definir conteúdos de Ensino Religioso e normas para habilitação e admissão de professores, e a possibilidade destes órgãos organizarem “cursos livres ou de extensão orientados para o Ensino Religioso, cujo currículo e orientação religiosa serão estabelecidos pelas próprias instituições” (BRASIL, 1999).

E ainda existe a impossibilidade em definir diretrizes curriculares nacionais para a formação destes docentes e critérios de avaliação de cursos, concluindo que não cabia a União:

determinar, direta ou indiretamente, conteúdos curriculares que orientam a formação religiosa dos professores, o que interferiria tanto na liberdade de crença como nas decisões de Estados e municípios referentes à organização dos cursos em seus sistemas de ensino, não lhe compete autorizar, nem reconhecer, nem avaliar cursos de licenciatura em Ensino Religioso , cujos diplomas tenham validade nacional (BRASIL, CNE 97/99, 1999)

O voto do relator, cuja decisão foi acompanhada pela Câmara, foi contrário que o Conselho orientasse os conteúdos do curso de licenciatura pelas razões acima, e reforçou as determinações pertinentes, e existentes, com relação à formação para o exercício do magistério.

A resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006 instituiu Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, e que indica em seu Art. 4º, que a ação docente deve participar na :

organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando: IX - identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;

Outra influência quanto ao fazer no ER, foi expressa no ano de 2010 que trouxe o documento final do Plano Nacional de Educação (PNE), apresentando por elementos fundantes para “a democratização do acesso, da permanência e do sucesso escolar, em todos os níveis e modalidades de educação, como instrumentos na construção da qualidade social da educação como direito social”, o seguinte

d) Garantir o estudo/aprofundamento da política de educação ambiental, estudo de libras, história da África e culturas afro-brasileiras (Lei nº 10.639, alterada para nº11.645/08), cultura indígena, diversidade étnico-racial, religiosa, orientação sexual e direitos humanos. (BRASIL, 2010, p. 91)

Dada a importância da Educação Religiosa, tema recorrente com relação à formação do povo brasileiro, com relação à sua diversidade também neste aspecto, o PNE (BRASIL, 2010, p. 163) trata da temática indicando as seguintes ações a serem perseguidas nesse decênio:

- a) Inserir, no Programa Nacional do Livro Didático, de maneira explícita, a orientação para introdução da diversidade cultural-religiosa.
- b) Desenvolver e ampliar programas de formação inicial e continuada sobre diversidade cultural-religiosa, visando superar preconceitos, discriminação, assegurando que a escola seja um espaço pedagógico laico para todos, de forma a garantir a compreensão da formação da identidade brasileira.
- c) Inserir os estudos de diversidade cultural-religiosa no currículo das licenciaturas.
- d) Ampliar os editais voltados para pesquisa sobre a educação da diversidade cultural-religiosa, dotando-os de financiamento.
- e) Garantir que o ensino público se pautar na laicidade, sem privilegiar rituais típicos de dadas religiões (rezas, orações, gestos), que acabam por dificultar a afirmação, respeito e conhecimento de que a pluralidade religiosa é um direito assegurado na Carta Magna Brasileira.

Este mesmo ano foi profícuo para a Educação em geral e para o Ensino Religioso em especial, pois a Resolução CNE/CEB Nº 07/2010 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica reafirmou o Ensino Religioso como componente curricular obrigatório.

Nesta resolução consta que o Ensino Religioso deve ser articulado junto aos outros componentes curriculares e áreas de conhecimento, articulando “saberes

significativos que afetam a vida humana em escala global, regional e local, bem como na esfera individual”, é incluído como uma categoria além de: I – Linguagens; II – Matemática; III – Ciências da Natureza; IV – Ciências Humanas (Res. CNE/CEB 7/2010, Art. 15 e 16).

Em julho do mesmo ano foi aprovada a Resolução nº 4 que definiu Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, a saber:

- ensino de 9 anos – com matrícula obrigatória para crianças a partir de 6 anos de idade, cuja distribuição seria em duas fases – os anos iniciais para crianças de 6 a 10 anos, e anos finais para aquelas com idade entre 11 e 14 anos;
- educação como “direito universal e alicerce indispensável para o exercício da cidadania em plenitude”, sendo condição *sine qua non* para a conquista dos demais direitos;
- a educação infantil com vistas às dimensões do cuidar e do educar, onde o centro das ações é o educando;
- promoção de aprendizagem para além da sala de aula; e
- o Ensino Religioso integrando a base comum.

Novamente a importância do tema é contemplada no artigo 9 da Resolução Nº 3, de 16 de maio 2012, que define diretrizes para o atendimento de educação escolar para populações em situação de itinerância, em seu parágrafo 2º orienta que

o atendimento socioeducacional ofertado pelas escolas e programas educacionais deverá garantir o respeito às particularidades culturais, regionais, religiosas, étnicas e raciais dos estudantes em situação de itinerância, bem como o tratamento pedagógico, ético e não discriminatório, na forma da lei.

Isso se impõe como um desafio que pode ser alcançado por posturas dialógicas e fenomenológicas – que devem ser perseguidas pelos docentes do Ensino Religioso.

Em 30 de maio de 2012 a Resolução nº 1 que Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Apresenta como sua finalidade “promover a educação para a mudança e a transformação social”, e tem seus fundamentos nos seguintes princípios: I - dignidade humana; II - igualdade de direitos; III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; IV - laicidade do Estado; V - democracia na educação; VI - transversalidade, vivência e globalidade; e ainda VII - sustentabilidade socioambiental. O destaque quanto a alínea IV, que

indica a laicidade do Estado, também converge para o que a lei indica que se pratique no Ensino Religioso na Educação Básica e Pública.

Também de 2012 é a Resolução nº 5, de 22 de junho que Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, que no art. 5º orientou que na “organização da escola indígena deverá ser considerada a participação de representantes da comunidade, na definição do modelo de organização e gestão” para que se respeite, entre outras coisas, suas práticas socioculturais, religiosas e econômicas. E isso também positiva as pesquisas e as práticas dos profissionais de Ensino Religioso que incluem as religiões indígenas em seus planejamentos e conseqüentemente na formação de nossas crianças e jovens.

De forma semelhante a Resolução nº 8, de 20 de novembro do mesmo ano, busca estabelecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, orienta que se considere a liberdade religiosa como princípio tríplice para formação. Os princípios jurídico, pedagógico e político devem “a) superar preconceitos em relação às práticas religiosas e culturais das comunidades quilombolas, quer sejam elas religiões de matriz africana ou não; e b) proibir toda e qualquer prática de proselitismo religioso nas escolas”. Isso é consonante aos princípios exarados para o Ensino Religioso.

Existem ainda inúmeros documentos tramitando na Câmara Legislativa a respeito do Ensino Religioso, e, portanto alvos de considerações e pareceres, dos quais a Educação brasileira e sua complexidade urgem que estejam em sintonia.

Tramitam dois Projetos de Lei de 2011, um de 2009 e três de 2007, além de indicações ao poder executivo, como por exemplo, com relação ao material didático (manuais ou livro) para o Ensino Religioso, e pedido de informações ao Ministro de Educação quanto à operacionalização da disciplina.

2. LIVRO DIDÁTICO: UMA LEITURA

Nos materiais, ambientes e espaços utilizados, nas leis a respeito, nas relações, experiências e expressões nascidas ou dirigidas para o meio escolar é possível observar a construção dos processos educativos ao longo do tempo, entendendo os componentes da cultura escolar.

Essa cultura escolar, que também pode ser analisada pelo Livro Didático, é encontrada onde a escola está institucionalizada. No continente europeu mesmo antes da existência da imprensa, os estudantes universitários produziam os próprios cadernos de textos. Os livros eram poucos, normalmente escritos à mão e a prática do ditado remonta essa época, sendo uma forma de baratear o acesso aos textos escolares (GATTI JUNIOR, 2004, 32). Isso mudou com o advento da imprensa, a produção em série dos livros.

Os primeiros suportes para a escrita foram as tabuletas de argila ou pedra, depois o volumén, que como um cilindro de papiro, era desenrolado ao passo da leitura e tinha a característica material da fragilidade, já que obtido de uma planta. Foi substituído o pergaminho, que confeccionado com couro animal acrescentava a possibilidade de durabilidade, e evoluiu ao codex, apresentando páginas costuradas, e que mais se aproxima do que hoje é o Livro. Outro salto evolutivo é o texto eletrônico e a utilização de diferentes suportes midiáticos para leituras, como é o caso dos computadores, tablets, celulares e outros equipamentos, o que desmaterializa a obra e desterritorializa as características de autoria (CHARTIER, 1998).

Assim o suporte de texto, quando “manuscritos ou impressos, os livros são objetos cujas formas comandam, se não a imposição de um sentido ao texto que carregam, ao menos os usos de que devem ser investidos e as apropriações que são suscetíveis” (CHARTIER, 1998, p. 8), e ainda carece de observação e análise quanto as formas que são e serão assumidas dos textos eletrônicos. As análises devem ser objetos de busca pois “tudo o que o homem diz ou escreve, tudo o que constrói, tudo o que toca, pode e deve fornecer informações sobre eles” (BLOCH apud LE GOFF, 1998, p. 104).

A natureza do livro didático, ou da literatura escolar no entender de Choppin (2004, p. 552), se entrecruza em três gêneros que participaram, e alguns ainda participam, do processo educativo: a literatura religiosa, representada pelo catecismo, que alimentou a escola com livros de “perguntas e respostas”, a literatura didática, técnica ou profissional, que variava conforme o lugar e o tipo de ensino e ainda a literatura de lazer, cuja dinâmica foram incorporadas aos livros didáticos, com produções cada vez mais atraentes.

Choppin (2004, p. 553) destaca as múltiplas funções dos didáticos, sendo elas: a referencial, instrumental, ideológica e a documental, e explica que elas podem “variar consideravelmente segundo o ambiente sociocultural, a época, as disciplinas, os níveis de ensino, os métodos e as formas de utilização” (idem). A função referencial indica que o livro didático é “apenas a fiel tradução do programa” (idem) ou currículo. Enquanto instrumental ele “põe em prática métodos de aprendizagem” (idem) e envolve, de acordo com o contexto, facilitar a memorização, favorecer aquisição de competências, habilidades, etc. Quanto a função ideológica e cultural sua gênese tem relação com a constituição dos estados nacionais, e com o desenvolvimento de sistemas educativos, assim o “livro didático se afirmou como um dos vetores essenciais da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes” (idem), e o autor ainda o apresenta como “instrumento privilegiado de construção de identidade, geralmente ele é reconhecido [...] como um símbolo da soberania nacional” (idem), o que confere mais um elemento qualificador a ser observado, pois pode revelar a função cultural que o livro didático encerra. Além disso, o Livro Didático tem função documental, podendo fornecer, se a sua leitura não for dirigida, um conjunto de textos e ícones, que podem desenvolver a criticidade do aluno (idem), entretanto Choppin (2004) destaca que essa afirmação só pode ser feita com muitas reservas.

A utilização dos estudos de Chartier tem se constituído referenciais para historiadores⁶, e em especial àqueles da Educação. O autor ao considerar os manuais escolares, desde sua elaboração, edição e distribuição, concebe estes materiais como produção cultural e ao analisar as condições de consumo restitui sua

⁶ A respeito do Livro didático foram encontrados diferentes pesquisas, autores, épocas e problemáticas, portanto se indica para aprofundamento: Chartier, Hébrard, 1995; Munakata, 1997; Choppin, 2004; Gatti Junior, 2004; Galvão, Batista, 2008; e Bittencourt, 2008.

historicidade (CHARTIER, 2002, p.52-53). Ainda assim, a história cultura transborda da materialidade, conteúdos e práticas, com um amplo espectro de possibilidades, tendo em vista permitir um debruçar a partir das pistas deixadas na construção do fazer escolar.

Buscando a compreensão da história deste componente curricular buscou-se o aporte metodológico e teórico da História Cultural cuja flexibilidade pode ampliar a visão a respeito do objeto desta pesquisa.

O modo de articulação entre os recortes sociais e as práticas culturais tem sido o esforço dos historiadores da cultura, com base nas teorias desenvolvidas por Burke, Chervel e Chartier.

Opta-se pelo posicionamento histórico em Chartier, tendo em vista seus conceitos de representação e apropriação, obtidos em pesquisas cujo foco foram os impressos e suas diferentes leituras, que podem, contribuir também para a formação docente. Chartier contribui de forma especial ao sintetizar conceitos de outros teóricos como Pierre Bordieu, Michel de Certeau, Michel Foucault e outros que dão lastro para a formulação dos próprios conceitos

Servir-se de aporte teórico que este autor desenvolve, é poder refletir a respeito da representação e apropriação dos livros didáticos na construção do Ensino Religioso e descobrir “um conjunto de significações que se enunciam nos discursos ou nas condutas aparentemente menos ‘culturais’” (CHARTIER, 2002, p.59). Isso vai além do entendimento de ser a cultura estabelecida somente por uma estrutura, como se fosse um nível à parte do todo social. Na verdade é necessário pensá-la como o todo das relações, incluindo as econômicas ou sociais, que envolvem os esquemas de percepção e de apreciação de diferentes sujeitos e suas representações constitutivas – e a isso se pode chamar Cultura (CHARTIER, 2002, p.59) que inclui a dimensão prática da vida

Os livros didáticos produzidos para a disciplina do Ensino Religioso são fonte e objeto desta pesquisa, e, para investigá-los foi necessário compreender que ele é

“apreendido de modo bastante diferenciado⁷”, e pensar nos múltiplos conceitos possíveis:

“material impresso, estruturado, destinado ou adequado a ser utilizado num processo de aprendizagem ou formação”; materiais “caracterizados pela seriação dos conteúdos”; “mercadoria”; “depositário de conteúdos educacionais”; “instrumento pedagógico”; “portador de um sistema de valores”; “suportes na formulação de uma História Nacional”; “fontes de registros de experiências e de relações pedagógicas ligados a políticas pedagógicas da época”; e ainda materiais “reveladores de ângulos do cotidiano escolar e do fazer-se da cultura nacional. (GATTI JUNIOR, 1997, p. 30)

Estas múltiplas facetas, componentes do ensinar e aprender, são vastos campos de pesquisa cuja investigação pode auxiliar a compreensão a respeito da construção das disciplinas. Isso está de acordo com o que ensina Lakatos e Marconi (2007, p. 107) quando dizem que “as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época”.

Dessa multiforme massa, que se ocupa a História da Educação, não há uma apreensão completa, pois “muito do que ocorre no universo da educação ainda é pouco conhecido pelos pesquisadores – e mesmo pelos professores” (GALVÃO e LOPES, 2011, P. 11), esse contato com o que é novo, ou “contato com o que é diferente pode possibilitar, por similitude e diferença, uma maior compreensão de si e da própria cultura” (idem), e que conforme apresenta Le Goff é objeto cultural, que visa promover o processo civilizador,

Chartier (1976) destaca dois pontos a respeito da história do livro. Primeiro ser uma mercadoria produzida para o comércio e, portanto deve gerar lucro, e, além disso, por conta de ser portador de cultura que é transmitida pelas imagens e textos.

Este portador de cultura vai além das relações de conhecimento, influenciando aquelas de poder e autoridade, através do capital cultural ou social,

⁷ Gatti Junior (1997, p.30, 31) elencou conceitos dos seguintes pesquisadores: “Circe BITTENCOURT, *Livro Didático e Conhecimento Histórico: uma História do Saber Escolar*. p.3. Lídia Izezon de CARVALHO, *A Distribuição e circulação de livros nas Escolas pau listas*. p. 17-18. Anelise M. M. de CARVALHO, *Pregadores de Idéias, Animadores de Vontades: livros didáticos - nos anos 1930/1940*. p. 3. João A. Batista OLIVEIRA, *A PoUtica do Livro Didático*. p. 11. Kazumi MUNAKA TA. *Produzindo Livros Didáticos e Paradidáticos*. p.12.

aferindo ou não importância às pessoas, promovendo ou não posição de prestígio – o que se reflete no modelo de civilidade praticável em determinada época.

Quer seja em seu conteúdo ou na disposição técnica de sua materialidade o livro comunica e é testemunho (histórico) que pode assumir diferentes significados (Burke, 2005). Em especial ao buscar entendê-lo enquanto livro didático como produto cultural de uma sociedade, está interligado à própria cultura de sua época, métodos de ensino e interesses editoriais.

É notório que este que vinha historicamente e soberanamente no formato impresso, tem demonstrado uma mudança em sua apresentação com a popularização de acesso a novas tecnologias e mídias, inclusive nas salas de aula.

O livro didático pode receber diferentes conceituações: “fonte de registros de experiências e de relações pedagógicas ligados a políticas pedagógicas”, como “depositário de conteúdos educacionais”, como instrumento pedagógico⁸, e ainda outros conceitos por conta das pesquisas a respeito deste material

Enquanto “produto” ou “mercadoria” pode refletir diferentes correntes pedagógicas e algumas vezes pode ser acusado por fragmentar o conhecimento, além do empobrecimento conteudístico e esvaziamento da reflexão crítica.

O Ministério de Educação indica que é possível melhor entendê-lo analisando seus reflexos sobre a própria História da Educação, compreendendo conceitos e características (BRASIL, MEC/SEB, 2006), indo além daquilo que está apresentado nas páginas do Livro, ou seja, nos processos produtivos, de distribuição e recepção do conhecimento, analisando a forma como as pessoas recebem e transformando-no, podendo ser limitador ou transformador para as aprendizagens.

Desta forma, é necessária reflexão que vá além do autor, sua obra e sua intenção imediata, pois Chartier (1976) demonstra que as relações com editores, ilustradores e leitores influenciam diretamente no objetivo final. Em especial com relação aos didáticos da disciplina, é perceptível que a uniformidade de pensamento, divulgação de crenças e inculcação de valores e normas pode variar na forma como

⁸ Os conceitos podem ser aprofundados em: BITTENCOURT, Circe.M.F. Livro didático e conhecimento histórico: Uma história do saber escolar. Tese de doutoramento, Universidade de São Paulo, 1993. MUNAKATA, Kazumi. Produzindo livros didáticos e paradidáticos. 1997. Tese de doutoramento, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997. OLIVEIRA, João Batista Araujo e; GUIMARÃES. Sonia Dantas Pinto. A Política do Livro Didático. São Paulo: Summus, entre outros pesquisadores e autores.

influencia diferentemente de pessoa para pessoa, e grupo para grupo – pois as possíveis leituras e utilizações que dele se faz e se dá são múltiplas.

Nessa multiplicidade de influencias, leituras e utilização dos livros, se confirma o pensamento que a “leitura de um livro é ato contraditório, e estudar seu uso é fundamental para o historiador compreender a dimensão de uso desse objeto cultural” (BITTENCOURT, 2008, p. 15), visando a complexidade enquanto instrumento formativo.

Por isso mesmo a ideia que o livro didático seria apenas um manual escolar urge ser rechaçada. Nos últimos anos tem ficado claro que ele sofre múltiplas influências, entre outras aquelas advindas das políticas educacionais de sua época destacadas, além, é claro, daquelas do mercado editorial que influenciam sobremaneira o produto final. Sofre influência e influencia não só a produção, distribuição e circulação, porém e talvez principalmente a forma como as relações se dão na escola, refletindo isso tudo na construção da disciplina Ensino Religioso.

Faz-se necessário lembrar que, as editoras, receberão destaque somente aquelas que produziram os livros didáticos que serão analisados, pois carregam também indícios e pistas que podem ampliar a análise a respeito do tema. A opção por publicar didáticos em face dos não didáticos, a efetividade de seu trabalho no cenário nacional, seu poder de distribuição, seu envolvimento com outras temáticas, sua confessionalidade ou não, são pistas que podem indicar quanto representam em face do Ensino Religioso que atenda aos preceitos legais da Educação Brasileira.

2.1 CARACTERÍSTICAS E CONCEITOS

Utilizando o conceito de livro como folhas escritas, cobertas com capa, com páginas ordenadas, que são coladas ou costuradas e tecnicamente deve possuir mais de 48 páginas (HOUAISS, 2009), percebe-se que isso tem assumido outras formas, pois também se configura como suporte portátil que consiste de uma série de páginas impressas e encadernadas que preserva, anuncia, expõe e transmite conhecimento ao público, ao longo do tempo e do espaço (HASLAM, 2007, p. 9), e ainda pode ser compreendido como resultado do exercício do intelecto, que reúne conhecimento e expressão coletiva ou individual (idem). Para Haslam (2007), é

objeto de consumo e por isso também tem produção seriada, cuja impressão e distribuição são realizadas por meios industriais.

Enquanto meio de conservação e disseminação da informação (Paiva, 2010, p. 83-84) acompanhou e é resultado de uma longa evolução: da escrita, do suporte, da aprendizagem, da observação, portanto o livro é entendido como registro, como aquele que instrui porque significa aquilo que tem valor, sentido, expressão. É suporte e comunicação (Paiva, 2010, 15) e, além disso, “carrega consigo a missão de educar, civilizar, universalizar e instruir” (TOLEDO apud ORLANDO, 2013, p. 11)

Propondo a compreensão a respeito de livro didático Bittencourt o qualifica como:

suporte de conhecimentos escolares propostos pelos currículos educacionais. Essa característica faz que o Estado esteja sempre presente na existência do livro didático: interfere indiretamente na elaboração dos conteúdos escolares veiculados por ele e posteriormente estabelece critérios para avaliá-lo, seguindo, na maior parte das vezes, os pressupostos dos currículos escolares institucionais (2004, p. 301).

As primeiras pistas de dificuldade para análise do Livro Didático do Ensino Religioso surgiram quando se comprovou que não havia uma proposição oficial para o currículo da disciplina, contudo a própria disciplina, as escolas e os alunos são reais, ainda que o Livro Didático seja usado somente em escolas particulares, confessionais ou não. Por isso mesmo, foi necessário olhar para a fonte e fazer uma análise crítica do documento, que carregado de historicidade, comunicaria seu papel para a construção da disciplina, pois

o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite “a memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (TOLEDO apud ORLANDO, 2006, p. 1806.)

Considerou-se que o Livro Didático é um documento produzido por determinados agentes, e que expressa um conjunto delimitado de interesses e ideias. Esses agentes falam de um lugar social (Certeau) e que carregam os valores próprios deste lugar de fala, cabendo, portanto, perceber quais seriam esses valores. Por isso mesmo se faz necessário considerar que o “livro didático (LD) não

pode ser compreendido isoladamente, fora do contexto escolar e social. É um produto cultural – com suas especificidades, é claro – e, portanto, conformado segundo a lógica da escola e da sociedade onde está inserido” (DAVIES, 1996). Sua função e ele próprio se entrecruza, além da própria cultura, também com a pedagogia, com a produção editorial e produção da sociedade (STRAY, 1993, 77-78).

Outras funções são a curricular e a instrumental. A primeira se traduz em reunir conteúdos escolares, ou seja, como suporte sistematizador de conteúdos elencados pelas propostas curriculares e a segunda enquanto instrumento pedagógico, municia de técnicas de aprendizagem, ao utilizar-se de exercícios, questionários, além de indicação e apresentação de leituras, e sugestão de trabalho individual ou em equipe. (Bittencourt, 2008).

Na função cultural é significativo seu contributo ao revelar as histórias das práticas educativas e do pensamento, e também por portar conteúdos reveladores de representações e valores predominantes num certo período de uma sociedade (CORREA, 2000, p. 11), de fato o livro didático é importante via para se entender as relações da construção do saber, também por ter se consagrado, ao longo do tempo, como “fiel depositário das verdades científicas universais” (GATTI, 2004, p. 36).

O uso do livro didático que muitas vezes atua como “insubstituível muleta” ao professor que, paulatinamente, vem perdendo a dignidade, que vê aferida a origem do vigor deste material na “anemia cognitiva do professor”, cuja permanência e ampliação de uso estariam diretamente ligadas ao “lucro indiscutível e estrondoso das editoras”, tornando-se imprescindível, conforme SILVA (1996).

Sem dúvida, a importância do material didático está ligada aos usos que são feitos dele (MANTOVANI, 2009). É importante a forma como ele é empregado ou reempregado e Certeau explica que “como na literatura se podem diferenciar ‘estilos’ ou maneiras de escrever, também se podem distinguir ‘maneiras de fazer’ – de caminhar, ler, produzir, falar etc” (1994, p. 92-93), e isso independe de quem o produz, edita, publica, distribui – pois os usos são resultados diretos do chamado “consumir”. Ao pensar em usos Certeau usa como exemplo textos jornalísticos ou ritos de colonização, então poderia ser difícil dimensionar o uso com objetos

educacionais, que envolvem diferentes atores e diferentes espaços (professores e estudantes, dentro e fora do ambiente escolar), e no caso do Ensino Religioso ainda a limitação de carga horária semanal, que pode propiciar o uso do Livro Didático pelo aluno desacompanhado ou acompanhado pela família.

O livro didático tem também diferentes funções na escola. Conforme Choppin (2004) pode ser função referencial contendo o programa ou a interpretação da disciplina; função instrumental, ao apresentar metodologia de ensino atividades e exercícios; função ideológica/cultura como vetor da língua, cultura e valores de classes dirigentes; e ainda função documental cuja observação ou confrontação com textos e imagens podem desenvolver a criticidade do estudante. Compreender essas funções possibilita perceber seu papel para a construção da disciplina.

Com relação ao uso do material didático, vale lembrar ainda, que grande parte dos livros destinados para o Ensino Religioso emergem de experiências locais, muitas vezes alimentados por reflexões e formações de secretarias de educação (municipal/estadual) e outros grupos de estudo locais, que não previam o alcance que tomaria. Alguns trabalhos foram reunidos e tomaram proporção que não se previa em seu começo. Na recomposição dos materiais muito pode ser mudado, esquecido ou transformado, e Certeau (1994, p. 94) ainda se refere ao uso, que pode ser ele mesmo senhor dessas mudanças:

Na realidade, diante de uma produção racionalizada, expansionista, centralizada, espetacular, barulhenta, posta-se uma produção do tipo totalmente diverso, qualificada como 'consumo', que tem como característica suas astúcias, seu esfarelamento em conformidade com as ocasiões, suas 'piratarias', sua clandestinidade, seu murmúrio incansável, em suma, uma quase-invisibilidade, pois ela quase não se faz notar por produtos próprios (onde teria o seu lugar?) mas por uma arte de utilizar aqueles que lhe são impostos. (CERTEAU, 1994).

Os livros (HASLAM, 2007, p. 6), apresentam como uma das formas mais antiga de documentação; registrando conhecimento, ideias e crenças estando intimamente ligado à história da humanidade, que além de disseminar a informação também a conserva, é antes de tudo um objeto portátil, e por isso pode "ser carregado à escola; ser aberto; ser rabiscado [...] ser dobrado; ser lido em voz alta em alguns trechos e em outros, em silêncio; ser copiado [...]; ser transportado de volta a casa; ser aberto de novo; ser "estudado" (MUNAKATA, 1997, 204). Isso

indica não uma relação platônica, pois está envolvida uma dimensão de prática, que entre atividades e exercícios é efetivada a aprendizagem.

Assim o livro didático que é utilizado em aulas e cursos, provavelmente foi escrito, editado, vendido e comprado, tendo em vista essa utilização escolar e sistemática, portanto para ser considerado didático, um livro precisa ser usado, de forma sistemática, no ensino-aprendizagem de um determinado objeto do conhecimento humano, geralmente já consolidado como disciplina escolar. Além disso, o livro didático caracteriza-se ainda por ser passível de uso na situação específica da escola, isto é, do aprendizado coletivo e orientado por um professor. Estes livros com certeza apresentam o conteúdo adequado ao currículo, quando ele existe, leiturabilidade e inteligibilidade apropriados ao público alvo, subdivisão das obras em partes, como texto propriamente dito, boxes, resumos glossário, bibliografia, atividade e exercícios, etc, ou seja, uma estrutura de organização adequada à aprendizagem; e, sobretudo, subordinação do estilo do texto e da arte gráfica a esse objetivo de servir de instrumento auxiliar de ensino-aprendizagem (MUNAKATA, 1997, 101).

É perceptível, portanto, que livro didático tem claros seu público alvo e sua finalidade: aprendizes e processos de aprendizagem e ensino. E é na interação entre o professor e as crianças e jovens que sua função se consolida e se justifica. Porém, assumindo didática como “a arte de ensinar”, baseado em Comenius em 1657, se faz necessário olhar para os processos de aprendizagem e ensinagem como transbordantes à mera instrução – no sentido de transmissão do conhecimento, ou seja, do dizer como fazer. Didático tem sua raiz semântica na palavra “*didaktikos*” como adjetivo, daquilo que é próprio para instruir, por isso também se espera que esse material, verdadeiramente conduza a construção do conhecimento.

Baseado no apresentado acima se conceitua Livro Didático, como publicação de caráter eminentemente pedagógico, em que sua estruturação/ diagramação, impressão, veiculação e utilização se confirmam adequadas aos processos de formação ou construção do conhecimento, além de comunicar aspectos que emanam da cultura de sua época.

Para isso, se faz necessário debruçar-se no assunto “livro didático” tendo claro o contexto social, econômico e conseqüentemente histórico, e compreender nas relações que se estabelecem entre o produto cultural – no caso o livro destinado ao uso escolar, chamado de didático, e os seus consumidores, professores e alunos, as condições históricas de manejo desses materiais que são tão importantes quanto os conteúdos neles são veiculados.

A importância dos livros didáticos nos seus aspectos culturais é temática da Nova História Cultural, pois, conforme Chartier (2002, p.52-53) é preciso, através da análise de sua produção, elaboração, edição e distribuição, além de analisar referenciais específicos sobre as condições de consumo considerar “tal prática como [também] uma produção cultural, restituindo-se, portanto, a sua historicidade”.

A história do livro didático contribui para a escrita da história, e neste caso os livros didáticos da disciplina do Ensino Religioso contribuem com dados para entender os ditames civilizatórios para a disciplina, pois, conforme Elias (1994) mesmo não havendo uma intenção explícita de cada sujeito em produzir civilização, são os atos desses, que se juntando a outros se tornam universais e acabam dando condições para que os processos civilizatórios se façam percebidos.

Elias (1994) ao analisar livros que tratavam sobre boas maneiras para formação de crianças da aristocracia na Idade Média destaca, em especial, aspectos daqueles de autoria de Giovanni Della Casa e de Erasmo de Rotterdam, apresentando que as regras ensinadas foram de tal forma incorporadas a ponto de se tornarem hábitos naturalizados, de forma que caso uma pessoa se voltasse no tempo teria algumas surpresas em considerar-se civilizado, e testemunhar a forma como essa evolução se deu (idem).

A alteração de comportamento está ligada à ética, moral, valor interno e também as influências das relações com outras pessoas (Elias, 1994). A intenção do autor era discutir a forma como princípios que influenciavam a estrutura interna daquelas sociedades, presentes em alguns livros para uso específico de uma parcela da população, foram apropriados na vida da burguesia. Essas regras acabaram por orientar as relações e a vida em sociedade, chegando seus reflexos à atualidade.

No caso dos livros didáticos, também é perceptível que seus usos tenham influenciado na conformação social, apesar de que conforme Elias (1994), é necessário se despir das convicções deste tempo, para alcançar as diferenças de costumes peculiares à cada época.

As diferentes formas como materiais didáticos deram resposta a diferentes demandas sociais podem ser sondadas através dos livros, no caso da presente pesquisa primeiro aqueles do ensino de uma religião, cujas funções foram a catequização, alfabetização, conformação civilizatória, organização da sociedade, e que com a formalização do espaço escolar, se modificou (será?) e assumiu a posição de disciplina escolar com o Ensino Religioso, pois também esses livros tem dado sua contribuição (em maior ou menor medida) para a configuração de sociedades ao longo dos tempos.

Considerando que os livros didáticos, baseado nas análises de Elias (1994), apresentam caracteres que vão além da formação, eles tem potencial para, em conjunto com outros fatores, tornar possível entender a própria escola e em uma escala maior a Educação brasileira.

2.2 HISTÓRIA DOS LIVROS DIDÁTICOS

Para realizar a difusão da produção do conhecimento existem diversas possibilidades, entre as quais a publicação de livros que resultam de pesquisas, eventos e outras ações de especialistas das diferentes áreas. Os livros, ao longo dos séculos, possuem uma história que envolvem várias questões, como a preservação e acessibilidade das informações, seus avanços tecnológicos, até o procedimento de fabricação do livro. É importante ressaltar que o livro contemporâneo deve ser visto como processo da ação humana, feita por diferentes povos através de milhares de anos.

Os livros emergem na antiguidade com os mesopotâmios e egípcios. Cada qual, ao seu modo, desenvolveu uma forma peculiar de registrar seus conhecimentos e experiências através da escrita. Utilizando para tal tarefa materiais que encontravam mais facilmente. Os mesopotâmios utilizavam tabuletas de argila; os indianos faziam livros de folhas de palmeiras; os maias e astecas utilizavam um material macio existente entre o caule e a casca das árvores; e os romanos

escreviam em “tabuletas de madeira chamadas *pugillares*, recobertas por camada de cera e marcadas em instrumento pontiagudo conhecido como *stilus* ou *graphium*” (Paiva, 2010, p. 16), as quais possuíam arestas perfuradas de um lado para serem amarradas.

Vencidos os anos dos papiros e códices, no início da Idade Média, o Império Romano estava em ruínas e a invasão bárbara fez com que os livros e as bibliotecas fossem destruídos; as bibliotecas que restaram estavam nos mosteiros, fazendo da cultura um privilégio do clero. Nessas bibliotecas os livros eram manuscritos, reproduzidos por pessoas especializadas do clero, denominados monges copistas, (herdeiros dos escribas egípcios ou dos librai romanos); os quais passavam grande parte de sua vida para concluir uma única obra. Tais obras eram recheadas de iluminuras e a caligrafia ricamente decorada, transformava o livro nesse período numa obra de arte de valor inestimável, o que tornava seu acesso extremamente restrito.

Durante a Idade Média a arte de confecção dos livros recebeu certa evolução, ganhando um senso estético, como a introdução de margens, divisão em capítulos, paginação, a separação de palavras, a pontuação no texto, o uso de letras maiúsculas, índices, sumários e resumos. O pergaminho é lentamente substituído pelo papel. No século XII ocorreu o desenvolvimento das Universidades no Al-Andaluz (o sul da Espanha, então ainda árabe), na Itália, na França, na Inglaterra e em Portugal; isso ocorre junto com a ascensão da classe burguesa. Os avanços nos meios acadêmicos, dentre outros fatores, contribuíram para que a cultura erudita saísse dos conventos e mosteiros e fosse acessível (desde que houvesse dinheiro e vontade para isso) a pessoas de diferentes proveniências. A formação cultural era um dos meios de ascensão social; desse modo os burgueses estavam interessados em obtê-la, enquanto a aristocracia, em sua maioria, não sabia e nem queria aprender a ler.

Os códices ou livros manuscritos sofreram uma grande expansão, e foram criadas tecnologias de produção em massa de manuscritos através de copistas que reproduziam diariamente livros e manuais para os estudantes.

Os intelectuais vindos do Império Bizantino, atraídos pela prosperidade burguesa do século XV, traziam seus conhecimentos e livros impregnados pela

cultura greco-romana de concepção francamente humanista. Esta perspectiva é que passa a orientar a formação cultural da burguesia italiana e, acabou incentivando dentro da Europa uma proposta cultural chamada Renascimento, que exigiu a confecção de novas obras humanistas.

No século XVI, os italianos entram em decadência devido à ascensão da burguesia portuguesa com a expansão marítima, que a cada nova expedição náutica trazia novos conhecimentos das terras distantes, incentivando assim a produção literária.

Esse desenvolvimento cultural iniciado no século XII até o século XVI impulsiona o crescimento da arte da tipografia que a princípio funcionava como aspecto da xilogravura, onde eram esculpidas letras em bloco de madeira que era mergulhado em tinta e pressionado contra a folha de papel. A tipografia era simplesmente o aperfeiçoamento desta técnica, pois em vez de utilizar um bloco com um texto fixo, utiliza-se um grande número de pequenas peças, cada qual entalhada com uma única letra, o “tipo”, que unidos formam palavras e após a impressão podem ser reutilizados em outra impressão. Mas não se pode ignorar que se esta técnica teve impacto por si só, foi porque já existia uma procura ávida de livros, principalmente por uma burguesia rica e sedenta de saber.

Essa tecnologia revolucionou a cultura moderna, cujo desenvolvimento é atribuído à Johannes Gutenberg, que em 1455, inventou a imprensa com tipos metálicos móveis reutilizáveis. A imprensa revolucionou a cultura no sentido de facilitar a produção de livros rapidamente e em grande quantidade, popularizando assim a leitura.

Nessa época é citada a produção da Bíblia, como um importante marco, traduzida do latim para o alemão, sendo a primeira obra realizada desta forma. Na segunda metade do século XVI, o livro adquire seu formato atual.

O surgimento da revolução industrial inglesa, a partir de 1750, trouxe mudanças no modo de produção de bens. A produção de livros não ficou de fora dessa onda de mecanização, resultando na produção em massa das obras literárias e, por sua vez, em seu barateamento.

O período contemporâneo é marcado pelo surgimento da informação não linear, oriunda dos jornais ou das enciclopédias, além da elevada qualidade do

acabamento dos livros nas edições de luxo, sendo que a socialização ou difusão do conhecimento é essencial para que uma área seja estruturada e desenvolvida.

Enquanto a produção dos textos didáticos ocorreu antes mesmo da invenção da imprensa, são encontrados cadernos de textos caros, raros e produzidos pelos próprios estudantes universitários europeus, que com a imprensa tornaram-se produtos feitos em série (GATTI JUNIOR, 2004).

Um possível ponto inicial a respeito do livro didático, em língua portuguesa, está no material de autoria de João de Barros – “A Cartilha” publicada em 1540 – época de efervescência das navegações. As cartilhas utilizadas no Brasil eram importadas, pois até a vinda da Corte Portuguesa a publicação de livros nacionais era proibida (SCHEFFER et al, 2007).

2.3 O LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL

Um dos materiais que remete à gênese do livro didático em terras brasileiras se localiza com o “Tesouro dos Meninos”, que circulou na segunda metade de 1800 (ZILBERMAN, 1996), contudo a história do mercado editorial brasileiro se inicia com a vinda da família real em 1808, sendo antes disso proibida a existência de uma gráfica no Brasil, com a venda dos livros restrita (HALLEWELL, 2005).

É incontestável que a origem do livro didático tem ligação direta com o poder instituído, onde é mais clara a interferência de interesses externos aos da Educação, o que é menos perceptível na produção cultural de outros livros.

A interferência do Estado e da Igreja no projeto educacional brasileiro, tanto no século XIX quanto no início do século XX, é indiscutível, quer seja pela aproximação e influência direta, quer seja pelo afastamento e articulação de oposição. Quer fosse provocando conflitos ou conciliando interesses, expressavam a contradição de uma proposta de educação escolar com base em transformações econômicas e políticas configuradas.

Num primeiro momento se observa que os projetos educativos promoviam livros segundo modelos estrangeiros, notadamente franceses e alemães, e posteriormente norteamericanos, sendo que os livros escolares eram adaptados de obras estrangeiras.

A reforma pombalina e a ênfase dada aos livros, em substituição a orientação pedagógica da Companhia de Jesus, determinou a implementação do Novo Método. E ainda que a proposta do marques de Pombal tenha contado com o apoio de outras ordens religiosas para sua efetivação, ela aproximou a educação de uma educação leiga. Dentre as alterações significativas desta reforma está a formulação de um novo saber escolar, em substituição da *Ratio Studiorum*, método minucioso dos jesuítas e de outras ordens religiosas, que pouco detalhado nos conteúdos e métodos, trouxeram dificuldades ao transmiti-lo a docentes leigos, que remunerados, tornar-se-iam o funcionalismo público.

Os livros aprovados por Sua majestade substituíram aqueles que, por exemplo, ensinavam a gramática latina pelo método antigo. A divulgação do nome dos livros aconselháveis por Portugal, que ligados ao novo método, foram indicados para uso nas escolas régias, além de estabelecer a quantidade dos livros a serem impressos. A escassez dos volumes autorizados tornou-se um fator limitador para que o novo método fosse efetivado pelos docentes, tornando-se um complicador para que o método jesuítico fosse substituído efetivamente. Além de veicular conteúdo e método segundo a reforma, o livro escolar serviu para a formação do professor, tendo em vista uma escola secularizada e pública.

O Ato Adicional de 1834, responsável por algumas alterações e adições à Constituição Política do Império atribuiu às províncias o direito de legislar “sobre a instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la” (Art. 10, parágrafo 2º, Lei 1834). Porém essa possibilidade de legislar se deu de forma parcial, pois a nomeação dos presidentes das províncias era feita pelo Governo Imperial, e assim estes submetiam-se as determinações régias.

A Igreja e o Estado balizavam a adoção e utilização dos livros nas escolas, em diferentes níveis. Posteriormente, o Estado Republicano teve destaque nessa tarefa, quando assumiu função junto a escola pública, principalmente

no século XIX, quando os Estados nacionais, recentemente constituídos, reivindicam um papel de destaque na formação das novas gerações e aos poucos passam a substituir as famílias, total ou parcialmente, as autoridades religiosas, o livro escolar torna-se um símbolo da soberania nacional (Choppin, 2004, p. 555).

Em contrapartida, a ICAR, manteve-se ligada à Educação, tanto por conta dos seus laços históricos, quanto pelas estratégias, que envolviam deterem parte importante do parque editorial e a também a instituição de bibliotecas nas paróquias, a fim de facilitar acesso aos livros (Orlando, 2008)

Em 1852, o relatório de Gonçalves Dias, trazendo dados sobre a elaboração dos manuais escolares, criticava o Conselho de Instrução, por demonstrarem preferência por autores estrangeiros, como por exemplo, a *Grammatica de Montever*, em detrimento aos nacionais.

O fomento a uma produção de literatura escolar está ligada aos movimentos de esfacelamento do trabalho escravo, urbanização, imigração e modernizações dos meios de comunicação. Os grupos sociais urbanos obrigaram que as questões educacionais viessem a ser incluídas nas pautas governamentais.

A tensão entre o grupo católico e liberais que reuniam positivistas, cientificistas e republicanos tornou-se maior em 1878, com a reforma de Leôncio de Carvalho, que tornou o Ensino Religioso facultativo. Apesar disso, nas discussões que antecederam a primeira constituição brasileira, está demonstrada uma posição conciliar entre Estado e Igreja, também por questões de manutenção de poder e o apoio necessário para isso.

O custo e a raridade dos livros utilizados pelos professores brasileiros, com utilização de autores consagrados, propiciaram que o ditado e conseqüente cópia pelos alunos fosse o método assumido em sala de aula, portanto a produção do livro didático estava voltada principalmente ao professores, e ao longo do século XIX, paulatinamente foca-se no uso por crianças e adolescentes.

Os pareceres de Rui Barbosa⁹ (1882) a respeito da Reforma Educacional de Leôncio de Carvalho questionava dentre outras coisas, a incoerência de uma educação laica carregada de dogmas e ideário católicos, com a utilização do catecismo e a memorização. Contudo, além da transmissão os conteúdos dos livros, isso também se dava por conta da exposição particular de cada professor. Esse

⁹ Sobre esses aspectos consultar MOREIRA, Thiers Martins. Prefácio. In: BARBOSA, Rui. Reforma do Ensino Secundário e Superior. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional. 1942. (Obras completas de Rui Barbosa, vol. IX, tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde).; LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. A pedagogia de Rui Barbosa. 4 ed. Brasília: INEP, 2001.

poder de formação tanto do livro quanto do professor, obrigou que o Estado exercesse algum controle sobre os materiais que eram veiculados.

Isso combinava com um cenário em que somente crianças de famílias de melhor condição financeira frequentavam as escolas. Além disso, a conjuntura brasileira não beneficiava este filão, havendo poucos leitores, o que tornava a circulação de livros restrita.

O Instituto Nacional do Livro (INL), criado em 1929, foi órgão criado especificamente para legislar sobre as políticas do livro didático, além de contribuir para seu aumento de produção e legitimação.

A partir de 1930 existem ensaios de mudança com publicações de autores brasileiros, apesar de não haver tecnologia na produção, pois as oficinas tipográficas eram antiquadas, o que agravava o cenário com edições em nada competitivas com as importadas.

Na prática somente após 1934, o INL recebeu as atribuições de editar obras literárias, enciclopédia e dicionário, e expandir o número de bibliotecas públicas. Quatro anos depois foi criada, por decreto, a Comissão Nacional do Livro Didático, e só em 1945 (BRASIL, 1945) foi consolidada a legislação a respeito da produção, utilização e importação destes materiais, ficando ao encargo do professor a escolha do livro.

O uso de livros era, em geral, restrito por conta da falta de investimentos, pois as poucas editoras que atuavam no ramo não eram especializadas na impressão de livros didáticos, além disso, se percebia que havia escassez de autores considerados “respeitáveis”, como era aqueles advindos do Colégio Pedro II (Rio de Janeiro). Também se mostrava um entrave o fato dos livros existentes não serem didaticamente e linguisticamente aptos às faixas etárias que se destinavam.

Na gestão de Gustavo Capanema, a frente do Ministério da Educação, de 1934 até 1945, isso começou a mudar, com as ações da Comissão Nacional do Livro Didático e a iniciativa pessoal dos Srs. Eudora Berlin (1843-1880), Hilário Ribeiro (1847-1886) e Wilhelm Rotermund (1843-1925). Das atribuições do Ministério da Educação havia a necessidade de empreender uma reforma na educação, e isso incluía editar obras literárias; elaborar enciclopédia e dicionário nacional e expandir a quantidade de bibliotecas públicas. Essa reforma precisava

manter e respeitar os interesses da Igreja Católica, que estavam ligados diretamente o Ensino Religioso.

De acordo com as leis e ações deste ministério, estava definida a finalidade de modelar os estudantes tanto ética quanto moralmente, além do patriotismo e princípios religiosos – onde os livros didáticos serviram como objeto de formação e controle da população.

Com a Criação da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), através do Decreto-Lei nº 1.006, de 30/12/38, houve amparo para a fiscalização da produção e circulação dos livros didáticos, e com a Lei Orgânica do Ensino Secundário (LOES) de 1942, se deu condições para a interferência do Estado na Educação, sendo esta educação moralista e com forte presença da Igreja.

A CNLD, mesmo com o fim do Estado Novo, teve ampliado seu caráter fiscalizatório após o Decreto-Lei nº 8.460, em 26/12/45, ampliando suas ações para o controle das condições de produção, importação e utilização do livro didático.

Na década de 60 há o início da transição dos manuais escolares para os livros didáticos, e alguns agentes desta mudança foram: a democratização da oferta do ensino (ou sua massificação); a entrada dos filhos da classe operária, com o inchaço das zonas urbanas, resultado da migração; alteração da lógica de produção do material didático – tornou-se protagonista tanto no universo escolar como nos planos de governo – em especial após o início da Ditadura Militar (1964).

Até 1961 a Educação brasileira atendia aos princípios emanados na reforma iniciada em 42, e ainda que se tenha expandido a oferta de vagas na escola pública, isso se deu também por conta da ação populista dos políticos.

A partir da instituição do governo militar há um movimento para a que o “progresso” se efetivasse em diferentes campos da sociedade brasileira. Na Educação houve a influência e o fomento econômico da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), que de forma especial refletiu suas ações na ampliação do número de alunos, em especial à expansão de oferta do ensino secundário, e garantiu a distribuição de 51 milhões de livros durante três anos, além de, dentre outras iniciativas, na criação de cursos de formação de professores.

O cenário brasileiro do livro didático tem uma mudança significativa a partir de 1966, quando após um convênio entre o Ministério da Educação e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), foi criada a COLTED – Comissão do Livro Técnico e Livro Didático. Com o intuito de distribuir 51 milhões de livros gratuitamente. Essa ação foi questionada por conta de ter sido dada a responsabilidade de controle dos materiais a USAID, sendo o MEC e outros órgãos coadjuvantes somente executores do programa estabelecido por aquela. Este convênio teve fim em 1971, e também a COLTED, tendo sido transferida a responsabilidade pelo PLIDEF – Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental para o INL – Instituto Nacional do Livro, que administrava o programa e gerenciava os recursos financeiros.

Portanto, o autor de livros didáticos que no Brasil da primeira metade do século 20 restringia-se ao papel de escritor da obra, revisando-a ou atualizando-a a por longos intervalos de tempos passaria a ter um papel mais amplo nos anos 70 e em especial nas décadas posteriores, quando participariam intensamente de uma série de atividades vinculadas a divulgação de seus livros percorrendo todo o país tendo por vezes mais de uma coleção didática no mercado, fato que o obrigaria a permanecer quase que exclusivamente em função disso.

Porém o tecnicismo, no início da década de setenta, reforçou a importância aos livros didáticos, como se eles “seriam capazes – por si só – de assumir a responsabilidade docente”, que o autor indica ainda que essa responsabilidade “os professores passavam a cumprir cada vez menos” (Silva, 1996).

Algumas das alterações propostas pelo governo militar, a partir da reforma educacional de agosto de 1971 (Lei 5692/1971), quanto aos livros didáticos foi a criação da Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME), cujos recursos vinham do FNDE e das contrapartidas das Unidades da Federação.

A partir de 1976 (Decreto 77107), os recursos do FNDE e a contribuição dos Estados, sustentaram o PLIDEF, ficando o governo federal responsável pela aquisição dos livros a serem distribuídos às escolas. Como os recursos eram insuficientes para o atendimento a totalidade dos alunos matriculados no Ensino Fundamental público houve a exclusão do programa da grande maioria das escolas

municipais, e priorizando o atendimento às estaduais, que complementavam os valores necessários.

O Governo organizou a política para o livro didático nas décadas de sessenta e setenta através das ações da COLTED e FENAME, agindo em duas frentes: auxiliar o público escolar, em crescimento, carentes de recursos financeiros; e estimular o mercado de livros escolares brasileiro, regulando-o.

As ações da COLTED ligada ao desenvolvimento dos projetos ligados ao convênio USAID foram decisivas para o fortalecimento da indústria editorial brasileira de livros didáticos

Suas políticas de compra e distribuição de livros da Colted procurou garantir, de maneira razoável, um mercado para as editoras, exigindo, a melhoria da qualidade dos impressos, por meio das avaliações dos livros didáticos.

Os projetos da COLTED foram efetivados por especialistas que configuravam como parte do cenário brasileiro da Educação, e puderam fazer encaminhamentos que defendiam no INEP, nos cursos normais e faculdades de formação de professores. Talvez isso, a possibilidade de continuidade do que vinha sendo discutido e pensado tenha dado condição a avanços.

A ação da FENAME, além de intensificar o atendimento com livros didáticos à alunos carentes em municípios distantes, ainda agiu como reguladora de mercado, propiciando o barateamento dos livros das editoras privadas, e mais tarde responsável pelo programa de coedição, e na década de setenta tornou-se órgão de decisão de políticas para o livro didático no país.

É perceptível que entre as décadas de 1970 e 1990 as políticas do setor foram marcadas pelo atendimento de interesses bastante claros das editoras.

A Câmara Brasileira do Livro, em reflexão na década de 80 caracterizou-o como sendo produto editorial com alta tiragem e preço baixo, que gerava a) dificuldade de atendimento do novo tipo de professor, que se mostrava sobrecarregado; b) predominância de atividades no próprio livro e uso generalizado de ilustrações, a fim de atender as modernas técnicas de ensino; c) tentativa de agilização na correção dos exercícios; d) possibilidade de implantação de um instrumento didático que agilizasse o trabalho docente.

Das razões para a distribuição dos livros uma delas seria a possibilidade que, com isso e treinamento docente seria possível uma escola igual para todos. Enquanto produto cultural, conforme conceitua Chartier, percebe-se que haviam diferentes pressões sendo exercidas, tanto da parte dos governos quanto da sociedade – o que impõe uma historicidade muito rica.

A FENAME foi incorporada pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), em 1983. Mudanças rumo à participação dos professores foram demonstradas pela possibilidade de escolha dos livros com os quais trabalhariam, em 1985, através do Decreto nº 91.542, e outra mudança foi o tempo de utilização dos mesmos que passou a ser de 3 anos – não sendo mais “livros descartáveis”.

O PNLD substituiu o PLIDEF em 1985, com algumas alterações importantes, tais como: garantia de escolha dos professores; busca de longevidade para os volumes entregues (que antes eram descartáveis), com sua utilização por alunos em anos posteriores com a melhoria de qualidade em sua produção; ampliação das séries atendidas atingindo outras escolas públicas e comunitárias, fim da participação econômica dos estados na aquisição, e distribuição gratuita às escolas públicas, dentre outras. É possível aferir que após a utilização dos recursos do FNDE houve, efetivamente, produção e distribuição contínua e massiva de Livros Didáticos.

A qualidade dos livros só passa a fazer parte de pautas de avaliações federais com a criação do PNLD estabelecido pelo Decreto nº 91.542, em 19 de agosto de 1985.

Ao final da década de 1990 uma coleção didática segundo editores e autores, só tinha continuidade no mercado nacional se fosse revisada ou atualizada em um intervalo de no mínimo três anos. Nesse sentido a velocidade passou a ser uma das premissas da produção didática de então. Velocidade da produção e distribuição. Velocidade de atualização e de criação de novas coleções com emprego de estratégias de vendas extremamente agressivas e caras.

Desde 1990 o MEC provocou a reflexão com relação à qualidade dos materiais oferecidos, e formou comissões para avaliar os livros mais solicitados. Houve a constatação da existência de preconceitos ou formas de discriminação, além de inadequações do tipo conceitual, metodológica e editorial. Nas resenhas

apresentadas nos guias de orientação, a partir de 1996, publicados pelo PNLD, destinado aos professores, não foram incluídos livros que apresentassem preconceitos, erros conceituais, indução a erros ou desatualização.

De fato, houve avanços na qualidade editorial, na distribuição, e em outros aspectos, com, o Governo buscando cumprir o papel de intermediário entre professores e o campo da produção editorial, além de ser responsável exclusivo pelo financiamento da produção e distribuição. (BRASIL, 2010).

Neste modelo cabia aos professores à indicação do livro escolhido e aos editores inscreverem seus títulos no PNLD para que fossem oferecidos às escolas, pelo Governo Federal. Isso se dava desde que fossem cumpridos requisitos de ordem técnica (como a gramatura do papel, por exemplo) que proporcionou o aperfeiçoamento de outras especificações na sua produção, e conseqüentemente maior durabilidade e combate ao desperdício, resultando na reutilização do livro e criação de bancos de livros didáticos. (BRASIL, 2010).

Percebe-se um movimento de volta aos livros didáticos, na década de 90 especialmente, cuja justificativa estaria ligada ao anseio do professorado, da época, de “encontrar nos livros de alfabetização, [de hoje], a permanência de procedimentos sistemáticos e explícitos para ensinar a ler e escrever.” (SCHEFFER et al, 2007, p. 07).

Em 1996 foi iniciado o processo de avaliação pedagógica dos livros didáticos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, que culminou com a divulgação de um guia em 1997.

Com a extinção da FAE (1997), e responsabilização integral do FNDE, quanto ao PNLD e sua política de execução foi possível efetivação de ações de qualidade quanto à produção e distribuição dos Livros didáticos. A partir daí se percebe a não participação financeira dos estados, para manutenção do programa e se efetiva a distribuição gratuita às escolas públicas do Ensino Fundamental – foco primeiro do programa. Nele cada criança matriculada tem direito a um exemplar de livro didático de língua portuguesa, ciências, matemática, história e geografia, a ser utilizado durante o ano letivo, além da cartilha de alfabetização aos estudantes do primeiro ano. É interessante salientar que a avaliação pedagógica dos materiais foi iniciada em 1996, e vem sendo aperfeiçoada.

O PNLD orienta que, para a escolha dos materiais, cada escola se organize em grupos, façam a leitura e reflexão a respeito de cada livro e assim adotem a obra, de forma a fortalecer o trabalho coletivo e democrático, resultado de discussão e consenso entre seus pares locais.

O ano de 2000 traz a inserção ao PNLD dicionários de língua portuguesa, para distribuição aos alunos de 1ª a 4ª séries, que de forma inédita são entregues ainda no ano de 2000. Outra inovação no ano de 2001 foi à ampliação paulatina do atendimento, com material adequado, aos estudantes portadores de deficiência visual, matriculados no ensino regular no Ensino Fundamental público.

Em 2002 o PNLD continua a distribuição de dicionários para as crianças de 1ª série, com a meta de atingir até 2004 todos os alunos do Ensino Fundamental.

Ampliou-se a distribuição de dicionários, no ano de 2003, aos alunos das 7ªs e 8ªs séries, alcançando o objetivo de atender a todos os estudantes do Ensino Fundamental. Além disso, foi distribuído também Atlas Geográfico para as escolas que mantinham concomitantemente turmas de 5ª a 8ª série e Educação de Jovens e Adultos (EJA). A distribuição dos dicionários foi mantida em 2004, com o diferencial que o dicionário seria de propriedade do estudante, propiciando o compartilhamento desta fonte de pesquisa com suas famílias. Neste e no próximo ano se deu a complementação de livros didáticos para as crianças e jovens da 2ª e 4ª série, além de volumes de todos os componentes curriculares da 1ª série.

A sistemática de distribuição dos dicionários é reformulada em 2005, priorizando a utilização em sala de aula. Outra mudança é adoção de dicionários subdivididos em 3 classes, por fase de aquisição da escrita: o primeiro tipo adequado à introdução das crianças aos mesmos, ou seja, em fase de alfabetização, o segundo tipo para estudantes em fase de desenvolvimento da escrita e o terceiro, mais completo direcionado aqueles que um nível mais apurado de domínio da escrita.

No quesito dicionários, o ano de 2006 acrescentou mais uma novidade no acervo das escolas – o Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue – língua brasileira de sinais/língua portuguesa/língua inglesa – destinado aos estudantes que apresentam surdez. Além disso, em 2007, também foi incluído no material recebido pelos alunos uma cartilha e livro de língua portuguesa em libras e em CD-ROM.

Em 2008, todas as séries do Ensino Fundamental receberam materiais do PNLD, em todos componentes curriculares (exceto o ER), e dentre os critérios para a avaliação do livro didático se destacam os seguintes: se o material viabilizaria ao aluno uma postura reflexiva, possibilitando a compreensão de diversos processos e interrelações dos grupos humanos em diferentes contextos de tempo e espaço, se estavam incorporadas novas temáticas, como a da cultura afro-brasileira e ainda se conceitos, imagens e informações de cada disciplina se encontram fielmente retratados.

Com relação ao trabalho docente, um dos quesitos de avaliação do Livro Didático a ser entregue aos estudantes, estava se promoviam a articulação entre estratégias pedagógicas e conteúdos, em coerência com a proposta de avaliação do Manual do Professor, sendo que este último devia concatenar os pressupostos teórico-metodológicos ali apresentados com os elaborados no Livro Didático.

Este Manual do Professor deve ser “instrumento pedagógico auxiliar da prática docente, ao sugerir leituras e outros recursos para a atualização do professor, fornecendo informações adicionais ao Livro do Aluno e orientando a execução de atividades e objetivos propostos, que podem e devem ser enriquecidos com o trabalho com “mapas, documentos, imagens, com conceitos e com o ensino de história entre outros” (PNLD, 2008).

Ocasionalmente se veicula na imprensa nacional manchetes quanto ao atraso na entrega dos Livros Didáticos do PNLD. Com relação a isso o Tribunal de Contas da União (TCU) realizou em 2012 uma fiscalização no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), a fim de verificar a ocorrência e causas de possíveis atrasos na entrega dos livros às escolas públicas. O TCU encontrou “falhas pontuais na distribuição de livros em municípios de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, além do Distrito Federal.” (TCU – Tribunal de Contas da União. DESTAQUES 2012: TRIBUNAL EXAMINA PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO. 11/01/2013), e também um problema relativo à inexistência de sistema programa que permita o monitoramento dos materiais após a entrega às Secretarias de Educação e às escolas, também a verificação de insuficiência, remanejamento e reutilização destes, além do dimensionamento de reserva técnica para manutenção/ampliação do programa.

Em 2014 o modelo operante do PNLD possibilitou que os livros fossem escolhidos pelos professores das escolas públicas, por meio do Guia do Livro Didático – sendo possível estabelecer a preferência para o material a ser utilizado nos próximos três anos, quando é oportunizada a substituição do mesmo.

A avaliação dos livros didáticos, ligados ao papel da didática na formação dos professores, é questionada por Gilz (2009), que a respeito disso ilustra sobre o domínio de conteúdo como sinônimo de um ‘bom’ professor, a desvinculação entre a teoria e a prática pedagógica, a racionalização do processo de ensino na tecnologia educacional pós-1964, o escamoteamento da realidade e sua mitologização, a pretensão de uma didática exclusivamente instrumental são algumas dessas contestações feitas e que, indubitavelmente, encontravam-se latentes nos livros didáticos produzidos.

2.4 LIVRO DIDÁTICO DO ENSINO RELIGIOSO

De objeto venerado na Reforma à material que serve a instrução e conversão, tomando caráter pedagógico o livro tem diferentes representações (ORLANDO, 2013). Existe uma evolução do livro didático brasileiro a ser considerada.

Os livros de religião, produzidos com esse intuito tiveram outras funções na formação do povo brasileiro, e sofreram mudanças até chegar aqueles produzidos para a disciplina escolar do Ensino Religioso. Diferentes usos foram observados ao longo da história brasileira, pois a partir do livro para evangelização e conversão, também servia à alfabetização, depois a serviço da catequização e conformação social, por meio dos ditames da fé, seguido de um formato que procurou manter o status da religião hegemônica brasileira articulado com um modelo de sociedade que corroborasse com o cenário político, até chegar ao formato de material da cultura escolar, se comportando como documento-monumento (Le Goff) dando condições de através da composição de seus elementos que funcionam como “inconsciente cultural” demonstrar condições de análise historiográfica, ainda que de forma conjectural.

A pesquisa com relação ao empirismo do livro didático para o Ensino Religioso ainda é restrita no Brasil, havendo poucas evidências a respeito de seus

usos e costumes, o que existe são pistas e indícios que o consumo seja feito numa determinada direção.

A pesquisa foi iniciada por buscas em diferentes bancos de dados. Quanto a abertura da pesquisa, através de recursos eletrônicos, cujos itens se contam aos milhares, e até mais, Choppin (2004) diz que são favorecidas por três condições: o uso de recursos e técnicas informatizadas para coleta, tratamento e difusão dos dados, constituição de pesquisas de forma coletiva entre universidades, nacionais ou internacionais e ainda a partilha das experiências e conquistas em congressos internacional e de outras formas entre pesquisadores (2004, p. 562). Acredita-se que as bases de dados buscadas colaboram nas três condições colocadas.

Como chaves de busca foram utilizados os termos: “livro didático” e “Ensino Religioso”, nos seguintes acervos: o Banco de Dados de Livros Escolares Brasileiros (LIVRES)¹⁰, o Banco de Dados de Teses e Dissertações (BDTD)¹¹, e o Banco de Dados do Grupo de Pesquisa Educação e Religião (DBGPER)¹².

O Banco de Dados de Livros Escolares Brasileiros (LIVRES) foi organizado através do fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e financiamento internacional, sendo parte do Projeto Temático Educação e Memória: organização de acervos livros didáticos (2004-2007) (LIVRES, 2015).

O projeto é coordenado pela Prof^a Dra. Circe Maria Fernandes Bittencourt (FEUSP), e inclui a participação de pesquisadores de outras instituições, tendo os seguintes objetivos:

referenciar, localizar os livros didáticos brasileiros para auxiliar pesquisas sobre o tema, além de preservar e divulgar os acervos localizados em diferentes lugares, tais como: bibliotecas, instituições e em referenciais bibliográficos e documentos diversos - catálogos de editoras, revistas educacionais, programas curriculares (LIVRES, s.d.).

Além de disponibilizar “acesso a livros didáticos das diversas disciplinas escolares brasileiras do século XIX” ele se caracteriza “por ser alimentado e

¹⁰ LIVRES disponível em: <http://www2.fe.usp.br:8080/livres/>, acesso em 30.mar.2015.

¹¹ IBDT disponível em <http://bdtd.ibict.br/>, acesso em 30.mar.2015.

¹² BDGPER disponível em <http://db.gper.com.br/>. Acesso em 03.abr.2015.

ampliado constantemente pelas pesquisas de uma equipe de especialistas da área, que analisam o livro didático em suas diferentes vertentes” (idem).

O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) é quem coordena o projeto da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Ele integra “os sistemas de informação de teses e dissertações” além de estimular o registro e publicações destes documentos em meio eletrônico, e visa dar maior visibilidade a produção científica (IBICT, s.d.).

O BDTD (s.d.) consta do programa da Biblioteca Digital Brasileira, e conta com apoio da Financiadora de Estudos e Pesquisas (Finep), cujo comitê técnico-consultivo (CTC), é constituído por representantes do Ibict, do CNPq, do MEC (Capes e Sesu), do Finep e além das seguintes universidades: Universidade de São Paulo (USP), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O Grupo de Pesquisa de Educação e Religião, conforme explicitado em seu ambiente virtual, se pretende um “portal para a construção do Ensino Religioso como uma área de conhecimento” (GPER, s.d), a fim de formar uma rede de pesquisadores que ampliem e aprofundem “os estudos acadêmicos que contribuam para a identidade pedagógica do Ensino Religioso” (idem).

A formação deste grupo, certificadamente iniciada no ano de 2000 (CNPQ/CAPES, 2014), tem envolvido, ao longo desses 14 anos, 25 pesquisadores, de diferentes níveis de formação e nacionalidade, cujas pesquisas buscam contribuir na “perspectiva da identidade pedagógica e da formação de professores do Ensino Religioso a partir da leitura escolar” a fim de promover o “estabelecimento dos fundamentos epistemológicos e pedagógicos do Ensino Religioso” (CNPQ/CAPES, 2014).

Como dito anteriormente, as palavras chave na pesquisa nos ambientes citados, foram “livro didático” e “Ensino Religioso”¹³. Cujos resultados são transcritos a seguir.

¹³Os termos pesquisados se restringiram a “Livro didático” e “Ensino Religioso”, porém é possível futuramente ampliar o universo da pesquisa com a inclusão de termos como “aula de religião”, e ainda conteúdos da religião nos livros das disciplinas de Organização Social e Política do Brasil e Educação Moral e Cívica, pois após a

Tabela 1 - Resultado das Pesquisas

Banco	Chave de busca: Livro Didático	Chave de busca: Ensino Religioso / Educação Religiosa (LIVRES)	Chave de busca: combinação Livro Didático + Ensino Religioso
BDTD	874 registros	529 registros	10 registros, sendo somente 3 a respeito do Ensino Religioso.
LIVRES	8970 registros	5011 registros (resultado inconclusivo por trazer uma diversidade de materiais não pertinentes ao Ensino Religioso) 2 registros como “educação religiosa”	18 registros, cujos materiais/Coleções de mãos dadas, descobrindo novos caminhos e todos os jeitos de crer.
DBGPER	38 registros	Inconclusivo por reunir todo acervo a respeito do tema.	701 registros (incluindo as coleções acima citadas)

Fonte: a autora.

Tendo em vista o grande volume de registros resultantes da busca no DBGPER, e a acessibilidade aos materiais, pois, fisicamente estão reunidos na biblioteca Wolfgang Gruen¹⁴, localizada na cidade de Curitiba-PR, optou-se por esta biblioteca, também por questões de acessibilidade (ECO, 1995, p.37).

No sentido de ampliar as pesquisas, também se buscou localizar dissertações e teses, junto ao banco de dados do GPER, reunindo a temática livro didático e Ensino Religioso:

promulgação da Lei 5692/71 houve um desdobramento de conteúdos religiosos católicos nestas e em outras disciplinas em níveis mais avançados de ensino.

¹⁴A biblioteca Padre Wolfgang Gruen, foi uma homenagem do Grupo de Pesquisa Educação e Religião ao “primeiro pesquisador do Ensino Religioso na perspectiva da escola (GPER, 2007). O acervo desta biblioteca contava em 2007 com mais de 3000 livros, além de trabalhos científicos, CDs, DVDs, artigos e outros materiais a respeito do Ensino Religioso, sendo composto por materiais coletados e doados pelos pesquisadores do grupo.

Tabela 2 - Pesquisas Acadêmicas Desenvolvidas

TÍTULO	AUTOR/ANO	INSTIT.	OBJETO/ OBJETIVO	CONCLUSÃO
A coleção "Redescobrimdo o Universo Religioso" na formação do professor	Claudino Gilz	PUC-PR	A contribuição da Coleção "Redescobrimdo o Universo Religioso" à formação do professor no contexto da LDB/96, concepções educativas e formativas de um contexto	A contribuição da Coleção "Redescobrimdo o Universo Religioso" consiste em apresentar-se como: um substrato para a construção da experiência religiosa dos sujeitos escolares, portadora de uma intencionalidade educativa e formativa peculiar voltada à alteridade e à pesquisa, uma proposta de apoio ao trabalho docente, um desenvolvimento metodológico propositivo, sensível à faixa etária dos educandos e estimulador da criatividade docente.
A ideologia subjacente nas imagens fotográficas do livro didático de Ensino Religioso: Descobrimdo Caminhos	Fernando Lothario da Roza 2008	Univ. Braz Cubas	Análise de imagens fotográficas publicadas nos quatro volumes do livro didático de Ensino Religioso para o Ensino Fundamental de autoria de Terezinha M. L. da Cruz, intitulado: Descobrimdo caminhos: Ensino Religioso	Analisadas as imagens fotográficas, que expressam o papel da mulher na família como no mundo do trabalho e relacionamos a imigração de idéias, que a igreja católica realiza por meio da disciplina Ensino Religioso desenvolvido para o Ensino Fundamental.
Livro Didático de Ensino Religioso e o discurso da diferença	Mariane do Rocio Perts Kravice	Univ. Reg. de Blumenau, 2008	Compreender como é abordada a temática da diferença nos textos dos livros didáticos de Ensino Religioso em alguns textos dos diversos capítulos do volume I da coleção de Ensino Religioso: Todos os jeitos de crer de Dora Incontri e Alessandro Bigheto, editado em 2004	Percebe-se que estes mudam de posição, ora apresentam um discurso de respeito à diferença remetendo ao entendimento de um discurso heterogêneo, ora sinalizam autoritarismo, universalização e dogmatismo em que se manifesta a homogeneização.
Por uma civilização cristã: a coleção Monsenhor Álvaro Negromonte e a Pedagogia do Catecismo (1937-1965)	Evelyn de Almeida Orlando	Univ. Federal de Sergipe 2008	Analisar essa coleção como ferramenta didática utilizada pela Igreja Católica para a formação dos indivíduos.	situa, ainda, a presença e o lugar da Igreja Católica nas discussões educacionais que ocorreram no país, entre as décadas de 30 e 60 do século XX e evidencia a apropriação do debate acerca das Pedagogias Ativas pelo grupo católico nas propostas do autor da coleção.
Relações raciais em livros didáticos de Ensino Religioso do Ensino Fundamental	Sérgio Luis Nascimento	Univ. Federal do Paraná 2009	Analisar os discursos sobre os segmentos raciais negros e brancos em livros didáticos de Ensino Religioso de 5ª e de 8ª séries do ensino Fundamental, publicados entre 1977 e 2007.	Interpretação/reinterpretação das formas simbólicas e como podem ser utilizadas para estabelecer e manter relações de poder desiguais entre os grupos raciais. Os livros desse modelo apresentaram, ao mesmo tempo, rupturas e permanências nos discursos sobre os personagens negros e brancos.

Fonte: <http://db.gper.com.br>.

O acesso a estes trabalhos demonstrou que tem sido elaborado uma discussão acadêmica a respeito dos caminhos (histórico e educacional) do Ensino

Religioso. Porém outras questões podem ser suscitadas como, por exemplo, se o que foi construído é efetivado no processo educacional, e para isso a reflexão baseada nos livros didáticos de Ensino Religioso, que se mostram ponto inicial e indicam passos para aprofundamento.

Além das pesquisas citadas acima, há ainda o trabalho de Bruno Garrido (2012) que buscou verificar a relação polêmica, provocada pelos discursos coletados na imprensa e em sites especializados, com relação aos livros didáticos de Ensino Religioso.

Também Rodrigues et al (2009) contribuíram com o trabalho “Cultura Material Escolar e Ensino Religioso”, buscando olhar para a cultura do material escolar para a disciplina, sondando conjunto de elementos que subsidiassem o processo de ensino-aprendizagem como caminho para a formação do professor de Ensino Religioso.

Vale lembrar que os usos do Livro Didático do Ensino Religioso envolvem ao menos dois atores sociais: o Professor e o Estudante. As formas desse uso é muito peculiar, tendo em vista a exigüidade de tempo das aulas, aproximadamente uma hora semanal, e ainda a possibilidade de utilização na residência de cada estudante.

Mesmo não sendo o foco do presente estudo analisar as condições de consumo, Chartier oferece pistas com sua análise a respeito do mobiliário do século XVIII e a leitura na intimidade, e coloca que há “suportes adequados”, ou transpondo para o objeto desta pesquisa, condições ideais para esse consumo. O autor detalha que:

a poltrona, dotada de braços e guarnecidas de almofadas, a chaise-longue ou espreguiçadeira cortada com seu tamboreta separado são, igualmente, novos assentos onde o leitor, mais frequentemente a leitora, pode se instalar à vontade e abandonar-se ao prazer do livro... outros móveis implicam uma leitura menos relaxada, como as mesas de base móvel onde se pode colocar o livro (CHARTIER, 1996 p.91).

Com o olhar para os usos são possíveis de análise as condições “do estabelecimento do texto, das estratégias da escrita, das intenções do ‘autor’” (CHARTIER, 1996, p.127), e ainda as decisões editoriais que muito influenciam o fazer pedagógico – questões a serem retomadas no curso da análise dos mesmos, discernindo visões a respeito de representação e apropriação teorizada por Chartier.

3. CONCEPÇÕES E PRODUÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO

Existem algumas questões que são indissociáveis. Dentre outras vale citar Educação e Cidadania, que são temas que urgem andar juntos. E se não andam ou é por que ou não se trata de Educação ou é outra coisa que não Cidadania. Da mesma forma estão atrelados direitos humanos e a paz – demonstrados tanto na presença quanto na ausência destes. Nessa codependência se encontra também a Educação e o Ensino Religioso, que podem contribuir e fornecer condições de conhecimento com relação a outras culturas, e assim facilitar o respeito, o acolhimento e a alteridade entre os povos.

A função humanizante da escola, e dessa disciplina em especial, estão interligadas e são interdependentes, sendo condição imperativa para que a cultura e os saberes, que exalam da vida diária, e de forma especial com relação a multiplicidade de religiosidades, toquem a vida de uns e de outros, transformando a construção do saber em momentos de acolhida, mesmo e especialmente quando suas expressões são diferentes.

Vale lembrar que diferentes concepções da disciplina se operacionalizaram na escola de forma que conviveram no ambiente escolar. Está posto que historicamente as concepções se imiscuem umas nas outras, pois as discussões e as fases de elaboração são anteriores ao seu surgimento oficial, portanto os tempos citados em que se delinearão não são estanques, pois suas articulações se iniciam muito antes de vê-las concretizadas no ato do aprender-ensinar.

Antes de estar na escola os textos didáticos para ensino da religião, ou melhor, os catecismos, serviram a diferentes modelos em diferentes religiões. No Protestantismo foi usado também como propagador da fé, e o Catolicismo “se mobilizou e passou a usar a mesma estratégia para a instrução e a conformação da fé católica” (Orlando, 2013). No Brasil foi uma das estratégias utilizadas pelas igrejas para instrução do povo desde a mais tenra idade, tendo caracteres civilizatórios (ELIAS, 1994, p. 74). Os livros passaram com a popularização de “objeto de veneração” exclusivamente usado pelo clero, servindo para instrução e conversão tanto de protestantes quanto de católicos, ou seja tomou caráter pedagógico (ORLANDO, 2013).

No período republicano, quando o Estado assumiu ser democrático e laico, especialmente a partir de 1889 até 1971, os manuais escolares tinham a estrutura de catecismos organizados para a transmissão doutrinal, para a alfabetização e ainda para o processo civilizatório (ORLANDO, 2008). Com o avanço da pedagogia e de suas novas estratégias autores da primeira metade do século XX, colaboraram na difusão impressa de dogmas através de material escrito.

O mercado de livros de Educação, nos anos 20, cresceu consideravelmente em função dos movimentos educacionais que estavam acontecendo no país. Até esta década os livros eram importados principalmente da França e de Portugal, além daqueles impressos fora do país de autoria de brasileiros (PAIXÃO, MIRA, 1998, p. 56), sendo, material restrito à população em geral devido ao seu custo (HALLEWELL, 2005).

No Rio de Janeiro, o debate educacional se organizou em torno da Associação Brasileira de Educação - ABE, criada em 1924 com o intuito de formular um programa mínimo de instrução vendo a escola como uma instituição capaz de ir além de alfabetizar, mas preparar para a própria vida. A Igreja Católica se apropriou desse discurso e utilizou com uma dupla missão: formar o homem nas verdades da fé para o seu próprio bem e para o bem estar social, não se abstendo de utilizar as estratégias próprias do mercado editorial para permanecer no campo (Orlando, 2013, p. 398-399).

A evolução da disciplina partiu de um modelo eclesial e catequético e ensaiou mudanças. Entre as décadas de sessenta e setenta, influenciado em grande medida pelo Concílio Vaticano II, diante das reformas educacionais brasileiras, da tecnologia educacional, surgiu o movimento ecumênico que aproximou as denominações cristãs. Comprovada a necessidade de revisão dos rumos para o Ensino Religioso a disciplina passou a atender os alunos sob o viés de um ensino cristão, bíblico e cristocentrico, ainda não contemplando religiões diferentes das cristãs.

No texto de autoria de um padre se demonstrou a necessidade de um trabalho mais efetivo com relação à consciência do pluralismo religioso no ambiente escolar (GRUEN, 1975), que deveria respeitar, além das concepções religiosas, ainda os contextos do qual as crianças eram oriundas. Gruen discorreu que o conhecimento a respeito de diferentes aspectos universais da religiosidade é

também facilitador na construção do respeito entre os estudantes. Além dos aspectos universais, também os específicos de diferentes tradições, de acordo com Gruen (1975) deveriam ser evidenciados.

Esse entendimento, de uma função diferente da educação religiosa, deu condição que discussões posteriores ensaiassem o Ensino Religioso em sua vocação de disciplina escolar, e não um componente estranho ao corpo curricular. A partir de 1996/1997, a Lei brasileira regulamentou e oportunizou que a questão religiosa, fosse subtraída de querelas entre diferentes concepções religiosas e ocupasse espaço legítimo no currículo escolar.

A “formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” que é esperado do Ensino Fundamental e é apregoada pela Carta Magna brasileira (BRASIL, Art. 210, 1988). A inclusão do Ensino Religioso em no parágrafo primeiro deste artigo, decorreu de uma intensa mobilização nacional. Esse movimento também influenciou a revisão do disposto na Lei 9394/96, em seu artigo 33, constituindo um texto mais abrangente, na revisão apresentada na Lei 9475/97, a respeito da disciplina.

Mesmo que o conceito de cultura escolar não seja simples de delimitar, considera-se que na escola foram historicamente construídas normas e práticas definidoras dos conhecimentos que seriam ensinados e valores e comportamentos que seriam inculcados, e isso pode ser visto através dos livros utilizados.

A estruturação do Ensino Religioso, e suas diretrizes, são frutos de um longo processo de organização da disciplina, e dos elementos nela envolvidos, como é o caso dos livros didáticos, sendo necessário considerar o Ensino Religioso, no contexto global da Educação, como disciplina que preconiza o respeito à diversidade cultural-religiosa do Brasil.

3.1 CATECISMOS E O ENSINO DE RELIGIÃO

Os catecismos têm ocupado espaço como objeto da pesquisa, pois, conforme justifica Orlando (2008, p. 52) se mostra como “importante fonte de pesquisa histórica que, em sua materialidade, textualidade, sua presença no mercado e na vida social carregam em si uma história que se não fica evidenciada, certamente indica, aponta e sugere”.

Por isso no estudo a respeito do papel dos livros didáticos do Ensino Religioso, se faz necessário o entendimento, ainda que de forma breve, a respeito destes, que influenciaram de maneiras diferentes a história da educação brasileira, entendendo que para se fazer história é preciso perceber “o que [se] fazia, por que se fazia, quem fazia, como se fazia algo em determinada época e em uma sociedade específica (Galvão e Lopes, 2010, p. 13), sendo necessário, “antes de mais nada, estar radicalmente disposto a ler, ver, ouvir e contar o outro” (idem).

A catequese, onde são utilizados os catecismos, tem sua raiz na palavra *katechismos*, e se refere a instrução, e de acordo com seu uso mais especificamente a instrução religiosa. Assim é possível entendê-lo como ensino doutrinal de uma tradição religiosa, utilizado para justificar e manter a adesão numa tradição religiosa.

O catecismo, que teve início no formato de instrução oral, depois foi sistematizado reunindo perguntas e respostas, que a princípio transcritas manualmente e posteriormente impressas por diferentes meios, produziu, com a evolução pedagógica, modos diferenciados para alcançar seu objetivo – formar para a fé, pode trazer outras revelações, o que sugere aprofundamento¹⁵.

O uso de catecismos é anterior ao uso histórico pela Igreja Católica brasileira, remetendo ao meio pelo qual Lutero (2000) e Calvino, seus precursores, implementaram a formação dos adeptos do protestantismo.

Nesse sentido Jean Hébrard (1999, p. 43) relembra o cenário da Europa do Século XVI, quando “as igrejas estavam divididas, e os dogmas eram objeto de guerras sem piedade”, sendo necessária a instrução religiosa aos seus membros e, por conseguinte o catecismo, para “‘formá-lo[s]’, quer dizer, instruí-lo[s] nas verdades da sua religião”.

Além disso, Orlando (2008, p. 54), explica que, de forma geral, os adeptos do catolicismo estavam em “estado de carência religiosa e pastoral” acabando por ocasionar a “miséria espiritual dos fiéis, que sem saber em que acreditar para a salvação recorriam constantemente, às práticas de indulgências”. A autora indica

¹⁵ Tendo em vista o foco desta pesquisa ser os livros didáticos produzidos para o Ensino Religioso, sugere-se como aprofundamento para entender a contribuição/materialidade dos catecismos os trabalhos de: Antônio Bollin e Francesco Gasparini: *A catequese na vida da Igreja: notas de história* (1998) e ainda Giacomo Martina com a *Storia della Chiesa* (1995), e ainda MAURO PASSOS em *A pedagogia catequética e a educação na primeira República (1889-1930)* de 1998,este último trabalho a respeito do contexto brasileiro.

que a “inadequação da ação pastoral fez emergir a tônica do movimento reformista: a necessidade de instrução religiosa” (idem) e, ainda, que a estratégia de Lutero, utilizando-se de material impresso, foi seguida pelos meios católicos (idem).

De acordo com Orlando (2008, p. 52) os catecismos católicos são “impressos de destinação pedagógica para propagação e conservação da fé, da doutrina da Igreja”, e de acordo com Bordieu apud Orlando (idem) o catecismo seria “um ponto de apoio que serve de roteiro, impedindo excentricidades e extravagâncias, que asseguram a economia da improvisação, mantendo-a dentro de limites”.

Também no Brasil os catecismos foram utilizados para a instrução ou Ensino Religioso, dentro das igrejas e escolas, que entre outras funções carregava em si a formação civilizatória. Elias falando a respeito do tratado de Erasmo de Rotterdam “Da Civilidade em Crianças”, indica que há muito tempo os usos deste tipo de material ia além da inculcação religiosa inserindo-se sua contribuição para a civilização da sociedade, pois “em 1534, veio a lume sob a forma de catecismo e nesta ocasião já era adotado como livro-texto para educação de meninos” (Elias, 1994, p. 68).

Esses impressos além dos usos e sentidos apresentados acima conforme Orlando (2013), ainda serviam para instruir a população de um modo geral como:

- um método de ensino e aprendizagem em que se entrecruzam formação religiosa e ensino de língua, na utilização adaptada destes, como manuais de primeira leitura e gramática, ou seja, objeto da cultura escolar;
- a formação religiosa e sua utilização a fim de assentar o espírito cristão em bases firmes;
- civilidade, pelo controle de emoções e disciplina do comportamento, enquanto mecanismo de controle dos costumes dos povos aqui existentes, impondo modos e padrões de conduta socialmente aceitáveis.

Portanto sinteticamente o catecismo foi utilizado como um livro de doutrina, para a formação do cristão, com a finalidade de instrução, de inculcação de hábitos e valores religiosos e morais e ainda para a modelação de comportamentos (ORLANDO, 2013).

Essa educação religiosa, ou melhor, os termos Ensino Religioso concebe-se e etimologicamente venha do termo “*Religio*” que Agostinho indica ser derivado daquele apresentado por Cícero, no livro “*De natura deorum*”, que apresenta “*relegere*” no sentido de “reler”, indicando o ato de repassar cerimônias do culto divino para fazer bem, e “*religare*” como ato de vincular ou relacionar Deus aos homens, com o conhecimento, o amor, o favor e o culto; já “*reeligere*” é reeleger a Deus, voltar a Ele, depois que houve a separação de Deus através do pecado.

A nomenclatura da disciplina escolar Ensino Religioso, tem sua gênese em “aula de religião”, que ao longo da história se transmuta e deixa de ser catequese alterando o entendimento, a metodologia e o fazer pedagógico a respeito das religiões.

Na aula de religião, o docente oportuniza às crianças concentradas num espaço com o fim específico de aprendizagem, e trabalha na formação de novos adeptos de sua religião. Entre pais e educadores existe o entendimento que a presença da religião na educação contribui como controle moral, ajudando a criança e o adolescente aprenderem limites, coibindo a violência (MARINS, 1962, p. 109).

Enquanto aula de religião o currículo esteve ligado a sacramentos, história sagrada e elementos fundantes da fé, cujo objetivo seria levar crianças e jovens a um encontro com Deus, de preferência num relacionamento íntimo de Pai e filho, além de substituir a mentalidade pagã.

Assim tanto o catecismo quanto o Ensino Religioso colaboraram para a modernização das propostas da igreja e incrementaram novas práticas escolares. Esse contributo, desde a colonização, é confirmado também na Lei Imperial de 1827, onde, em seu artigo 6º indicava que os professores das primeiras letras deveriam ensinar princípios de moral cristã e doutrina da ICAR.

Esse fato historicamente comprovado, o de haver espaço para difusão dos caracteres cristãos no espaço escolar, sobreviveu às muitas reformas de ensino nos dois últimos séculos, e uma possível justificativa é por conta de sua contribuição no processo formativo da moral dos alunos.

A origem dos catecismos católicos está marcada no período do Concílio de Trento (1545-1563), denominado de Catecismo Romano ou de São Pio V do ano 1555, como resposta ao sucesso dos catecismos de Lutero (2000), e também houve

publicações de Pedro Canísio, jesuíta, a saber: catecismo maior, médio e menor entre os anos de 1555 e 1559. O Catecismo de Trento procurou ordenar fórmulas ou estruturas catequísticas como o credo, os mandamentos, os sacramentos e a oração.

Em 1869, a ICAR voltou a debater o tema, ameaçada em sua unidade e soberania pelo ideário moderno, que negava aceitar a tutela em questões pertinentes à razão ou pensamento lógico e também ao ordenamento social, que ameaçava os valores cristãos.

A busca pela manutenção da influência católica na sociedade se deu de diferentes maneiras. Dentre outras houve a iniciativa para organização do curso secundário, além de utilizar a imprensa, em especial com o material produzido pelo Centro D. Vital e Confederação Católica Brasileira de Educação, além da criação da Associação de Universitários Católicos, que tinha por foco a elite intelectual católica.

A imprensa, em suas mais diferentes formas, foi utilizada pelos católicos como instrumento de divulgação de suas ideias. Em 1900 a imprensa foi classificada, pelo I Congresso Católico Brasileiro, como um amplo conjunto de informação, a saber, periódicos e almanaques religiosos, morais e científicos; jornais, livros escolares, bibliotecas populares, etc. Entendendo o uso da imprensa com fins educativos, houve uma dedicação a difundir a boa leitura, que além de aconselhar, fez com que se trabalhasse em prol de tipografias, a fim de haver um corpo editorial da ICAR.

A contribuição da ordem franciscana para uma leitura que edificasse os cristãos pode ser observada na fundação da Editora Vozes, desde o início do século XX, e também na organização de bibliotecas nas paróquias, que tornavam acessíveis os livros através de empréstimo.

No ano de 1906, com a publicação da Encíclica *Acerbo Nimis*, a catequese ganhou uma nova força, pois chamava catequistas voluntários tanto para atuar nas paróquias, como professores católicos para atuar em suas salas de aula. O que veio a ser reforçado na Carta de Dom Leme (1916), que apresentava a urgência em instruir todo o povo, e não mais uma elite. Isso também se mostrou como realidade nas escolas, onde a quantidade de alunos entre as décadas de 20 e 30 era quase o

dobro dos anos anteriores, e cuja população da classe urbana a ICAR pretendia garantir seu controle.

A urgência e a multiplicação de materiais para a catequese exigiu ações em que a Igreja interviesse para uma normatização nesses materiais. Conforme apresenta Assis (2004, p. 93) o objetivo dos livros era influenciar “os sentidos e o coração para o bem, de modo que a inteligência ficasse voltada para Deus”, afinal esses materiais de divulgação da tradição e da religião exerciam uma “uma dupla influência no homem: a de se deixar ensinar pela autoridade da Igreja e a de manter seu pensamento e sentimento voltados para o infinito” (idem).

No interior da escola, nessa época, o Ensino Religioso era percebido como estratégia para formação moral dos jovens, além de ser apropriado angariar membros, era também um meio de enfrentamento aos ideais comunistas e do liberalismo, em especial nas escolas católicas, que cujo número delas foi ampliado em todo mundo, popularizando a catequese.

A valorização do catecismo como sendo “a primeira de todas as obras da Ação Católica e a mais necessária de nossos dias” (NEGROMONTE apud ORLANDO, 2008), foi estimulada pelo Papa Pio XI, nos anos vinte. Isso contribuiu para que no período houvesse efetiva e rica compilação de materiais a respeito da catequese, em especial periódicos, faculdades, institutos e centros de formação em Filosofia e Teologia, e uma profusão de emissoras de rádio interessadas no assunto.

A metodologia catequética é rica e tem multiformas, sendo que algumas metodologias foram utilizadas simultaneamente. A riqueza de métodos também está ligada à influência da pedagogia a este fazer religioso.

Uma das propostas utilizadas, com bastante freqüência era a expositiva, onde predominava a autoridade do professor, que explanava o conteúdo, considerado verdade absoluta, que devia ser fixado, por meio de memorização, orientando a partir daí o modo de viver. Neste caso o conteúdo em si não necessitaria estar ligado ao cotidiano, as verdades reveladas ou dogmatizadas eram objeto de reprodução garantindo que o catecúmeno fosse capaz de repetir as informações se solicitado (VASCONCELLOS, 1995, p. 18-19).

O trabalho conjunto ICAR e escolas, para a formação de adeptos resultou no crescimento dos “católicos sociais” que através da escola obtinham a autorização para participar dos ritos da igreja (GRUEN, 1995, p. 31).

Efetivando esta ação, entre ICAR e escolas, na década de quarenta, estava o Secretariado Nacional de Ensino da Religião (SNER), desenvolvendo campanhas em prol da catequese, também por conta da situação de ignorância religiosa que o país estava. Tornou-se essencial dar a conhecer os objetivos da formação, os métodos catequéticos e estabelecer um texto único que orientasse as aulas de forma segura e coesa, trabalho que refletiu também no aprimoramento da Revista Catequética.

O SNER foi responsável na década seguinte por organizar encontros e congressos estaduais e em nível nacional a respeito desse Ensino Religioso, que propagava uma fé específica, incluindo os ativistas-membros que atuavam tanto em escolas quanto em paróquias. Destaque-se o “I Congresso Nacional de Ensino da Religião” (Rio de Janeiro - 17 a 23 de janeiro de 1950), que foi um marco inicial para repensar esse espaço enquanto disciplina.

A materialidade deste trabalho se traduziu nos catecismos, que propagavam valores religiosos e sociais, indo de encontro aos anseios de progresso social e econômico da nação. A opção pela alfabetização, com leitura e escrita como pré-requisitos para o processo civilizatório, foi incluída no programa da ICAR.

Muitos impressos que circulavam no Brasil, até a década de vinte, eram importados, em especial de Portugal e da França. Ao iniciar a indústria gráfica brasileira, mesmo sendo considerados materiais de alto custo, e, portanto de acesso restrito a grande parte da população, havia um filão de mercado a ser expandido, pois eram considerados seguros para investimento. Os autores, após a década de vinte, negociavam com os impressores e encarregavam-se de distribuir o material.

Junto com o movimento de repensar a Educação, houve um crescimento no mercado de livros didáticos. De acordo com Toledo (2001, p.46) o livro também foi utilizado como arma publicitária para propagar os valores nacionais, tanto nos manuais de cidadania quanto nas coleções de literatura nacional, alterando também o prestígio das editoras, que agora compunham o cenário nacional como

propagadoras e fomentadoras da cultura nacional, pois contribuiriam, também com os livros escolares, para a instrução pública.

Neste contexto, os manuais de catecismo, enquanto impresso contribuíram também para o progresso, auxiliando no processo de aquisição da escrita e da leitura, colaborando para a formação.

Alguns autores deram uma contribuição especial para a distinção do trabalho eclesiástico daquele educativo escolar. Um deles foi o Pe. Alvaro Negromonte, que publicou uma coleção, de alcance nacional, utilizada nos ginásios escolares, respeitadas outras importantes influências para essas mudanças, como o pensamento de Dom Helder Câmara. Concomitantemente há uma produção local neste mesmo viés, porém circunscritas a escolas locais. Há ainda Meyer e manuais elaborados na Bélgica, que por mais de vinte e cinco anos a partir de 1938 lideraram este movimento nacional de cunho civilizatório.

A obra desenvolvida por Negromonte reúne estratégias, como por exemplo, escrever para jornais, criar grupo de estudos em Belo Horizonte, fundar periódicos catequéticos e o Instituto da Cultura, dentre outras. Essas ações difundiam o pensamento católico e teve em Minas Gerais um contexto ideal para a articulação política e social do projeto de publicizar seus ideais.

A partir de 1930 houve a expansão do setor livreiro no país, por conta da desvalorização da moeda nacional, e, conseqüentemente tornando a produção do livro local mais atrativa que as importações (Paixão e Mira, 1998, p. 80). Além do crescimento de tiragens, autores e títulos, houve o expressivo surgimento de editoras (TOLEDO, 2001, p. 17), muitas das quais de propriedade de congregações e irmandades católicas.

Com ampliação deste setor e a reforma do ensino após 1930 foi beneficiada “a indústria do livro – imediatamente consolidando o mercado didático e a médio prazo ampliando o público leitor” (idem), popularizando a edição de coleções entre as editoras.

Além dos motivos acima, a efervescência das discussões a respeito da Pedagogia Católica¹⁶ e a Escola Nova, colocaram em evidência algumas pessoas do meio educacional católico como o Padre Leonel Franca, Alceu Amoroso Lima, Laura Jacobina Lacombe (NARCISO, 2008, p, 66). Dentre outros pensadores católicos destaque-se a atuação do Padre Helder Câmara no I Congresso Católico de Educação, que apresentou sua tese “Excessos da Pedagogia Moderna”, em que criticava aspectos filosóficos e ideológicos da Escola Nova que conflitava com o pensamento católico, sem abordar as questões metodológicas (idem, p. 83).

Neste cenário alguns materiais tomaram a forma de coleção, demonstrando a grande alcance do material, e um deles foi o Catecismo do Monsenhor Alvaro Negromonte pela Editora José Olympio, que nos “agitados anos 30 [...] funcionava como pólo produtor e irradiador de Cultura (Paixão, Mira, 1998, p. 82).

A coleção Negromonte era composta por 14 volumes, destes três eram dirigidos aos catequistas, e os outros 11 aos catequizandos – do curso primário ao secundário, além de dirigir-se também ao curso normal, conforme nota da Editora. Sua distinção pode ser comprovada por ter sido publicado também pelas editoras Vozes, Agir e Rumo.

Negromonte é um importante representante do período por conta de inserir-se tanto como ícone no mercado das coleções de catecismos, quanto por ter feito uma leitura católica do discurso escolanovista em seus materiais. Ele foi um dos responsáveis pela apropriação dos saberes às escolas católicas, em especial em Minas Gerais (Orlando, 2008).

O estado mineiro é uma referencia com relação à reforma do ensino, nesses tempos de ebulição da Escola Nova, dando conta com sucesso à substituição do modelo político pelo modelo pedagógico na escola. Essa reforma se deu enquanto através Mario Casasanta era Inspetor Geral da Instrução Publica, e junto com Francisco Campos, conseguiu mediar os interesses e propostas das escolas e intelectuais católicos, a princípio resistentes as inovações. Assim os meios católicos, tanto eclesiais quanto educacionais, puderam se apropriar e apoiar a modernização da educação, não tendo sido necessário abrir mão de suas convicções e tradições.

¹⁶Titulo do livro que apresenta os anais do I Congresso Católico de Educação, realizado em 1934.

O trabalho de Negromonte foi além da Catequese, com materiais publicados visando alcançar diferentes gerações, trabalho que, para o autor, contribuiria em formar uma civilização cristã (Orlando, 2008). Para tanto foram lançados outros livros como Noivos e Esposos, Como educar seu filho, Educação Sexual, etc.

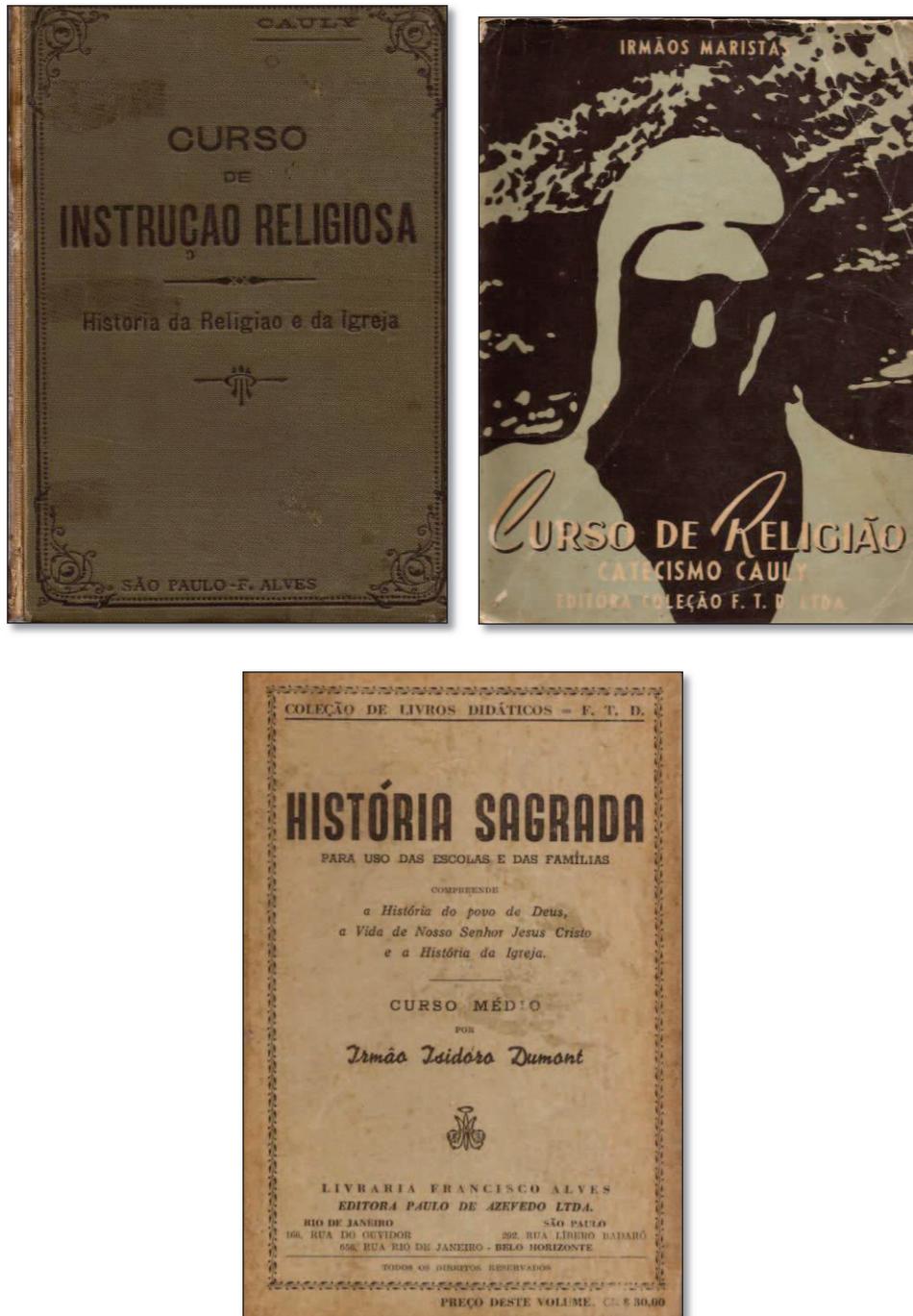
Com relação à catequese, o livro O Caminho da Vida, publicado em 1937, de acordo com a Editora Vozes, foi o primeiro da coleção. Depois o livro A Pedagogia do Catecismo, em 1938, que “sintetiza os princípios pedagógicos de renovação catequética, realizada na série de livros” (NEGROMONTE, 1961, p.13 apud ORLANDO, 2008). A base catequética da coleção Negromonte está no movimento catequético europeu, como por exemplo, o de Munique, do qual ele é um de seus interlocutores (Orlando, 2008). Em 1965 foi publicada a sua última edição, e em seus quase trinta anos de circulação deu sua contribuição influenciando e transformando a catequese cristã católica.

Figura 1 - Capas dos catecismos de Cauly - Modelo Confessional



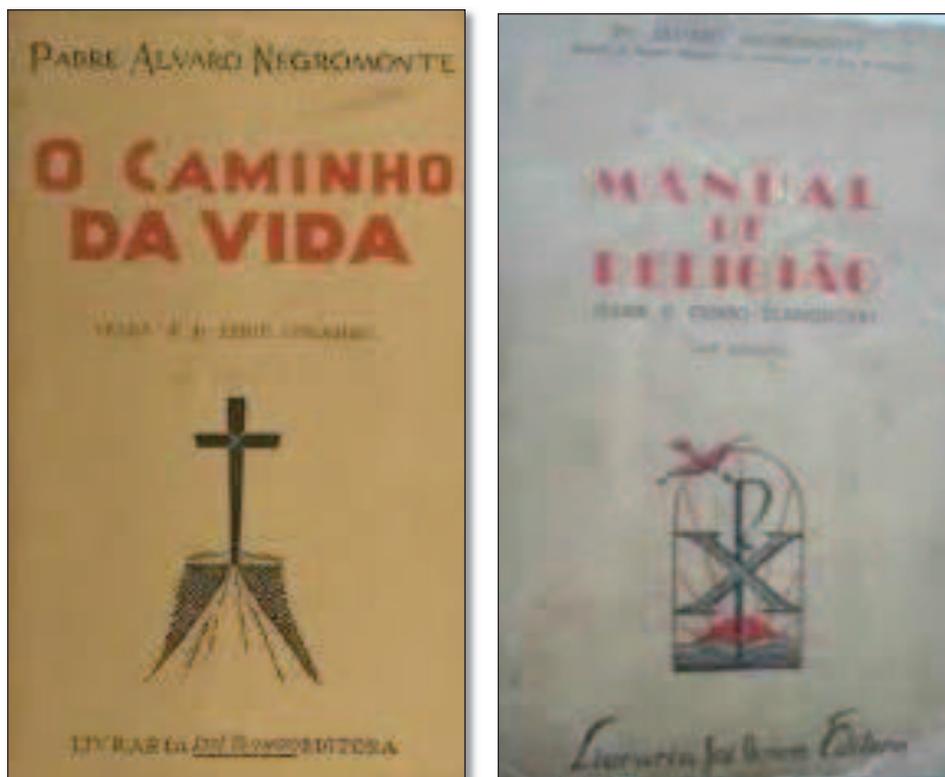
Fonte: Biblioteca Wolfgang Gruen/GPER.

Figura 2 - Capas dos Catecismos Dumont - Modelo Confessional



Fonte: Biblioteca Wolfgang Gruen/GPER.

Figura 3 - Capas dos Catecismos de Negromonte - Modelo Confessional



Fonte: Biblioteca Wolfgang Gruen/GPER.

3.2 ENSINO BÍBLICO E CRISTOCÊNTRICO

A educação brasileira foi influenciada por diferentes correntes pedagógicas, a tecnicista, a pedagogia crítica, o construtivismo e o socioconstrutivismo. Tais propostas orientaram a formação de professores, a organização do cotidiano da sala de aula e consequentemente a organização dos subsídios didáticos (SAVIANI, 2007, p.247).

No campo da educação religiosa em especial a influência do Concílio Vaticano II (1962-1965), foi significativa para a organização das aulas deste componente curricular (WAGNER e JUNQUEIRA, 2011, p. 60). Essa influencia também pode ser vista na proposta mitológica antropológico-kerigmático (Ver-julgar-agir).

A partir da Lei 5692/71 articulou-se o apoio ao ecumenismo, ou seja, o diálogo entre as denominações cristãs. As igrejas cristãs na década de Sessenta, com destaque para lideranças da Igreja Católica, compreendiam o Ensino Religioso ministrado na escola pública a partir de uma leitura de diálogo cristão, denominado

de ecumênica, além da preocupação com novas estratégias de ensino e aprendizagem.

A articulação desta concepção para o Ensino Religioso resultante de uma proposta elaborada a partir do encontro das igrejas cristãs, ao longo das décadas de setenta e oitenta, foi assumida em quase todos os Estados da Federação. Tal concepção denominada de Interconfessional está sustentada no entendimento do verbo “*Religio*” como “*Religare*”, ou seja, a ligação entre a “Criatura e o Criador”, tem sua elaboração em Lactâncio (CA 240 – CA 320).

Desta forma foram encontradas publicações regionais organizadas por Dioceses, por Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, cujas propostas progressivamente passaram a ser publicadas por editoras comerciais.

Foi localizado em diferentes estados da federação produção local de publicações que propunham conteúdos baseados nos fatos da salvação conjugados à experiência vivida. Trata-se de uma educação religiosa na linha axiológica, partindo do referencial sócio cultural e levando em conta o mundo afetivo dos educandos, promovendo a sequencia: experiência, formação de atitudes e constituição de valores cristãos.

No exercício de superar uma proposta que formalizasse uma única doutrina, mas permitisse o diálogo entre as denominações cristãs, tendo em vista o movimento ecumênico, as autoridades religiosas e educacionais apoiaram propostas didáticas que contemplassem tal conformação religiosa.

Isso pôde ser verificado nos textos, imagens e tipologia de atividades que enfatizam textos biográficos de Jesus, a partir dos evangelhos. Com o objetivo da evangelização autores e autoras propunham experiências aos estudantes para confrontar com os textos religiosos cristãos como percurso a ser seguido.

As primeiras produções foram elaboradas por equipes ligadas às Secretarias de Educação e as Congregações Religiosas visando adequar às questões pedagógicas e uma nova organização de conteúdo no campo religioso.

Na pré-escola os temas se iniciavam com as questões da natureza, família, escola, elementos da corporeidade e progressivamente eram introduzidos fatos biográficos de Jesus, assim como temáticas de celebrações cívico-religiosas. Este

roteiro era retomado no ensino primário (anos iniciais do Ensino Fundamental), com ampliação para a história da bíblia.

Compreendendo que ligar o homem de novo a Deus, já que a religião não é mais um exercício de escrúpulos, mas uma ação pessoal para estabelecer esta ponte, veneração que une o filho ao Pai.

O conhecimento devia, e ainda deve, ser percebido no enfoque antropológico, cujo objeto é a relação do ser humano com o desconhecido, tratando-se da experiência religiosa, que possui uma dimensão profundamente subjetiva, principalmente quando a relação envolve a consciência humana no confronto com o mistério (MESLIN, 1992, p.25).

Para tal é preciso compreender através de uma leitura dialético-hermenêutica, como instrumento teórico de análises, porque o ser humano se manifesta como um ser que busca transcendência. O confronto entre a sensação de finitude e a busca de transcendência leva o homem a um constante conflito, que buscará em rituais e outras formas simbólicas de expressar tal questão – reação psicológica:

A pretensão neste segundo momento do Ensino Religioso não é o ensino de uma religião e nem catequese, mas é uma evangelização ampla e rica dentro dos valores existenciais da pessoa humana, onde, por sua vez, o sujeito seja agente de sua história, inserido em uma comunidade de fé e dela participa e, portanto, deve ser respeitado em sua consciência e em sua liberdade. Portanto, o objeto a ser trabalhado é a religiosidade deste ser humano, compreendida como a atitude dinâmica de abertura ao sentido radical da existência humana. Não seria mais uma atitude, mas a mais profunda de todas, equivaleria à totalidade humana. (BENINCÁ, 1997, p. 3).

No ano de 1975, Pe. Wolfgang Gruen lançou um importante artigo em Minas Gerais: “O Ensino Religioso na Escola Oficial, Subsídios à Reflexão”, que desencadeia grande polêmica e dá início a uma reflexão sobre o sentido do Ensino Religioso Escolar na Escola Pública numa sociedade pluralista. Lentamente cresce a percepção de estruturar esta disciplina segundo os parâmetros das demais, portanto de fato escolarizar o Ensino Religioso.

Neste percurso é necessário mencionar obras regionais desenvolvidas com base bíblica na perspectiva cristocêntrica, que pode ser denominada como interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se

responsabilizaram pela elaboração do respectivo programa, conforme Tabela 3 abaixo:

Tabela 3 Obras Regionais modelo bíblico-cristocêntrica

OBRA	AUTOR/RESPONSÁVEL	ANO	LOCAL
A formação religiosa	Diocese de Governador Valadares	1980	Governador Valadares
Coleção de Ensino Religioso	Lenir Rodrigues Santos Veras	1987	Boa Vista
Coleção Iniciação Religiosa das Crianças/ Formação Religiosa da Criança	Lydia das Dores Defilippo – Departamento Arquidiocesano de Ensino Religioso	1979/1980	Belo Horizonte
Crescer em Cristo	ASSINTEC	1972	Curitiba
Cristo fala a todos nós	Nilde Tissot	1982	Porto Velho
Educação Religiosa	Prelazia do Acre e Purus	1981	Rio Branco
Educação Religiosa 1º Grau	CAEC – Coordenação de Evangelização e Catequese	1972	Porto Alegre
Educação Religiosa para uso das escolas	Secretariado Arquidiocesano de Pastoral	1979	São Luís
Ensinando Religião – Conteúdos de Educação Religiosa de 1ª a 4ª série	Centro Arquidiocesano de Pastoral de Camaquã	s/d	Camaquã.
Ensino Religioso	Equipe de Orientação religiosa Escolar de Itapetininga	1985	Itapetininga
Ensino Religioso de 1º grau	Conselho de Coordenação de Ensino Religioso de Mato Grosso do Sul	1984	Campo Grande
Ensino Religioso do 2º grau	Roque Brugnara Província Marista de Santa Catarina	1993	Florianópolis
Mensagem Cristã	Departamento Arquidiocesano de Catequese	1976	Diamantina
Roteiros de Ensino Religioso	CIER	1972	Florianópolis.

Fonte: Biblioteca Wolfgang Gruen

Outro exemplo de obra que emergiu como experiência local e assumiu o mercado editorial foi a Coleção Meu Cristo Amigo publicada em 1974, resultante do iniciado em 1968, no Instituto Abel – Niterói, sendo produzido, após Puebla (1979), o material do segundo grau. O esquema seguido foi o de iniciar pela imagem visível do Deus invisível – por Jesus, o que era uma novidade da época. Propondo à criança da primeira série identificar-se com Jesus criança.

Junto com o conteúdo, havia uma estratégia paralela que foi a de evangelizar os pais, através das crianças. A opção feita para estruturar o material foi o de ter presente que o leitor primeiro seria a professora de classe, depois os pais e finalmente as crianças. Quando o material começou a ser elaborado não possuía uma linguagem propriamente para a criança, mas para o adulto que ministrava a aula e iria trabalhar a criança. Começaram utilizando narrativas, contar a vida de Jesus, que os pais recontavam-na aos filhos. Assim, utilizaram estratégias que naquela ocasião já apareciam na televisão, ou seja, o filme terminava e a história não. Passaram a utilizar esta estratégia para organizar as unidades. Em cada lição deixavam algo para próxima, outra característica era a de realizar muitas celebrações participativas onde as crianças apresentavam expressão corporal e versos para Jesus, a proposta era descobrir que Jesus era o melhor amigo, o que o nome da Coleção já afirmava.

Outras propostas regionais progressivamente foram difundidas nacionalmente por meio da publicação de livros didáticos com potencial de distribuição em várias escolas desse período:

Tabela 4 Obras do modelo Bíblico e cristocêntrico

Obra	Autor	Ano	Editora	Cidade
A descoberta de Deus criador pela criança	Astrogildes Delgado de Carvalho	1978	Paulinas	São Paulo
Alicerce para um mundo novo	José Fernandes de Oliveira	1977	Paulinas	São Paulo
Coleção Caminho	J. A. Ruiz Copegui	1977	Loyola	São Paulo
Coleção Crescemos construindo	Claudio Ortigara	1971	Vozes	Petrópolis
Coleção Educação Religiosa da Comissão Arquidiocesana	Evangelização e Catequese de Porto Alegre – CAEC	1972	Vozes	Petrópolis
Coleção Educação Religiosa Escolar	Conselho Interconfessional para a Educação Religiosa – CIER	1976	Vozes	Petrópolis
Coleção História de nossa história e Coleção Nossa História	Floriano Tescaralo	1974	FTD	São Paulo
Coleção Libertação e Páscoa	Secretariado de Pastoral e Catequese - Santo Ângelo/RS	1977	Vozes	Petrópolis
Coleção Meu Cristo Amigo	Israel Nery e Lia D'Ávila Janotti	1974	Paulinas	São Paulo
Coleção Mundo Jovem	Natália Maccaria, Attilio Harmann, Israel Nery e José Fernandes de Oliveira	1974	Paulinas	São Paulo
Coleção o homem que	Equipe Lassalista de	1978	Vozes	Petrópolis.

Obra	Autor	Ano	Editora	Cidade
caminha em busca do mundo novo	Catequese/RS			
Série Educação para a Fé	Eliane Moreira, Eliane Pimenta e Cláudio Van Balen	1976	Vigília	Belo Horizonte
A criança e o papai do céu	Astrogildes Delgado de Carvalho	1986	Paulinas	São Paulo
Coleção A escola em busca	Luz do Secretariado Arquidiocesano de Pastoral de São Luis/MA	1981	Vozes	Petrópolis
Coleção Caminhando para Deus	Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus - Província do Paraná	1989	Arco Íris	Curitiba
Coleção de Mãos Dadas	Amélia Schneiders e Avelino Antônio Corrêa	1989	Scipione	São Paulo
Coleção Desafios do homem contemporâneo	Elza Helena de Abreu e Maria Ângela Vilhena M. F de Almeida	1988	FTD	São Paulo
Coleção Descobrimo a bondade de Deus	Equipe das Irmãs de Nossa Senhora	1987	Vozes	Petrópolis
Coleção Descobrimo a vida	Eliane Moreira e Eliane Pimenta	1984	Vozes	Petrópolis
Coleção Educação, amor e fé	Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus - Província de São Paulo	1989	Loyola	São Paulo
Coleção Fé e Libertação	Frei Betto	1989	Ática	São Paulo
Coleção Fé e mundo	Eliane Moreira, Eliane Pimenta, Maria Celeste Bertucci e Cláudio Van Balen	1987	Vozes	Petrópolis
Coleção Irmãos a Caminho	Maria Alice M. del Estal e Therezinha M. L. da Cruz	1984	FTD	São Paulo
Coleção por um mundo mais feliz	Coordenação Pastoral da Diocese de Itabira-Coronel Fabriciano – COPAI	1980	Vozes	Petrópolis
Coleção Religião e Vida	Veremundo Tóth	1988	Loyola	São Paulo
Coleção Somos Crianças Alegres	Centro de Pastoral e Catequese – CEPAC de Nova Iguaçu	1984	Vozes	Petrópolis
Como falar de Deus aos pequeninos	Astrogildes Delgado de Carvalho e Luzia Sena	1985	Paulinas	São Paulo
Educação Integral, religião, moral, civismo	Dejanyra Maria da Conceição	1984	FTD	São Paulo
Gente Miúda	Maria Alice M. Del Estal e de Therezinha M. L. da Cruz	1987	FTD	São Paulo
Meu livro, meu mundo. Educação Religiosa	Lielba M. A. de Brito Ramos, Shewa Figueiredo Domingos e Valdira Torres Agra	1989	Editora do Brasil	São Paulo
Papai do céu no Jardim de Infância	Isis de Freitas Fututo e Maria Helena Telles da Cruz	1984	Paulinas	São Paulo
Viveu como Jesus viveu	José Fernandes de Oliveira e Adriana Zuchetto	1985	Paulinas	São Paulo
Coleção Alegria de Viver	Maria Izabel de Oliveira Tongu	1991	Moderna	São Paulo

Obra	Autor	Ano	Editora	Cidade
Coleção Bíblia na escola	Ivo Storniolo e José Bortolini	1993	Paulus	São Paulo
Coleção Convivência e Liberdade	Silvia Cipolla e Francisco Catão	1993	Paulinas	São Paulo
Coleção de Ensino Religioso Escolar de 1º grau	Maria Inês Carniato & Equipe	1990	Paulinas	São Paulo
Coleção Deus Conosco	Ana Cristina D.S. Maia, Andréa de Sousa Marques, Beatriz Botelho de Moraes, Mario Antonio Betiato e Mário Antonio Sanches	1996	Editora M. Barreto	Curitiba
Coleção Deus Pertinho	Sérgio Palombo	1994	Ática	São Paulo
Coleção Educação Cristã	Equipe da Editora	1996	Paulinas	São Paulo
Coleção Eu sou teu amigo – Educação Religiosa	Maria de Piedade Medeiros Paiva	1990	Editora do Brasil	São Paulo
Coleção Fé na Vida	José Donizetti e Margarida Regina	1992	Editora do Brasil	Belo Horizonte
Coleção Festejando a vida em liberdade –	Educação Religiosa	1992	FTD	São Paulo
Coleção Grão de Mostarda	Maria Alice M. Del Estal	1994	FTD	São Paulo
Coleção Jesus é amor	Dorita de Macedo	19??	IBEP	São Paulo
Coleção Transformação	Laude Erandi Brandenburg, Marlene Zizemer Gaede, Ires Lausmann Klein, Ijoni Jurema Michaelsen e Odila Viani Hennig Schwalm	1990	Sinodal	São Leopoldo.
Ensino Religioso no segundo grau	Conselho de Ensino Religioso do Mato Grosso do Sul	1990	Vozes	Petrópolis
Gente Crescendo	Maria Alice M. Del Estal e Therezinha M. L. da Cruz	1990	FTD	São Paulo

Fonte: Biblioteca Wolfgang Gruen

Estas três décadas foram períodos de diferentes formas de experiências, organização de conteúdos e de estratégias de ensino que adequassem ao novo perfil de propostas pedagógicas assumidas pelos sistemas de ensino brasileiro.

É significativo retomar que diversos destes manuais surgiram de experiências regionais de secretarias de educação ou de instituições religiosas, caracterizando um período rico de produção fundamental na história da escolarização do Ensino Religioso brasileiro, centrados na figura da biografia de Jesus e trechos retirados dos evangelhos e dos salmos para gerar reflexões ou indicar o comportamento dos estudantes.

Figura 4 – Capas dos Cadernos de Religião - Modelo Confessional Bíblico-Cristocêntrico - Publicações Regionais - Período de 1961 a 1980

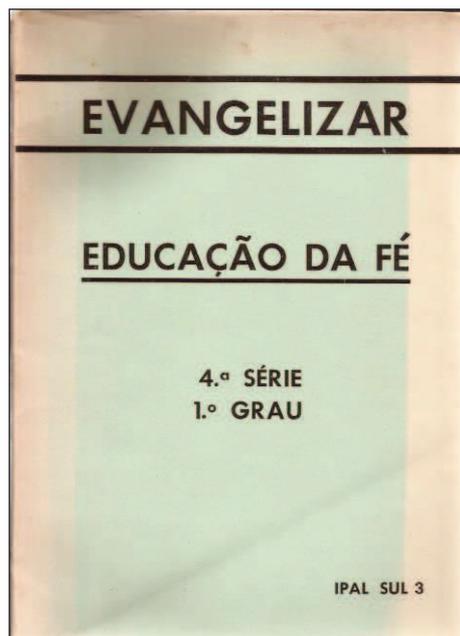
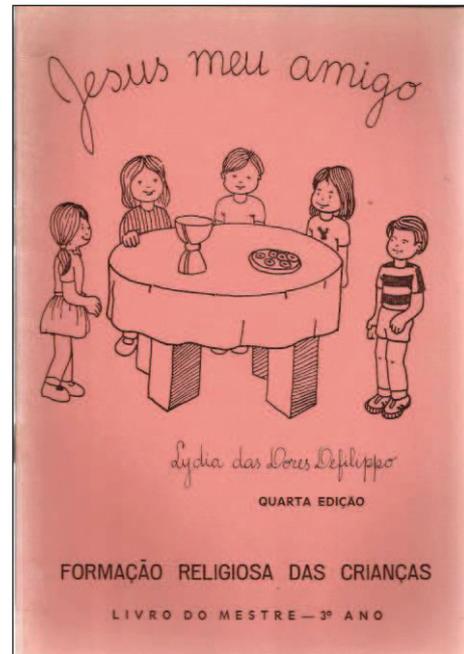
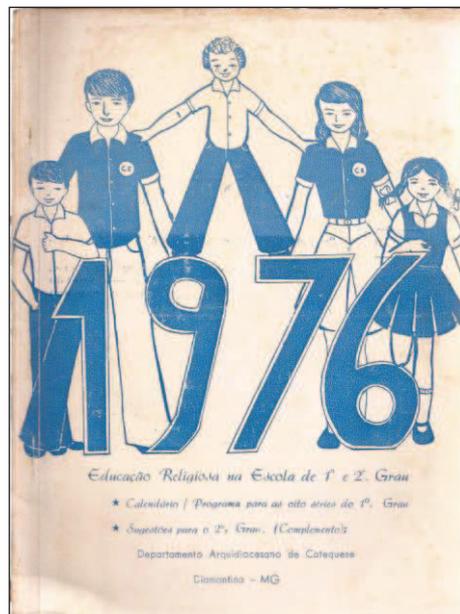


Figura 4 - Capas dos Cadernos de Religião - Modelo Confessional Bíblico-cristocêntrico – Publicações Regionais - Período de 1961 a 1980 (cont.)



Figura 4 - Capas dos Cadernos de Religião - Modelo Confessional Bíblico-cristocêntrico – Publicações Regionais - Período de 1961 a 1980 (cont.)



Figura 4 - Capas dos Cadernos de Religião - Modelo Confessional Bíblico-cristocêntrico – Publicações Regionais - Período de 1961 a 1980 (cont.)



Fonte: Biblioteca Wolfgang Gruen

Figura 5 – Capas dos Livros de Religião Modelo Confessional Bíblico-cristocêntrico – Editoras Comerciais - Período de 1961 a 1980

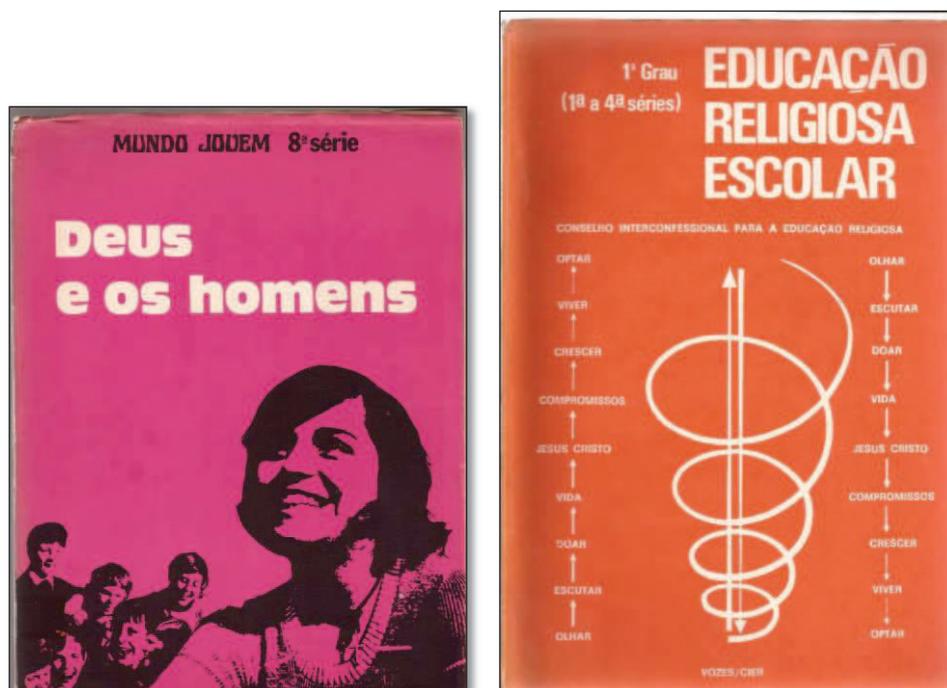
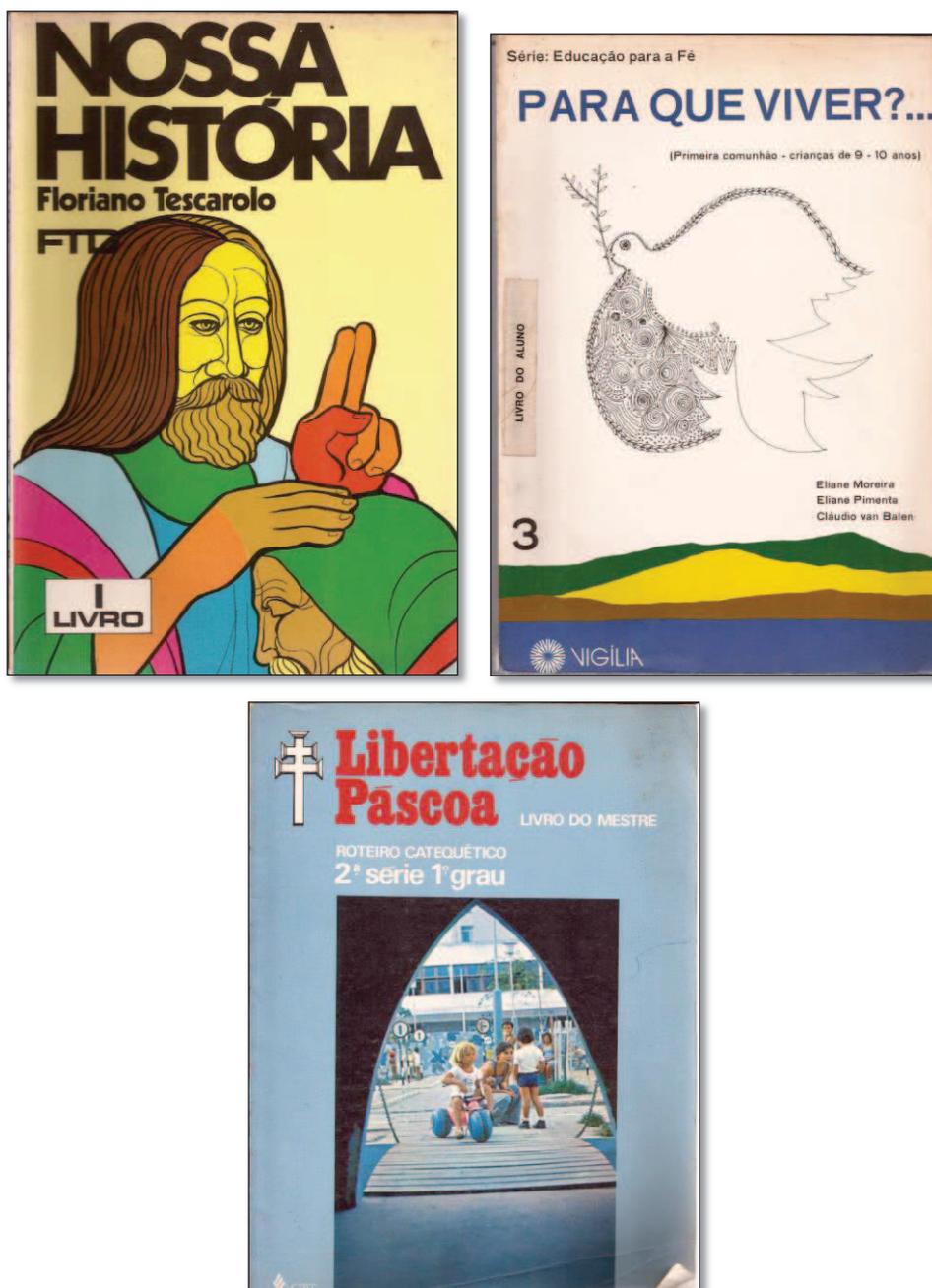


Figura 5 – Capas dos Livros de Religião Modelo Confessional
Bíblico-cristocêntrico – Editoras Comerciais - Período de 1961 a 1980

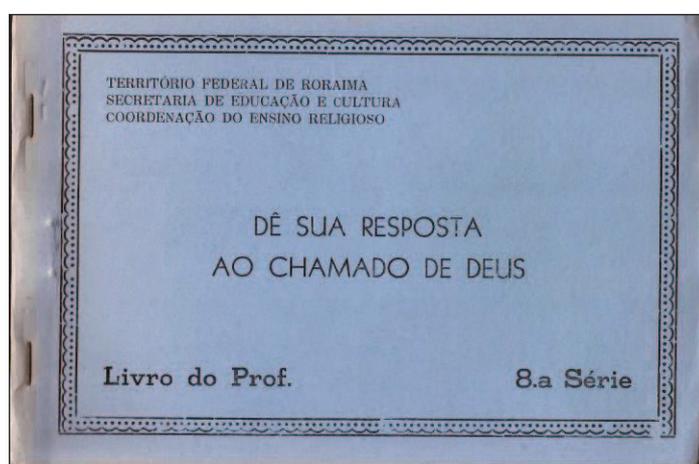


Fonte: Biblioteca Wolfgang Gruen

Figura 6 – Capas dos Cadernos de Ensino Religioso Modelo Confessional Bíblico-cristocêntrico – Publicações regionais - Período de 1981 a 1994.



Figura 6 – Capas dos Cadernos de Ensino Religioso Modelo Confessional Bíblico-cristocêntrico - Publicações regionais - Período de 1981 a 1994.



Fonte: Biblioteca Wolfgang Gruen

Figura 7 – Capas dos Livros de Ensino Religioso Modelo Confessional Bíblico-cristocêntrico – Editoras Comerciais - Período de 1981 a 1994



Figura 7 – Capas dos Livros de Ensino Religioso Modelo Confessional Bíblico-cristocêntrico – Editoras Comerciais - Período de 1981 a 1994 (cont.)

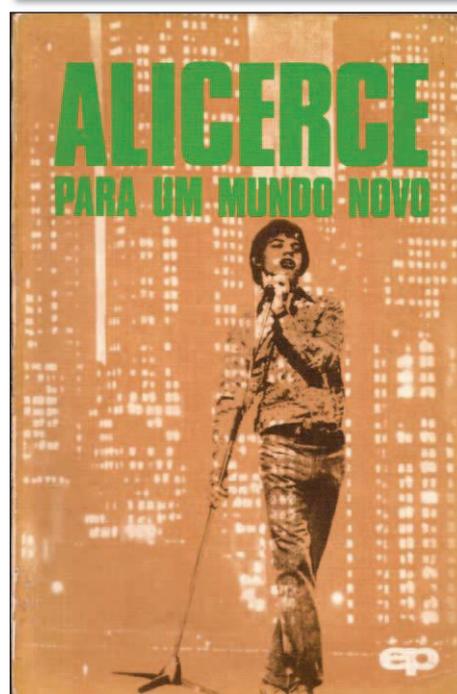
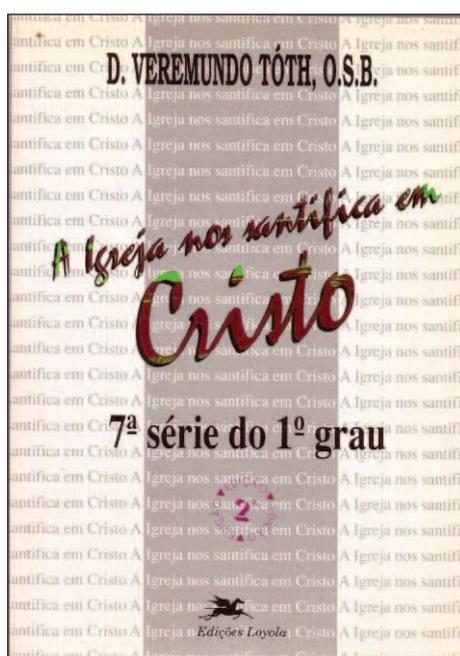
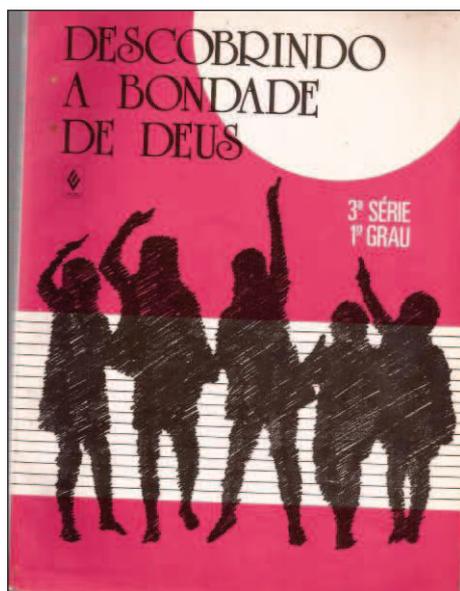


Figura 7 – Capas dos Livros de Ensino Religioso Modelo Confessional Bíblico-cristocêntrico – Editoras Comerciais - Período de 1981 a 1994 (cont.)

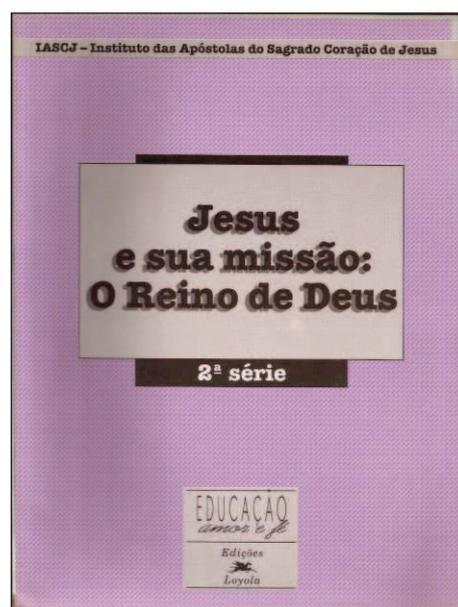
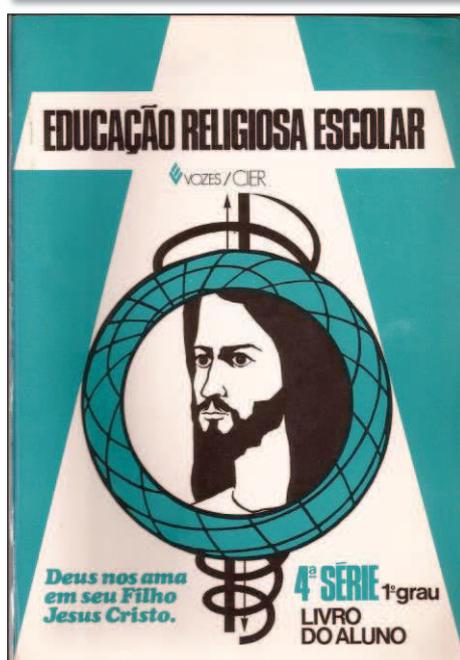
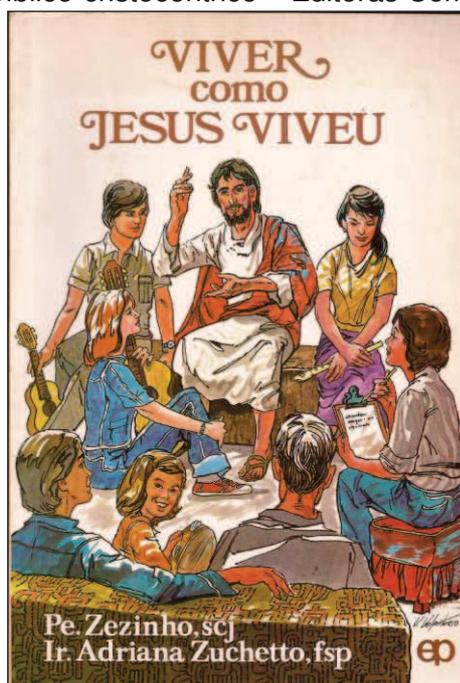


Figura 7 – Capas dos Livros de Ensino Religioso Modelo Confessional Bíblico-cristocêntrico – Editoras Comerciais - Período de 1981 a 1994 (cont.)

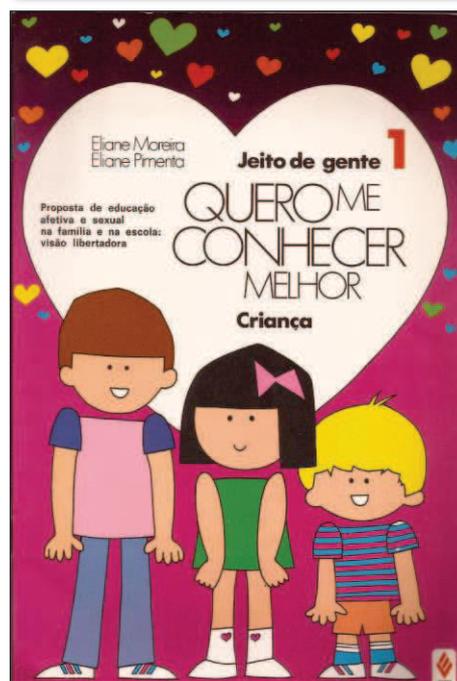
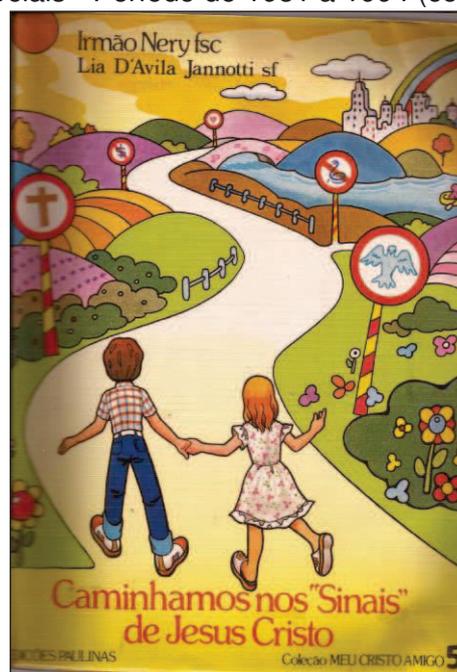


Figura 7 – Capas dos Livros de Ensino Religioso Modelo Confessional Bíblico-cristocêntrico – Editoras Comerciais - Período de 1981 a 1994 (cont.)

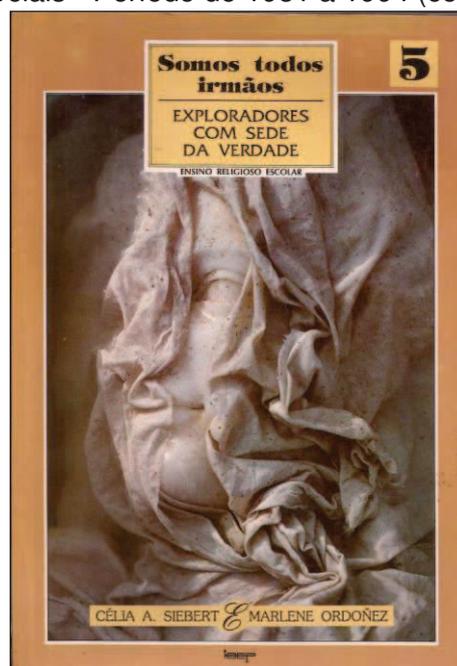


Figura 7 – Capas dos Livros de Ensino Religioso Modelo Confessional Bíblico-cristocêntrico – Editoras Comerciais - Período de 1981 a 1994 (cont.)



Figura 7 – Capas dos Livros de Ensino Religioso Modelo Confessional Bíblico-cristocêntrico – Editoras Comerciais - Período de 1981 a 1994 (cont.)

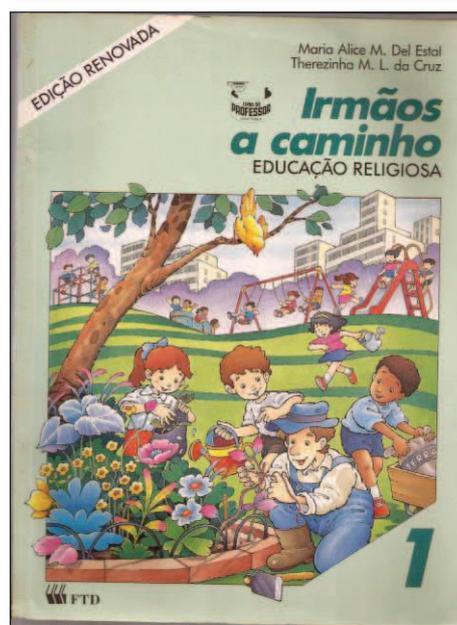
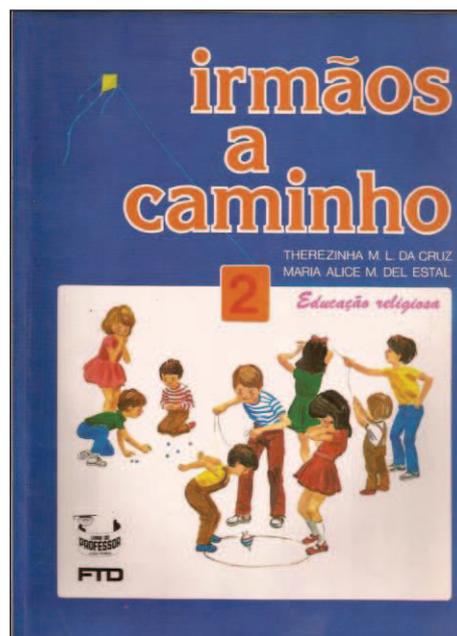
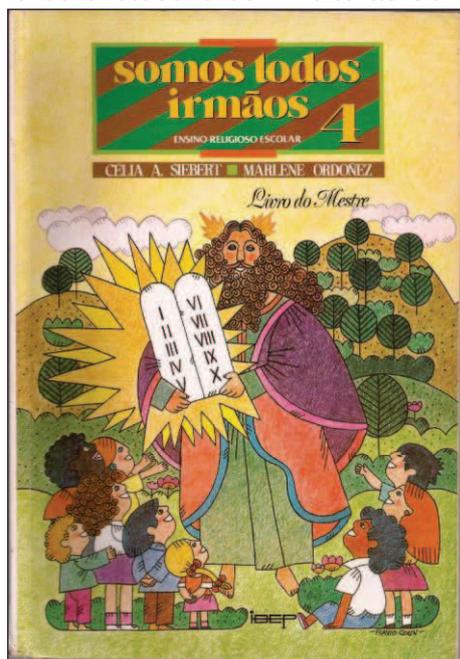


Figura 7 – Capas dos Livros de Ensino Religioso Modelo Confessional Bíblico-cristocêntrico – Editoras Comerciais - Período de 1981 a 1994 (cont.)



Fonte: Biblioteca Wolfgang Gruen

A redefinição do papel do Ensino Religioso na escola, conjugada com a discussão de sua manutenção em termos de legislação, foi de significativa importância no processo da revisão constitucional dos anos oitenta (CNBB, 1987, p. 136-137). Promovendo inclusive a elaboração da distinção entre o Ensino Religioso realizado nas escolas e a catequese, cujas diferenças podem ser expressadas conforme tabela abaixo:

Tabela 5 - Diferença entre Ensino Religioso e Catequese

	Catequese	Ensino Religioso
Objetivo	Conhecer Jesus Cristo, vivência na comunidade cristã (querigma).	Integrado nos objetivos da escola, questionador (fenômeno religioso).
Linguagem	De fé	Religiosa
Agente	Comunidade Catequizadora	Professores Qualificados
Conteúdo	Enfoque de quem crê, iniciação à fé e a vida na comunidade cristã (doutrinário)	Enfoque escolar, cultural-religioso
Metodologia	Interação entre formulações de fé e vida	Experiência, reflexão

Fonte: Junqueira (2002)

Portanto, o objetivo do Ensino Religioso nesta época tinha o intuito de proporcionar ao aluno experiências, informações e reflexões que o ajudassem a cultivar uma atitude dinâmica de abertura ao sentido mais profundo de sua

existência em comunidade. Além disso, também tinha a função de encaminhar/manter em uma organização responsável do seu projeto de vida, acreditando que esta disciplina ajudaria a vivenciar práticas transformadoras, removendo eventuais obstáculos à fé.

Diferentes Associações e outros grupos construíram objetivos e propostas para a disciplina segundo esta nova perspectiva de Educação Religiosa visando estimular a busca por respostas às questões vitais, além de desenvolver integração e harmonia do ser humano consigo mesmo, com os outros, com o mundo e com Deus. Ou seja visava comprometê-los com a vida, como protagonista de sua história e responsável pela construção de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária e a conscientizar-se de sua contribuição para o todo (ASSINTEC, 1992, p.233).

Para tala disciplina se utilizaria as manifestações culturais relativamente acessíveis e didaticamente agradáveis como a música popular ouvidas e cantadas no dia a dia, porque, além de entretenimento, poderia revelar nas entrelinhas das letras e das pautas os conflitos da história concreta. Portanto o conteúdo religioso proposto à criança para ser vivenciado progressivamente na fé estaria em função do seu meio e de sua formação religiosa anterior, tendo em vista o entendimento que o mistério cristão seria inesgotável, procurando selecionar conteúdos considerados básicos para a iniciação cristã.

O caminho para esta iniciação seria a 'contemplação' de certos aspectos da vida humana. O esforço foi no sentido de oferecer meios de sensibilizar a criança para essas realidades, a fim de que fossem capazes de vivê-la numa dimensão de fé. Desta forma o importante para o educando não era receber uma carga de conhecimentos doutrinários, e sim interiorizar suas experiências, para desenvolver atitudes cristãs que fossem expressão positiva na comunidade onde vivia.

Os conteúdos do Ensino Religioso deveriam operacionalizar diferentes objetivos e conseqüentemente as proposições sofreram variações. O Pe. Gruen propôs que os conteúdos não seriam prioritários em termos de conhecimento, mas considerando a prática a ser vivida, voltando-se para a esfera afetiva. Para ele era indispensável à convivência humana nas diversas comunidades religiosas, e mesmo para os que não professavam uma religião era considerada válida a admiração, ao

simbolismo, à criatividade, com uma educação para a responsabilidade social e política, a ação transformadora (GRUEN, 1995, p.84-86).

Desta forma, todos os temas interessavam ao Ensino Religioso, pois a atitude de uma pessoa diante da religiosidade não era resultado somente de conhecimentos e raciocínio, nem aqueles de fundo psicológico.

A psicologia da religião tem constatado a importância da dimensão social na formação de tal atitude. Antes mesmo de qualquer questionamento intelectual, a pessoa vai-se embecendo inconscientemente das tradições religiosas de seu meio ambiente (costumes, ritos, normas, crenças). Surge assim um pano de fundo global, um modo de ver e de valorizar, que passa a exercer forte influência na avaliação do mundo e nas atitudes da pessoa, também na área religiosa.

O Ensino Religioso visava educar a religiosidade, esta capacidade de ir além da superfície de coisa, acontecimentos, gestos, ritos, normas e formulação, para interpretar toda a realidade em profundidade crescente e atuar na sociedade de modo transformador, libertador (GRUEN, 1995, p.187-188).

O conteúdo estabelecido pelos programas na perspectiva interconfessional, foram organizados a partir de questões existenciais e temas bíblicos, favorecendo este confronto.

Vários foram os métodos utilizados, em geral herdados do movimento catequético como o método antropológico, que se caracterizavam por situar o sujeito como ponto de referência, possibilitando a descoberta e a exploração dos valores essenciais presentes na sua vida e no seu ambiente à luz da Palavra de Deus. O aluno era estimulado a tornar-se promotor de seu desenvolvimento de forma integral, como protagonista da própria existência, à luz do mistério de Cristo (personalização). O trabalho realizava-se em geral em grupo, de modo a tornar uma experiência comunitária cristã, com uma relação interpessoal de autêntica fraternidade (socialização).

Outro modelo é o chamado de convergência, que em certo sentido era uma tentativa advinda de outros modelos que buscavam a partir das experiências humanas, convergir e relacionar a mensagem cristã. Esse modelo teórico foi muito influenciado pela perspectiva do Vaticano II (1962-1965), sobre a Palavra de Deus e a Revelação, no qual a catequese depende do modo como está concebida a palavra

de Deus, sua revelação, e sua relação a essas questões da revelação e experiência humana, além do conhecimento de Jesus Cristo e a unidade com a fé.

A proposta do Ensino Religioso “existencial”, outro modelo, utilizava como referencial o conceito de religião de Paul Tillich (1886-1965), que não consiste na ação da instituição na qual se realiza o contato entre Deus e o homem. Para Tillich, ser religioso significava estar apaixonado pela pesquisa do sentido da vida e estar aberto a qualquer resposta que pudesse surgir. Seria possível ser religioso sem participar de qualquer religião existente. Nessa proposta o recurso da experiência era orientado primariamente para a descoberta da dimensão religiosa do homem. Progressivamente existia uma explicitação da temática sobre a fé cristã nas suas diversas características e expressões. A formação religiosa escolar consistiria na descoberta e exploração da dimensão religiosa, a transcendência do homem, segundo Hubertus Halbfas (1932 -), não poderia ser interpretada aprioristicamente somente como natural, mas como uma orientação interior do homem em direção a Deus, para a participação da vida divina, cuja ideia tem referencia na Teologia de Karl Rahner (1904-1984).

Um modelo que influenciou o terceiro momento, a partir de 1989, refere-se à “catequese de experiência” humana, representado por numerosas tentativas de catequese no sinal da libertação (América Latina). A perspectiva latino-americana sobre o ensinamento religioso de emancipação é originária da Alemanha e seus representantes sofreram influência da escola sociológica de Frankfurt. A libertação é uma ideia que caracterizava a história liberal e racional da época, cada forma de liberação de tutela indevida e de opressão, particularmente em nome da racionalidade e da fundamentação da igualdade. Essa escola combinou essa corrente humanista com a teoria marxista sobre a transformação da sociedade.

Foi inspirada na ideia de crítica profética e uma prospectiva de harmonia entre a libertação cristã e a corrente de emancipação social e política que caracteriza a história presente (baseada na pedagogia alemã de Gam e Mollenhauer) foi levada para a escola a partir do método de revisão de vida da Ação Católica. Disso derivou um processo também influenciado pela proposta de conscientização de Paulo Freire (1921-1997), onde a pessoa seria uma fonte inesgotável para a educação.

Outro modelo metodológico proposto foi o antropológico-kerigmático. Neste o centro é Cristo, cujos elementos bíblicos e doutrinários eram confrontados com as experiências dos alunos de acordo com seu processo de desenvolvimento. Assim eram articulados elementos da ação educativa interpelados à luz de Cristo, a vivência e anúncio da Palavra de Deus no “hoje” celebrado na vida.

Baseia-se no princípio da correlação, ou seja, o princípio da relação recíproca que se instaura entre a tradição da fé e a experiência de vida dos alunos e não de uma mera justaposição, com base na metodologia ver-julgar-agir, que propõe partir de questões pertinentes ao contexto do aluno, oferecendo elementos para o confronto e reflexão para chegar a uma nova ação.

Essa proposta pressupõe um processo de interação, entre o sujeito, o conteúdo e a realidade pessoal e social em que acontece todo o processo. Quanto ao método propriamente dito, contribuiu para orientar a revisão de vida da Ação Católica. Posteriormente, as Igrejas latino-americanas passam a utilizá-lo para orientar o processo de reflexão, organizar documentos e, sobretudo, para coordenar a prática pastoral. Originariamente, o método foi estabelecido em três fases, acrescido posteriormente de duas outras dimensões: rever e celebrar.

Com a ênfase que foi dada por um longo período para a dimensão antropológica, visando oferecer ao aluno uma formação básica, social, insiste-se também na religiosa como essencial na educação integral realizado na e pela escola.

Observa-se que nas décadas de setenta e oitenta houve uma multiplicação de coleções de Ensino Religioso para as escolas, de acordo com o tipo de opção dos Estados, ora interconfessional ou ecumênico. Ao longo da organização deste segundo modelo, foi criada uma consciência de profissionalização do docente, uma vez que em diversas realidades o professor ministrava aulas de outras disciplinas e complementava sua carga horária com o Ensino Religioso.

3.4 CONCEPÇÃO FENOMENOLÓGICA

Diferente do modelo catequizante e confessional e também daquele que focalizava o que era comum entre as tradições religiosas cristãs, enquanto educação da religiosidade, surgiu outra via que buscava, e ainda busca, o estudo de diferentes

aspectos das tradições religiosas, como resposta ao ambiente plural e a necessidade de respeito à laicidade na escola pública. Isso surge caracterizado como área de conhecimento e tem como objeto de estudo o fenômeno religioso (FONAPER, 2002).

Esse modelo surgiu de reflexões de educadores e instituições, e em especial daqueles e daquelas envolvidos na construção e conseqüente contribuição do FONAPER, traduzidos na revisão da LDB (1997) e nos PCNERS (2002).

A partir da LDB 9394/96, e sua revisão Lei 9475/97 e de documentos preparados pelo FONAPER (1997) foi dado início a elaboração de uma proposta para que o componente curricular que fosse estruturado a partir da escola e do fenômeno religioso. Esta proposição foi estabelecida em momento posterior das conseqüências políticas de uma economia neoliberal, caracterizada pelo subjetivismo cultural e uma ascensão da concepção religiosa pentecostal e carismática.

Conseqüentemente, a elaboração do texto para esta disciplina presente na Lei de Diretrizes e Base, responsável por explicitar elementos do artigo 210 da Constituição, foi desafiador e mobilizador, com inúmeras discussões, tendo como referência um cidadão globalizado.

Com o conceito de cidadania em evolução, suas diversas dimensões assumiram relevâncias diversificadas ao longo do tempo, em decorrência do desenvolvimento da formação histórica. Cada corrente filosófica a percebe segundo seu ângulo de visão, entretanto o direito à educação, como exercício à cidadania, parece indiscutível, pois constitui um instrumento de atuação social, possibilitando a leitura de seu contexto (SINGER, 1999, p. 74-76).

Entre as características da formação do cidadão, neste período, está a possibilidade de cada pessoa expressar-se livremente. Uma das conseqüências desta liberdade é a mudança de referencial, ou seja, de uma sociedade homogênea para a convivência social pluralista sócio, cultural e religiosa.

O texto legal que orienta a Educação Brasileira (Lei 9394/96) confirma e concretiza a postura constitucional republicana da laicidade, a fim de que a Educação Pública esteja livre de interferência de organizações religiosas, o que também inclui o material didático a ser utilizado.

Essa concepção tem a preocupação de atender na escola a construção do conhecimento, não se inclinando a nenhuma argumentação religiosa específica, e assim respeitando as disposições legais para a disciplina. Isso se justifica por conta da temática abordada nas aulas envolver interrogações fundantes, cujas respostas podem possibilitar uma atitude responsável do estudante por si e pela sociedade.

A relevância do fenômeno religioso está ligada ao fato de incluir no processo educativo o conhecimento histórico e cultural de tradições religiosas de diferentes agrupamentos humanos, e busca considerar o conteúdo de forma racional. Isso possibilita que seja analisado o fato religioso, despido do entendimento da religião enquanto confissão ou doutrina, prática a ser banida da escola pública em especial, por conta de desrespeitar o coletivo plural e diverso lá existente.

A disciplina deve contribuir para o conhecimento de outras culturas, sendo possível encontrar respostas, e revelar seus diferentes caracteres, tornando as relações cada vez mais dialógicas e acolhedoras, onde haja respeito no modo particular de cada um explicar os fenômenos da vida.

Como área de conhecimento, a definição que explica a fenomenologia da religião e ajuda esclarecer sobre o campo de estudo da disciplina que é:

estudo descritivo de uma religião ou o conjunto de religiões em seus princípios e em suas manifestações históricas. Através da análise da experiência tenta remontar aos elementos originários e explicativos e destringir-lhes todos os componentes (...). É próprio dela apreender o significado último dos fenômenos religiosos como expressão da espiritualidade humana. (Schlesinger e Porto, 1995, p. 106).

Na função docente de discernir os aspectos fenomenológicos, vale lembrar o que Croatto (2001, p. 57) indica que a função do fenomenólogo é “decifrar o sentido profundo de cada hierofania (manifestação do sagrado), de descrever sua morfologia e sua tipologia para entender seu significado”.

Portanto nesta concepção a disciplina procura identificar o sentido imediato que exala do fato religioso, independente da confessionalidade religiosa de quem o observa, pois, enquanto experiência humana carrega, transmite e influencia diferentes culturas. Esse conhecimento deve ser desenvolvido com suspensão de juízo de valores, a fim de fomentar o diálogo e o acolhimento, por meio da observação objetiva e não de interpretações pessoais.

Essa formação contribui para a constituição de diferentes aspectos da cidadania, que envolve dimensões intelectuais, éticas, estéticas, religiosas entre outras. Isso significa, do ponto de vista da operacionalização da disciplina:

determinar o objeto concreto dessa observação; explicar de forma pormenorizada aquilo que for observado; manter, para isso, uma certa distância e não envolvimento; enfim, recolocar o objeto observado, descrito e analisado no contexto da vida religiosa do grupo, mostrando suas relações com ela. Esta é a pedagogia para o Ensino Religioso (FONAPER, 2000, P.24).

Gilz (2009) orienta que o livro didático do Ensino Religioso, nesta concepção, necessita ser entendido como recurso constitutivo da formação do ser humano, tanto acadêmico quanto religioso, que se destina a crianças e jovens envolvidos desde Educação Infantil até o Ensino Fundamental, cujos conteúdos, metodologia e processos são delimitados por cada sistema ou secretaria de educação.

A formação se dá através da intencionalidade pedagógica, na abordagem dos saberes cientificamente comprovados pelas Tradições Religiosas e que devem estar de acordo com a proposta pedagógica das escolas.

Desta forma ao conhecer e compreender as diferenças das expressões religiosas e as culturas que carregam, é possível valorizar a própria crença além de respeitar a dos outros, tendo acesso a oportunas experiências, informações e reflexões ligadas à dimensão religiosa da vida que ajudem a cada um e a todos a ampliar suas possibilidades de existência em comunidade. Além disso, deve ajudar o estudante a formular em profundidade o questionamento religioso e dar resposta devidamente informada, responsável e engajada (GRUEN, 1995, p.82).

No Ensino Religioso, em especial, o livro didático não pode nem deve ser a única e última opinião a respeito dos saberes a serem tratados. O conhecimento deve estar embasado e ser descritível da dimensão religiosa do ser humano que, na travessia, a ele se manifesta como horizonte de sentido (ROSA, 1986, p. 52), sem discriminar, ferir ou excluir qualquer forma de crença, pensamento acolhendo, ouvindo e dando espaço as diferentes matrizes religiosas, servindo de forma especial para acordar o não pensado (LEÃO, 1991, p. 10-11).

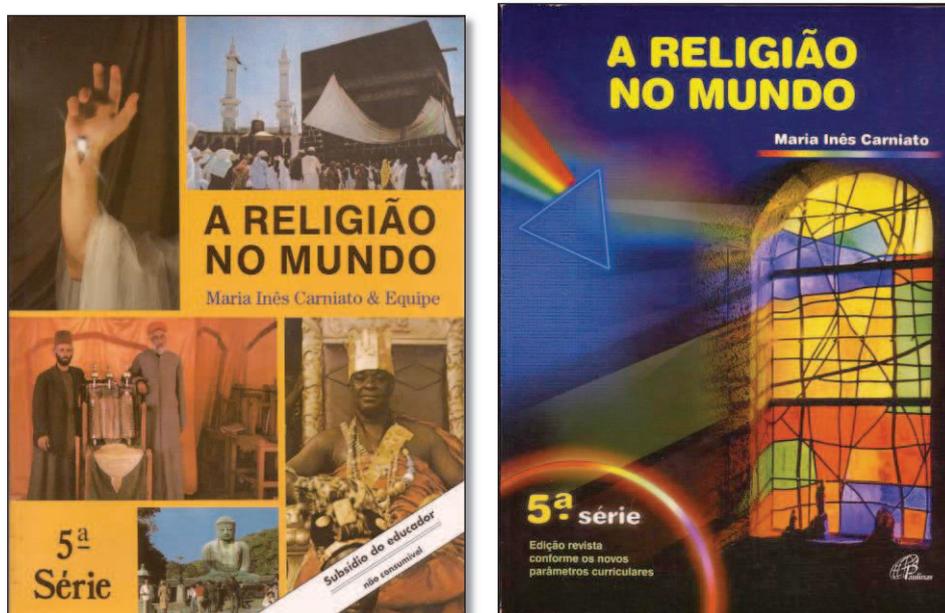
Desde o processo da implantação e implementação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei 9394/96) e ao longo de quase vinte anos,

testemunharam-se diferentes movimentos visando ampliação da qualidade da educação pública, assim como as discussões a respeito da laicidade, e a diversidade no contexto educacional assumiram destaque na produção dos textos didáticos para a disciplina.

No período pré-constituente inúmeros espaços para a discussão sobre a disciplina no país foram criados. Como fruto de algumas destas discussões é o livro de autoria de Maria Inês Carniato e equipe, que dava pistas de um posicionamento diferente do prosélito para a disciplina.

Estes materiais foram uma tentativa de atender a prerrogativa legal, inserindo outras religiões nos materiais didáticos para a disciplina. Contudo ao observar os conteúdos apresentados a efetividade destes materiais, neste quesito, é questionável, ainda que tenha se dado um importante passo nesse sentido.

Figura 8 – Capas dos Livros de Ensino Religioso Modelo Fenomenológico Editora Comercial - Período de 1991 e 1992



Fonte: Biblioteca Wolfgang Gruen

Ao longo deste período a construção de uma proposta de Ensino Religioso a partir da escola, que valorize a diversidade religiosa proposta pelos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso (FONAPER, 1997), deixou de ser apenas uma concepção, e foi buscada sua materialização por meio dos livros didáticos publicados, que paralelamente atendiam a modelos diferentes do ER.

No acervo de livros didáticos para a disciplina na década de noventa, neste período, foram localizadas as seguintes obras com proposta confessional, conforme Tabela 06 abaixo

Tabela 6 Obras do modelo confessional

Obra	Autores	Editora	Ano
Coleção Jesus ama você – Educação Religiosa	Eliane Silva e Patrícia Santos,	FTD	1995
Coleção Pensar e Sentir	José Roberto Simão	FTD,	1996
Coleção Revelar Deus aos pequeninos – Educação Religiosa na Pré-escola	Lenira Bastos Ramalho	FTD	1996
Coleção Somos todos irmãos	Célia A. Siebert e Marlene Odonez	IBEP	1996
Questões de Fé, questões de vida. Ensino Religioso para os jovens	Sérgio Palombo,	Ática,	1996
O mundo que agente quer	Valeriano M. Casillas,	Ática,	1998
Educação Religiosa	Carmen Varela, Manuel Sanches,	Ática,	2001
Encontro com Deus	Telma Guimarães Castro Andrade e Vera Cristina Weissheimer,	Ática,	2003
Entre amigos	Adolfo Silloniz, Almudena Fernandez, Carlos Zanchetta, Cristina Useros, Maria Cecilia Henao de Laverde,	Moderna,	2003
Na amizade de Deus – Educação Infantil	Maria do Socorro Alves de Almeida,	FTD,	2004
Ensino Religioso Católico	Arquidiocese do Rio de Janeiro,	Vozes,	2007
Educação Religiosa	Eduardo José Machado Monteiro, Edward Neves Monteiro de Barros Guimarães, Rosamaria Calaes de Andrade, Rosana de Cássia Soares, Sandro Márcio Pessutti,	Pax Editora,	2010
Projeto Emaús	Dalcides Boscalquin,	Edições SM,	2013
Perto de Mim	Dalcides Boscalquin,	Edições SM,	2013.

Fonte: Biblioteca Wolfgang Gruen

Destas obras destaque-se a coleção publicada pela Editora Vozes – Ensino Religioso Católico, produzido pela Arquidiocese do Rio de Janeiro em 2007, que ilustrada com desenhos de Ziraldo, Hélio Faria, Bruno Porto e Ricardo Leite, pretendia favorecer a aprendizagem, a reelaboração pessoal, o crescimento humano e cultural da criança. É composta por quatro volumes que abrangem as séries

iniciais do Ensino Fundamental: As Obras de Deus (2º ano), O Fato Cristão (3º ano), Os Sinais do Espírito (4º ano) e A Igreja de Cristo (5º ano).

Contar com a contribuição de um ilustrador como Ziraldo, em um livro didático para o Ensino Religioso pode representar a tentativa de popularização e aproximação real com o universo infantil, já que desde a década de cinquenta, o ilustrador tem se dedicado a produções consagradas para crianças.

A guisa de ilustrar as marcas de aproximação e vanguardismo de Ziraldo destaque-se a veiculação da obra *Flicts* por meio de CD-Rom (Melhoramentos) que oportunizou que a criança possa acompanhar o enredo e participar dos jogos e brincadeiras, com a possibilidade de interação em quatro línguas disponíveis – português, inglês, alemão e espanhol (PAIXÃO E MIRA, 1998, p. 198).

Esse material também é percebido como estratégia de aproximação à cultura infantil, tendo em vista a naturalidade com que as crianças utilizam as ferramentas digitais, e tanto as ilustrações de Ziraldo reconhecidas e consagradas, quanto a utilização de outros suportes midiáticos determinam outros usos e a respeito da revolução da utilização de textos eletrônicos, Chartier acredita que:

[...] pela primeira vez, estes três níveis: o nível da técnica, o nível da forma de suporte, e o nível da prática da leitura se transformam ao mesmo tempo. Quer dizer que a textualidade eletrônica é, evidentemente, uma revolução tecnológica, que transforma totalmente a forma de inscrição da cultura escrita, substituindo pela tela do computador todos os objetos e a cultura impressa: o livro, o jornal, a revista, etc. E isso implica, ou permite, uma transformação da relação com o texto escrito pelo leitor. (CHARTIER, entrevista TV Escola, junho de 2004)

As mudanças têm ligação direta com os suportes utilizados (Chartier, 1990), então é preciso destacar que dos saltos históricos que a leitura e os livros já deram, do papiro ao códice e deste ao livro, agora com a utilização de novas tecnologias, com livro digital se prevê uma verdadeira revolução, pois “um texto não é o mesmo quando circula em substratos materiais diferentes” (GALVÃO e LOPES, 2010, p. 51)

Figura 9 – Capas de Livros de Ensino Religioso Modelo Confessional
 Editora Comercial - Período de 1995 e 2014



Figura 9 – Capas de Livros de Ensino Religioso Modelo Confessional
 Editora Comercial - Período de 1995 e 2014 (continuação)



Figura 9 – Capas de Livros de Ensino Religioso Modelo Confessional
 Editora Comercial - Período de 1995 e 2014 (continuação)

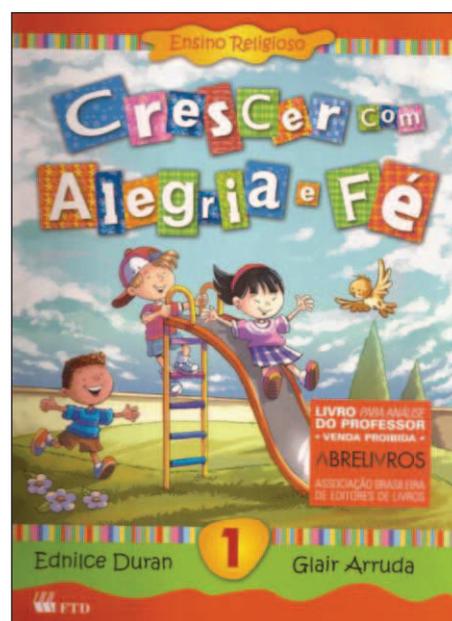
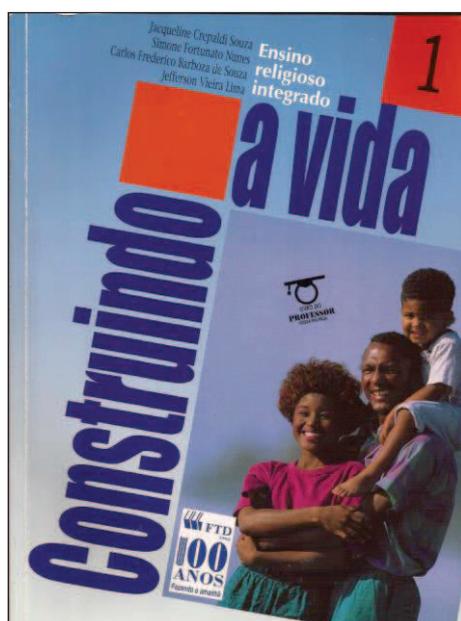
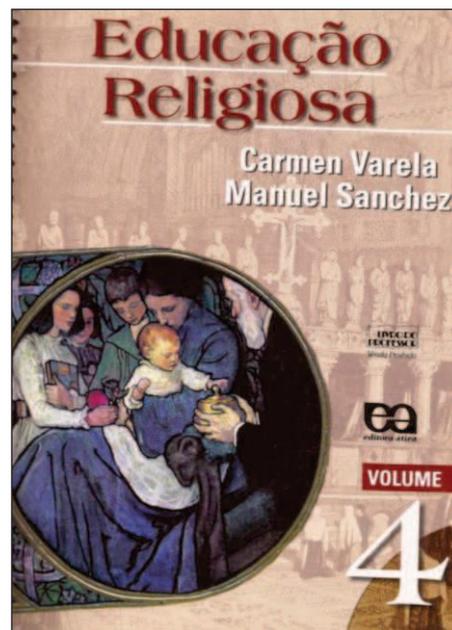
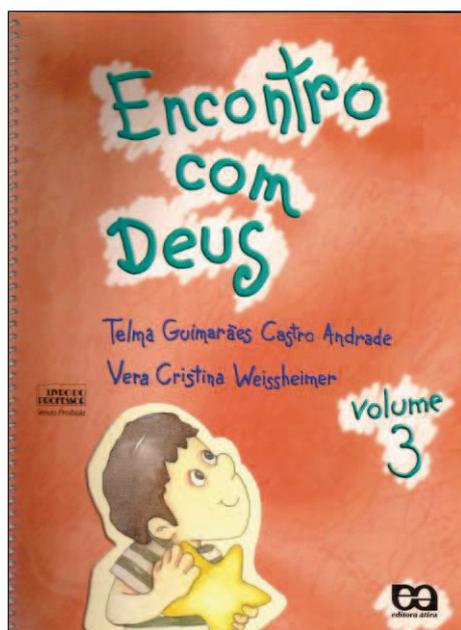


Figura 9 – Capas de Livros de Ensino Religioso Modelo Confessional Editora Comercial - Período de 1995 e 2014 (continuação)

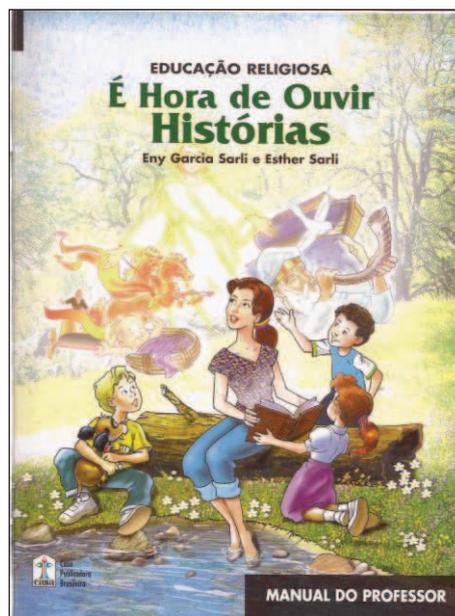
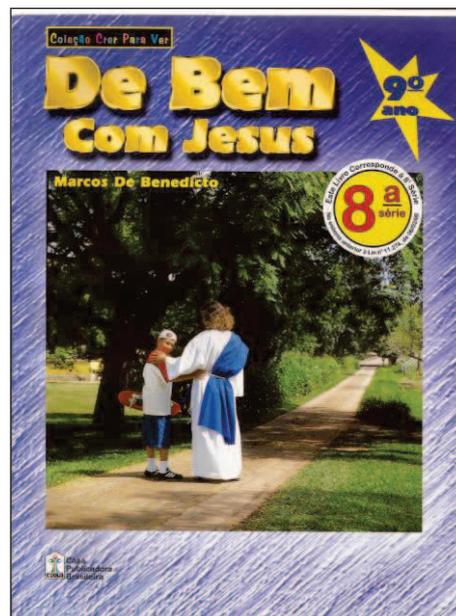
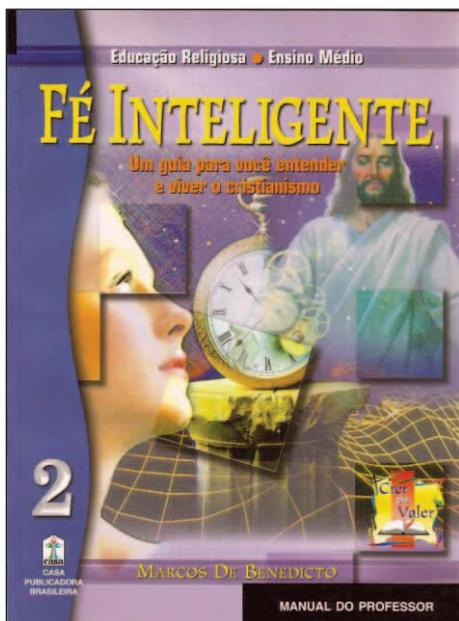


Figura 9 – Capas de Livros de Ensino Religioso Modelo Confessional
 Editora Comercial - Período de 1995 e 2014 (continuação)

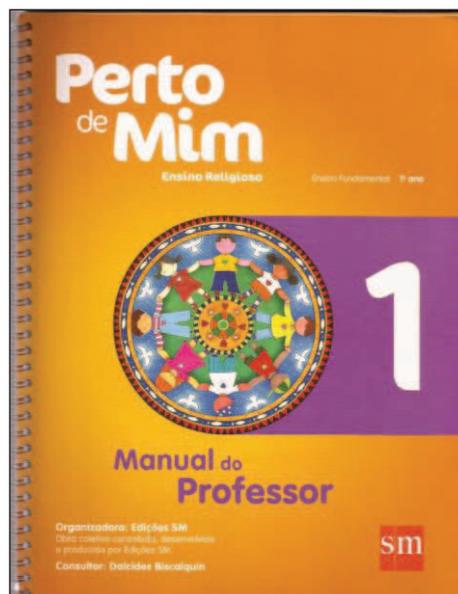
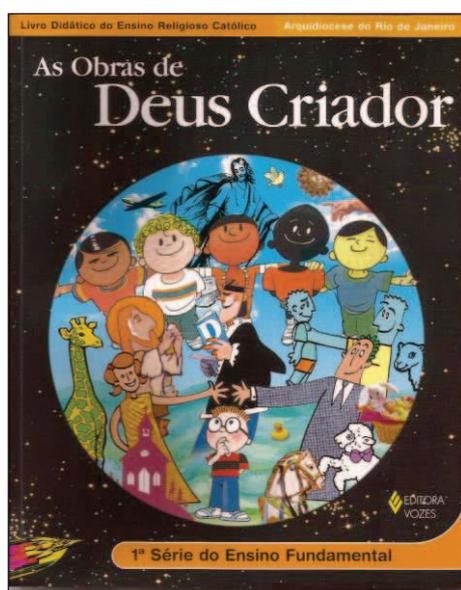
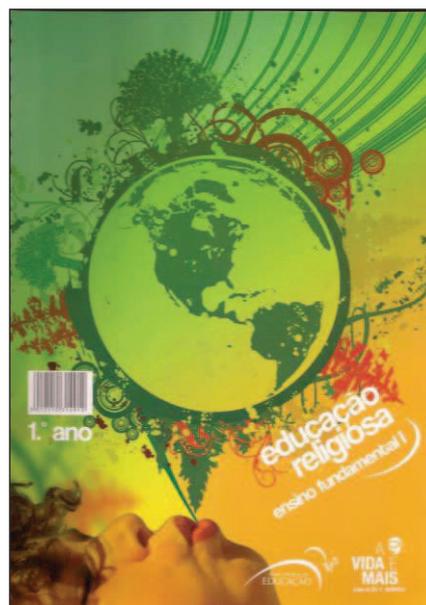
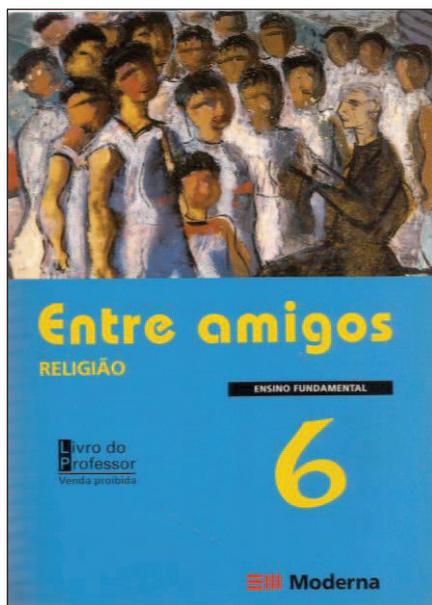


Figura 9 – Capas de Livros de Ensino Religioso Modelo Confessional
 Editora Comercial - Período de 1995 e 2014 (continuação)



Fonte: Biblioteca Wolfgang Gruen

Na perspectiva Bíblica-cristocêntrica (interconfessional) foram localizadas as seguintes coleções:

Tabela 7 - Obras no modelo Bíblico-Cristocêntrico

Obra	Autores	Editora	Ano
Construindo vida	Jaqueline Crepaldi Souza, Simone Fortunato Nunes, Carlos Frederico Barboza de Souza, Jefferson Vieira Lima	FTD	2001
Abrindo caminhos: religiosidade e convivência	Yvone Maria de Campos da Silva, Márcia Braga, Jáder Rodrigues, José Osmando, Antônio Boeing, Maria Amélia C.F.F. da Costa	Editores Universidad e Pitágoras	2002
Seguimos Juntos	Sonia de Itoz	Quinteto	2004
Saber viver	Beatriz Lima, Myriam Chinalli, Raquel Mello, Tânia Patara	FTD	2006
Crescer com alegria	Ednilce Duran e Glair Arruda	FTD	2012.

Fonte: Biblioteca Wolfgang Gruen.

Exemplo desta concepção o livro Construindo a vida, publicado pela Editora FTD em 2001 demonstra esta orientação de trabalho, pois expõem as consequências da abertura na convivência com os outros e na valorização de cada pessoa com seu interior e com o universo. Respeita todas as tradições religiosas e

ensina o aluno a aplicar os conhecimentos adquiridos em suas atitudes diárias, proporcionando uma coerência entre teoria e prática.

Figura 10 – Capas de Livros de Ensino Religioso Modelo Bíblico-cristocêntrico Editora Comercial Período de 1995 e 2014



Figura 10 – Capas de Livros de Ensino Religioso Modelo Bíblico-cristocêntrico Editora Comercial Período de 1995 e 2014 (continuação)



Figura 10 – Capas de Livros de Ensino Religioso Modelo Bíblico-cristocêntrico Editora Comercial Período de 1995 e 2014 (continuação)

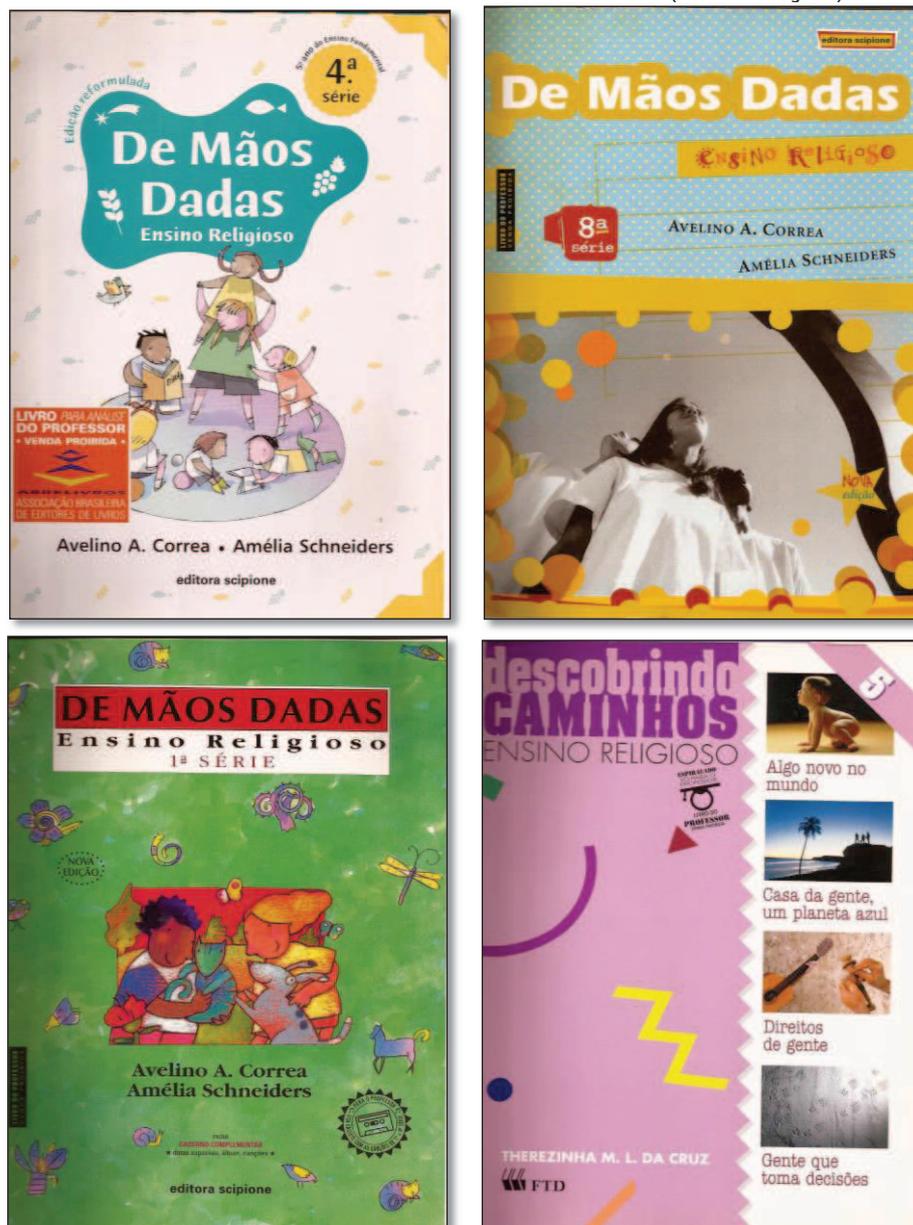
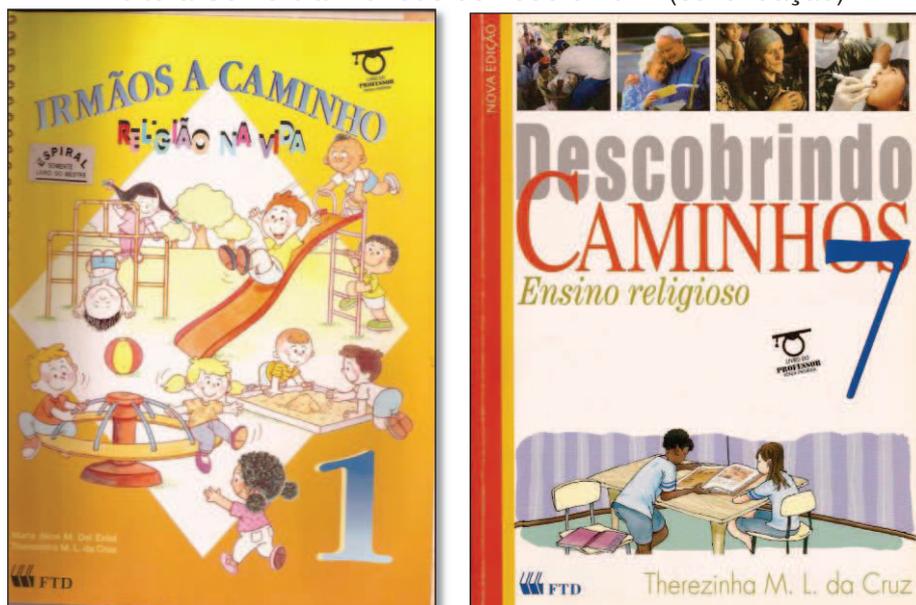


Figura 10 – Capas de Livros de Ensino Religioso Modelo Bíblico-cristocêntrico Editora Comercial Período de 1995 e 2014 (continuação)



Fonte: Biblioteca Wolfgang Gruen

A Religiosidade em Questão de Isaías Silva, publicado pela Educarte em 2006, é um livro voltado para Educação de Jovens e Adultos, e que pode ser utilizado na formação de professores. E também merece destaque o livro A vida e o sagrado de Amarildo Vieira de Souza e Maria Aparecida Rocha Scognamigli, que foi publicado pela Editora Paz em 2012.

A Tabela abaixo demonstra o volume de publicações para a disciplina, anualmente, a partir de 1997 até o ano de 2014:

Tabela 8 - Relação Ano e quantidade de livros publicados

ANO	QTD. PUBLICAÇÃO	ANO	QTD. PUBLICAÇÃO
1997		2006	02
1998	01	2007	01
1999		2008	
2000		2009	
2001	03	2010	01
2002	01	2011	
2003	01	2012	02
2004	03	2013	02
2005		2014	

Fonte: DBGPER, 2015.

Nota1: Considerada apenas a 1ª edição.

Nota 2: Estes números referem-se a editoras e publicações nacionais

A consolidação de obras que compreendem o Ensino Religioso como um componente curricular, na perspectiva do diálogo do fenômeno religioso é um aspecto novo na história do livro didático brasileiro, percebido ao longo de dezenove anos (1995-2014).

Refletir a respeito destes materiais assume importância para o papel que tiveram na construção do Ensino Religioso, e na História da Educação, pois possibilita “investigar os diversos usos da leitura nas diferentes sociedade e épocas”, indicados por Galvão e Lopes (2010, p. 51) como sendo “tão importantes quanto estudar os leitores e os modos de ler para reconstruir as apropriações da leitura” (idem).

**Figura 11 – Capas de Livros de Ensino Religioso - Modelo Fenomenológico
Editora Comercial - Período de 2001 e 2014**



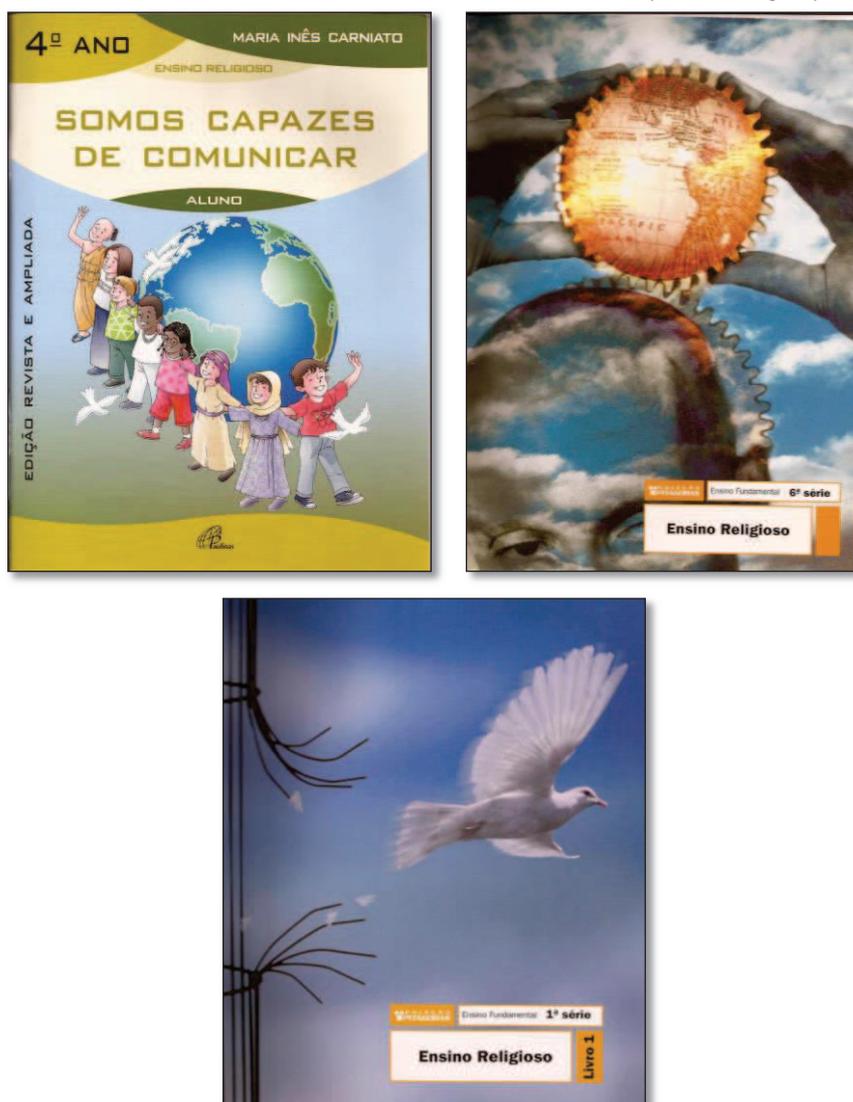
Figura 11 – Capas de Livros de Ensino Religioso - Modelo Fenomenológico
 Editora Comercial - Período de 2001 e 2014 (continuação)



Figura 11 – Capas de Livros de Ensino Religioso - Modelo Fenomenológico
 Editora Comercial - Período de 2001 e 2014 (continuação)



Figura 11 – Capas de Livros de Ensino Religioso - Modelo Fenomenológico
Editora Comercial - Período de 2001 e 2014 (continuação)



Fonte: Biblioteca Wolfgang Gruen

4. OLHANDO PARA OS LIVROS

Em sua composição o livro pode exprimir diferentes significados, que variam, por exemplo, pela forma como são arranjados os conteúdos, exercícios e, além disso, o modo como são organizados os dispositivos técnicos da sua materialidade.

É objeto que desperta interesse por ser mercadoria produzida para o comércio e lucro, e ainda abrange um conjunto de relações de conhecimento, autoridade e poder que asseguram, por meio do capital social ou cultural, uma posição de prestígio no âmbito dessas relações (CHARTIER, 1976).

A materialidade dos livros deve ser entendida não somente como suporte, pois:

manuscritos ou impressos, os livros são objetos cujas formas comandam, se não a imposição de um sentido ao texto que carregam, ao menos os usos de que devem ser investidos e as apropriações às quais são suscetíveis. (1998, p.8)

As práticas de leitura e a materialidade do suporte que constitui uma obra são indissociáveis, e assim como diversas podem ser as formas de apresentação (suporte, textos, etc.) diversas são as recepções possíveis, pois “é fundamental lembrar que nenhum texto existe fora do suporte que lhe confere legibilidade; qualquer compreensão de um texto, não importa de que tipo depende das formas com as quais ele chega até seu leitor” (CHARTIER, 1995, p. 200). A guisa de exemplo as imagens da capa ou seu título podem ser protocolos de leitura, funcionam como pistas deixada pelo autor/editor, sugere e classifica a leitura e o texto, influenciando a construção de significados (CHARTIER, 1990, p. 133).

Estes protocolos de leitura são, além do material, um conjunto de dispositivos para a prática da leitura que “define quais devem ser a interpretação correta e o uso adequado do texto, ao mesmo tempo em que orienta a direção do olhar esboçando a leitura ideal na perspectiva de autores e editores (CHARTIER, 1996, p.20). Algumas características desses protocolos são:

- a) distribuição de determinados elementos textuais orientada pela intenção do autor, a fim de assegurar ou ao menos indicar a desejada interpretação do textos.

- b) recursos tipográficos e visuais, que são usados para ampliar ou limitar os significados do leitor, sendo portanto ligado à intencionalidade do editor.
- c) Estabelecimento de um ideal de leitor, tanto por autor como por editor, e tentativa de contemplá-lo ao longo da obra, pressupondo competências e modos de pensar – procurando garantir uma leitura conforme almejam (CHARTIER, 1996), sem a garantia de efetividade nessa ação.

Chartier (1996, p 78) ensina que “as significações dos textos, quaisquer que sejam, são constituídas, diferencialmente, pelas leituras que se apoderam deles”, ou seja, a apropriação do texto é ato muito particular, confirmando que a leitura é “prática criadora, inventiva, produtora” (idem).

Certeau (1994) apresenta que a construção de um livro e/ou texto só é efetivada na interação com o leitor, que pode inventar outros sentidos para o material, diferentes até daqueles intencionados por autores e editores. Isso indica que os protocolos de leitura tem variabilidade na forma como são assumidos. Pode orientar o sentido do livro para algumas pessoas, e não servir de condutor para outras, de tal maneira, inclusive, que tal intencionalidade pode passar despercebida.

Além dos aspectos ligados à materialidade do livro didático, se faz necessário considerar aqueles relacionados a aprendizagem e também ao Ensino Religioso. Refletir sobre aspectos da multiplicidade religiosa da nação brasileira se justifica por ser a escola um dos espaços onde essa pluralidade se revela, e cuja aquisição do conhecimento a respeito de diferentes vertentes religiosas, pode ampliar as possibilidades de formação.

A diversidade populacional nos grandes centros, conseqüência do movimento de migração, tornou a vivência do sagrado relativizada, conforme demonstram os números do último censo do IBGE (2010), que demonstram a substituição paulatina da forma tradicional da experiência religiosa por outras formas de culto e religiosidade. Dados estatísticos têm confirmado a característica de diversidade religiosa de forma cada vez mais acentuada, tanto que no primeiro censo da década de noventa identificou-se a entrada de quatro mil novas denominações religiosas no cenário brasileiro (IBGE, 1991).

No intuito de promover a convivência plural e harmoniosa algumas iniciativas têm sido tomadas para ampliar o diálogo inter-religioso. Um exemplo disso foi o encontro inter-religioso que reuniu cento e quarenta e duas pessoas em maio de 1999, promovido pela vertente brasileira da URI (United Religions Initiative), no Parque do Itatiaia, no Rio de Janeiro. Estavam presentes representantes das seguintes tradições: Anglicana, Antroposofia, Baha’i, Brahma, Kumaris, Budismo Mahayama, Budismo Tibetano, Budismo Zen, Candomblé, Católica, Evangélica, Religião de Deus, Espiritualismo, Grande Fraternidade Universal, Hare Krishnam Hinduísmo, Igreja Messiânica, Indígena das tribos: Kariri, Fulniô, Xócó, Krenac, Pataxó e Guarani; Islamismo, Kardecismo, Legião da Boa Vontade, Luterana, Maçonaria, Metodista, Presbiteriana, Rosacruz, Santo Daime, Sufismo, Umbanda, Xamanismo, Xintoísmo – Oomoto.

Quase vinte anos depois a extensão do pluralismo religioso é demonstrado no Censo de 2010, com o aumento do número de evangélicos, espíritas e sem religião (IBGE, 2010), ainda que a alcunha “evangélicos” e “espíritas” englobam um grande número de denominações religiosas não existindo uma representação oficial das destas vertentes religiosas.

No último censo (IBGE, 2010) é notório o crescimento do número de adeptos evangélicos, das denominações pentecostais e neopentecostais, assim como das denominações espíritas, que envolvem o Kardecismo, a Umbanda e o Candomblé. Esse crescimento está ligado ao acesso à mídia para apresentação da fé, e ainda, com relação aos que confessam a fé espírita o aumento está ligado ao fato da redução do constrangimento em confessar-se adepto, o que em décadas anteriores ainda se mostrava um tabu católico (JACOB et al, 2013, p. 10).

Também se faz necessário considerar, para a sociedade em geral, e em especial para a Escola, para as questões relativas a diversidade, o crescimento do número de pessoas que se declaram como “sem religião” e aqueles que se dedicam às tradições orientais, em que se destacam Budistas, Xintoístas e Messiânicos. Além do grupo dos que se confessam “sem religião” como outro grupo em crescimento (IBGE, 2010), aqueles que se confessam cristãos, porém não estão ligados a nenhuma denominação religiosa.

A religiosidade ou religiosidades do povo brasileiro é fator inconteste, além disso, há aqueles e aquelas que por diferentes razões se abstém dos aspectos da religiosidade em sua vida cotidiana, sendo isso também um direito legítimo assegurado aos brasileiros no artigo quinto, alínea sexta da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Contudo, os diferentes aspectos do sagrado, do simbólico e de suas manifestações são, também, aspectos culturais que envolvem as sociedades mundiais, e que, independente da opção por crença ou não crença, são conhecimentos necessários para entender a dinâmica de diferentes e culturas.

São saberes úteis por conta de possibilitarem as condições de diálogo e de desmistificação de preconceitos na convivência verdadeiramente humana, que deve alcançar o lócus escolar, como ambiente propício à acolhida que “ao longo do tempo e em cada cultura, [a escola] assumiu diversas características” (Galvão e Lopes, 2010, p. 14). Assim há uma gama de condicionantes diferentes que devem ser consideradas ao olhar para a disciplina do Ensino Religioso, e também para seus livros didáticos.

As determinações legais para a escola com relação ao Ensino Religioso e a sua operacionalização indicaram à análise dos livros didáticos, a fim de perceber como eles influenciaram a construção da disciplina, sendo escolhidos os destinados ao sexto ano do Ensino Fundamental. Contudo vale lembrar que “é impossível estabelecer critérios de avaliação inequívocos, sem a ajuda de procedimentos científicos, essas mesmas análises estão sujeitas substituir ideologias (reais ou presumidas) que elas identificaram por meio de outras ideologias” (Marienfeld apud Choppin, 2004, p. 556-557)

A escolha desta etapa do Ensino Fundamental, que se destina às crianças com idade entre 10 e 11 anos, está ligada ao fato de que, nesta série elas são, geralmente, oriundas de diferentes escolas e possuem diferentes conhecimentos a respeito da cultura religiosa. As diferenças com relação às crianças e quanto à disciplina confirma a possibilidade da escola ao fazer uso de determinados objetos culturais, como no caso aqueles disponibilizados pelo Ensino Religioso, propiciar a formação, contanto que os estudantes sejam instrumentalizados de forma criativa e diferenciada, como lembram Chartier (1990 e 2004) e Chervel (1990).

É preciso conhecer um pouco das possibilidades e limites dessa criança, que de acordo com a teoria de Piaget (1973) se encontra no estágio de desenvolvimento cognitivo chamado Operatório Concreto, e no desenvolvimento moral de semi-autonomia, este último não será aprofundado tendo em vista não influenciar diretamente a análise de conteúdo proposta. Para Fowler, que formulou sua teoria a respeito do desenvolvimento da fé com base em Piaget, o seu estágio seria fé mítico-literal.

Jean Piaget propôs estágios definidos para o desenvolvimento mental das pessoas. De forma bastante resumida é possível dizer que ele determinou uma sequência de desenvolvimento cognitivo que pode ser mais ou menos flexível, dependendo de diversos fatores: maturação, experiência, interação social e equilíbrio dos sujeitos. Ainda assim Piaget explica que a criança pode se encontrar em diferentes estágios de desenvolvimento, pois

[...] as estruturas construídas numa idade se tornam parte integrante das estruturas da idade seguinte (...). Um estágio comporta ao mesmo tempo um nível de preparação, por um lado, e de acabamento, por outro (...) é necessário distinguir, em toda a sucessão de estágios, os processos de formação ou de gênese e as formas de equilíbrio finais (...). (Piaget, 1973, p. 51 – 52).

A criança do sexto ano do Ensino Fundamental, com idade entre 10 e 11 anos apresenta, em geral, as seguintes características: aumento das competências lingüísticas, construção conceitos e relações em nível do real, designando-os com palavras e assim tornando possível verbalizar o pensamento (pensamento empírico-dedutivo); capacidade de produção de conhecimento através de sua ação sobre o meio (cognição intraproposicional) e uma ampliação nas condições de interação, conforme a teoria de Piaget (1973), estando, portanto na fase chamada Operatório Concreto, que compreende crianças com idade entre sete e doze anos, ainda que, , possam haver diferenças nos aspectos de desenvolvimento entre crianças de mesma idade (Piaget, 1973).

Para citar algumas limitações, de acordo com Piaget (1973), essas crianças ainda não são capazes de realizar operações mentais no nível do possível, nem operam pensamentos hipotético-dedutivos. Além disso, ainda não desenvolveram a cognição interproposicional.

No viés da Teologia, o autor que influenciou a escolha desta faixa etária foi James Fowler, que com seu trabalho propôs estágios de desenvolvimento da fé, também baseado na teoria do desenvolvimento cognitivo de Jean Piaget.

De acordo com Fowler há uma série de fatores que podem fazer pessoas de diferentes idades estarem no estágio da fé mítico-literal, entretanto as crianças da faixa etária entre sete e doze anos, idade pertinente a esta fase, tendem a testar/investigar ensinamentos de adultos, sendo capazes de falar sobre sua experiência (1992). Outro detalhe importante, de acordo com o autor, é que nesta etapa partilha com adultos favorece a construção da identidade pessoal, identidade coletiva e o enriquecimento da vida.

As diferenças de níveis de desenvolvimento cognitivo e a diversidade de formas de crenças, realidade plural brasileira, é acrescida ainda de outro fator: a ausência de um currículo mínimo proposto para o Ensino Religioso, um agravante da dificuldade em estabelecer uma análise rígida com relação ao Livro Didático.

Essas crianças, em sua maioria vêm de diferentes escolas, por conta da segmentação da Educação Básica em diferentes níveis de responsabilização entre governos municipais (Fundamental 1) e estaduais (Fundamental 2 e Ensino Médio), assim o conhecimento pode ou não ter sido abordado/desenvolvido nos anos iniciais, e por isso o livro didático deve, dentre outros quesitos, levar em conta a heterogenia de formação, em especial no nível da escolaridade ao qual o livro, objeto e fonte desta pesquisa, se destina, por ser o primeiro ano em uma nova fase escolar.

Os livros selecionados para avaliação foram publicados entre os anos de 2002 e 2013, sendo estas as edições mais recentes de cada coleção, assim se espera que o material além de atender a orientação legal para a disciplina (laicidade e respeito à diversidade), demonstre como pode ter influenciado a construção da mesma.

Além dos aspectos materiais, cognitivos e religiosos, foi criado um norteador para análise chamado de Instrumento 1 – Questões Gerais para Análise (PNLD), com base nos Critérios Eliminatórios utilizados para os livros didáticos de outras disciplinas escolares, expostos no Guia do Livro Didático 2015 (MEC, 2014). Os critérios foram organizados por categorias conforme abaixo:

- 1ª Categoria: Identificação do livro/ estruturação gráfica;
- 2ª Categoria: Conteúdo;
- 3ª Categoria: Exercícios;
- 4ª Categoria: Manual do professor;
- 5ª Categoria: Princípios éticos e a educação para cidadania.

A subdivisão das categorias foi classificada conforme itens abaixo:

A	rico	amplo;	
B	apropriado	pertinente	pode ser ampliado;
C	limitado	restrito	inexistente.

O parâmetro avaliativo ligado à identificação do livro e estruturação gráfica levou em conta o nível da escolaridade a que o livro se propõe. Além disso, elenca-se a leiturabilidade¹ do material como um quesito de avaliação, que está relacionada ao aspecto geral da letra utilizada, as entrelinhas e largura dos textos (colunas, caixas, etc.), podendo propiciar a facilidade da leitura, e auxiliar na apreensão dos sentidos dos textos.

Incluiu-se também reflexão a respeito da qualidade das ilustrações, e, se estas auxiliam na compreensão, de forma a poder aferir sua atualidade e apropriação. Ainda neste item, foram observados se os materiais apresentavam os conceitos necessários à compreensão da temática, e se estes eram adequados ao proposto didaticamente, além de refletir a respeito da atualidade das informações, o incluindo a apresentação de glossário e de sugestão de leituras complementares.

O segundo quesito de análise está ligado ao conteúdo de cada livro, sendo o foco de análise a coerência teórico-metodológica com relação ao conteúdo em si, com a ausência ou existência de erros conceituais nos textos, exercícios e atividades propostas.

Tendo em vista os campos a respeito dos quais a disciplina se dedica foram analisados os seguintes aspectos: a identificação e articulação entre os campos, sobre quais recaem maior ênfase; a coerência deste com a série a que se dedica, além da adequação dos conteúdos apresentados. Também se refletiu sobre o contributo do material para a cidadania, buscando identificar preconceito,

¹ No material do PNLD o termo utilizado é legibilidade, porém isso envolve as decisões a respeito das formas das letras e a habilidade que o leitor tem de distinguir as letras umas das outras, não sendo esse o foco do trabalho. Então assumiu-se a leiturabilidade (termo que é derivado da palavra inglesa *readability*) que de forma resumida significa “facilidade de leitura” (Souza, 2002).

doutrinação ou publicidade. E ainda se estes conteúdos tinham relação com os conhecimentos prévios e experiências dos estudantes.

Os exercícios dos livros didáticos compuseram uma categoria própria onde foi estimado os aspectos da linguagem quanto a clareza e objetividade. A abordagem dos exercícios esteve em tela, tendo em mente a vinculação destes com outros componentes curriculares e outros recursos didáticos.

Os textos das explicações foram avaliados quanto a serem claros e acessíveis aos estudantes, além da possibilidade destas atividades auxiliarem o entendimento do conteúdo das lições, ou seja, se estas apresentavam coerência o proposto no capítulo.

Ainda se buscou observar se diferentes pontos de vistas eram valorizados nos exercícios, se favoreciam a reflexão estimulando a observação, investigação, análise, síntese e generalizações, além do nível de exigência para sua execução.

O Manual do professor, enquanto quarta categoria proposta, também foi objeto de ponderação com relação aos pressupostos e a operacionalização do uso do livro didático em sala.

Estimou-se a contribuição do livro didático em sala, com o exame a respeito da explicitação dos pressupostos teóricos-metodológicos e a articulação dos conteúdos com outras áreas do conhecimento. Também foram observados os acréscimos de textos, atividades e outras abordagens complementares ao livro do estudante. As questões ligadas à operacionalização do uso do material propiciaram a reflexão com relação ao manejo efetivo do impresso em sala, se a metodologia proposta ao docente primava pela memorização e/ou aprendizagem mecânica de conteúdos, e se indicava as respostas dos exercícios e atividades, dando ou não condições para discussão sobre estas.

A quinta e última categoria buscou avaliar os princípios éticos e o direcionamento do material para uma educação visando a cidadania. Foram observados aspectos propostos quanto a valorização da cultura e história dos povos indígenas, africanos, a correlação com o meio ambiente, além da indicação legal no estado do Paraná para que se aborde a História deste (PARANÁ, Lei 13381/01).

No arcabouço ético ao qual os livros também influenciam, se buscou observar a existência de incentivo ao consumo e difusão de marcas, tanto de produtos, serviços, organizações, etc.. Além disso, se haviam aspectos de doutrinação religiosa ou política, e se a proposta do livro levava em conta o contexto real dos estudantes, se ela apresentava relevância social e seu contributo para o entendimento de explicações científicas da sociedade em geral.

Foram analisados os seguintes Livros Didáticos, cujas capas são apresentadas na sequência:

- A Religião no Mundo de autoria de Maria Inês Carniato publicado em 2009 pelas Edições Paulinas;
- De mãos dadas: Ensino Religioso, 6ª série, de Avelino Antonio Correa junto com Amélia Schneiders, publicado pela Editora Scipione em 2002;
- Descobrimos Novos Caminhos: Ensino Religioso de autoria de Therezinha M. L. da Cruz, publicado no ano de 2006 pela Editora FTD;
- Educação Religiosa publicado em 2010 pela PAX Editora, sendo seus autores Eduardo Monteiro, Edward Guimarães, Rosana Soares e Sandro Pessuti sob a coordenação de Rosamaria Andrade.;
- Projeto Emaús, tem autoria coletiva tendo sido concebido, desenvolvido e produzido pelas Edições SM, sob a consultoria de Dalcides Biscalquin, em 2013;
- Redescobrimos o Universo Religioso- Livro 6, de autoria de Adecir Pozzer, foi publicado em 2011 pela Editora Vozes;
- Todos os Jeitos de Ser de Dora Incontri e Alessandro Bigheto foi publicado em 2004 pela Editora Ática.

Figura 12 – Capas dos Livros Analisados.

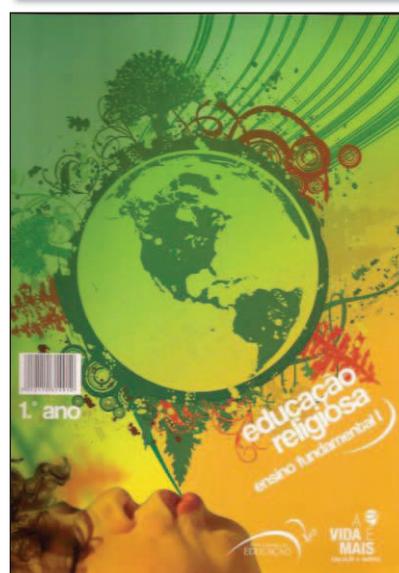
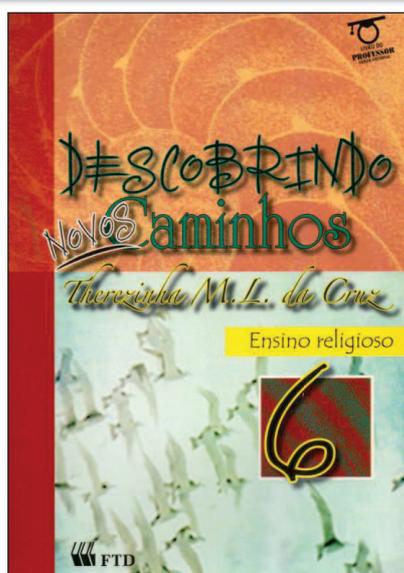
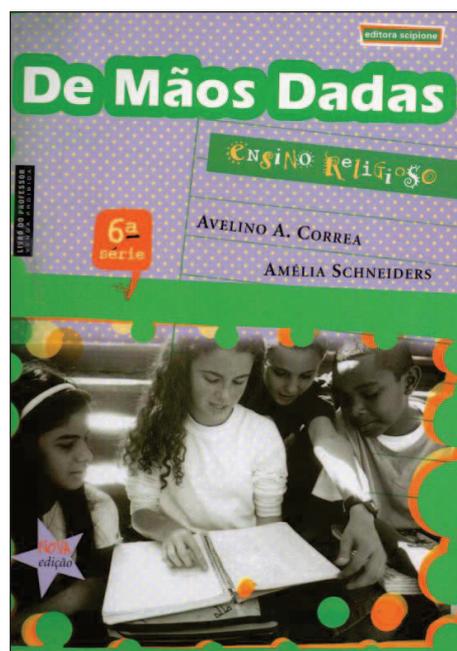
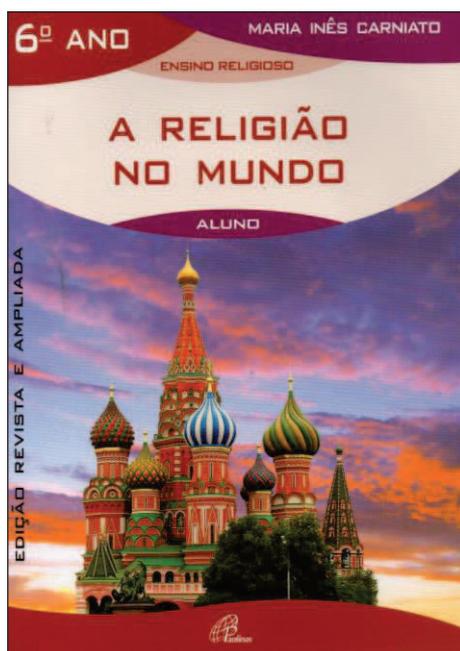


Figura 12 – Capas dos Livros analisados (continuação).



Fonte: Biblioteca Wolfgang Gruen

Os livros foram selecionados na Biblioteca Wolfgang Gruen, do Grupo de Pesquisa Educação e Religião, que reúne 701 obras identificadas e catalogadas como Livro Didático do Ensino Religioso, possibilitando “estudar diretamente alguns sujeitos para conhecermos um todo maior que eles representam” (VOLPATO, 2013, p.84).

O acervo dos livros didáticos desta biblioteca representa diferentes períodos da história do Ensino Religioso no Brasil, tendo seu volume mais antigo datado de 1913. Vale lembrar que todo material encontra-se cadastrado em banco de dados disponibilizado para outros pesquisadores, assim como à sociedade, na página do Grupo de Pesquisa Educação e Religião (disponível em <http://db.gper.com.br/>).

Deu-se início ao manuseio, observação e análise dos materiais, onde foram utilizadas as estratégias já citadas, que consideraram as pistas a respeito do desenvolvimento da criança e o Instrumento 1, como meios para identificar a contribuição dos livros para a construção da disciplina.

Foi perceptível a necessidade de uma flexibilização de conceitos dentro de cada categoria tendo em vista a diversidade do material e da temática que trata.

Fez-se necessário deter o olhar para o mercado editorial, ainda que de forma breve, a fim de melhor compreender o papel dos livros didáticos na construção da disciplina, seguindo o sentido da contribuição de Hallewell (2005) e Paixão e Mira (1998), que atrelam de forma rica e contextualizada a história dos livros no Brasil aos caminhos que as editoras percorreram, tema a ser retomado na análise de cada livro.

Da gênese da indústria editorial brasileira, com as primeiras “gráficas de livros” trazidas por Monteiro Lobato na década de vinte (PAIXÃO E MIRA, 1998, p. 56) até o parque gráfico existente no Brasil na atualidade se passaram quase cem anos, e a configuração do mundo das editoras tem se transformado.

Com a falência de Lobato em 1925 a sua sucessora a Cia. Editora Nacional, confirmou a intuição do escritor que em 1923 declarou “que o bom negócio seria [é] o didático” (PAIXÃO E MIRA, 1998, p. 67). Após 1925 a Nacional lançou, entre outros títulos, a Gramática expositiva, de Eduardo Carlos Pereira, liderando o mercado por anos com esse tipo de publicação.

Os anos seguintes acompanharam o crescimento geral do país, e na década de 60, com a LDB em 1961 a expansão da rede pública de ensino foi oportunizado um lugar para “um enorme contingente de crianças e adolescentes, até então parcialmente condenados ao analfabetismo” (PAIXÃO E MIRA, 1998, p. 157). Além disso, também a simplificação do currículo, que “se limitava à formação básica do aluno” (idem) foi responsável pela marca de “cerca 2.500 títulos didáticos distribuídos entre os três níveis, publicados por cerca de sessenta editoras” (idem).

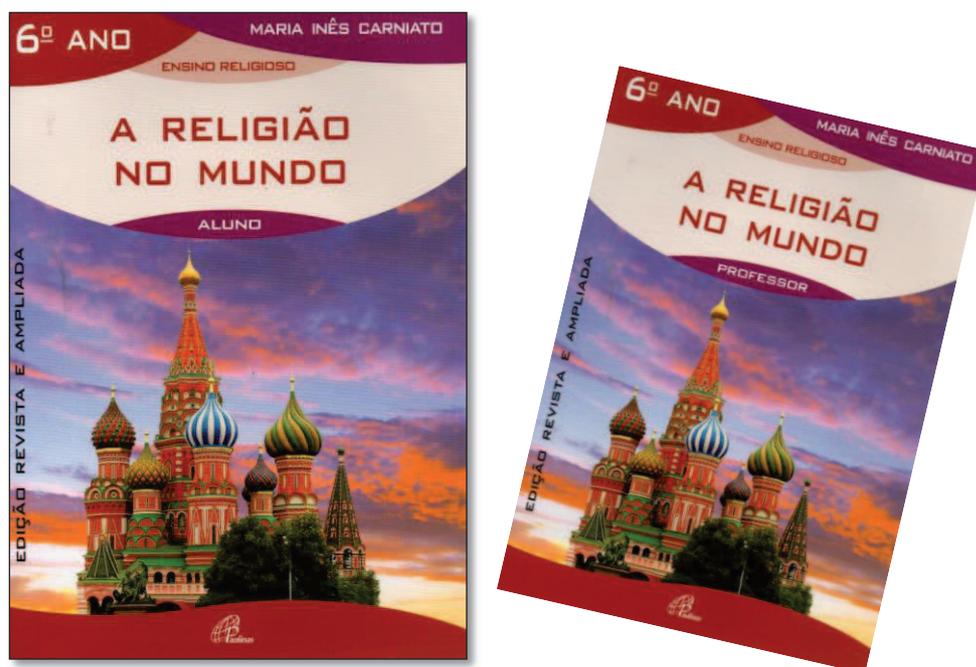
Historicamente a produção brasileira esteve praticamente centralizada em São Paulo e no Rio de Janeiro (Hallewell, 2005, p. 607), porém esta pesquisa se dedica aquelas editoras cujos livros didáticos serão analisados no quarto capítulo e por isso mesmo se amplia em certa medida.

Ao observar as características das editoras Vozes, Paulinas, FTD, Ática, Scipione, SM e Pax, se destaca em primeiro plano que elas apresentam como traço comum serem, em sua maioria, editoras ligadas à Igreja Católica, o que confirma uma tendência histórica, pois “a crença no uso da imprensa como meio educativo, fez com que a Igreja se dedicasse a promover a difusão de boa leitura organizando, também, tipografias com o objetivo de formar uma rede editorial católica” (ORLANDO, 2013, p. 11).

4.1 LIVRO A RELIGIÃO NO MUNDO

Com uma chamada para “navegação no mar da diversidade” e um convidativo “olá” o livro A Religião no Mundo de autoria de Maria Inês Carniato, publicado em 2009 pelas Edições Paulinas, convida para embarcar e navegar “nesse mar” na sua apresentação a fim de conhecer uma “fascinante variedade da cultura religiosa (CARNIATO, 2009, p.5). Quanto à diversidade, a própria capa remete a essa escolha, ao apresentar a foto da Catedral Ortodoxa de São Basílio, localizada na Praça Vermelha em Moscou, Rússia.

Figura 13 – Capa do livro A Religião no Mundo



Fonte: Biblioteca Wolfgang Gruen

A Edições Paulinas foi fundada em 1931 no Brasil (desde 1914 já existia outra na Itália, e iniciou suas atividades com o “Catecismo de iniciação cristã”, e se

mantveu numa linha “preocupada com a divulgação do cristianismo” (PAIXÃO E MIRA, 1998, p. 171). Com um volume de 7 milhões de volumes comercializados entre os anos de 1968 e 1987, a Paulinas ocupou destaque neste filão de mercado. Hallewell (2005, p. 737) apresentando as principais editoras privadas de 1987 cita a Paulinas como a segunda no ranking nacional, com 512 títulos publicados neste ano.

Este livro faz parte da coleção Ensino Religioso Fundamental e foi desenvolvido por Maria Inês Carniato, religiosa da Congregação das Irmãs Paulinas². O objetivo “dos livros não consumíveis de Ensino Religioso é facilitar o processo ensino-aprendizagem acerca do fenômeno religioso, no contexto do aluno e da educação integral e cidadã” (CARNIATO, 2009), conforme citado na contracapa. A coleção foi desenvolvida em torno de cinco eixos curriculares: ritos e símbolos religiosos, tradições religiosas, teologias das religiões, textos sagrados orais e escritos, ethos dos povos e das culturas, produzindo o aprofundamento paulatino do 1º até o 9º ano.

O livro tem quatro unidades subdivididas em 18 capítulos. Cada capítulo se divide em objetivo, material, atividade, para casa e grande lance, e de forma simples e direta busca “educar para a compreensão do fenômeno religioso como aspecto da cultura humana” (Idem, p. 5, Professor).

As quatro unidades abordam locais, narrativas, símbolos e festas sagradas, estando coerente com o proposto para o livro do 6º ano na coleção que é “a compreensão da ideia do sagrado e da origem das tradições religiosas [e que] leva a conhecer o Fenômeno Religioso como processo inerente à cultura e à condição humana” conforme descrito na contracapa do material (CARNIATO, 2009).

A aparente simplicidade de cada capítulo atende a necessidade de interação das crianças (Piaget/Fowler), ao propor debates em classe, diálogo em grupo menor, mutirão de ideias e debate entre dois grupos que devem defender ideias opostas.

As imagens retratam a diversidade étnica, cultural e religiosa de diferentes partes e povos do mundo, com fotos de pessoas, locais e gravuras de obras de arte.

² Conforme <https://www.paulinas.org.br/15novembro/?system=autores&action=read&autor=105410>. Acesso em 17.abr.2015.

Por ser material não consumível, não apresenta espaços delimitados para executar as instruções das atividades. Esta seção se utiliza de variadas formas de expressão, como por exemplo, a produção de cartazes, fotos, dentre outras.

A interação com adultos é alcançada com entrevistas e conversas com a família, que podem auxiliar no processo de construção de identidade coletiva/pessoal e no enriquecimento cultural das crianças pela possibilidade da investigação e testagem dos ensinamentos de adultos.

O respeito à capacidade da criança do 6º ano, com relação as palavras utilizadas é demonstrado através de textos acessíveis e pela presença de um glossário, ao final da obra.

É possível a construção de conceitos e relações em nível de real, por conta do espaço dado às crianças para aprofundarem o conhecimento em atividades destinadas a fazer em casa, possibilitando ainda a produção de conhecimento através da ação do estudante sobre o meio (intraposicional).

Tendo em vista a diversidade contida na obra, seria possível utilizá-la numa escola pública, contudo a ausência de orientação legal a respeito de um currículo a ser adotado nas escolas publicas é um limitante para que isto possa ser efetivado.

A criança que exerce o direito de não professar qualquer credo religioso está contemplada pela abordagem inclusiva do livro. A forma como as religiões são apresentadas, englobando de diferentes formas os locais, narrativas, símbolos e festas sagradas, dão condições de participação de crianças de diferentes religiões e de nenhuma religião. Este material é um exemplo que demonstra a possibilidade de um trabalho isento.

Em volume separado o livro do professor se inicia com um texto assinado pela autora e por Paulinas Editoras. Nele ressalta-se que o Ensino Religioso “não é proposta de fé, mas, sim, de conhecimento e apropriação de novos saberes acerca de dados reais presentes na sociedade” (2009, p. 5, professor). A apresentação traz claramente o objetivo do trabalho, informando para que veio, pois o material enquanto “valoriza os diferentes conhecimentos, vivências e modos de crer, presentes na sala de aula, na escola e na sociedade” contribui para a “queda de preconceitos, temores e rivalidades” (idem).

As primeiras seis páginas do livro do professor orientam a condução do trabalho com o Ensino Religioso, tratando da contextualização e base legal da disciplina, da divisão dos conteúdos, do tratamento pedagógico e das atividades sugeridas nos livros e se encerra com uma rápida explanação a respeito da avaliação no ER. A seguir está apresentada a descrição dos capítulos que são acrescidos de orientações e dicas para o desenvolvimento das atividades, envolvendo diferentes expressões artísticas a serem exploradas, como a música, teatro, fotografia e outras.

Merece destaque as abordagens a respeito da religiosidade indígena, que reúnem: narrativa sagrada a respeito da origem do monte Roraima (2009, p. 24); a crença a respeito da terra Sem Males (2009, p. 30); e o registro do relato oral e tradicional dos índios Carajás, a respeito da morte do menino carajá (2009, p. 50), que dá condição do material atuar como fórmula sedutora para aprofundamentos e promover uma disposição à favor desta vertente de estudo.

Com relação aos critérios estabelecidos no Instrumento 1 – Questões Gerais para Análise (PNLD), foi possível observar que na categoria Identificação do Livro e Estruturação Gráfica ele atende aos quesitos propostos. Esta é a primeira das cinco categorias utilizadas e o material atende os parâmetros de leitura com relação aos seus aspectos gráficos, pois as fontes utilizadas (letras), a disposição dos textos, e também com relação às ilustrações facilitam a leitura e auxiliam à compreensão dos conteúdos expostos.

Os conceitos, da forma que são apresentados no material, propiciam à compreensão da temática, e são adequados ao proposto didaticamente, trazendo informações atualizadas, e ainda constam sugestões de atividades a serem enriquecidas com leituras complementares, não obstante não detalha quais obras teriam valor para a disciplina no livro do aluno.

Os conteúdos configuram outro critério de avaliação e existe uma coerência teórico-metodológica nestes, com ausência de erros conceituais nos textos e atividades propostas. A ênfase dos textos é distribuída entre as religiões e não há a predominância de uma vertente, além de contribuírem para a formação para a cidadania, não expressando preconceito, doutrinação ou publicidade de marcas, serviços, artigos ou ideologias.

A linguagem utilizada é adequada a faixa etária a qual se dedica o material, e as experiências e conhecimentos prévios dos estudantes encontram relação com os conteúdos, apresentando uma crescente contribuição a cada lição, no sentido de acolhimento, diálogo e respeito. Os estudantes podem ter seus pontos de vistas valorizados através dos exercícios, que favorecem a reflexão, a observação, a investigação, a análise e a síntese, e apresentam nível de exigência adequado na execução dos mesmos.

As explicações para a execução dos exercícios do livro são acessíveis, com clareza e objetividade, vinculando os saberes com outros componentes curriculares e outros recursos didáticos, além de apresentar coerência com o conteúdo proposto. De maneira geral o livro dá condições para que se evite a memorização e a aprendizagem mecânica de conteúdos, e a guisa de exemplo o livro do professor não oferece respostas aos exercícios, tendo em vista ser boa parte delas pessoais dos estudantes.

A quarta categoria de avaliação proposta foi efetivada através da análise do livro dedicado ao professor, e com relação a contribuição deste à operacionalização do uso do livro didático em sala, ou seja se oferece orientação ao docente em relação ao seu manejo, é possível aferir que ele contribui para que sejam alcançados os objetivos da disciplina. Ele explicita os pressupostos teórico-metodológicos, além da articulação dos conteúdos com outras áreas do conhecimento. A contribuição do livro didático em sala pode ser ampliada com o acréscimo de textos, atividades e outras abordagens complementares ao livro do estudante, indicados no material destinado ao docente.

Ao avaliar os princípios éticos e o direcionamento do material para uma educação que vise a cidadania, quinta e última categoria da avaliação, foi observado nesta proposta a valorização da cultura e história dos povos indígenas, africanos, e também em relação ao meio ambiente, além da apresentação do fenômeno religioso de outras religiões, independente do número de adeptos em terras brasileiras.

Com relação ao proposto em lei no estado do Paraná, para que se aborde aspectos da história deste estado, não foram encontrados conteúdos nesse sentido, todavia deve ser levado em conta que este material, assim como as demais obras analisadas tem abrangência nacional.

Foi possível estimar que a proposta do livro levou em conta o contexto real dos estudantes, apresentando relevância social e uma contribuição para o entendimento de explicações científicas de maneira geral.

INSTRUMENTO 1 – QUESTÕES GERAIS PARA ANÁLISE (PNLD) A RELIGIÃO NO MUNDO

Classificação:

A	rico	amplo;	
B	apropriado	pertinente	pode ser ampliado;
C	limitado	restrito	inexistente.

1ª Categoria: identificação do livro/ estruturação gráfica (autor, editora, ano de publicação, ano escolar)

ITEM	CONSIDERAÇÕES
1.1 Leiturabilidade	A
1.2 Qualidade dos conceitos apresentados no texto	A
1.3 Adequação da linguagem ao perfil do leitor	A
1.4 Legibilidade e visualização das ilustrações	A
1.5 Ilustrações corretas e atualizadas, voltadas a compreensão	A
1.6 Informações atualizadas e localizadas corretamente	A
1.7 Apresentação de glossário e de leituras complementares	A

2ª Categoria: Conteúdo (Coerência teórico-metodológica no conteúdo, ausência de erros conceituais, exercícios e nas atividades propostas)

ITEM	CONSIDERAÇÕES
2.1 Identifica os campos da disciplina	A
2.2 Campo que recebe maior e menor ênfase,	A
2.3 Articulação entre campos	C
2.4 Coerência entre a ênfase dos conteúdos com a série a que se destina	A
2.5 Adequação dos conteúdos	A
2.6 Contribui para a cidadania	A
2.7 Expressa preconceito	C
2.8 Expressa doutrinação	C
2.9 Expressa publicidade	C
2.10 Relaciona os conteúdos com as experiências e conhecimentos prévios dos estudantes	A

3ª Categoria: Exercícios

ITEM	CONSIDERAÇÕES
3.1 Linguagem é clara e objetiva,	A
3.2 Abordagem dos exercícios,	A
3.3 Atividades relacionadas a outros componentes curriculares	A
3.4 Iniciação de outros recursos didáticos	A
3.5 Texto das explicações é acessível para os alunos	A
3.6 Atividades se preocupam em ajudar o aluno a entender o texto das lições	A
3.7 Estão coerentes com o conteúdo	A
3.8 Focalizam situações que valorizem os diferentes pontos de vista	B
3.9 Enunciados apresentados de forma clara	A
3.10 Apresenta exercícios com conteúdos irrelevantes e com pouca exigência	C
3.11 Favorecem a formação do pensamento (reflexão)	A
3.12 Estimulam a observação	A
3.13 Estimulam a investigação	A
3.14 Estimulam a análise	A
3.15 Estimulam a síntese	A
3.16 Estimulam a generalização	A

4ª Categoria: Manual do professor

ITEM	CONSIDERAÇÕES
4.1 Contribui o suficiente para um melhor uso do material	A
4.2 Explicita os pressupostos teóricos-metodológicos em que se baseiam	A
4.3 Descreve a organização interna da obra e orienta o docente em relação ao seu manejo	A
4.4 Metodologia emprega a memorização e aprendizagem mecânica de conteúdos	B
4.5 Indica e discute, no caso de exercícios e atividades, as respostas esperadas	A
4.6 Propõe atividades que tragam risco aos alunos e professores	C
4.7 Orienta para a articulação dos conteúdos com outras áreas do conhecimento	A
4.8 É constituído e acrescido por textos, atividades e propostas em relação ao livro do aluno	A

5ª Categoria: Princípios Éticos e a Educação para Cidadania

Atende ao disposto nas Leis:

- 9.795/99 Meio Ambiente
- 10.639/03 História e Cultura Afro
- 11.645/08 História e Cultura dos Povos Indígenas
- 13.381/01 História do Paraná

ITEM	CONSIDERAÇÕES
5.1 Incentiva o consumo de produtos (publicidade de artigos, serviços ou organizações comerciais)	C
5.2 Utiliza o material como veículo de publicidade e difusão de marcas	C
5.3 Faz doutrinação religiosa ou política	C
5.4 Veicula idéias que promova desrespeito ao meio ambiente	C
5.5 Veicula proposta de ensino conforme um contexto real	A
5.6 Veicula proposta de ensino de relevância social	A
5.7 Veicula proposta de ensino rica conceitualmente para os entendimentos das explicações científicas	B

4.2 LIVRO DE MÃOS DADAS

Avelino Antonio Correa publicou em 2002 o livro De mãos dadas: Ensino Religioso, 6ª série, pela Editora Scipione junto com Amélia Schneiders.

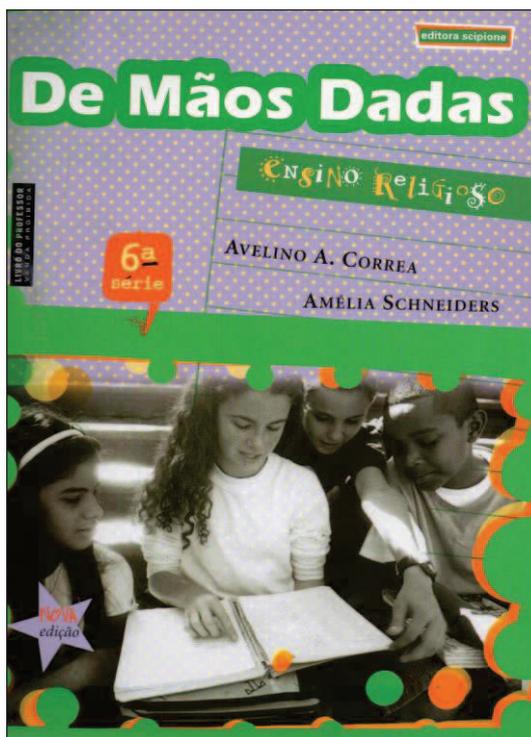
A Editora Scipione é considerada uma das concorrente da gigante Companhia Editora Nacional na década de 70 em qualidade (HALLEWELL, 2005, p. 168).

O registro de sua história se inicia em 1983 a família Fernandes Dias a comprou de seu fundador o professor Scipione Di Pierro Netto, cuja história foi possível estabelecer tão somente que era professor de matemática. Em 1984 a Scipione apresentou sua primeira coleção de livros paradidáticos: a série “Reencontro”, seguida da coleção “Sabe-Sabe”, e em 1996 lançou a coleção “Marcha Criança”, para alunos dos primeiros anos do Ensino Fundamental (idem). Esta empresa também foi adquirida em 1999 pelo Grupo Abril, e junto com a Editora Ática forma a Abril Educação (SCIPIONE, s.d.).

Ela se autodenomina inovadora, parceira dos professores e “responsável por grandes sucessos pedagógicos e literatura de qualidade” (SCIPIONE, s.d.) e prima

por “acompanhar as mudanças e as necessidades do cenário educacional” (idem). Investe também na prestação de serviços, com capacitação de professores, showrooms no território nacional e assessoria pedagógica especializada, além de se dedicar a projetos como Igualdade na Diferença e ambiente on-line para alguns projetos (idem).

Figura 14 - Capa do livro De Mãos Dadas



Fonte: Biblioteca Wolfgang Gruen

A análise deste livro se deteve em aspectos diferentes: a materialidade, o desenvolvimento cognitivo da criança (PIAGET), e o desenvolvimento religioso a partir dos estágios da fé (FOWLER), e ao final quanto aos critérios do Instrumento 1 – Questões Gerais para Análise (PNLD).

Com relação à materialidade, o livro que tem a chancela de “nova edição” na capa, tem as dimensões de aproximadamente 21cm de largura por 28cm de altura (formato revista). Sua capa apresenta imagem de crianças de diferentes etnias observando/lendo o conteúdo de um caderno, o que sugere que a interação deva ser um dos pontos explorados.

Na seção “Assessoria Pedagógica” em substituição do manual do professor, ao final do livro, confirmou-se a intenção de interação, pois apresentam os autores

que “nas atividades, entre outras inovações, há mais propostas de debate e maior estímulo ao trabalho de grupo” (2002, p. 3, Assessoria Pedagógica). Nesta parte são apresentadas sugestões e “pistas” de como desenvolver conteúdos e no final da seção leituras úteis ao professor. De acordo com Fowler (1992) as interações, debates e discussões, atendem ao aumento das competências lingüísticas da criança, proporcionando um meio propício para o compartilhamento de suas experiências.

As ilustrações apresentam fotos coloridas e reproduções de obras de arte de fundo cristão, todas de excelente qualidade. No texto são utilizadas diferentes fontes, arranjadas de forma estimulante quanto à leitura, sendo o conteúdo de fácil leitura e visualização. O livro tem destaques coloridos utilizados em textos e exercícios de forma aleatória, não sugerindo alguma intenção específica em seu arranjo gráfico.

Os autores indicam que o conteúdo religioso teria um tratamento ecumênico “permitindo que alunos adeptos de religiões diferentes possam participar da aula sem constrangimento”, não distinguindo diferentes religiões cristãs em seu texto. Entretanto é apresentado, de diferentes formas, o texto bíblico cristão, transparecendo uma lacuna com relação a outras religiões que não as representações cristãs e quanto às pessoas que exercem o direito em não crer, a tal ponto isso pode ser confirmado por uma seção situada entre os exercícios e a galeria intitulada “Descobrimos a Bíblia”.

As imagens apresentadas na parte chamada “Galeria” são predominantemente de cunho católico, também em virtude da arraigada cultura de representações das passagens bíblicas e vidas dos santos, embora a prática não seja uma exclusividade desta religião.

O livro De Mãos Dadas remete ao respeito e valorização ao outro explorando o ensinamento bíblico como mote. Ao final do material do aluno há ainda uma seção Cultura Bíblica de forma que o professor possa utilizá-la com mais facilidade, e apresenta ao aluno os seguintes conteúdos: como ler a Bíblia, o livro dos Provérbios, as bem aventuranças e o significado dos números na Bíblia.

Os textos em geral acompanham o nível de abstração dessa criança com idade entre 10 e 11 anos, sendo um material cujos caracteres cristãos pode servir ao

proselitismo, pois está posto que a intenção do texto é explorar os conhecimentos da fé, através da Bíblia, e portanto fé cristã, apresentados de diferentes formas (parábolas, desenhos, exercícios, etc.). É possível aferir que há possibilidade do material construir conceitos e relações, em nível do real, tendo em vista a forma que estão dispostos conteúdos, exercícios e imagens.

Fica limitada a produção de conhecimento de forma intraproposicional, ou seja, através de sua ação sobre o meio, o que poderia requerer produções com alcance social, dentre outras experiências possíveis – como trabalhos em grupo, pesquisas, entrevistas e outras. Também existe uma lacuna para atendimento a testagens/investigações quanto ao ensinamento do adulto, por conta de não haverem exercícios que indiquem uma abertura para isso. Percebe-se que a inserção de momentos de partilha/discussão do conhecimento poderia contribuir também na construção da identidade pessoal, coletiva e enriquecimento da vida com momentos significativos de troca entre crianças e adultos/familiares.

Os exercícios propostos apresentam uma riqueza de abordagem, e tanto quanto possível incluem estratégias diferenciadas, como palavras cruzadas, análise de charges, imagens, fotografias, dentre outras. Destaque-se a ausência com relação a utilização de tecnologias de informação, como o computador, tablet, celulares e acesso a internet para desenvolvimento dos conteúdos, o que limita a produção utilizando os meios que a criança está familiarizada.

A utilização deste material em uma escola pública seria inviabilizada em virtude de não considerar outras vertentes religiosas, que não as cristãs, além de silenciar os assuntos religiosos pertinentes aos povos oriundos da África, e também as temáticas referente às diversas tribos indígenas, que compõem a população brasileira.

As questões gerais para análise, se iniciam com aquelas relativas a Identificação do Livro e Estruturação Gráfica (critério 1) sendo percebido que o trabalho com relação aos aspectos de leiturabilidade de fontes, textos, exercícios e ilustrações são facilitadores da leitura, atualizados, corretos e localizados de forma coerente na obra, auxiliando a compreensão do conteúdo, sendo esta a primeira categoria de avaliação do material.

Considerando que o livro visa atender o Ensino Religioso confessional, cristão e bíblico, é possível aferir que os conteúdos propiciam à compreensão deste enfoque e considerando isso adequados ao proposto didaticamente, por trazer informações atualizadas, com ausência de erros conceituais nos textos e atividades propostas, porém carece da contribuição de um glossário para melhor entendimento dos conceitos. Os capítulos poderiam ser enriquecidos com leituras complementares, pois não há a discriminação de obras que teriam valor para a disciplina, no material do estudante.

Como dito anteriormente há a predominância da vertente cristã, contudo é possível que os conteúdos contribuam para a formação para a cidadania, pois não expressam preconceito ou publicidade de marcas, serviços ou artigos.

O material é adequado à faixa etária a qual se dedica o material, a saber, o sexto ano do Ensino Fundamental. Existe uma busca em valorizar os pontos de vista dos estudantes, suas experiências e conhecimentos prévios através dos exercícios, que favorecem a reflexão, a observação, a investigação, a análise e a síntese, que não apresentam nível de exigência acima das possibilidades destes.

As explicações para os exercícios são acessíveis, com linguagem clara e objetiva, carecendo vinculação com os saberes de outros componentes curriculares e outros recursos didáticos. De maneira geral, no material avaliado, há exercícios que reforçam a memorização de conteúdos, contrabalanceados por respostas obtidas a partir das reflexões pessoais dos estudantes.

A quarta categoria de avaliação, quanto ao livro dedicado ao professor, contribui na operacionalização do uso do livro didático em sala, orientando o docente em relação ao seu manejo, ainda que, como material cristão, ele contribua para que sejam alcançados os objetivos desta vertente, pode ser acrescido da articulação dos conteúdos com outras áreas do conhecimento, e de forma urgente faça menção do fenômeno religioso de outras religiões.

Com relação aos princípios éticos e o direcionamento do material para uma educação que vise a cidadania, quinta e última categoria da avaliação, foi percebido que o material não incentiva o consumo de produtos, serviços, artigos e nem veicula publicidade a respeito, abordando conteúdos a respeito do Meio Ambiente, de forma a confirmar a relevância social do livro nesse sentido.

Não procura também doutrinar politicamente, porém a doutrinação religiosa cristã de cunho bíblico percorre toda a obra, pois os autores entendem que o “enfoque não está nas particularidades de cada religião, mas no fenômeno religioso que se manifesta na Bíblia e na vida das pessoas (2002, p. 2, Livro do Professor).

Também não foi localizado na obra conteúdos que valorizem a cultura e a história dos povos indígenas, africanos, além da ausência na apresentação do fenômeno religioso de outras religiões conforme já destacado.

INSTRUMENTO 1 – QUESTÕES GERAIS PARA ANÁLISE (PNLD) DE MÃOS DADAS

Classificação:

A	rico	amplo;	
B	apropriado	pertinente	pode ser ampliado;
C	limitado	restrito	inexistente.

1ª Categoria: identificação do livro/ estruturação gráfica (autor, editora, ano de publicação, ano escolar)

ITEM	CONSIDERAÇÕES
1.1 Leiturabilidade	A
1.2 Qualidade dos conceitos apresentados no texto	A
1.3 Adequação da linguagem ao perfil do leitor	A
1.4 Legibilidade e visualização das ilustrações	A
1.5 Ilustrações corretas e atualizadas, voltadas a compreensão	A
1.6 Informações atualizadas e localizadas corretamente	A
1.7 Apresentação de glossário e de leituras complementares	B

2ª Categoria: Conteúdo (Coerência teórico-metodológica no conteúdo, ausência de erros conceituais, exercícios e nas atividades propostas)

ITEM	CONSIDERAÇÕES
2.1 Identifica os campos da disciplina	A
2.2 Campo que recebe maior e menor ênfase,	CRISTÃO
2.3 Articulação entre campos	C
2.4 Coerência entre a ênfase dos conteúdos com a série a que se destina	A
2.5 Adequação dos conteúdos	A
2.6 Contribui para a cidadania	A
2.7 Expressa preconceito	C
2.8 Expressa doutrinação	A
2.9 Expressa publicidade	C
2.10 Relaciona os conteúdos com as experiências e conhecimentos prévios dos estudantes	A

3ª Categoria: Exercícios

ITEM	CONSIDERAÇÕES
3.1 Linguagem é clara e objetiva,	A
3.2 Abordagem dos exercícios,	A
3.3 Atividades relacionadas a outros componentes curriculares	A
3.4 Iniciação de outros recursos didáticos	A
3.5 Texto das explicações é acessível para os alunos	A
3.6 Atividades se preocupam em ajudar o aluno a entender o texto das lições	A
3.7 Estão coerentes com o conteúdo	A
3.8 Focalizam situações que valorizem os diferentes pontos de vista	C
3.9 Enunciados apresentados de forma clara	A
3.10 Apresenta exercícios com conteúdos irrelevantes e com pouca exigência	B
3.11 Favorecem a formação do pensamento (reflexão)	A
3.12 Estimulam a observação	A
3.13 Estimulam a investigação	A

ITEM	CONSIDERAÇÕES
3.14 Estimulam a análise	A
3.15 Estimulam a síntese	A
3.16 Estimulam a generalização	A

4ª Categoria: Manual do professor

ITEM	CONSIDERAÇÕES
4.1 Contribui o suficiente para um melhor uso do material	A
4.2 Explicita os pressupostos teóricos-metodológicos em que se baseiam	A
4.3 Descreve a organização interna da obra e orienta o docente em relação ao seu manejo	A
4.4 Metodologia emprega a memorização e aprendizagem mecânica de conteúdos	B
4.5 Indica e discute, no caso de exercícios e atividades, as respostas esperadas	A
4.6 Propõe atividades que tragam risco aos alunos e professores	C
4.7 Orienta para a articulação dos conteúdos com outras áreas do conhecimento	A
4.8 É constituído e acrescido por textos, atividades e propostas em relação ao livro do aluno	A

5ª Categoria: Princípios Éticos e a Educação para Cidadania

Atende ao disposto nas Leis:

- 9.795/99 Meio Ambiente
- 10.639/03 História e Cultura Afro
- 11.645/08 História e Cultura dos Povos Indígenas
- 13.381/01 História do Paraná

ITEM	CONSIDERAÇÕES
5.1 Incentiva o consumo de produtos (publicidade de artigos, serviços ou organizações comerciais)	C
5.2 Utiliza o material como veículo de publicidade e difusão de marcas	C
5.3 Faz doutrinação religiosa ou política	A
5.4 Veicula idéias que promova desrespeito ao meio ambiente	C
5.5 Veicula proposta de ensino conforme um contexto real	B
5.6 Veicula proposta de ensino de relevância social	B
5.7 Veicula proposta de ensino rica conceitualmente para os entendimentos das explicações científicas	B

4.3 LIVRO DESCOBRINDO NOVOS CAMINHOS

O livro *Descobrimos Novos Caminhos: Ensino Religioso* de autoria de Therezinha M. L. da Cruz, foi publicado no ano de 2006 pela Editora FTD, e é destinado ao sexto ano do Ensino Fundamental.

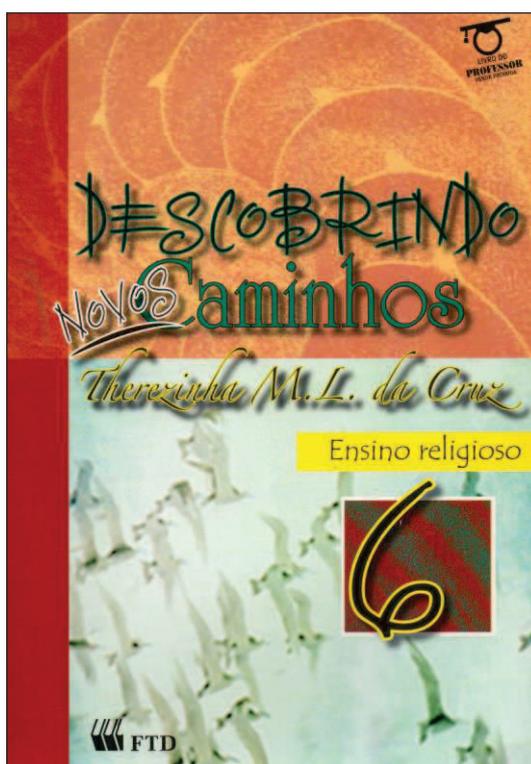
A FTD é uma editora ligada ao mundo católico, mais especificamente Grupo Marista, e surge no Brasil no ano de 1902, dedicando-se aos livros didáticos. A congregação já estava em solo brasileiro desde 1897, e atuava na Educação utilizando-se de livros trazidos da França.

Uma marca dos maristas, além do trabalho com Educação, é de estender o trabalho da FTD francesa para inúmeros países, visando sanar deficiência ou ausência de editoras de didáticos, e isso aconteceu também no Brasil. Com o estabelecimento da editora no país “surgiram traduções e adaptações de várias dessas obras, bem como novos livros passaram a ser escritos dentro das exigências

específicas da cultura brasileira” (FTD, s.d.), ocupando um papel de destaque na educação nacional.

Em 1965 a FTD “começou a participar do programa da COLTED, mantendo sua concentração nos livros didáticos” (HALLEWELL, 2005, p. 708). Paixão e Mira pontuam sobre o sucesso da FTD (1998, p. 168) com relação aos didáticos que em 1982, como ilustração desse sucesso, a editora teria vendido 600 mil exemplares do livro “A conquista da matemática”.

Figura 15 - Capa do livro Descobrimo Novos Caminhos



Fonte: Biblioteca Wolfgang Gruen

O livro tem formato revista e é encadernado com espiral com imagens na capa que lembram areia e mármore, elementos naturais, assim como um caramujo delineado na textura que lembra areia. Os textos e imagens trazem uma excelente diversidade, com imagens de diferentes ambientes de convivência humana e uma diversidade de religiões.

A apresentação do conteúdo é diversificada, com o uso de inúmeros recursos de edição para tornar mais atrativo seu conteúdo. Ao final é apresentado o manual

do mestre, com objetivos da unidade e de cada capítulo. A editora FTD apresenta³ que o diálogo e respeito inter-religioso são enfatizados nos livros da coleção, e consta que cada livro, até o quinto ano do Ensino Fundamental, vem acompanhado do livro da família.

O sumário indica que a palavra de ordem da obra é conviver e “o tema de cada aula refere-se a necessidades humanas e situações que pode ser percebidas por todos, crentes ou ateus” (CRUZ, 2006, p. 2, manual do professor). Cada aula parte da problematização, perguntas básicas sobre o sentido da vida, discute implicações existenciais e então apresenta algumas posturas religiosas com relação ao tema proposto.

Existe uma preocupação com relação aos alunos ateus, e a autora acredita que “quem não tem fé vai achar uma oportunidade para entender melhor o fenômeno religioso e perceber as motivações e sentimentos envolvidos na questão” (CRUZ, 2006, p. 2, manual do professor), ainda que o livro tenha sido “escrito a partir de um ponto de vista católico” (idem). A obra informa caracteres do judaísmo, hinduísmo, budismo, islamismo.

O desenvolvimento das atividades dá condições para que a criança do sexto ano construa conceitos e relações, em nível do real (PIAGET), por conta das inúmeras ligações que cada lição faz com o cotidiano. O livro do professor amplia essa possibilidade tendo em vista as muitas atividades complementares sugeridas para cada unidade e capítulo.

Existe predominância de imagens atualizadas, com presença de diferentes etnias e religiões nas fotos, e ainda reproduções de obras de arte, charges e tirinhas. As obras de arte, de maneira geral, são representações de cenas da vida de Jesus. As imagens retratam a diversidade da vida e a religiosa, com ausência de desenhos estereotipados, assim como posições estereotipadas das relações sociais como a pobreza, das relações entre gêneros e das familiares.

Os espaços para os exercícios são em sua grande maioria delimitados por linhas ou retângulos, e assim, pode ser aferir a intenção de certo controle na escrita.

³ Disponível em <http://www.ftd.com.br/detalhes/?id=5192>. Acesso em 20.abr.2015

Mesmo com uma gama de exercícios diferentes (palavras cruzadas, relacione colunas, decifre o código), se percebe que há uma predominância em respostas interpretativas dos textos e um espaço restrito para colocações pessoais. As expressões através de desenhos, entrevistas e o uso de tecnologias (computador, internet e outras) são indicadas como atividades complementares, dependendo exclusivamente da iniciativa docente para desenvolvê-las.

É respeitada a capacidade de abstração exigida para atender crianças entre 10 e 11 anos de idade, pois textos e imagens se encontram dentro do universo desta criança, também por conta da atualidade dos mesmos, em especial pelas cenas de filmes, olimpíadas dentre outras atuais. A gama de textos bíblicos, imagens e citações da vida de Jesus confirmam o posicionamento cristão da obra.

As oportunidades de interação entre as crianças ocorrem através das atividades em grupo para confecção de cartazes, por exemplo. Outras podem ser efetivadas, e se encontram orientadas no manual do professor. Em menor medida há possibilidade de elaboração quanto ao posicionamento dos adultos, o que limita a possibilidade de testar e investigar o conhecimento destes e complementar assim a formação da identidade pessoal e coletiva das crianças.

Na esfera religiosa o material deixa pistas para que haja reflexão, porém é limitada a possibilidade da criança contar sobre sua experiência pessoal (FOWLER, 1992) assim, a limitação no relato, pode ser um indicativo de ensino restritivo no sentido de partilha da religiosidade da criança.

O livro pode ser utilizado em escolas confessionais cristãs de forma ampla. Para uso na escola pública, onde está orientado o ensino laico seriam necessárias adaptações e correções a fim de ampliar os aspectos culturais de outros segmentos religiosos.

Outra análise empreendida levou em conta cinco categorias avaliativas, organizadas no Instrumento 1, que são: Identificação do livro/ estruturação gráfica; Conteúdo; Exercícios; Manual do professor; e Princípios Éticos e a Educação para Cidadania.

A avaliação com relação à identificação do livro e estruturação gráfica dos materiais analisados leva em conta o nível da escolaridade proposta correlacionando-a com leiturabilidade, de textos e ilustrações, sendo que se

apresentam corretas, atualizadas e propiciam a compreensão da temática. Há uma possibilidade de ampliação no quesito conceitos apresentados, além da inserção de glossário, que pode contribuir com a melhor formação dos estudantes.

A segunda categoria de análise busca explicitar a coerência teórico-metodológica com relação ao conteúdo em si, sondando a ausência ou existência de erros conceituais nos textos e atividades propostas. Neste quesito, entendendo que o material é substancialmente cristão, se percebe a ênfase dos conteúdos na exploração de textos bíblicos e da vida de Jesus de Nazaré, e que o referencial católico marca boa parte da obra. Contribui em grande medida para formação ligada a cidadania, e não apresenta indícios de posições preconceituosas e não havendo publicidade. Além disso, os conteúdos estão relacionados aos conhecimentos prévios e experiências dos estudantes.

Os exercícios, terceira categoria avaliativa, apresentam linguagem clara e objetiva, são acessíveis e coerentes com o conteúdo. As atividades apresentam escassa vinculação com outros componentes curriculares e outros recursos didáticos, e contribuem para memorização dos sentidos apresentados nos textos, em especial os bíblicos e canções, não representando árdua exigência em sua execução. Na forma em que estão dispostos eles favorecem a reflexão, análise e síntese dos conteúdos. Há condições através dos exercícios de favorecer o diálogo e o acolhimento do outro, entre os estudantes.

A quarta categoria proposta foi o Manual do Mestre, como é chamado no material, que traz os pressupostos e a operacionalização do uso do livro em sala. As Atividades Complementares buscam enriquecer o trabalho em sala, como por exemplo, no capítulo “Vencendo Preconceitos” é proposto que sejam estudados os valores da cultura indígena e buscada a biografia de um negro militante na área de direitos de seu povo (Martin Luther King).

A operacionalização do material é ampliada com as instruções aos docentes quanto ao manejo efetivo do impresso em sala, indicando um ensino mesclado por momentos em que a memorização é reforçada e outros em que são dadas condições para discussão sobre os conteúdos.

Avaliar os princípios éticos e o direcionamento do material para uma educação visando a cidadania foi a quinta e última categoria de avaliação, onde foi

percebido, desde o primeiro exame, que apresenta uma proximidade com o contexto real de cada estudante e há algum cuidado com o tema Meio Ambiente.

Na reflexão sobre os aspectos éticos se comprovou não haver incentivo ao consumo e difusão de marcas, tanto de produtos, serviços e organizações. Porém com relação a doutrinação religiosa a autora explica na seção “Conversando com o(a) professor(a)” (2006, Manual do Mestre, p. 2) que o material “é escrito a partir de um ponto de vista católico” com ênfase “para a Bíblia e a experiência judaico-cristã”, cuja intenção do material, seria fazer com aqueles que “já tem fé [vai] aprofundar os alicerces da sua crença, quem não tem [vai] achar uma oportunidade para entender melhor o fenômeno religioso” (idem), o que é um quesito discutível, tendo em vista as econômicas abordagens de aspectos que caracterizariam o fenômeno religioso de outras religiões, tanto no Livro do Aluno quanto no Manual do Mestre.

O material carece de ampliação com relação a valorização da cultura e história dos povos indígenas e afro-descendentes, assim também com relação à outras religiões, em especial as orientais.

INSTRUMENTO 1 – QUESTÕES GERAIS PARA ANÁLISE (PNLD) DESCOBRINDO NOVOS CAMINHOS

Classificação:

A	rico	amplo;	
B	apropriado	pertinente	pode ser ampliado;
C	limitado	restrito	inexistente.

1ª Categoria: identificação do livro/ estruturação gráfica (autor, editora, ano de publicação, ano escolar)

ITEM	CONSIDERAÇÕES
5.1 Leiturabilidade	A
5.2 Qualidade dos conceitos apresentados no texto	A
5.3 Adequação da linguagem ao perfil do leitor	A
5.4 Legibilidade e visualização das ilustrações	A
5.5 Ilustrações corretas e atualizadas, voltadas a compreensão	A
5.6 Informações atualizadas e localizadas corretamente	A
5.7 Apresentação de glossário e de leituras complementares	C

2ª Categoria: Conteúdo (Coerência teórico-metodológica no conteúdo, ausência de erros conceituais, exercícios e nas atividades propostas)

ITEM	CONSIDERAÇÕES
2.1 Identifica os campos da disciplina,	A
2.2 Campo que recebe maior e menor ênfase,	CRISTÃO CATÓLICO
2.3 Articulação entre campos	C
2.4 Coerência entre a ênfase dos conteúdos com a série a que se destina	A
2.5 Adequação dos conteúdos	A
2.6 Contribui para a cidadania	A
2.7 Expressa preconceito	C
2.8 Expressa doutrinação	A
2.9 Expressa publicidade	C
2.10 Relaciona os conteúdos com as experiências e conhecimentos prévios dos	A

ITEM	CONSIDERAÇÕES
estudantes	

3ª Categoria: Exercícios

ITEM	CONSIDERAÇÕES
3.1 Linguagem é clara e objetiva,	A
3.2 Abordagem dos exercícios,	A
3.3 Atividades relacionadas a outros componentes curriculares	C
3.4 Iniciação de outros recursos didáticos	A
3.5 Texto das explicações é acessível para os alunos	A
3.6 Atividades se preocupam em ajudar o aluno a entender o texto das lições	A
3.7 Estão coerentes com o conteúdo	A
3.8 Focalizam situações que valorizem os diferentes pontos de vista	B
3.9 Enunciados apresentados de forma clara	A
3.10 Apresenta exercícios com conteúdos irrelevantes e com pouca exigência	C
3.11 Favorecem a formação do pensamento (reflexão)	B
3.12 Estimulam a observação	A
3.13 Estimulam a investigação	A
3.14 Estimulam a análise	A
3.15 Estimulam a síntese	B
3.16 Estimulam a generalização	A

4ª Categoria: Manual do professor

ITEM	CONSIDERAÇÕES
4.1 Contribui o suficiente para um melhor uso do material	B
4.2 Explicita os pressupostos teóricos-metodológicos em que se baseiam	A
4.3 Descreve a organização interna da obra e orienta o docente em relação ao seu manejo	A
4.4 Metodologia emprega a memorização e aprendizagem mecânica de conteúdos	B
4.5 Indica e discute, no caso de exercícios e atividades, as respostas esperadas	A
4.6 Propõe atividades que tragam risco aos alunos e professores	C
4.7 Orienta para a articulação dos conteúdos com outras áreas do conhecimento	B
4.8 É constituído e acrescido por textos, atividades e propostas em relação ao livro do aluno	A

5ª Categoria: Princípios Éticos e a Educação para Cidadania

Atende ao disposto nas Leis:

- 9.795/99 Meio Ambiente
- 10.639/03 História e Cultura Afro
- 11.645/08 História e Cultura dos Povos Indígenas
- 13.381/01 História do Paraná

ITEM	CONSIDERAÇÕES
5.1 Incentiva o consumo de produtos (publicidade de artigos, serviços ou organizações comerciais)	C
5.2 Utiliza o material como veículo de publicidade e difusão de marcas	C
5.3 Faz doutrinação religiosa ou política	A
5.4 Veicula idéias que promova desrespeito ao meio ambiente	C
5.5 Veicula proposta de ensino conforme um contexto real	A
5.6 Veicula proposta de ensino de relevância social	A
5.7 Veicula proposta de ensino rica conceitualmente para os entendimentos das explicações científicas	B

4.4 LIVRO EDUCAÇÃO RELIGIOSA

O livro foi publicado em 2010 pela PAX Editora, sendo seus autores Eduardo Monteiro, Edward Guimarães, Rosana Soares e Sandro Pessuti sob a coordenação de Rosamaria Andrade.

A Pax Editora faz parte da Rede Católica de Educação. Rede essa que tem por objetivo articular “aquisição de conhecimentos avançados e a formação de valores humanos universais” e declara pretender “formar uma geração de profissionais competentes e cidadãos éticos” (RCE, s.d.), conta para isso com soluções didáticas desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, com material didático, formação de educadores e de gestores, recursos físicos, tecnológicos e virtuais.

A editora, fundada em 2006, publica livros didáticos e paradidáticos, e busca desenvolver produtos que “contribuam para o desenvolvimento equilibrado e integrado do binômio Educação e Valores” (PAX, s.d.)

Para análise foram abordados aspectos ligados a materialidade do livro, ao desenvolvimento cognitivo da criança (PIAGET) contemplado nos conteúdos, e um olhar, ainda que superficial, desenvolvimento religioso, a partir dos estágios da fé (FOWLER) e ainda foram considerados os critérios utilizados pelo PNLD para uma análise dos livros.

Com relação à materialidade, o livro tem formato de revista e sua capa sugere que a fala da criança tem um fluxo e ainda da possibilidade que a mesma fale sobre diferentes assuntos de seu cotidiano. Ele apresenta em seu interior figuras e fotos coloridas de excelente qualidade. O volume analisado contém, ao final, o livro do professor.

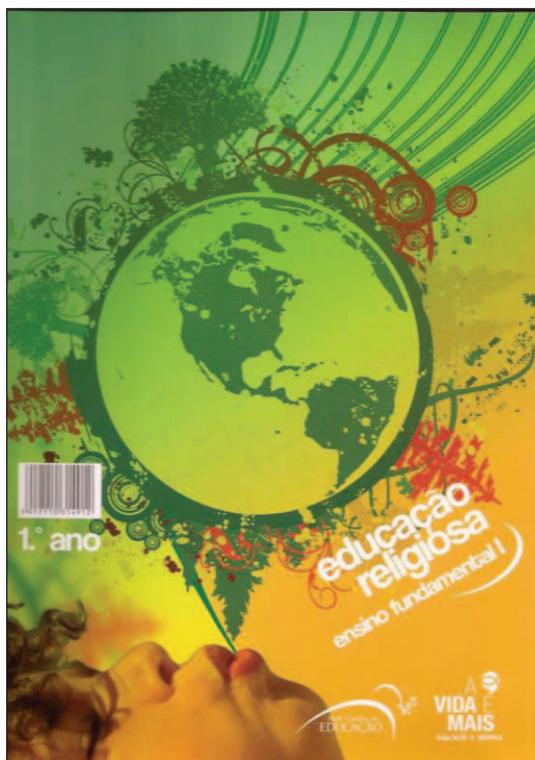
Ao analisar o livro Educação Religiosa/Ensino Religioso: Ensino Fundamental, de Monteiro et al (2010), está posto que a intenção do texto é firmar os conhecimentos da fé, através da Bíblia, e outros aspectos da fé cristã católica.

A criança a qual se destina a coleção busca construir conceitos e relações, em nível do real (PIAGET). Isso tem ligação, no material analisado, entre a seção “Provocação” (disparador, em forma de relato pessoal ou discussão de temática) e a seção “E daí” que a criança pode revisitar o tema e propor uma construção pessoal, unindo “teoria e prática na vida humana” (Monteiro, 2010, p. 5 – Livro do Professor) onde a síntese do apreendido (pela criança) pode ser registrada.

As imagens são ricas e diversificadas: fotos, gravuras, reprodução de obras de arte, contendo diferentes cenas de elementos da natureza/campo/animais, vida humana nas cidades e cenas religiosas. Vale destacar a presença de diferentes

etnias nas fotos e gravuras, com predominância do padrão étnico branco/ocidental. Em 160 páginas aparecem somente 3 ilustrações com pessoas de negras.

Figura 16 - Capa do livro Educação Religiosa



Fonte: Biblioteca Wolfgang Gruen

Quanto a diversidade religiosa há uma ausência de outras religiões. Quanto às relações de gênero as imagens apresentam a figura da mulher não problematizada, pois são mantidas como dóceis, bonitas, maternas em grande parte da obra. Também carece de reflexão as ilustrações de famílias que apresentam o modelo “ideal” de casal e filhos, omitindo outros padrões da realidade.

Os espaços para os exercícios são em sua grande maioria circunscritos a retângulos, e por isso mesmo limitadores da escrita. Na seção “e daí” o formato escolhido pelos editores é de uma folha de caderno com espiral, com mais linhas do que a média usada nos exercícios, entre 10 e 20 linhas. Esse formato sugere que o espaço pode funcionar como um diário ou uma escrita mais íntima, talvez pretendendo que as sínteses dos conhecimentos venham a alcançar a vida diária, o que indica algum respeito quanto a capacidade de produção de conhecimento através de sua ação sobre o meio (cognição intraproposicional).

Os espaços deixados restringem diferentes formas de expressão, como a criatividade e livre criação, assim como as oportunidades de desenho e a ludicidade do movimento com ausência de jogos, brincadeiras ou outros aspectos que considere a necessidade de movimento dessa criança.

A capacidade de abstração exigida para atender ao proposto no livro para o sexto ano, voltado às crianças entre 10 e 11 anos de idade, se encontra, em certa medida acima das suas possibilidades. Por exemplo, na página 149 é solicitado que a criança diga “qual é a experiência do salmista diante de Deus” com base no texto do Salmo 139/138, com o título “É Deus que revela quem somos”. Seria necessário considerar que elas ainda não são capazes de realizar operações mentais no nível do possível, nem operam pensamentos hipotético-dedutivos (PIAGET, FOWLER). Vale o mesmo raciocínio com relação ao texto “Tudo o que deveria saber na vida, aprendi no jardim de infância” de Roberto Fulghum (p. 86 e 87), cujas reflexões na página seguinte são muito superiores ao nível de abstração das crianças da idade desta turma.

As oportunidades de interação entre as crianças ocorrem com os complementos das perguntas como o “partilhe com sua turma” (Monteiro, 2010, p. 149) e “reúna-se com seus colegas e pensem em um gesto concreto...” (idem, p. 151). Entretanto poderiam ser ampliadas através de debates, pesquisas em grupo, partilha de conclusões, e a efetivação das ações com registro escrito, fotográfico e desenho, além de jogos e brincadeiras que poderiam ser desenvolvidos, conforme citado anteriormente.

A disposição gráfica sugere a relação de espectador ao estudante em grande parte do tempo. Os textos remetem a uma pesquisa interna para formulação de conceitos, sendo desprezadas oportunidades de aprofundamento com base na elaboração sobre as respostas dos adultos, o que possibilitaria testar, investigar o ensinamento dos adultos, elaborando e personificando os conceitos aprendidos.

Na esfera religiosa, o aumento das competências lingüísticas pode ser explorado na seção “provocação” onde há a possibilidade de verbalizar sua experiência pessoal conforme orienta Fowler (1992) que essa criança é capaz. Entretanto essa orientação contida no Livro do Professor poderia ser viabilizada com conversas não dirigidas pelo professor.

O livro é dirigido ao ensino cristão, e especificamente à rede católica de ensino, como se pode observar nas imagens da cultura católica, como a última ceia e a representação de Jesus “no meio de nós” (Monteiro, 2010, p. 141), e de ícones da fé como, por exemplo, Madre Tereza de Calcutá na página 79, dentre outras. Além dos trechos bíblicos que permeiam todo livro, com uma homogeneização quanto ao destaque em sua apresentação – o texto com um título negrito na cor roxa sobre um fundo alaranjado. Portanto se pode afirmar que o livro é confessional, podendo ser utilizado de forma proselitista.

O envolvimento da comunidade de fé familiar ou religiosa não aparece ao longo do livro, sendo assim as crianças estão privadas dos momentos de partilha com adultos e família, que poderia favorecer a construção da identidade pessoal, identidade coletiva e o enriquecimento da vida.

A análise do livro suscita uma questão importante que é a impossibilidade de usá-lo em uma escola pública, pois a fenomenologia das religiões ou a cultura religiosa de outras religiões não são abordadas nem levadas em consideração ao longo da obra.

Destaque-se a utilização de outros recursos como a apresentação de uma reprodução da tela “A Família” de Tarsila do Amaral (idem, p. 38), e a indicação do uso de computador como uma possibilidade de produção de desenho (idem, p. 90). Ao incluir um recurso tecnológico os interesses das crianças na atualidade foram levados em conta, o que favorece as possibilidades de produção numa linguagem mais natural para a criança.

Em outra fase de análise, a primeira categoria analisada foi a Identificação do Livro e Estruturação Gráfica e ele atende a maioria dos quesitos propostos. Neste item foram confirmadas as condições de leiturabilidade com relação às fontes, arranjo dos textos e ilustrações páginas, sendo que estão corretas, atualizadas e voltadas à compreensão. Foi notada a ausência de glossário e também a falta de indicação para leituras complementares, além de haver um conflito entre o título da obra apresentado na capa e a informação da ficha bibliográfica. Na capa consta “Educação Religiosa” e na ficha bibliográfica “Ensino Religioso”, o que é um item passível de correção.

O conteúdo é outra categoria de avaliação e foi possível aferir que há coerência teórico-metodológica no conteúdo. Considerando que o material produzido pela Rede Católica de Educação (RCE) e suas diretrizes atendem os princípios que, confessadamente cristãos, buscam “contribuir para sua consecução nas escolas integradas a RCE, ao cuidar especialmente da educação da fé” (2010, p. 3, Livro do Professor).

Percebeu-se a ausência de erros conceituais nos textos e atividades propostas, sendo que a ênfase dos textos é direcionada ao cristianismo, tanto com relação aos textos, imagens e exercícios baseados em grande parte no livro sagrado dos cristãos, a Bíblia. O material contribui para a cidadania não expressando preconceito ou publicidade, além de buscar relacionar os conteúdos com as experiências e conhecimentos prévios dos estudantes.

Os exercícios, terceira categoria de avaliação do material, apresentam linguagem adequada à faixa etária para a série que se destina, e podem contribuir para que o ponto de vista do estudante seja valorizado. Além disso, ainda favorece a reflexão e a análise, e em menor medida a observação, a investigação, e a síntese, não apresentando nível de exigência superior aquele esperado para os estudantes do sexto ano do Ensino Fundamental.

A execução dos exercícios é orientada por explicações acessíveis, de linguagem clara e objetiva, e há, enquanto metodologia, uma busca na aplicação cotidiana do texto sagrado cristão. Não se percebe o vínculo com saberes de outros componentes curriculares, nem uma ampliação com relação a outros recursos didáticos que poderiam ser aplicados, sendo coerentes com o conteúdo cristão proposto. Boa parte dos exercícios tão somente propicia a memorização e aprendizagem mecânica de conteúdos, sendo que o Livro do Professor fornece as respostas certas. Foi percebida uma busca recorrente em familiarizar os estudantes com textos bíblicos que constituem o fundamento da fé cristã católica.

A quarta categoria de avaliação está ligada à análise do livro dedicado ao professor, e sua contribuição para uso do livro didático em sala. Este material orienta o docente quanto ao seu manejo, e ele contribui para que sejam alcançados os princípios e “pressupostos teológicos e espirituais, filosóficos e éticos, antropológicos e sociais, psicológicos, epistemológicos e educacionais” das

diretrizes educacionais emanadas pela Rede Católica de Educação (2010, p. 3, Livro do Professor), porém quanto aos objetivos da disciplina na abordagem fenomenológica de diferentes religiões apresenta uma grande lacuna. Ausência também sentida com relação à articulação dos conteúdos com outras áreas do conhecimento, acréscimos de textos, atividades e abordagens complementares ao livro do estudante, e espaço para a possibilidade de discussão a respeito das respostas indicadas e esperadas no material do docente.

A quinta e última categoria de avaliação foram os princípios éticos e o direcionamento do material para uma educação que vise a cidadania, sendo observado que não há incentivo para o consumo de produtos, serviços, organizações, ou doutrinação política.

Com relação a valorização da cultura e história dos povos indígenas e africanos, há uma lacuna importante e urgente a ser ocupada, além da exploração do fenômeno religioso de outras religiões, como forma de respeitar a diversidade brasileira. Também não foi estabelecida a importância do material para o entendimento de explicações científicas de maneira geral.

A preocupação com o meio ambiente está presente no material analisado, assunto que apresenta relevância social, além de estar de acordo com o contexto real dos estudantes.

INSTRUMENTO 1 – QUESTÕES GERAIS PARA ANÁLISE (PNLD) EDUCAÇÃO RELIGIOSA

Classificação:

A	rico	amplo;	
B	apropriado	pertinente	pode ser ampliado;
C	limitado	restrito	inexistente.

1ª Categoria: identificação do livro/ estruturação gráfica (autor, editora, ano de publicação, ano escolar)

ITEM	CONSIDERAÇÕES
1.1 Leiturabilidade	A
1.2 Qualidade dos conceitos apresentados no texto	A
1.3 Adequação da linguagem ao perfil do leitor	A
1.4 Legibilidade e visualização das ilustrações	A
1.5 Ilustrações corretas e atualizadas, voltadas a compreensão	A
1.6 Informações atualizadas e localizadas corretamente	A
1.7 Apresentação de glossário e de leituras complementares	C

2ª Categoria: Conteúdo (Coerência teórico-metodológica no conteúdo, ausência de erros conceituais, exercícios e nas atividades propostas)

ITEM	CONSIDERAÇÕES
2.1 Identifica os campos da disciplina	A
2.2 Campo que recebe maior e menor ênfase,	CRISTÃO

ITEM	CONSIDERAÇÕES
2.3 Articulação entre campos	C
2.4 Coerência entre a ênfase dos conteúdos com a série a que se destina	A
2.5 Adequação dos conteúdos	A
2.6 Contribui para a cidadania	A
2.7 Expressa preconceito	C
2.8 Expressa doutrinação	A
2.9 Expressa publicidade	C
2.10 Relaciona os conteúdos com as experiências e conhecimentos prévios dos estudantes	A

3ª Categoria: Exercícios

ITEM	CONSIDERAÇÕES
3.1 Linguagem é clara e objetiva,	A
3.2 Abordagem dos exercícios,	A
3.3 Atividades relacionadas a outros componentes curriculares	B
3.4 Iniciação de outros recursos didáticos	B
3.5 Texto das explicações é acessível para os alunos	A
3.6 Atividades se preocupam em ajudar o aluno a entender o texto das lições	A
3.7 Estão coerentes com o conteúdo	A
3.8 Focalizam situações que valorizem os diferentes pontos de vista	B
3.9 Enunciados apresentados de forma clara	A
3.10 Apresenta exercícios com conteúdos irrelevantes e com pouca exigência	C
3.11 Favorecem a formação do pensamento (reflexão)	A
3.12 Estimulam a observação	C
3.13 Estimulam a investigação	C
3.14 Estimulam a análise	B
3.15 Estimulam a síntese	C
3.16 Estimulam a generalização	C

4ª Categoria: Manual do professor

ITEM	CONSIDERAÇÕES
4.1 Contribui o suficiente para um melhor uso do material	A
4.2 Explicita os pressupostos teóricos-metodológicos em que se baseiam	A
4.3 Descreve a organização interna da obra e orienta o docente em relação ao seu manejo	A
4.4 Metodologia emprega a memorização e aprendizagem mecânica de conteúdos	A
4.5 Indica e discute, no caso de exercícios e atividades, as respostas esperadas	B
4.6 Propõe atividades que tragam risco aos alunos e professores	C
4.7 Orienta para a articulação dos conteúdos com outras áreas do conhecimento	B
4.8 É constituído e acrescido por textos, atividades e propostas em relação ao livro do aluno	B

5ª Categoria: Princípios Éticos e a Educação para Cidadania

Atende ao disposto nas Leis:

- 9.795/99 Meio Ambiente
- 10.639/03 História e Cultura Afro
- 11.645/08 História e Cultura dos Povos Indígenas
- 13.381/01 História do Paraná

ITEM	CONSIDERAÇÕES
5.1 Incentiva o consumo de produtos (publicidade de artigos, serviços ou organizações comerciais)	C
5.2 Utiliza o material como veículo de publicidade e difusão de marcas	C
5.3 Faz doutrinação religiosa ou política	A
5.4 Veicula idéias que promova desrespeito ao meio ambiente	C
5.5 Veicula proposta de ensino conforme um contexto real	B
5.6 Veicula proposta de ensino de relevância social	A
5.7 Veicula proposta de ensino rica conceitualmente para os entendimentos das explicações científicas	B

4.5 LIVRO PROJETO EMAÚS

O livro Projeto Emaús: Ensino Religioso, sexto ano, foi uma obra coletiva organizada pela Edições SM, que contou com a consultoria de Dalcides Biscalquin, mestre em Comunicação, apresentador de rádio, TV e ex-padre. Isso pode indicar que essa figura pública, e o seu trabalho junto ao público, seja uma estratégia para conquistar o espaço no mercado brasileiro.

A empresa Edições SM está no país desde 2004, e tem um trabalho ligado aos valores de *cercania*⁴, inovação e responsabilidade. Além do livro didático propriamente dito, a SM coloca a disposição uma versão digital dirigida ao aluno, e, além disso, “orientações didáticas exclusivas para os docentes, [...], objetos educacionais digitais, planos de aula, módulos de comunicação e sugestões de como integrar esses recursos ao dia a dia da sala de aula” além de apoiar efetiva e continuamente os docentes, e um canal voltado à formação e reflexão sobre educação (SM, s.d.).

Seus livros têm presente uma proposta filosófica que objetiva a “formação em valores que fundamentam a prática da cidadania” (SM, s.d.). As editoras do Grupo SM mantêm a Fundação SM (criada em 1977) que tem o objetivo de “levar educação formal e cultura a grupos sociais economicamente desfavorecidos” (SM, s.d.). Esta editora tem vínculo com a congregação Marianista da Espanha.

A apresentação da obra dirigida aos “Caros Alunos” foi assinada pelo Arcebispo de São Paulo Cardeal Odilo Pedro Scherer, e se configura como aval de um importante líder católico para a obra. Na contracapa está indicado que os assuntos do livro “foram desenvolvidos justamente com o foco na vida e nos ensinamentos de Jesus”. Tudo isso poderia indicar que o conteúdo do livro tivesse optado exclusivamente pelo viés confessional, porém a análise do material traz estratégias interessantes para o estudo das religiões na escola que prima pelo Ensino Religioso fenomenológico.

Quanto à materialidade ele tem formato de revista (21 x 28 cm) com 120 páginas no miolo incluídas as 16 dedicadas ao professor ao final da obra. Seu

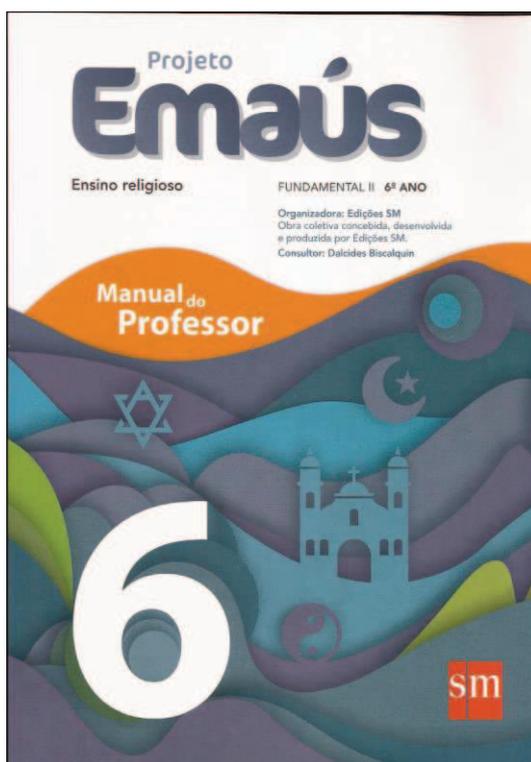
⁴ Não foi possível estabelecer o significado para *cercanias*, com segurança. De acordo com o dicionário Michaelis Espanhol online: significa *sf* Cercania, vizinhança, arredores, adjacências, redondezas, imediações..

arranjo gráfico indica um trabalho detalhado (nas estratégias usadas com relação a textos e imagens), e traz como resultado de pesquisa a riqueza de diferentes religiões.

As estratégias de destaque para a seção de Atividades, com a utilização padronizada de cores torna intuitivo o uso e dirige o olhar para sua efetivação. As figuras e fotos coloridas de excelente qualidade e a fonte (letra) utilizada facilitam a leitura, ou seja, contribuem com a leiturabilidade.

A capa apresenta formas curvilíneas de diferentes cores e traz símbolos e imagens que remetem a religião. Possivelmente, além da sensação de movimento, os autores deste design, propõem a ideia de fluidez, tão necessária para quem se propõe a refletir sobre a temática

Figura 17 - Capa do livro Projeto Emaús



Fonte: Biblioteca Wolfgang Gruen

No sumário são apresentados nove capítulos e a surpresa é que deste total sete tratam sobre diferentes religiões, com riqueza de texto e detalhes, numa dinâmica que torna possível pensar a Educação vinculada aos caracteres culturais de diferentes religiões.

Nos dois capítulos que se dedicam à fé cristã há uma predominância de caracteres católicos, o que confirma as informações da apresentação e contracapa. Também vale destacar que quando trata de indígenas o material insere textos de tribos brasileiras além de informações de indígenas de outros locais do mundo.

As imagens atuais e muito diversificadas podem propiciar a construção de conceitos desta criança, em nível do real, pois sua atualidade facilita vê-las como parte do cotidiano, conforme apresentado diariamente nos televisores, computadores, etc. A apresentação de uma pluralidade de etnias confere ao trabalho um valor imensurável.

No texto da apresentação há duas chamadas para a interação, pois “junto com professores e colegas” e depois novamente “junto com seus colegas”, característica que se confirma ao longo do trabalho por meio de exercícios que trazem o debate como fórmula para construir coletivamente as respostas. Assim as interações, importantes em especial para a faixa etária, são promovidas ao longo da obra. As atividades propostas são, em sua grande maioria, para serem realizadas em outro suporte que não o próprio livro (caderno, folhas e outros).

As análises das informações apresentadas nos textos, da forma como são propostas, consideram alta a capacidade de abstração das crianças entre 10 e 11 anos de idade, cujos desafios podem prepará-las para explorar operações mentais no nível do possível, ou seja, acima do que se afere à idade. Um exemplo disso está nos procedimentos propostos para “saber com rigor científico o que é uma religião” (2013, p. 59) com a indicação de um exercício em que se propõem computar as informações, inclusive sendo indicada a utilização da tabela em outros capítulos para analisar diferentes religiões.

O livro explicita sua motivação em oferecer subsídios para que a criança elabore seu conhecimento de forma científica e autônoma tanto quanto possível. Isso pode se confirmar na pluralidade das informações, na densidade com que são apresentadas e nos verbos recorrentemente utilizados nos exercícios: discuta, comente, relacione e analise.

Os exercícios em grande medida contribuem para que sejam feitas sínteses do conhecimento abordado no capítulo, exigindo a capacidade das crianças para a leitura dos textos e o estabelecimento de relações. O uso de tecnologias da

informação também é considerado como forma de exercício, pois há indicação de pesquisas feitas através da internet (idem, p. 48), além disso, há indicação para utilização de jornal (idem, p. 92), mapas (idem, p. 35) e gráficos.

Figura 18 - Exercício de Pesquisa para diferentes Religiões

Religião		
Elementos religiosos	Questões	Conclusões
Deus	<ul style="list-style-type: none"> – Que imagem essa religião tem de Deus? – A divindade: <ul style="list-style-type: none"> • é uma força superior? • está ligada a alguma força natural? • é um ser pessoal? 	
Mediações	<ul style="list-style-type: none"> – Existe algum livro que reúna os relatos dessa religião? Quais são as narrativas e os mitos mais representativos? – Quais são as personagens mais importantes desses relatos? 	
• Ritos	– Quais são os ritos, as celebrações e as festas mais importantes?	
• Oração	<ul style="list-style-type: none"> – Qual é a importância dada à oração? – Quais são as orações mais representativas? 	
• Moral	– Quais são as principais normas de conduta propostas?	
Atitude religiosa	– Como se manifesta a relação com Deus nessa religião?	

Fonte: SM, 2013, p. 59

No início de cada capítulo a equipe de autores destaca “o que queremos” e “como faremos” e expõe os objetivos e as estratégias daquele conteúdo a ser abordado, envolvendo o aluno como protagonista nessa formação, pois ele sabe o que se pretende com o estudo daquele capítulo. Destaque-se a estratégia de “estar junto com” que se confirma através dos exercícios propostos em 1ª pessoa do plural, com poucas situações onde a insígnia dos exercícios inclui somente o aluno na operacionalização do mesmo.

As oportunidades de discussão, e, portanto de aprofundamento podem ser ampliadas com a participação de outros adultos (famílias, outros profissionais da escola, etc.) possibilitando que as crianças testem, investiguem e questionem o ensinamento dos adultos, elaborando e personificando os conceitos aprendidos. O envolvimento da comunidade de fé familiar ou religiosa não aparece, e isso pode ser um limitador dos momentos de partilha com adultos, o que contribuiria para a construção da identidade pessoal, identidade coletiva e o enriquecimento da vida.

As crianças dessa faixa etária buscam momentos para verbalizar o pensamento falando a respeito de sua experiência pessoal (FOWLER, 1992), e nisso é minimizado no material. Porém a estrutura didático-pedagógica, com a maneira escolhida para explorar os conteúdos e os direcionamentos no Manual do professor indicam que isto, o relato da experiência pessoal, não é o objetivo do livro, a tal ponto que os autores afirmam que “o que mais importa, no processo ensino-aprendizagem, é estimular os alunos a refletirem e questionarem fatos, ideias, princípios e dogmas, a fim de formarem sua própria visão de mundo” (SM, 2013, pg. 3 – Manual do Professor). Outra ausência é o uso do desenho da criança como forma de expressão, talvez por conta da racionalidade e cientificidade pretendida nos processos de aprendizagem adotados no livro.

A cultura religiosa de uma diversidade de religiões é tratada de forma a enriquecer o conhecimento de mundo das crianças, apesar disso os dois capítulos dirigidos ao ensino confessional, e a indicação de uso/contato com a Bíblia, seria uma forma de apoiar o ensino de uma religião em espaço público, o que contraria o preceito de laicidade.

Com relação ao Instrumento 1, e os critérios baseados no PNLD (2014), a leiturabilidade do material está relacionada ao tamanho, desenho e espaçamento das letras, palavras e linhas; o formato, a dimensão e a disposição dos textos em cada página; além da qualidade das ilustrações, e, é possível aferir que o material é legível, atual e apropriado para a série destino, além de apresentar muitos conceitos adequados ao proposto didaticamente, é apresentado graficamente de modo a ampliar as possibilidades de entendimento dos estudantes. Percebeu-se a necessidade de um glossário e a inclusão de sugestão de leituras complementares no livro do estudante.

O segundo quesito de análise, a coerência teórico-metodológica com relação ao conteúdo em si, apresentou ausência de erros conceituais nos textos, exercícios e atividades propostas.

Foi identificado como campo de maior ênfase o ensino cristão, porém há articulação com outras esferas religiosas; e os conteúdos são adequados. Além disso, há uma contribuição efetiva para a cidadania, não apresentando preconceito

ou publicidade, e o material apresenta relações com os conhecimentos prévios e experiências dos estudantes.

A respeito dos exercícios dos livros didáticos, outra categoria de avaliação, foi estimado que a linguagem utilizada é acessível aos estudantes, clara e objetiva, auxiliando o entendimento do texto das lições, portanto apresentando coerência com o conteúdo proposto, além de buscar a vinculação com outros componentes curriculares e recursos didáticos.

Através dos exercícios é perceptível a valorização de diferentes pontos de vistas, favorecendo a reflexão, a observação, a investigação, a análise e a síntese no nível apropriado de exigência para sua execução.

No Manual do professor, quarta categoria avaliativa, houve ponderação a respeito dos pressupostos e a operacionalização do uso do livro didático em sala.

Os pressupostos teórico-metodológicos estão explícitos e existe articulação dos conteúdos com outras áreas do conhecimento, sendo observadas as sugestões de acréscimos de textos, atividades e outras abordagens complementares ao livro do estudante, auxiliando o docente com relação ao manejo do material em sala de aula. O material minimiza a memorização e aprendizagem mecânica de conteúdos, não apresentando a resposta dos exercícios, e indica maneiras de promover o diálogo e o posicionamento dos estudantes.

Avaliar os princípios éticos e o direcionamento do material para uma educação visando a cidadania foi a quinta e última categoria de avaliação. Foram observados aspectos correlacionando a temática com o meio ambiente e a religiosidade dos indígenas, porém existe carência em valorizar a cultura dos povos africanos.

Não foi localizado incentivo ao consumo e difusão de marcas, tanto de produtos, serviços, organizações, etc., nem aspectos de doutrinação política, levando em conta o contexto real dos estudantes, apresentando relevância social.

INSTRUMENTO 1 – QUESTÕES GERAIS PARA ANÁLISE (PNLD) PROJETO EMAÚS

Classificação:

A	rico	amplo;	
B	apropriado	pertinente	pode ser ampliado;
C	limitado	restrito	inexistente.

1ª Categoria: identificação do livro/ estruturação gráfica (autor, editora, ano de publicação, ano escolar)

ITEM	CONSIDERAÇÕES
1.1 Leiturabilidade	A
1.2 Qualidade dos conceitos apresentados no texto	A
1.3 Adequação da linguagem ao perfil do leitor	B
1.4 Legibilidade e visualização das ilustrações	A
1.5 Ilustrações corretas e atualizadas, voltadas a compreensão	A
1.6 Informações atualizadas e localizadas corretamente	A
1.7 Apresentação de glossário e de leituras complementares	C

2ª Categoria: Conteúdo (Coerência teórico-metodológica no conteúdo, ausência de erros conceituais, exercícios e nas atividades propostas)

ITEM	CONSIDERAÇÕES
2.1 Identifica os campos da disciplina	A
2.2 Campo que recebe maior e menor ênfase,	CRISTÃO
2.3 Articulação entre campos	C
2.4 Coerência entre a ênfase dos conteúdos com a série a que se destina	B
2.5 Adequação dos conteúdos	A
2.6 Contribui para a cidadania	A
2.7 Expressa preconceito	C
2.8 Expressa doutrinação	A
2.9 Expressa publicidade	C
2.10 Relaciona os conteúdos com as experiências e conhecimentos prévios dos estudantes	A

3ª Categoria: Exercícios

ITEM	CONSIDERAÇÕES
3.1 Linguagem é clara e objetiva,	A
3.2 Abordagem dos exercícios,	A
3.3 Atividades relacionadas a outros componentes curriculares	A
3.4 Iniciação de outros recursos didáticos	C
3.5 Texto das explicações é acessível para os alunos	A
3.6 Atividades se preocupam em ajudar o aluno a entender o texto das lições	A
3.7 Estão coerentes com o conteúdo	A
3.8 Focalizam situações que valorizem os diferentes pontos de vista	B
3.9 Enunciados apresentados de forma clara	A
3.10 Apresenta exercícios com conteúdos irrelevantes e com pouca exigência	C
3.11 Favorecem a formação do pensamento (reflexão)	A
3.12 Estimulam a observação	A
3.13 Estimulam a investigação	A
3.14 Estimulam a análise	A
3.15 Estimulam a síntese	A
3.16 Estimulam a generalização	A

4ª Categoria: Manual do professor

ITEM	CONSIDERAÇÕES
4.1 Contribui o suficiente para um melhor uso do material	A
4.2 Explicita os pressupostos teóricos-metodológicos em que se baseiam	A
4.3 Descreve a organização interna da obra e orienta o docente em relação ao seu manejo	A
4.4 Metodologia emprega a memorização e aprendizagem mecânica de conteúdos	B
4.5 Indica e discute, no caso de exercícios e atividades, as respostas esperadas	A
4.6 Propõe atividades que tragam risco aos alunos e professores	C
4.7 Orienta para a articulação dos conteúdos com outras áreas do conhecimento	A
4.8 É constituído e acrescido por textos, atividades e propostas em relação ao livro do aluno	A

5ª Categoria: Princípios Éticos e a Educação para Cidadania
Atende ao disposto nas Leis:

- 9.795/99 Meio Ambiente
- 10.639/03 História e Cultura Afro
- 11.645/08 História e Cultura dos Povos Indígenas
- 13.381/01 História do Paraná

ITEM	CONSIDERAÇÕES
5.1 Incentiva o consumo de produtos (publicidade de artigos, serviços ou organizações comerciais)	C
5.2 Utiliza o material como veículo de publicidade e difusão de marcas	C
5.3 Faz doutrinação religiosa ou política	A
5.4 Veicula idéias que promova desrespeito ao meio ambiente	C
5.5 Veicula proposta de ensino conforme um contexto real	A
5.6 Veicula proposta de ensino de relevância social	A
5.7 Veicula proposta de ensino rica conceitualmente para os entendimentos das explicações científicas	B

4.6 LIVRO REDESCOBRINDO O UNIVERSO RELIGIOSO

A coleção redescobrimdo foi uma experiência desenvolvida por professores de uma escola confessional católica fruto de discussões e práticas. O livro seis da Coleção Redescobrimdo, de autoria de Adecir Pozzer, foi publicado em 2011 na cidade de Petrópolis, Rio de Janeiro.

Editora ligada à confessionalidade católica cuja história, de acordo com Paixão e Mira (1998, p. 170), se inicia em 1900 com uma recém descoberta, consertada e explorada impressora Alauzet, dando início a Tipografia da Escola Gratuita São José, constituída dentro de uma cela do convento franciscano na cidade de Petrópolis (RJ). A predecessora da Editora Vozes se dedicava especialmente aos “livros didáticos, mais precisamente às cartilhas” (idem). Em 1907 os padres fundaram a Revista Vozes de Petrópolis, tamanho foi o sucesso que a antiga tipografia passou a ser conhecida apenas por Vozes.

Na década de sessenta a editora ocupava o 37º lugar do mercado brasileiro com 22 títulos publicados (idem) e é apresentada como a sexta principal editora em livros publicados, com 417 títulos, em 1987, (HALLEWELL, 2005, p. 737).

A partir de 1964, direcionou suas publicações para a área de ciências humanas, mas o mercado do livro religioso é que demonstrou após os anos 70 um grande crescimento, tanto que em 1985 ela detinha quase 70% do mercado de livros católicos (PAIXÃO E MIRA, 1998, p. 171). Hallewell indica que a editora “possui uma rede de livrarias e mantém agências em Portugal” (2005, p. 622), talvez essa rede de distribuição seja uma das justificativas para seu sucesso.

A capa do livro apresenta crianças olhando para símbolos religiosos em algo que pode ser um tablet. A faixa colorida ao fundo dá a sensação de movimento. Portanto é possível aferir que a arte sugere atualidade/modernidade na apresentação do material. A carta de apresentação do autor é dirigida ao estudante, e indica que os textos sagrados de diferentes religiões será o tema abordado ao longo do livro, o que se efetiva no material.

A intenção demonstradas pelo livro, por parte dos autores é apresentar caracteres dos textos sagrados, não se aprofundando em nenhuma vertente religiosa.

Figura 19 - Capa do livro Redescobrimdo o Universo Religioso



Fonte: Biblioteca Wolfgang Gruen

As imagens em geral retratam a diversidade, as gravuras são em boa medida limitadas, chapadas, sem grande riqueza de detalhes. As fotos podem dar uma contribuição maior, e além dos caracteres de diferentes religiões traz a diversidade de espaços, étnica e familiar, dando condições de outras possibilidades de desenvolvimento durante uma aula de Ensino Religioso.

Os espaços destinados aos exercícios são parcialmente delimitados, com a utilização de linhas para preenchimento, e destaque-se que linhas mais estreitas,

que as normalmente usadas em um caderno brochura, além de quadros e outros tipos de exercícios como, por exemplo, acróstico (2011, p. 16) que impõe uma dificuldade talvez um pouco acima da capacidade das crianças. Um destaque vai para a quantidade de exercícios do tipo “complete a lacuna”, que estimula a observação e a memorização, porém restringe a reflexão.

Também há propostas em diferentes capítulos para que sejam formados grupos para troca de informações e conversado com os familiares para execução das mesmas, entendendo nisso oportunidades para que seja atendida a necessidade de interação (Piaget) da criança, e também pelo conteúdo da seção Interagindo.

O espaço para testagem e investigação a respeito do ensinamento de adultos é atendido com as inúmeras pesquisas que o texto propõe. A partilha de informações com adultos é efetivada, de modo que possibilita a construção de identidade pessoal, coletiva e o enriquecimento cultural.

Em grande parte da obra os textos respeitam a capacidade de uma criança de sexto ano, com palavras suficientemente conhecidas. Nos casos de palavras específicas de tradições religiosas são utilizados caixas para explicação, mas é escassa a sua ocorrência. O livro não apresenta glossário, o que pode ser um fator dificultador para a aprendizagem.

É possível a construção de conceitos e relações em nível de real, como por exemplo, na apresentação de um manual de automóvel (2011, p. 17). A seção Teia de Ideias traz diferentes estratégias para possibilitar a cognição intrapositional, ou seja a produção de conhecimento através da ação do estudante sobre o meio.

Tendo em vista a diversidade contida na obra, é possível aferir que essa obra poderia ser indicada para utilização numa escola pública. Entretanto a lacuna sentida quanto a abordagem dos exercícios para a criança que não professa nenhuma fé e a ausência de orientação a respeito do currículo formal a ser adotado nas escolas publicas, pode ser um impeditivo para que isto se efetive.

Quanto ao ensino destinado a uma criança atéia foi encontrado um exercício (2011, p. 52) que permite a flexibilidade necessária, pois o enunciado convida: “agora utilizando os ensinamentos de sua crença religiosa ou de outros valores

humanos, escreva o que isto significa na pratica do seu dia a dia”. Este exemplo demonstra ser possível o trabalho com esse foco.

O livro do professor é apresentado em volume separado do livro do aluno, com capa similar ao deste, somente utilizando outras cores. Ele se inicia com um texto de Claudino Gilz, professor e pesquisador ligado ao grupo Bom Jesus, e responde por que estudar o Ensino Religioso se utilizando do pensamento de Boff e Tagore: por ser “uma oportunidade de ater-se à essência do ser humano, ao sentido de sua história em relação à dimensão do ser religioso, presente em seu contexto educacional familiar, escolar e na sociedade” (POZZER, 2011, p. 5 – Livro do Professor). Além disso, Gilz contextualiza o ER na Educação Infantil e Ensino Fundamental e apresenta a proposta didática e metodológica da coleção.

No volume do Professor, há comentários para cada atividade, exceto àquelas que seriam respostas pessoais das crianças, e ainda é oferecido inúmeros links para pesquisa do tema e subsídios sobre as religiões na internet. Além disso, existe uma ampliação das referencias apresentadas no livro do aluno.

Quanto aos critérios de análise, a partir da identificação do livro e sua estruturação gráfica, pertinente a categoria 1 é possível aferir, de maneira geral, que sua impressão é apresentada de forma clara, tanto com relação ao seu arranjo gráfico, quanto com relação aos textos. Exemplo disso é a coerência no uso do destaque negrito para os exercícios e as caixas explicativas ao longo do texto, que contribui para a qualidade de apreensão dos conceitos apresentados.

Com relação às ilustrações de maneira geral se apresentam claras, corretas e atualizadas, ficando um senão com relação as imagens de um templo que se acredita xintoísta (POZZER, 2011, p. 46) e a imagem de um casal de idosos (idem p. 47) a respeito das quais não houve clareza no texto da intenção da imagem, nem explicitação na legenda desta.

Observou-se a necessidade de se formular um glossário, inexistente na obra, tendo em vista a melhor formação das crianças da faixa etária para a qual se destina o material, a saber, crianças recém chegadas do Ensino Fundamental – etapa um, com idade entre 10 e 11 anos, por conta do aprimoramento do vocabulário. Além disso, também se percebeu a lacuna no livro destinado aos estudantes de leituras

complementares, tão necessárias para que diferentes culturas religiosas possam ser exploradas.

A segunda categoria que analisou as questões do conteúdo da obra identificou que a mesma trata a respeito da tradição oral e dos textos sagrados. O campo explorado neste volume apresenta a presença de religiões de diferentes matrizes, havendo uma ênfase imagética e textual da vertente cristã, porém sem formular juízo de valor ou posturas proselitistas.

Os conteúdos se apresentam coerentes com a série escolar a qual se destina, e é possível perceber a adequação destes, além da contribuição para uma formação que não expressa preconceito, doutrinação ou publicidade.

O volume é dividido em unidades e busca relacionar os conteúdos com as experiências e conhecimentos prévios dos estudantes e suas famílias. Uma questão para reflexão é a lacuna no atendimento ao estudante que não professa fé alguma, pois, em geral, os exercícios promovem o relato de como é experienciada a religiosidade, e apenas um dá condição que isso seja diferente.

Os exercícios, terceira categoria de análise, são diversificados e expressos em linguagem clara e objetiva. Notou-se a carência de interligações com outros componentes escolares, como por exemplo, com a Geografia e História, tão possíveis nas questões do Ensino Religioso e Cultura Religiosa.

Alguns ensaios de iniciação de outros recursos didáticos como, por exemplo, pesquisas são indicadas no livro do estudante, porém no material do docente há a indicação de links e materiais que poderiam ser oferecidos diretamente no material destinado aos estudantes, ampliando assim as possibilidades e a autonomia destes.

Os textos explicativos ou enunciados são acessíveis, e as atividades buscam ajudar os estudantes a entender o exposto nas lições, estando coerentes com o conteúdo. De maneira geral, os exercícios buscam valorizar, e poucas vezes levam a reflexão de diferentes pontos de vista, porém é perceptível a pouca exigência no grau de dificuldade para a execução dos mesmos.

Há um equilíbrio entre as questões que promovem o compartilhar das experiências pessoais, reflexão, investigação, análise e síntese. Contudo ainda se nota uma ênfase na memorização dos conteúdos.

O manual do professor, outra categoria de análise, busca descrever e orientar o docente com relação a organização interna da obra e seu manejo, além de contribuir teórica e metodologicamente para a docência, tendo sido observados textos, atividades e outras estratégias sugeridas a fim de complementar o conteúdo do livro do estudante.

Apesar disso se percebe que este material indica boa parte das respostas esperadas, metodologia essa que prioriza a memorização e que pode indicar uma aprendizagem mecânica dos conteúdos, sóebelada na condução do professor que dê condições para debates e discussões a respeito, sem a formulação de juízo de valores.

A quinta categoria de análise que busca refletir a respeito dos princípios éticos e a educação para cidadania, fazendo lembrança as questões étnicas indígenas e africanas, além daquelas ligadas ao meio ambiente, apresentou condições satisfatórias de operacionalização,

Nestes quesitos o livro se mostrou isento de incentivos ao consumo e a doutrinação política ou religiosa, apesar da predominância de textos e imagens cristãs. Não foi percebida uma contribuição significativa dos conteúdos com relação ao entendimento de explicações científicas, cujos conhecimentos religiosos, utilizados em primeira instância para explicação de fenômenos naturais, poderiam remeter aquilo que a ciência veio validar.

Foram veiculadas ideias de respeito ao meio ambiente e aos aspectos étnicos, e em diferentes abordagens o material busca correlacionar a proposta de ensino ao contexto real dos estudantes, e por isso mesmo demonstra relevância.

Apesar de haver uma predominância de conteúdo cristão, uma diversidade de outras religiões são abordadas, portanto o material não se caracterizou como proselitista ou confessional.

INSTRUMENTO 1 – QUESTÕES GERAIS PARA ANÁLISE (PNLD) Redescobindo o Universo Religioso

Classificação:

A	rico	amplo;	
B	apropriado	pertinente	pode ser ampliado;
C	limitado	restrito	inexistente.

1ª Categoria: identificação do livro/ estruturação gráfica (autor, editora, ano de publicação, ano escolar)

ITEM	CONSIDERAÇÕES
1.1 Leiturabilidade	A
1.2 Qualidade dos conceitos apresentados no texto	A
1.3 Adequação da linguagem ao perfil do leitor	A
1.4 Legibilidade e visualização das ilustrações	A
1.5 Ilustrações corretas e atualizadas, voltadas a compreensão	A
1.6 Informações atualizadas e localizadas corretamente	A
1.7 Apresentação de glossário e de leituras complementares	C

2ª Categoria: Conteúdo (Coerência teórico-metodológica no conteúdo, ausência de erros conceituais, exercícios e nas atividades propostas)

ITEM	CONSIDERAÇÕES
2.1 Identifica os campos da disciplina	A
2.2 Campo que recebe maior e menor ênfase,	CRISTÃO
2.3 Articulação entre campos	C
2.4 Coerência entre a ênfase dos conteúdos com a série a que se destina	A
2.5 Adequação dos conteúdos	A
2.6 Contribui para a cidadania	B
2.7 Expressa preconceito	C
2.8 Expressa doutrinação	A
2.9 Expressa publicidade	C
2.10 Relaciona os conteúdos com as experiências e conhecimentos prévios dos estudantes	A

3ª Categoria: Exercícios

ITEM	CONSIDERAÇÕES
3.1 Linguagem é clara e objetiva,	A
3.2 Abordagem dos exercícios,	A
3.3 Atividades relacionadas a outros componentes curriculares	B
3.4 Iniciação de outros recursos didáticos	A
3.5 Texto das explicações é acessível para os alunos	B
3.6 Atividades se preocupam em ajudar o aluno a entender o texto das lições	A
3.7 Estão coerentes com o conteúdo	A
3.8 Focalizam situações que valorizem os diferentes pontos de vista	B
3.9 Enunciados apresentados de forma clara	B
3.10 Apresenta exercícios com conteúdos irrelevantes e com pouca exigência	B
3.11 Favorecem a formação do pensamento (reflexão)	B
3.12 Estimulam a observação	A
3.13 Estimulam a investigação	B
3.14 Estimulam a análise	A
3.15 Estimulam a síntese	A
3.16 Estimulam a generalização	A

4ª Categoria: Manual do professor

ITEM	CONSIDERAÇÕES
4.1 Contribui o suficiente para um melhor uso do material	A
4.2 Explicita os pressupostos teóricos-metodológicos em que se baseiam	A
4.3 Descreve a organização interna da obra e orienta o docente em relação ao seu manejo	A
4.4 Metodologia emprega a memorização e aprendizagem mecânica de conteúdos	B
4.5 Indica e discute, no caso de exercícios e atividades, as respostas esperadas	A
4.6 Propõe atividades que tragam risco aos alunos e professores	C
4.7 Orienta para a articulação dos conteúdos com outras áreas do conhecimento	A
4.8 É constituído e acrescido por textos, atividades e propostas em relação ao livro do aluno	A

5ª Categoria: Princípios Éticos e a Educação para Cidadania

Atende ao disposto nas Leis:

- 9.795/99 Meio Ambiente
- 10.639/03 História e Cultura Afro
- 11.645/08 História e Cultura dos Povos Indígenas

- 13.381/01 História do Paraná

ITEM	CONSIDERAÇÕES
5.1 Incentiva o consumo de produtos (publicidade de artigos, serviços ou organizações comerciais)	C
5.2 Utiliza o material como veículo de publicidade e difusão de marcas	C
5.3 Faz doutrinação religiosa ou política	B
5.4 Veicula idéias que promova desrespeito ao meio ambiente	C
5.5 Veicula proposta de ensino conforme um contexto real	A
5.6 Veicula proposta de ensino de relevância social	A
5.7 Veicula proposta de ensino rica conceitualmente para os entendimentos das explicações científicas	B

4.7 LIVRO TODOS OS JEITOS DE SER

A coleção Todos os Jeitos de Crer pretende “atender ao anseio mundial por paz e tolerância entre as religiões” (INCONTRI, BIGHETO, 2004) com uma proposta de Ensino Inter-religioso, conforme informa o texto da contra capa do livro. Com o uso de seu livro os autores indicam que “o aluno fortalecerá a própria fé” (idem) e verá o que há em comum entre as diferentes religiões, vivenciando o “maior dos princípios éticos já proclamados: o amor ao próximo como a si mesmo”, além de buscar “promover o diálogo inter-religioso, com vistas à interdisciplinaridade, espiritualidade, autonôma do educando”, com vistas à “uma mudança radical da escola tradicional” (idem).

Dora Incontri e Alessandro Bigheto publicaram-no em 2004 pela Editora Ática, cuja origem não está vinculada a alguma instituição católica. A história da Editora Ática tem início no Curso de Madureza Santa Inês, para a educação de jovens e adultos, fundado pelos irmãos Anderson e Vasco Fernandes Dias e Narvaes Filho, no ano de 1956 (ANTONIO, 2013). O volume das publicações (mimeografadas) e a qualidade dos materiais deu condições para o surgimento da Sociedade Editora do Santa Inês (SESIL), que produzia o material didático para o curso (idem).

Em 1965, com a demanda do mercado brasileiro por materiais de qualidade, como eram os da SESIL, formou-se a Editora Ática, publicando os materiais de autoria dos professores do curso de madureza.

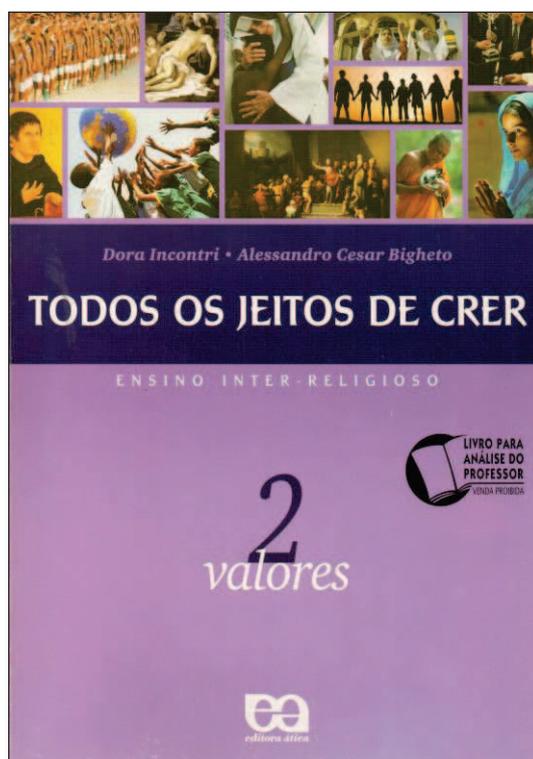
A LDB de 1961 também oportunizou que a Ática fosse beneficiada por ser uma das poucas editoras de livros didáticos e paradidáticos de qualidade (idem), que se consolidou com diferenciais como a coleção Vaga-lume. Na década de 70 esta era uma das editoras citadas como concorrente da Companhia Editora Nacional (HALLEWELL, 2005, p. 168).

Em 1999 Editora Ática que tem sua matriz no Bairro da Barra Funda em São Paulo, foi comprada e tornou-se uma empresa do Grupo Abril. Hallewell a apresenta como a quarta principal editora em número de títulos publicados no ano de 1987 (2005, p. 737), esta também não tem ligação direta com instituições católicas.

O livro que será analisado faz parte da coleção composta por quatro volumes com os seguintes temas: 1 – Vidas, 2 – Valores, 3 – Tradições, 4 – Ideias.

A avaliação se deu com relação ao volume 2 – Valores. Não há uma indicação, nem limitação etária ou indicação para determinado ano escolar, o que torna possível o uso deste material no sexto ano do Ensino Fundamental. Este livro se propõe, em sua apresentação, ao conhecimento das religiões, a liberdade negociada dos encaminhamentos e a interdisciplinaridade. Esta última é afirmada categoricamente pelos autores, pois eles entendem que não se pode “compreender a história e a cultura de um povo sem passar necessariamente pelas ideias e práticas religiosas por eles adotadas (INCONTRI e BIGHETO, 2004, p. 2, manual do professor).

Figura 20 - Capa do livro Todos os Jeitos de Crer



Fonte: Biblioteca Wolfgang Gruen

O livro tem formato de revista (21 x 28 cm), e está dividido em 15 capítulos. Cada capítulo-tema é subdividido abordando textos introdutórios e diferentes vertentes religiosas, além de uma breve contextualização no Brasil e no Mundo, histórias ilustrativas, indicações de filmes e a seção de atividades que de forma variada busca a expressão, argumentação, dramatização, pesquisa, só para citar algumas.

Os autores, ligados à área da Filosofia, estruturaram um caminho que percorre diferentes valores que permeiam as relações, a saber: mandamentos amor, respeito, compaixão, desprendimento, paz, virtudes antigas e cristãs, perdão, só para citar alguns. Tratam no conteúdo de diferentes religiões, com ênfase confessa na cultura judaico-cristã, “pois se trata da tradição cultural em que estamos inseridos” (Incontri e Bigheto, 2009, p. 3 – Manual do Professor), com imagens e textos ricos.

Os capítulos se articulam de forma independente, e há a orientação para que o aluno possa escolher quais capítulos, seções e atividades explorar em cada um deles, de forma negociada, junto ao seu professor e colegas. A maleabilidade da obra, destacada pelos autores na apresentação do livro para a criança e também no manual do professor (2009, p. 5) é um diferencial. Para o professor eles orientam que “as atividades poderão ser escolhidas pelos alunos, individual ou coletivamente” e que “alguns indivíduos ou grupos poderão realizar determinadas atividades; outros se dedicarão às restantes; depois, poderá haver partilha de experiências” (idem). Para efetivação dessa metodologia é necessário um conhecimento mais aprofundado de cada turma, e do potencial de cada criança, tendo em vista a necessidade que todos tenham as mesmas condições de julgar entre a intencionalidade do material e as conseqüências objetivas de suas ações o que pode estar acima da capacidade das crianças (PIAGET).

O livro propõe inúmeros momentos de interação entre as crianças e entre elas e adultos, o que auxilia no processo de construção das identidades, além de propiciar espaço para que os pequenos testem e investiguem o ensinamento de seus pares adultos.

O texto traz a contribuição da filosofia ao longo do texto, e de forma destacada ao abordar a cultura grega, de forma recorrente, na seção “bebendo da

fonte grega”. Apresenta também informações a respeito da fé islâmica, hindu, oriental. Existem lacunas quanto a religiosidade de matriz indígena, sendo cita somente uma oração indígena sioux (idem, p. 170) e a indicação na “sessão de cinema” para que se assista ao filme “Pocahontas” (1995) com a intenção de observar a integração do indígena com a natureza, e além desta também para a vertente afrodescendente. A dificuldade na apresentação das fontes africanas e indígenas é justificada pelos autores “dada a escassez de fontes escritas sobre o assunto” (Incontri e Bigheto, 2009, p. 2 – Manual do Professor).

Também na sessão “bebendo na fonte” o material dispensa um tratamento ao Espiritismo em que autores buscam explicitar os ensinamentos desta religião “com uma abordagem honesta e, tanto quanto possível, completa do Espiritismo” (Incontri e Bigheto, 2009, p. 3 – Manual do Professor) por conta de “figurar como a terceira maior religião aqui adotada” (idem).

Entretanto a segunda maior religião brasileira, o protestantismo é citado algumas vezes *en passant*, como no capítulo 4, que trata a respeito dos mortos. Neste texto há a afirmação de que a recusa dos evangélicos em aceitar as orações pelos mortos tem ligação ao fato de Lutero ter afirmado que não havia purgatório (idem, p. 59), Tal afirmação é questionável, pois em várias teses das suas 95, ele trata do assunto do purgatório não o excluindo, ao contrário descrevendo diferentes aspectos deste, que para Lutero seria tão real quanto o céu ou o inferno.

No capítulo 12, a respeito das relações de trabalho, um dos objetivos apresentado aos professores seria discutir “a importância do trabalho na sociedade capitalista e sua relação com a ética protestante”. Contudo o tratamento dado às informações e a forma como são apresentados indica que para os protestantes calvinistas “o fato de alguém conseguir o progresso material por meio do trabalho é uma evidência de que foi eleito por Deus para a salvação” (idem, 2009, p.153) e ainda a ideia que “o sucesso é uma manifestação de Deus e um sinal de salvação” para essa vertente religiosa (idem). Essas informações podem promover um entendimento diverso daquele da ética protestante calvinista, e consequentemente dificultar o tão necessário acolhimento do diverso.

O direito de não professar qualquer credo pode ser atendido nos traços culturais que os autores apresentam ao longo da obra, que não são conflitantes em

primeira análise com a não crença. É possível aferir que as palavras utilizadas nos textos e exercícios são próximas daquelas utilizadas no universo da criança, e as que impõem alguma dificuldade são abordadas no glossário.

O material apresenta a possibilidade de utilizá-la em uma escola pública, por conta da diversidade contida na obra, contudo cabe reflexão quanto a alguns aspectos dogmáticos que podem influenciar a formação das crianças de modo diverso daquele pretendido, e a ausência das religiosidades das matrizes indígenas e afrodescendentes.

Utilizando o Instrumento 1, a primeira categoria de análise se refere a identificação do livro e sua estruturação gráfica, e é possível perceber que está presente na obra a leiturabilidade tanto com relação aos textos quanto às ilustrações, sendo que estas atendem ao quesito de estarem corretas e atualizadas, e bem referenciadas. A apreensão dos conceitos apresentados é possibilitada pelo tratamento dado as palavras-chave no glossário. Vale destaque para as indicações de leituras complementares, existentes na obra, que demonstra ser possível enriquecer o trabalho.

Com relação aos conteúdos, cujo fio condutor seria a discussão em torno de Valores, está posto no material e também no manual do professor uma proposta interconfessional, nomeada pelos autores de Inter-religiosa, que buscam enriquecer a temática com textos de diferentes matrizes religiosas. Existe uma ênfase no cristianismo, e de forma marcada o catolicismo, fato explicado pelos autores como uma tendência natural e cultural tendo em vista a hegemonia desta religião no país.

Está expresso uma articulação entre diferentes campos do saber, em especial a Ciência, Filosofia e História, e a guisa de exemplo há uma indicação para que o docente faça a discussão com seus estudantes a respeito da distinção das palavras seção e sessão, auxiliando, portanto a formação em Língua Portuguesa.

A forma como o material é apresentado aos estudantes sugere uma autonomia negociada dos encaminhamentos, e não engessa o uso do material em uma ordem preestabelecida, devendo ser percorrido em consenso com o docente e os outros estudantes. Os conteúdos podem contribuir para a formação não expressando preconceito, ao buscar o diálogo entre diferentes religiões. Percebe-se recorrentes questões envolvendo o trabalho, a exploração entre as classes e a

transformação social, inclusive com relação à ocupação improdutiva de terras e reforma agrária, algo muito peculiar desta obra.

O volume é dividido em 15 capítulos que buscam levar em conta os conhecimentos e experiências do estudante e sua comunidade. Algumas temáticas levantadas têm o amparo de textos de filósofos e educadores renomados, sendo possível contemplar assim um estudante não religioso.

A terceira categoria de análise está focada nos exercícios do livro. Em sua maioria se trata de perguntas e respostas, sem o objetivo de atingir a resposta certa ou errada. Alguns exercícios sugerem trabalhos coletivos, análise de filmes, pesquisas e entrevistas. A formulação destes é diversificada e expressos em linguagem clara e objetiva.

Os textos que explicitam a proposta de cada atividade são acessíveis e o mote do diálogo em sala, provocado pelas perguntas, pode demonstrar o nível de entendimento do conteúdo, pois alcançam sucesso no quesito compartilhar experiências, fugindo do modelo de memorização dos conteúdos. De certa forma, tendo em vista a liberdade em responder/posicionar-se ou não, por parte dos estudantes, torna os exercícios de pouca ou nenhuma exigência em sua execução. Também não se percebe grandes desafios nas questões que envolvam investigação, análise e síntese.

Outra categoria de análise é voltada ao manual do professor. Este manual, na forma que está disposto, pode contribuir teórica e metodologicamente para a docência, e suficientemente para o melhor uso do material, orientando o uso do livro do estudante. Há uma propensão para a liberdade, explicitada pelos autores, apresentando minimamente as respostas esperadas das atividades, o que rebate qualquer a ideia de atividades que priorizem a memorização. As leituras complementares, sugestão de links e livros podem se mostrar auxiliares de valor para o fazer pedagógico.

Os princípios éticos e a educação para cidadania compõem a quinta categoria de análise e fazem menção às questões étnicas indígenas e africanas e àquelas relacionadas ao meio ambiente. A operacionalização nestes quesitos se mostrou frágil e superficial em especial quanto a apresentação em dois momentos diferentes correlação com indígenas norte-americanos.

As imagens a respeito das religiões africanas tiveram pouquíssimas ligações com a religiosidade em si, apresentando somente em dois pontos diferentes do texto conteúdo a respeito.

Exceto pela ênfase ao cristianismo católico e ao espiritismo, o livro de maneira geral, se mostrou isento de incentivos a doutrinação religiosa. Ainda com a prevalência de textos e imagens a respeito das questões sociais, do trabalho e da exploração do ser humano, há que se ponderar que, por conta de se tratar da formação de valores é muito possível que se tenha dado um enfoque privilegiado a estas questões.

Também foi percebido atenção a questões a respeito da violência contra a mulher, com relação aos idosos e quanto ao aborto, além da responsabilidade quanto ao meio ambiente.

INSTRUMENTO 1 – QUESTÕES GERAIS PARA ANÁLISE (PNLD) TODOS OS JEITOS DE CRER

Classificação:

A	rico	amplo;	
B	apropriado	pertinente	pode ser ampliado;
C	limitado	restrito	inexistente.

1ª Categoria: identificação do livro/ estruturação gráfica (autor, editora, ano de publicação, ano escolar)

ITEM	CONSIDERAÇÕES
1.1 Leiturabilidade	A
1.2 Qualidade dos conceitos apresentados no texto	A
1.3 Adequação da linguagem ao perfil do leitor	A
1.4 Legibilidade e visualização das ilustrações	A
1.5 Ilustrações corretas e atualizadas, voltadas a compreensão	A
1.6 Informações atualizadas e localizadas corretamente	A
1.7 Apresentação de glossário e de leituras complementares	A

2ª Categoria: Conteúdo (Coerência teórico-metodológica no conteúdo, ausência de erros conceituais, exercícios e nas atividades propostas)

ITEM	CONSIDERAÇÕES
2.1 Identifica os campos da disciplina	A
2.2 Campo que recebe maior e menor ênfase,	A
2.3 Articulação entre campos	A
2.4 Coerência entre a ênfase dos conteúdos com a série a que se destina	A
2.5 Adequação dos conteúdos	A
2.6 Contribui para a cidadania	A
2.7 Expressa preconceito	C
2.8 Expressa doutrinação	C
2.9 Expressa publicidade	C
2.10 Relaciona os conteúdos com as experiências e conhecimentos prévios dos estudantes	A

3ª Categoria: Exercícios

ITEM	CONSIDERAÇÕES
3.1 Linguagem é clara e objetiva,	A

ITEM	CONSIDERAÇÕES
3.2 Abordagem dos exercícios,	A
3.3 Atividades relacionadas a outros componentes curriculares	C
3.4 Iniciação de outros recursos didáticos	B
3.5 Texto das explicações é acessível para os alunos	A
3.6 Atividades se preocupam em ajudar o aluno a entender o texto das lições	A
3.7 Estão coerentes com o conteúdo	A
3.8 Focalizam situações que valorizem os diferentes pontos de vista	B
3.9 Enunciados apresentados de forma clara	A
3.10 Apresenta exercícios com conteúdos irrelevantes e com pouca exigência	C
3.11 Favorecem a formação do pensamento (reflexão)	A
3.12 Estimulam a observação	A
3.13 Estimulam a investigação	A
3.14 Estimulam a análise	A
3.15 Estimulam a síntese	A
3.16 Estimulam a generalização	A

4ª Categoria: Manual do professor

ITEM	CONSIDERAÇÕES
4.1 Contribui o suficiente para um melhor uso do material	A
4.2 Explicita os pressupostos teóricos-metodológicos em que se baseiam	A
4.3 Descreve a organização interna da obra e orienta o docente em relação ao seu manejo	A
4.4 Metodologia emprega a memorização e aprendizagem mecânica de conteúdos	C
4.5 Indica e discute, no caso de exercícios e atividades, as respostas esperadas	A
4.6 Propõe atividades que tragam risco aos alunos e professores	C
4.7 Orienta para a articulação dos conteúdos com outras áreas do conhecimento	A
4.8 É constituído e acrescido por textos, atividades e propostas em relação ao livro do aluno	A

5ª Categoria: Princípios Éticos e a Educação para Cidadania

Atende ao disposto nas Leis:

- 9.795/99 Meio Ambiente
- 10.639/03 História e Cultura Afro
- 11.645/08 História e Cultura dos Povos Indígenas
- 13.381/01 História do Paraná

ITEM	CONSIDERAÇÕES
5.1 Incentiva o consumo de produtos (publicidade de artigos, serviços ou organizações comerciais)	C
5.2 Utiliza o material como veículo de publicidade e difusão de marcas	C
5.3 Faz doutrinação religiosa ou política	A
5.4 Veicula idéias que promova desrespeito ao meio ambiente	C
5.5 Veicula proposta de ensino conforme um contexto real	A
5.6 Veicula proposta de ensino de relevância social	A
5.7 Veicula proposta de ensino rica conceitualmente para os entendimentos das explicações científicas	B

4.8 RESULTADOS OBTIDOS

Foram empreendidas duas formas diferentes para análise dos livros. Uma com a apropriação dos critérios apresentados no Guia de Livros Didáticos 2015 (BRASIL, 2014), utilizados para a criação do Instrumento 1. Usar este instrumento possibilitou uma visão global da forma como os impressos se configuram enquanto destinados à uma disciplina escolar, em comparação a outras da Educação Básica,

por utilizar os mesmos quesitos avaliativos empregados para escolha de Livros Didáticos para uso na escola.

Outra metodologia adotada, de abordagem mais flexível, e, portanto mais ligada à pesquisa em História Cultural, foi efetivada com leitura e observação destituídas de uma sistematização mais rígida, considerando os pressupostos para o Ensino Religioso na atualidade, examinando cada obra, autores e editoras, em sua materialidade, leiturabilidade, qualidade e outras contribuições e limitações. Além disso, também foram considerados os aspectos de desenvolvimento cognitivo, religioso e outras necessidades das crianças com base em PIAGET e FOLWER.

Foi constatado, no início das análises que não seria possível aplicar o critério relativo ao atendimento à Lei 13.381/01, que orienta a obrigatoriedade do ensino de conteúdos da disciplina História do Paraná, tendo em vista serem as publicações de alcance nacional e não estadual.

De maneira geral as duas estratégias diferentes, no entrecruzamento dos dados validaram as conclusões, que são apresentadas a seguir, possibilitando ampliar a visão quanto ao papel desempenhado pelos livros didáticos na construção do Ensino Religioso, enquanto disciplina escolar, revelando aspectos ligados à cultura religiosa e outros.

Olhando para as necessidades das crianças, foi identificada em apenas um dos livros a utilização de outros espaços na escola para realização de atividades. Esse fator pode tornar as aulas mais atrativas, além de demonstrar o respeito pela necessidade que crianças dessa idade têm em movimentar-se e interagir, também com diferentes ambientes.

A maioria dos livros indica o uso de alguma mídia ou tecnologia da informação (filme, internet, jornal e outros) no desenvolvimento de suas atividades. Esta posta a naturalidade desta geração, em especial dos nascidos a partir do ano 2000, com equipamentos e ferramentas de tecnologia e informação, por isso percebe-se que o uso desse ferramental pode ser ampliado, tendo em vista a disposição natural das crianças e a democratização e disponibilidade da informação via digital. Nesse sentido cabe destacar a escassez de indicação e conseqüentemente uso de recursos como jogos em meio virtuais, de forma a explorar o lúdico e respeitar os interesses da criança.

Em nenhum dos materiais foram observadas atividades lúdicas que envolvessem jogos e brincadeiras individuais, em pares ou coletivas. É como se essa criança, que acaba de chegar do Ensino Fundamental 1, deixasse de necessitar de jogos e brincadeiras, do movimento e das possibilidades que esses meios de expressão e de construção de experiências e conhecimentos significativos podem oportunizar.

Existe uma lacuna com relação ao glossário nas obras, como possibilidade de dirimir dúvidas das crianças, a fim de fomentar a autonomia, que deve ser estimulada nessa fase etária, além do hábito pela busca do conhecimento. Apenas duas obras apresentam glossário e a coleção Redescobrimo o Universo Religioso (POZZER, 2011), obra de caráter fenomenológico, se utiliza de caixas de texto ao longo dos capítulos que procuram explicitar o significado de algumas palavras. Nesta obra também foi percebida a necessidade de uma melhor legenda nas imagens, correlacionando-as de forma mais clara aos conteúdos.

Outra ausência sentida tem relação com as orientações quanto aos critérios de avaliação da aprendizagem, com somente um dos livros abordando esse aspecto. Isso é abordado no material Todos os jeitos de crer (2004). A avaliação ligada a visão do desenvolvimento global é demonstrada, pois o processo é baseado em “produções individuais e coletivas, como textos, poemas, quadros, peças de teatro, etc.” (2004, p. 8 Manual do Professor). Tendo em vista ser o objetivo da obra a alteridade, talvez a participação e contribuição coletiva seja mesmo o melhor caminho, conforme explicam os autores.

No material existe a orientação para que a avaliação “seja feita com base nas atitudes despertadas e na produção realizada, afinal atitudes como interesse, participação, empenho devem ser valorizadas” (idem). Entretanto este é um critério um tanto subjetivo para avaliação pedagógica tendo em vista o tempo exíguo destinado às aulas do Ensino Religioso, que via de regra é de apenas uma hora semanal.

Outra ampliação possível dos recursos didáticos, cuja ausência os livros denunciam, são outras abordagens artísticas da religiosidade, pouco exploradas, como por exemplo: música, dança, pintura, escultura, teatro, literatura, cinema,

fotografia e arte digital, que as religiões utilizam para expressão de forma tão diversa quanto é a sociedade brasileira.

Também a utilização de obras de arte, que não de cunho religioso, é outra carência percebida nos materiais, é uma possibilidade de ampliação nos conteúdos a fim de que seja desenvolvido o repertório cultural das crianças, podendo inclusive influenciar interações significativas entre as pessoas em sala de aula e que talvez venham a alcançar outros lugares de convívio das crianças.

É necessário incluir assuntos que correlacionados com a vida cotidiana real e com outras disciplinas, de forma a promover o conhecimento, a alteridade e o respeito a diferentes pontos de vista. Além de ser possível ampliar a cultura dos estudantes, pois “cultura não é um nível à parte do todo social, e sim o todo das relações (econômicas ou sociais, etc.)” (Chartier, 2002, p. 59), formando para a dimensão prática da vida. Com relação aos saberes de diferentes componentes curriculares, como por exemplo, a história, a geografia, a língua portuguesa e a contribuição da literatura, é preciso refletir para a interdisciplinaridade que é tanto possível quanto necessária.

Escassas oportunidades abordaram questões sociais, do trabalho, da pobreza e das relações do homem do campo. Como aspectos da vida social, e que, assim como questões de gênero, das mulheres, à orientação sexual, aos idosos, questões étnicas e o tratamento dado às crianças, dentre outros, tem ligação com as religiosidades considera-se importante, útil e urgente a alusão destes tópicos para a melhor formação dos estudantes.

Nos livros analisados outro ponto importante é a ausência de questões intencionalmente planejadas que envolvam, acolham e respeitem a criança que opta pela não crença. Atender uma criança atea ou agnóstica não demonstra ser um aspecto considerado.

É marcante o silêncio quanto a existência de ateus nas salas de aulas, com ausência de conteúdo que os considere, e quando não, um mínimo de alternativas para discussão e exercícios. Em três livros foram encontrados alguns (poucos) exercícios que consideravam outras fontes para resposta que não a religião de origem, citando a família e outros meios. Buscar outra fonte de pesquisa ou respostas, que não a religião, deve ser encarada por autores e editores como uma

das formas de contemplar a criança que não desenvolveu um sistema pessoal de crença, oportunizando o acolhimento e a naturalidade desta opção.

Essa questão urge ser enfrentada, tendo em vista existir a opção legal pela frequência ou não das aulas do Ensino Religioso. Sendo considerado o aparato cultural cujo conhecimento o fenômeno religioso contribui, é de se planejar a forma como ampliar o horizonte científico e de pesquisa da criança, e assim possivelmente mais crianças podem optar pelo caminho de conhecimento culturalmente construído, independente da forma como optam em crer.

Em grande parte os conteúdos se apresentam corretos e coerentes, contudo alguns pontos foram discernidos através das análises, como na obra de Carniato *A Religião no Mundo*, que apresenta uma generalização passível de questionamento, ao atribuir aos evangélicos as palavras “Aleluia, irmão” sendo palavras que expressam “convite que irmãos e irmãs evangélicos fazem uns aos outros para o louvor a Deus” (2009, p 26), com relação a “palavras sagradas de saudação”. Isso pode ser revisto, assim como outras obras detalhados no capítulo de análise do material. Contudo, especificamente, este material contribui de forma especial, ao apresentar a religiosidade indígena brasileira, o mito de origem do monte Roraima, relatando a tradição dos índios Macuxis (idem, p. 24), dando pistas para as possibilidades do trabalho com a religiosidade de tribos indígenas brasileiras.

Ainda que a maioria das publicações apresente conteúdos relativos aos cuidados com relação ao meio ambiente (Lei Federal 9795/99), não foi percebida a correlação religião e natureza de forma marcante, talvez por conta da lacuna da contribuição dos conhecimentos desenvolvidos pelas religiões indígenas e afrodescendentes.

Enquanto disciplina escolar, em atendimento a LDB (9394/96 e 9475/97) além de outras considerações do Conselho Nacional de Educação, deve atender a diversidade cultural, religiosa e étnica do contexto escolar brasileiro, considerando os pressupostos da fenomenologia das religiões e a pluralidade destas. Em especial deve abordar os caracteres das confissões religiosas indígenas e afrodescendentes, reforçadas por leis específicas (Leis Federais nº 10639/2003 e 11645/2008) e, além disso, considerar a necessidade e capacidade de cada criança, inclusive daquelas que optam pela não crença.

Nesse aspecto, ao refletir a história das editoras foi observado que Paulinas, FTD, Pax, SM e Vozes são ligadas ao catolicismo de diferentes formas, e somente as editoras Scipione e Ática não o são. Isso revela que a hegemonia católica no campo editorial ainda se faz presente, ao menos para a produção voltada ao Ensino Religioso, o que pode influenciar a construção da disciplina, remetendo para o conceito de diferentes lugares sociais de fala (Certeau). Fato que pode ser justificado pela função histórica das instituições católicas junto a Educação nacional.

Na análise dos conteúdos (Bardin) ficou demonstrado que das cinco editoras “católicas” somente uma dedicou seu material integralmente para a sua confissão, e as outras abordaram em seus materiais diferentes vertentes religiosas. Isso indica uma busca pela adequação dos materiais à área educacional, e suas leis em detrimento a buscar vantagens para sua profissão de fé, atitude demonstrada nos materiais de décadas anteriores.

Portanto, ainda que cinco editoras sejam ligadas ao catolicismo, com produção dirigida para as escolas particulares, e por vezes confessionais católicas, se percebe um avanço no sentido de produzir materiais que contemplem a diversidade religiosa. Dos sete livros analisados, somente dois mantêm o ensino exclusivamente cristão, com possibilidade de uso ecumênico, e não abordando tradições religiosas orientais, indígenas, africanas e outras: o livro De mãos dadas (Scipione) e Educação Religiosa (PAX). Portanto uma editora vinculada ao mundo católico e outra não.

Com relação a apresentação da cultura religiosa e do fenômeno religioso, em ambas as formas de análise, quatro livros envolveram outras religiões em seus materiais, em proporção considerada relevante e cujas contribuições podem ser efetivas para a formação dos estudantes, são elas: A Religião no Mundo (CARNIATO, 2009), Todos os Jeitos de ser (INCONTRI E BIGHETO, 2004), Redescobrimo o Universo Religioso (POZZER, 2011) e Projeto Emaús (SM, 2013), ainda que, este último, cite a ênfase ao conteúdo cristão em seus objetivos, e busque “familiarizar os alunos com textos bíblicos que constituem elementos fundamentais da religião católica” (SM, 2013, p. 7 - Manual do Professor), além do livro .

O livro *Descobrimos Novos Caminhos* de Therezinha Cruz, apresenta “destaque para a Bíblia e a experiência religiosa judaico-cristã” (Manual do Mestre, CRUZ, p. 2), mas tem potencial para ir além do “ponto de vista católico e a valorização ecumênica das igrejas cristãs” conforme apresentado pela autora (idem), e assim vir a considerar a riqueza religiosa da diversidade brasileira, pois já apresenta caracteres de outras religiões ainda que de forma mínima.

Em grande parte dos livros analisados são perceptíveis ausências e minimizações tanto com relação ao conhecimento da religiosidade dos indígenas brasileiros quanto com religiões dos povos de oriundos da África, apesar de cinco livros apresentarem que o foco do material é abordar a diversidade religiosa, assim ainda que se tenha iniciado o processo de estabelecimento do modelo fenomenológico, existem muito ainda a ser feito, no sentido de se apropriar da cultura que exala das vivências religiosas, para que a acolhida respeitosa seja a marca do Ensino Religioso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diferentes opções foram tomadas no percurso histórico do Ensino Religioso envolvendo caracteres sociais, políticos e mercadológicos que tiveram reflexo nas opções metodológicas assumidas ao longo do tempo, assim também diferentes usos foram atribuídos ao Livro Didático do Ensino Religioso.

Antes da proclamação da República brasileira a catequese era operacionalizada em ambiente eclesial tomou conta também da escola e buscava, dentre outras coisas, a preparação de adeptos para os ritos do catolicismo. Com as mudanças identificadas tanto na sociedade quanto nas leis brasileiras, isso se tornou uma formação que visava a assunção de caracteres religiosos católicos em ambiente escolar.

A mudança operacionalizada no Ensino Religioso após a LDB de 1971 estabeleceu um modelo de ensino que refletia a aproximação entre as denominações cristãs, propiciando que o modelo ecumênico cristão fosse tomado como componente curricular, influenciando a mudança de elemento eclesial católico na escola. Essa fase foi denominada bíblico-cristocêntrica, mantendo o ensino da fé cristã, cujo modelo insiste alcançar a escola atual, conforme ficou demonstrado pela materialidade encontrada.

A partir de 1997, com a alteração do Artigo 33 da LDB foi “assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo” (BRASIL, 1997), com a contribuição do FONAPER, através da construção dos Parâmetros Curriculares do Ensino Religioso. Neste documento é apresentado o objetivo da disciplina como sendo “proporcionar o conhecimento dos elementos básicos que compõe o fenômeno religioso, a partir das experiências religiosas percebidas no contexto do educando (PCNER, 2002, p. 30-31), entretanto esse entendimento não é oficial, por conta do material não ter sido oficializado pelo Ministério de Educação.

Este é o modelo vigente, e que deve ser operacionalizado nas escolas brasileiras. Deve considerar a fenomenologia das religiões, respeitando e apresentando a multiplicidade cultural ao explorar aspectos e respostas

fundamentais para a vida humana em diferentes religiões, espiritualidades e filosofias.

Com essa premissa se busca através da disciplina compreender racionalmente as representações culturais religiosas, abordando a diversidade de etnias e costumes, que é traço muito peculiar da escola brasileira. Existem ao menos duas hipóteses para que isso não aconteça: ou a escola não encontra subsídios para trabalhar conforme orientação legal, ou os responsáveis pelo ensino optam por não atender as orientações desprezando os modos do fazer escolar nesse sentido.

O modelo confessional cristão pode ser operacionalizado em escolas confessionais, tendo em vista a opção feita por parte dos pais/responsáveis no ato da matrícula para que seus filhos aprendam os dogmas ensinados. Nas escolas públicas isso é expressamente proibido, e ainda assim é facultado aos a freqüência ou não às aulas de Ensino Religioso, opção essa que deve ser indicada no ato da matrícula.

Os objetivos do Ensino Religioso tratam de um processo educativo voltado para a diversidade cultural e religiosa, dentre outros aspectos, de forma a abordar as questões primeiras e últimas da existência humana. Contudo a falta de direcionamento claro para a disciplina, pelos órgãos responsáveis pela Educação em nível federal, é outro fator dificultante, percebido na multiplicidade dos conteúdos e temas tratados.

Isso ocorre por conta de não haverem sido “fixados conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”, conforme orienta a Constituição Federal no artigo 210 (BRASIL, 1988), tratamento dado à outras disciplinas, onde o conhecimento socialmente construído, é distribuído (dosado) ao longo dos anos escolares, respeitando as especificidades etárias de cada fase.

Ainda que haja o risco que um currículo venha a engessar o trabalho, com a possibilidade de serem desconsideradas as diferenças culturais do país, a sua ausência abandona a disciplina a mercê do entendimento deste ou daquele filão religioso, mercadológico, ideológico e outros.

O livro didático pode enriquecer a formação dos estudantes, e ainda suplementar de alguma forma a lacuna da formação específica para a docência do Ensino Religioso. Na ausência de um currículo oficial para a escola, que oriente essa formação, um livro de caráter fenomenológico pode dar sua contribuição a formação docente, desde que além de orientar a prática pedagógica de forma conectada aos pressupostos legais da disciplina, traga indicação de leituras complementares que propiciem a ampliação do conhecimento religioso dos professores.

Pesquisar os Livros Didáticos de Ensino Religioso se mostrou um campo vasto de materiais, porém limitado de concepções. Foram encontradas 701 obras, sendo concentrados esforços na análise a respeito daquelas impressas entre os anos de 2002 e 2013, voltadas para o sexto ano do Ensino Fundamental.

Em primeiro plano o estudo abrangeu a observação do desenvolvimento da disciplina, através de alguns dados relevantes no contexto social e político brasileiro após a proclamação da república, além de um olhar para a legislação que tenha influenciado em alguma medida o Ensino Religioso.

Depois houve um aprofundamento quanto a aspectos relacionados ao livro e em especial ao didático, entendendo que as leituras têm ligação direta com os suportes utilizados (CHARTIER, 1990) e, sendo dirigido um olhar para sua materialidade. Neste enfoque percebeu-se que o livro tem dado saltos históricos, como do papiro ao códice e deste ao livro, e que agora com a utilização de novas tecnologias, com os livros digitais se prevê uma verdadeira revolução, pois “um texto não é o mesmo quando circula em substratos materiais diferentes” (LOPES e GALVÃO, 2010, p. 51).

Os instrumentos utilizados para análise demonstraram sua eficiência quanto a busca em elucidar a forma que estes livros contribuíram para a construção da disciplina.

Tendo em vista as premissas da disciplina houve uma sondagem nos livros se efetivamente abordavam diferentes religiões, como o Budismo; Catolicismo; Cristianismo; Espiritismo; Hinduísmo; Indígena; Islamismo; Judaísmo; Orientais; Protestantismo, e ainda informações quanto aos segmentos da sociedade que se intitulam como os “sem igreja” e ainda os não religiosos e ateus. Além disso houve a

observação quanto aspectos ligados aos direitos e a proteção de crianças, idosos, mulheres, de gênero, de orientação sexual, e ainda questões sociais como pobreza, relações de trabalho, da vida das pessoas no campo.

Para ampliar as condições de avaliação de materiais houve reflexão, nos livros didáticos, haviam temas correlacionados aos diferentes aspectos da vida diária citados acima, assim como outras disciplinas. Além da observação didática quanto ao nível de exigência dos exercícios, e se estes priorizavam a memorização de conteúdo, as reflexões buscaram estabelecer se promoviam o respeito, e ainda se haviam ampliações no trabalho utilizando-se das linguagens artísticas.

Não houve intenção, nem condição de esgotar a discussão, e sim ampliar um debate que firme o compromisso da escola com o conhecimento, sem excluir do horizonte os valores éticos que fazem parte do processo educacional. Em especial no Ensino Religioso onde se entende que o que é objeto de fé para as igrejas deve ser para a escola objeto de estudo. Isto supõe a distinção entre fé/crença e religião, entre o ato subjetivo da fé e o fato objetivo que a expressa. Assim, de acordo com Carniato (2005, p. 37):

Além do conteúdo estabelecido, o Ensino Religioso [tem] deve ter um tratamento pedagógico diferenciado. Ele é mais do que só conhecimento. É preciso oferecer atividades interativas e participativas que proporcionem experiências. E estas por sua vez, refletidas e dialogadas, se transformem em construção de saber, de sabedoria, e levem à educação integral da cidadania terrena e do protagonismo na humanização e na construção de um mundo novo, de vida para todos.

As análises em sí tiveram abordagens distintas: uma flexível, tão própria do instrumental da História Cultural, tornando possível analisar também “características ausentes da mensagem” (RICHARDSON, 1999). Isso envolveu a leitura e identificação do que seria necessário para que a criança fosse atendida de forma responsável em diferentes aspectos do seu desenvolvimento, e outra buscando uma aproximação a partir dos critérios utilizados para avaliação dos livros didáticos de outras disciplinas.

Considerando que os livros analisados atendem às escolas privadas, foi constatada a hegemonia das editoras católicas, com a contribuição representada

pelas editoras Vozes, Paulinas, Pax, SM e FTD. As Editoras Ática e Scipione fazem parte do Grupo Abril Educação, e formam o bloco de editoras seculares.

Destas editoras a maioria tem suas origens no meio católico, e não obstante não demonstram posturas impositivas em suas publicações com relação a esta religião. Constatou-se que há material produzido por algumas editoras católicas, buscando caminhos a fim de contemplar, mesmo na forma de ensaio, a diversidade, e em contrário o material de cunho confessional foi produzido também por editora não ligada ao catolicismo.

Fica o questionamento se isso se deve tão somente ao conteúdo dos livros didáticos para o Ensino Religioso ou se isso se dá por conta de, estes materiais, serem adotados em escolas particulares e muitas destas confessionais, mercado no qual as instituições católicas mantêm uma representatividade.

De qualquer forma, com base nos materiais encontrados é possível verificar nas diferentes perspectivas da disciplina, onde “o real assume assim um novo sentido: aquilo que é real, efetivamente, não é” (CHARTIER, 1990, p. 63), ou seja, foi possível perceber avanços onde aparentemente não se esperava, ou seja na ação editorial com algum cuidado com a diversidade.

Quanto ao conteúdo dos livros, o que outrora caracterizava o docente como catequista, ou angariador de adeptos para sua religião, teve mudada o que dele se espera a partir da configuração a partir da LDB de 1996 e sua revisão de 1997. A análise dos livros indicou que são oferecidos caminhos didáticos nos materiais, buscando a ampliação não só do conhecimento a respeito dos fenômenos das religiões em termos culturais, mas, se ampliem as possibilidades de acolhimento da diversidade.

Os livros apresentaram que saberes, técnicas e estratégias escolares, há muito tempo cristalizados, ensaiam mudanças, pois se nota um olhar para os caracteres da diversidade étnica e religiosa, traço presente e marcante do povo brasileiro. Este dado positivo foi encontrado na leitura analítica dos livros didáticos, e está presente na maioria do material analisado, ainda que em alguns casos fosse indicada a opção pelo ensino confessional cristão, cujos caracteres só podem ser operacionalizados em escolas cristãs.

De maneira geral, os livros revelaram contribuir para o andamento do processo de ensino e aprendizagem, justamente por conter, em geral, conhecimento embasado e dinâmico, rico em proposições metodológicas para a aprendizagem das temáticas da disciplina, revelando portanto que a disciplina tem procurado atender ao estudo do fenômeno de diferentes religiões.

Essa busca pela história através dos livros didáticos tornou possível ir além da identificação da contribuição para a concepção atual da disciplina, demonstrando diferentes modos de organizar os conteúdos e o fazer nas escolas. Isso remete ao conceito de apropriação desenvolvido por Chartier, que no caso do Ensino Religioso, autores e editoras, demonstram buscar um redirecionamento para outros modos de fazer pedagógico, ao menos isso foi perceptível em quatro dos sete livros analisados.

Em cinco livros existe a declaração de ênfase para a exploração de conteúdo bíblico e cristão. Não obstante se observam mudanças no modo de expor e explorar o material, o que deve se refletir no fazer pedagógico, ainda que a religião cristã se encontre em franca evidência.

Em contraposição a materiais de fases anteriores, integralmente cristãos e em etapas ainda mais longínquas de configuração catequéticas, é possível aferir que foram dados passos decisivos para que esses materiais auxiliem na efetivação do modelo fenomenológico para a disciplina, o que deve ser estimulado, a fim de auxiliar os estudantes a “entender as diversas manifestações da religiosidade presentes no seu dia-a-dia e o Transcendente nas várias culturas e tradições religiosas” conforme ensina Mendes Neto (2002, p. 53).

Os livros didáticos analisados revelaram ausências que de forma geral são: o atendimento à criança que opta pela não crença (ateus/agnósticos); a utilização de outros espaços que não o da sala de aula; a utilização de forma lúdica de computadores e outras tecnologias; a inclusão de jogos e brincadeiras coletivas, além da necessidade de critérios claros de avaliação da aprendizagem da criança,

Enquanto disciplina escolar deve lançar mão dos recursos possíveis para fazer com que haja condição cada vez mais propícia para a aprendizagem.

O livro didático do Ensino Religioso que historicamente foi utilizado como instrumento de catequização, revelou experiências exitosas demonstrando poder contribuir para a ampliação cultural que a disciplina urge estabelecer.

Destaque-se a contribuição do material intitulado de A Religião no Mundo (CARNIATO, 2009), que indica como objetivo de estudos os caracteres de diferentes religiões, evitando a ênfase cristã mencionada.

Além disso, os critérios apresentados por Rengel (2005), contemplados no PNLD, deram condições para a reflexão quanto a pluralidade, cidadania, rejeição a preconceitos, ideologias, desigualdades sociais, além de ampliar a possibilidade de um trabalho investigativo, criativo, conectado ao contexto e a realidade dos estudantes, que também deve ser contemplado no Ensino Religioso.

Ficou comprovada a possibilidade de criteriosa análise e avaliação dos livros didático do Ensino Religioso, tanto de forma mais intuitiva quanto utilizando os subsídios do Programa Nacional do Livro Didático. Ainda que haja necessidade de adaptações porquanto as especificidades da disciplina, o próprio ato de reflexão em relação aos livros didáticos é propício para a formação docente.

A vocação católica, catequética, bíblica e cristocêntrica influenciou a formação identitária da disciplina ao longo da história, dado perceptível e confirmado nos livros didáticos de fases anteriores ao recorte temporal da pesquisa. Ainda se encontram muito fortes os traços da religiosidade cristã, com a presença enfática em alguns materiais, tendo em vista estar a religiosidade cristã arraigada no modelo cultural brasileiro.

O exercício de análise e comparação entre diferentes livros didáticos, prática comum nas escolas para a escolha dos livros a serem fornecidos pelo programa do governo, entre os professores de outras disciplinas, podem ampliar a visão docente, ao possibilitar observar aspectos positivos e negativos dos materiais. Entretanto, este não é o caso do Professor do Ensino Religioso, pois os livros da disciplina não são produzidos e disponibilizados à escola pública e, portanto, não são contemplados por financiamento federal, logo não sendo analisados por esse professorado.

O respeito a diversidade cultural no Brasil e a eliminação de doutrinação em sala de aula, tônicas legais da disciplina, urge que estes aspectos venham a

compor de forma maciça os encaminhamentos das aulas e já despontam nos Livros Didáticos. Assim pode ser efetivado uma educação que tenha uma visão positiva da diversidade religiosa, que vise o (re)conhecimento da contribuição social e cultural de diferentes tradições e o estudo de seus fenômenos.

A história dessa disciplina, os diferentes contextos e concepções se encontram refletidos em suas páginas. Aspecto especialmente revelado por meio das iniciativas de abordar a diversidade religiosa nos livros analisados, publicados entre o ano 2002 e 2013, mesmo que apresentando ausências e minimizações.

Quanto à construção da disciplina foi observado que em alguns livros além da manutenção de textos e imagens que perpetram a cultura cristã, existem abordagens minimizadoras, quando não de completa ausência, em alguns casos, com relação às religiosidades dos indígenas brasileiros e dos afrodescendentes e suas correspondentes culturas.

Urge um enfrentamento quanto a essa temática por autores e editores dos livros didáticos, o que se refletirá na escola, e no Ensino Religioso de modo especial, por fatores que vão além do atendimento imposto pelo dispositivo legal.

Essa é uma faceta cuja ausência a formação fragiliza, por conta de propiciar a manutenção de preconceitos e estereótipos, também por ignorar o contributo cultural de diferentes povos ao que se tornou a nação brasileira, sem mencionar os processos de respeito e autoestima de descendentes de indígenas e povos da África.

Buscando compreender o papel dos Livros Didáticos do Ensino Religioso para a construção da disciplina foi percebido que os livros retratam o tempo e o contexto no qual são escritos (Chartier), e apresentam a evolução da disciplina. Registram características próprias de cada fase e ajudam a compreender o modelo catequético, sua conformação em ecumênico até assumir seu papel com vistas à diversidade cultural, religiosa e étnica, a partir da valorização do fenômeno religioso em diferentes vertentes. Entretanto com relação a diversidade cultural e religiosa brasileira, a produção se mostra ainda tímida, pois amplia minimamente as condições para reconhecimento e valorização das vertentes indígenas e afrodescendentes.

A discussão do papel da disciplina não se esgota nesses livros, e o que se espera, é que sejam encontrados meios possíveis de instigar outras tantas discussões necessárias a respeito, e cooperar para que os frutos positivos das reflexões efetivamente alcancem o Ensino Fundamental, a escola, os docentes, os estudantes e de forma benfazeja a sociedade brasileira.

Depois de considerar o panorama das normas legais vigentes para a Escola, cujas instruções e relações devem ser consideradas nos materiais do Ensino Religioso, foi possível identificar práticas, discursos (apropriações) e formas assumidas (CHARTIER, 1990), e ainda refletir a respeito dos diferentes contextos, determinações legais e concepções, verificando como e se estes caracteres encontravam-se traduzidos nas páginas dos Livros Didáticos. Com relação ao modelo vigente, os livros analisados, publicados entre 2002 e 2013 revelaram em certa medida o atendimento a pluralidade religiosa.

O processo de análise demonstra condições de ampliações e aprofundamentos, pois além de registro dos modos de fazer e operacionalizar a disciplina, revelando seu papel, a análise dos livros didáticos pode continuar dando sua contribuição a formação, de maneira a ir além do apresentado aqui, pois de cada obra, e também de cada ser humano que a utiliza, emergem outras histórias, urgentes para de serem vividas, significadas, representadas e apropriadas pelos que virão.

REFERÊNCIAS

ALCOFORADO, Fernando. De Collor a FHC, o Brasil e a nova (des)ordem mundial. São Paulo: Nobel, 1998.

ANTONIO, José. Vaga-lume; a série que revolucionou gerações de leitores. 21.jul.2013. Disponível em http://www.livroseopiniao.com.br/2013_07_01_archive.html. Acesso em 10.abr.2015.

ASSINTEC – Associação Interreligiosa de Educação e Cultura. Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná. Curitiba: Mimeo. 1992.

ASSIS, Raquel Martins de. Psicologia, educação e reforma dos costumes: lições da Selecta Catholica (1846-1847). Belo Horizonte: UFMG, 2004. 279f. Tese (doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.

AZZI, Riolando. A Igreja e o menor na história social brasileira .São Paulo. Paulinas/CEHILA. 1992. Livro. PUC/SP

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70, 2006.

BENINCÁ, Elli. Fundamentos epistemológicos do Ensino Religioso. Curitiba [s.n].: Mimeo, 1997.

BITTENCOURT, Circe. Livro didático e saber escolar 1810-1910. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BLOCH, Marc. Apologia da História ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.. 2001.

BRASIL. Decreto 119-A de 17.jan.1890. Proíbe a intervenção da autoridade federal e dos estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm. Acesso em 29.mar.2014

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em 29.mar.2014.

_____. Decreto-Lei nº 1.006. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. de 30 de Dezembro de 1938. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 25.abr.2015.

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Promulgada em 18 de setembro de 1946. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em 26.abr.2015.

_____. Decreto-Lei 8.460. Consolida a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Em 26 de Dezembro de 1945. Disponível em

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8460-26-dezembro-1945-416379-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 25.abr.2015

_____. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 4024/61. Brasília: 1961. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l4024.htm. Acesso em 26.04.2015.

_____. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 5692/71. Brasília: 1971. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l5692.htm Acesso em 26.04.2015.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União nº 191-A, de 5 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 26.abr.2015.

_____. Educação Religiosa – premissas. Convergência: Revista da CRB. Brasília, nº 291, p. 179-188, abr.1996.

_____. Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. p. 27833. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 29.mar. 2015.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB n. 12, de 8 de outubro de 1997. Esclarece dúvidas sobre a Lei n. 9.394/96 (Em complemento ao Parecer CEB n. 05/97). Brasília, DF, 8 out. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0067.pdf>. Acesso em: 25.abr.2015.

_____. Presidência da República. Lei nº 9.475/97, de 22 de julho de 1997. Dá Nova Redação ao Artigo 33 da Lei nº 9.394/96 que estabelece as Diretrizes de Base da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, Congresso Nacional, 1997. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9475.htm. Acesso em 26.04.2015.

_____. Ministério de Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Parecer CEB/CNE 5/1997. Proposta de Regulamentação da Lei 9.394/96. Aprovado em 07 de maio de 1997. Disponível http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1997/pceb005_97.pdf. Acesso em 25/04/2015

_____. Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural. Brasília: MEC/ SEF, 1998. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pluralidade.pdf>. Acesso em 03.abr.2015.

_____. Ministério de Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Parecer CEB 16/1998. Consulta a carga horária do Ensino Religioso no Ensino Fundamental. http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1998/pceb016_98.pdf. Acesso em 25.abr.2015

_____. Ministério de Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Resolução CEB Nº 2, de 7 de Abril de 1998 Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino

Fundamental. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao_ceb_0298.pdf. Acesso em 25.abr.2015.

_____. Ministério de Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Parecer CEB/CNE 4, Institui diretrizes curriculares nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília, DF, 29.jan.1998. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1998/pceb004_98.pdf>. Acesso em: 26.abr.2015.

_____. Câmara Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 1105 de 23 de novembro de 1999. Autorização (projeto) para funcionamento do curso de Licenciatura em Ensino Religioso. Disponível em http://www.gper.com.br/ensino_religioso.php?secaold=6&categoriald=28. Acesso em 25.abr.2015.

_____. Ministério de Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Parecer PCEB 97/1999. Formação de Professores para o Ensino Religioso nas Escolas Públicas de Ensino Fundamental. Aprovado em 06 de abril de 1999. Disponível em http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p0596-0601_c.pdf. Acesso em 25.abr.2015.

_____. Ministério de Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação Parecer CES 241/99 Parecer a respeito dos Cursos Superiores de Teologia. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pces241_99.pdf. Acesso em 25.abr.2015;

_____. Ministério de Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação Parecer CES 296/99 Parecer Reconhecimento do curso de licenciatura em Teologia e do curso de bacharelado em Diaconia Social, ministrados pela Universidade Luterana do Brasil. Em 17 de março de 1999. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pces296_99.pdf. Acesso em 25.abr.2015

_____. Ministério de Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação / Conselho Pleno. CNE/CP nº 9, de 8 de maio de 2001, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, licenciatura, graduação plena. Brasília, DF, 8 maio 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf> Acesso em: 15.jul.2014.

_____. Ministério de Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação / Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, DF, 18 fev. 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf>. Acesso em: 16.jul. 2014.

_____. Ministério de Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB 01/2002 Consulta sobre interpretações dos dispositivos legais que tratam do calendário escolar. Em 29 de janeiro de 2002. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB01_2002.pdf. Acesso em 25.abr.2015.

_____. Ministério de Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação / Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Brasília, DF, 19 fev. 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>>. Acesso em: 15.jul.2014

_____. Ministério de Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. 15 DE MAIO DE 2006. disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em 25.abr.2015.

_____. Plano Nacional de Educação. 2001. Acessado em: 27/07/2010. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>. Acesso em 25.abr.2015.

_____. Ministério de Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Resolução Nº 7, Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Em 14 de Dezembro de 2010. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf. Acesso em 25.abr.2015

_____. Ministério de Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação Resolução nº 4/2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Em 13 de julho de 2010. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf. Acesso em 25.abr.2015.

_____. Ministério de Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 3/2012. Define diretrizes para o atendimento de educação escolar para populações em situação de itinerância. Em 16 de maio 2012. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb003_12.pdf. Acesso em 25.abr.2015.

_____. Ministério de Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução Nº 1. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Em 30 de Maio de 2012 Disponível em http://r1.ufrrj.br/wp/cpa/wp-content/uploads/file/CPA/rcp001_12_Direitos_humanos.pdf. Acesso em 25.abr.2015.

_____. Ministério de Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 5/2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Em 22 de junho. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=11074&Itemid=. Acesso em 25.abr.2015

_____. Ministério de Educação. Conselho Nacional de Educação, Resolução nº 8, de 20 de novembro 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=11970&Itemid=. Acesso em 25.abr.2015

_____. Ministério da Educação. Guia de Livros Didáticos: PNLD 2015. Ministério da Educação. Brasília : MEC, 2014. http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1998/pceb004_98.pdf >. Acesso em: 25.ago.2014.

BURKE, Peter. O que é História Cultural. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CAETANO, Maria Cristina. O ENSINO RELIGIOSO E A FORMAÇÃO DE SEUS PROFESSORES: dificuldades e perspectivas. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte:PUC-MG. 2007. Disponível em <http://www.readbag.com/biblioteca-pucminas-br-teses-educacao-caetanomc-1>. Acesso em 26.abr.2015.

CARNIATO, Maria Inês. A Religião no Mundo. São Paulo: Paulinas. 2009.

CARTA PASTORAL COLETIVA DO EPISCOPADO BRASILEIRO (19 mar. 1890). In: RODRIGUES, Anna M. Moog (Sel. Org.). A Igreja na República. Brasília: Ed. UnB, 1981. p.54.

CERCANIA. Michaelis Espanhol online. Disponível em http://michaelis.uol.com.br/escolar/espanhol/definicao/espanhol-portugues/cercan%C3%ADa_18003.html. Acesso em 19.abr.2015.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. 1: artes de fazer. São Paulo: Editora Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. A aventura do livro: do leitor ao navegador. São Paulo, UNESP, 1998.

_____. À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

_____. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

_____. A história ou a leitura do tempo. Belo Horizonte, MG: Autêntica. 2009.

_____. A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: UNB, 1994.

_____. A aventura do livro: do leitor ao navegador. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. Entrevista TVE Brasil. Realizada em 25 de junho de 2004. Disponível em <http://tvescola.mec.gov.br/tve/salto/interview;jsessionid=C66C4B33F8CEC7AEC987785B479CE894?idInterview=8346>. Acesso em 21.abr.2015.

_____. Guglielmo Cavallo (Org.). História da leitura no mundo ocidental. São Paulo: Ática, 1998. (Coleção Múltiplas Escolhas).

_____. História intelectual e historia das mentalidades. In: A História Cultural: entre práticas e representações. São Paulo: Difel, 1990. p.63

_____. O livro. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História: novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 99-115.

_____. Práticas de leitura. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

_____. Textos, impressões, leituras. In: HUNT, Lynn. A nova História Cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria & Educação. Porto Alegre: Pannonica, 1990.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. Tradução de Maria Adriana C. Cappello. Educação & pesquisa, São Paulo, v. 30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004.

_____. Pasado y presente de los manuales escolares. , traducido por Miriam Soto Lucas, Revista Educación y pedagogia. Vol. XIII, núms. 29-30, (enero-septiembre), 2001, pp. 209-

229. Disponível em <http://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/revistaeyep/article/viewFile/7515/6918>. Acesso em 17.abr.2015.

CNBB - CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, "Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil - 1987-1990. (Documento nº 38), São Paulo: Paulinas, 1987.

CORREA, Avelino Antonio. SCHNEIDERS, Amélia. De mãos dadas: Ensino Religioso. São Paulo: Scipione. 2002.

CORRÊA, Rosa Lidia Teixeira, Sobre a permanência de práticas pedagógicas ao longo do tempo histórico. Diálogo Educacional n. 14, vol. 5, p. 135-145, Jan./Abr. 2005.

COUTO, Ronaldo Costa. BRASIL – história indiscreta da ditadura e da abertura do Brasil (1964-1985). Rio de Janeiro: Record, 1998.

CROATTO, José Severino. As Linguagens da Experiencia Religiosa: uma introdução à fenomenologia da Religião. São Paulo: Paulinas. 2001.

CRUZ, Therezinha M. L. da, Descobrimdo Novos Caminhos: Ensino Religioso. São Paulo: FTD. 2006.

DBGPER. Base de dados do Grupo de Pesquisa Educação e Religião. Disponível em <http://db.gper.com.br/>. Acesso em 15.abr.2015

DUTRA, Inês. Resgate da memória histórica do Ensino Religioso no contexto sociopolítico e seu processo de implantação no currículo das escolas públicas de Mato Grosso, Cuiabá, Mimeo., 1995.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Ideologia e educação brasileira – católicos e liberais. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 1988.

DAVIES, Nicholas. As camadas populares nos livros de história do Brasil. In: PINSKY, Jaime (org). O ensino de história e a criação do fato. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 1991.

ECO, Umberto. Como se faz uma tese em Ciências Humanas. 6.ª edição. Lisboa: Editorial Presença. 1995. — norma da

ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador, 2 vols. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994

FIGUEIREDO, Anísia de Paulo Figueiredo. O Ensino Religioso no Brasil: tendências, conquistas e perspectivas. Petrópolis, Vozes, 1995.

FONAPER. Ensino Religioso capacitação para um novo milênio. Ensino Religioso na diversidade cultural-religiosa do Brasil. FONAPER: Curitiba. Caderno Pedagógico. 2000.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso (PCNER). São Paulo: Ave-Maria. 2002.

FOWLER, James. Estágios da fé. A psicologia do desenvolvimento humano e a busca de sentido. São Leopoldo, RS: ed. Sinodal, 1992.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. Território Plural: a pesquisa em história da educação. São Paulo: Ática, 2010.

GATTI JÚNIOR, Décio. A escrita escolar da História: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990). Bauru: Edusc; Uberlândia, Edufu, 2004.

_____. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JUNIOR, Décio (Org.). Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados; Uberlândia/ MG: EDUFU, 2002. p. 3-24.

_____. Livros didáticos, saberes disciplinares e cultura escolar. História da Educação. Capa > v. 1, n. 2 (1997) > Gatti Júnior. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30663/0>. Acesso em 12.03.2015.

GILZ, Claudino. O livro didático na formação do professor de Ensino Religioso. Petrópolis: Vozes, 2009.

GINZBURG, Carlo. O queijo e os Vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 12.

GPER. Newsletter nº 100 de 08/06/2007. Disponível em http://www.gper.com.br/gper_news/lista_newsletter100.html. Acesso em 04.abr.2015

GRUEN, Wolfgang. Fundamentos do Ensino Religioso em nível superior. In: ABESC – Relatório do II Congresso Nacional da Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas – 27 de janeiro a 2 de fevereiro. Belo Horizonte. Mimeo. 1975

_____. O Ensino Religioso na escola, Petrópolis, Vozes, 1995.

HABERT, Nadine. A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira. 3 ed. São Paulo: Ática, 2003.

HALLEWELL, Laurence. O livro no Brasil: Sua História. Trad. Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza. 2ª Ed. Ver. E Ampl. São Paulo Ed. Universidade de São Paulo USP, 2005

HASLAM, Andrew. O Livro e o Designer II: Como criar e produzir livros. São Paulo: Rosari, 2007.

HEBRARD, Jean. Três figuras de jovens leitores: alfabetização e escolarização do ponto de vista da história cultural. In: ABREU, Márcia (Org.). Leitura, história e história da leitura. Campinas: Mercado das Letras/ALB; São Paulo: FAPESP, 1999. p. 33-78.

HOUAISS, Antonio. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IBGE. Censo Demográfico 1991 - Resultados do universo. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 26.abr.2015.

_____. Censo Demográfico 2010 - Resultados do universo. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 out. 2014.

IBTD. Banco de dados de Teses e Dissertações. Disponível em <http://bdtd.ibict.br/>. Acesso em 27.abr.2015

INCONTRI, Dora. BIGHETO, Alessandro. Todos os Jeitos de Ser. São Paulo: Ática 2004.

JACOB, Cesar Romero; HEES, Dora Rodrigues; WANIEZ, Philippe. Religião e território no Brasil [recurso eletrônico] : 1991/2010. Rio de Janeiro : Ed. PUC-Rio, 2013. Disponível em http://www.editora.vrc.puc-rio.br/docs/ebook_religiao_e_territorio_no_brasil_1991-2010.pdf. Acesso em 20.abr.2015.

JUNQUEIRA, Sérgio R. A.; OLIVEIRA, Lilian Blank de; ALVES, Luiz Alberto Sousa; KEIM, Ernesto Jacob. Ensino Religioso no Ensino Fundamental: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. O Ensino Religioso no Brasil: estudo do seu processo de escolarização. Tese de Doutorado em Ciências da Educação. 361 pp. Universidade Pontifícia Salesiana, Roma, mai. 2000,.

_____; Wagner, Raul (orgs). O Ensino Religioso no Brasil. 2ª Curitiba: Champagnat. 2011.

KUHN, Thomas, A estrutura das revoluções científicas. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LAKATOS, Eva M. MARCONI, Marina de A. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: História e Memória. Trad. Irene Ferreira. Campinas: Editora Unicamp, 198. Disponível em <http://memorial.trt11.jus.br/wp-content/uploads/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria5.pdf>. Acesso em 13.abr.2015.

LEÃO, Emanuel Carneiro, O pensamento originário. In: PENSADORES ORIGINÁRIOS: Anaximandro, Parmênides, Heráclito. Tradução de Emanuel Carneiro Leão e Sérgio Wrublewski. Petrópolis: Vozes, 1991.

LEVIERI, Carlos. Educação... Empreendedora?. In: LOPES, R. M. A. (Org.). Educação empreendedora: conceitos, modelos e práticas. Cap. 2. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: Sebrae, 2010.

LINHARES, Maria Yedda. História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

LIVRES. Banco de Dados dos Livros Escolares Brasileiros. Disponível em <http://www2.fe.usp.br:8080/livres/>. Acesso em 27.abr.2015.

LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Território Plural: a pesquisa em história da educação. São Paulo: Ática. 2010.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. A Igreja Católica no Brasil República, São Paulo, Paulinas, 1991.

LUTERO, Martin. Catecismos Maior e Menor. In: LUTERO, M. Obras Selecionadas, v.7. São Leopoldo: Sinodal. 2000.

MANTOVANI, Katia. O Programa Nacional do Livro Didático – PNLD: impactos na qualidade do ensino público. 2009. Xxxf. Dissertação (Mestrado em xxxx) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.

MARINS, José. Escola em missão, São Paulo, Melhoramentos, 1962.

MARTINA, Giacomo. Storia della Chiesa. Vol. IV, Brescia, Morcelliana, 1995.

MARQUES, Rosa Maria; NAKATANI, Paulo. Crise, capital fictício e afluxo de capitais estrangeiros no Brasil. Cad CRH [online]. 2013. Vol. 26, n.67, PP.65-78. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v26n67/a05v26n67.pdf>. Acesso em 13.02.2015.

MATOS, Henrique Cristiano José. Caminhando pela História da Igreja, Vol. III, Belo Horizonte, Lutador, 1996.

MENDES NETO, Antonio. Aberto à pluralidade. In: Diálogo. Maio. Ano VII – n. 26. São Paulo: Pia Sociedade Filhas de São Paulo. 2002.

MESLIN, Michel. A experiência humana do divino: fundamentos de uma antropologia religiosa. Petrópolis: Vozes, 1992.

MESSINA, Graciela. Estudio sobre el estado da arte de la investigacion acerca de la formación docente en los noventa. Organización de Estados Iberoamericanos para La Educación, La Ciencia y La Cultura. In: REÚNION DE CONSULTA TÉCNICA SOBRE INVESTIGACIÓN EN FORMACIÓN DEL PROFESSORADO. México, 1998.

MONTEIRO, Eduardo. GUIMARÃES, Edward. SOARES, Rosana. PESSUTI, Sandro. Educação Religiosa. Rosamaria Andrade (Coord). Belo Horizonte, MG: PAX. 2010.

MOTTA, Elias de Oliveira. Direito Educacional e Educação no século XXI. Brasília: UNESCO, 1997.

MUNAKATA, Kazumi. Histórias que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). Historiografia brasileira em perspectivas - 5ª edição. São Paulo: Ed. Contexto, 2003. p 271-274.

_____. O livro didático: alguns temas de pesquisa. Rev. bras. hist. educ., Campinas-SP, v. 12, n. 3 (30), p.179-197, set./dez. 2012 disponível em <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/455>. Acesso em 12.abr.2015

_____. Produzindo livros didáticos e paradidáticos. 1997. Tese (Doutorado em Educação: História, Política e Sociedade) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Disponível em https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&cad=rja&uact=8&ved=0CCKQFjAC&url=http%3a%2F%2Fwww.academia.edu%2F3763517%2FProduzindo_livros_did%25C3%25A1ticos_e_paradid%25C3%25A1ticos&ei=UVA9VZKqJPXfsAS2g4CwCg&usq=AFQjCNH-03O5oVpzcEbgWIUwARtqxbz1Pg&sig2=Ae7gf1YOC0Wh3n8iOGXIIA. Acesso em 21.abr.2015.

NARCIZO, Rodrigo Mota. Ministro de Deus, portador da Luz: ações e discursos católicos de modelação docente na década de 1930. UFRJ. Dissertação. 2008. Disponível em http://www.proped.pro.br/teses/teses_pdf/2006_1-209-ME.pdf Acesso em 21.abr.2015.

NEMI, Ana Lucia; MARTINS, João Carlos. Uma outra história? O tempo vivido. São Paulo: FTD, 1996.

NERY, José Israel. O Ensino Religioso escolar no Brasil no contexto da história e das leis. Revista de Educação da AEC, Brasília, nº 88, p.11-12, jul.-set.1993.

ORLANDO, Evelyn de Almeida. Meu Catecismo: cultura católica e modernidade na produção de livros didáticos para a educação da infância brasileira. Horizontes, Itatiba, v. 30, nº 1, p. 7-16, 2012.

_____. Monsenhor Álvaro Negromonte, O Silêncio das Fontes e o Campo Religioso. Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Disponível em <http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/162EvelyndeAlmeidaOrlando.pdf>. Acesso em 25.abr.2015.

_____. Os Manuais de Catecismo como fontes para a História da Educação. Rev.Eletronica Roteiro. Páginas 67-88. Public. Em 04.jul.2013. Disponível em <http://www.editora.unoesc.edu.br/>

_____. Por uma civilização cristã: a coleção do Monsenhor Álvaro Negromonte e a pedagogia do Catecismo (1937-1965). 2008. 313f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em Educação. São Cristóvão.

PAIVA, Ana Paula Mathias de. A aventura do livro experimental. São Paulo: Edusp, 2010.

PAIXÃO, Fernando; MIRA, Maria Celeste. Momentos do livro no Brasil. São Paulo: Ática, 1998.

PARANÁ. Lei 13381, de 18 de dezembro de 2001. Torna obrigatório, no Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública Estadual de Ensino, conteúdos da disciplina História do Paraná. Diário Oficial, Paraná, p. 2, 18 dez. 2001.

PASSOS, Mauro. A Pedagogia catequética e a educação na primeira República (1889-1930). Universitá Pontificia Salesiana/U.P.S: Itália, 1998. (Tese de Doutorado). Pax Editora – Disponível em <http://paxeditora.com.br/>. Acesso em 13.mar.2014.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. A luta dos católicos pela escola: Minas Gerais, anos 30. Educ. Rev., Belo Horizonte, nº 17, jun. 1993. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46981993000100007&lng=es&nrm=iso>. acesso em 29 jul. 2014.

PIAGET, Jean. Problemas de Psicologia Genética. Rio de Janeiro: Forense, 1973.

PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. Filosofia e história da educação. São Paulo: Ática, 7ª ed, 1988.

POZZER, Adecir. Redescobrimo o Universo Religioso - Livro 6. Petrópolis, RJ:Vozes. 2011

RCE – Rede Católica de Educação. REDE DE ENSINO RCE: Uma Rede de Educação e Valores. S.d.. Disponível em <http://www.rce.com.br/institucional/rede-de-ensino-rce>. Acesso em 10.abr.2015.

RENGEL, Mary, Qualidade do livro didático: dos critérios da literatura acadêmica aos do programa nacional do livro didático. Linhas Críticas nº 21, vol. 11, p. 187-200, jul./dez. 2005.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Edile Maria Fracaro; GILZ, Claudino; AZEVEDO Junqueira, Sérgio Rogério CULTURA MATERIAL ESCOLAR E ENSINO RELIGIOSO: um caminho para a formação do professor de Ensino Religioso Revista Diálogo Educacional, vol. 9, núm. 26, Jan-abril, 2009, pp. 181-195 Pontifícia Universidade Católica do Paraná

_____. JUNQUEIRA, Sérgio Rogério. Fundamentando Pedagogicamente o Ensino Religioso. Curitiba: IBPEX, 2009.

RODRIGUES, Marly. A década de 50 – populismo e metas desenvolvimentista no Brasil. 3ª Ed., São Paulo, Ática, 1996.

_____. A década de 80 – Brasil: quando a multidão voltou às praças. São Paulo: Ática, 1994.

ROMANELLI. Otaíza Oliveira. História da educação no Brasil. Petrópolis: Vozes, 9ª ed. p.242, 1978.

ROSA, João Guimarães, Grande Sertão: Veredas, 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986

SARAIVA, Arnaldo. O fim das editoras de livros didáticos. Publ. 06/02/2012 - Atualiz. 20/02/2013. Disponível em <http://jornalgnn.com.br/blog/luisnassif/o-fim-das-editoras-de-livros-didaticos-por-arnaldo-saraiva>. Acesso em 11.abr.2015.

SAVIANI, Demerval. História das idéias Pedagógicas. Campinas –SP: Autores Associados, 2007.

SCHEFFER, Ana Maria Moraes. ARAÚJO, Rita de Cássia Barros de Freitas. ARAÚJO, Viviam Carvalho de. Cartilhas: das cartas ao livro de alfabetização. Campinas, 2007. Disponível em: http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem10pdf/sm10ss20_04.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2014.

SCIPIONE. Conheça nossa história. S.d..Disponível em <http://www.scipione.com.br/SitePages/A-editora/Conheca-nossa-historia.aspx?Exec=1>. Acesso em 10.abr.2015.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. 1996. Livro didático: do ritual da passagem à ultrapassagem. Em Aberto, ano 16 nº 69, jan./mar., pp. 11-15.

SCHLESINGER, Hugo.PORTO, Humberto. Dicionário enciclopédico das religiões. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995 p. 106

SINGER, Paul. Desenvolvimento e crise, 2.ed. (1ª edição em 1968). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

SM Editora. Catálogo Institucional. S.d.. Disponível em <http://www.edicoessm.com.br>. Acesso em 10.abr.2015

SM. Projeto Emaús. São Paulo: Edições SM. 2013.

SOUZA, Miguel. Guia de Tipos – Métodos para uso das fontes de PC. Outubro de 2002. Disponível em <https://pt.scribd.com/doc/31191767/6/Legibilidade-e-Leiturabilidade>. Acesso em 20.abr.2015.

STEIL, Carlos Alberto. O Ensino Religioso na sociedade plural. Revista Diálogo, 1.p. 50-52 in Educação Religiosa - construção da identidade do Ensino Religioso e da Pastoral Escolar. 1996.

STRAY, Chris apud RODRIGUES, Melissa Haag Imagens Lidas & Palavras Vistas:o papel mediador do livro didático para a criança. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UDESC. 2009. Disponível em http://ppgav.ceart.udesc.br/turma3_2007/dissertacoes/melissa_rodrigues.pdf. Acesso em 25.abr.2015.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto político ao editorial (1931-1981). 2001. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2001.

VASCONCELLOS, Celso. Construção do conhecimento em sala de aula. São Paulo, Libertad, 3ª Ed. 1995.

VOLPATO, Gilson Luiz. Ciência: da filosofia à publicação. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

ZILBERMAN, Regina. A leitura e o ensino da literatura. São Paulo: Contexto, 1991. Disponível em <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1035/937>. Acesso em 26.abr.2015.

ANEXOS

INSTRUMENTO 1 – QUESTÕES GERAIS PARA ANÁLISE (PNLD)

TÍTULO DA OBRA

1ª Categoria: identificação do livro/ estruturação gráfica (autor, editora, ano de publicação, ano escolar)

ITEM	CONSIDERAÇÕES
1.1 Leiturabilidade	
1.2 Qualidade dos conceitos apresentados no texto	
1.3 Adequação da linguagem ao perfil do leitor	
1.4 Legibilidade e visualização das ilustrações	
1.5 Ilustrações corretas e atualizadas, voltadas a compreensão	
1.6 Informações atualizadas e localizadas corretamente	
1.7 Apresentação de glossário e de leituras complementares	

2ª Categoria: Conteúdo (Coerência teórico-metodológica no conteúdo, ausência de erros conceituais, exercícios e nas atividades propostas)

ITEM	CONSIDERAÇÕES
2.1 Identifica os campos da disciplina	
2.2 Campo que recebe maior e menor ênfase,	
2.3 Articulação entre campos	
2.4 Coerência entre a ênfase dos conteúdos com a série a que se destina	
2.5 Adequação dos conteúdos	
2.6 Contribui para a cidadania	
2.7 Expressa preconceito	
2.8 Expressa doutrinação	
2.9 Expressa publicidade	
2.10 Relaciona os conteúdos com as experiências e conhecimentos prévios dos estudantes	

3ª Categoria: Exercícios

ITEM	CONSIDERAÇÕES
3.1 Linguagem é clara e objetiva,	
3.2 Abordagem dos exercícios,	
3.3 Atividades relacionadas a outros componentes curriculares	
3.4 Iniciação de outros recursos didáticos	
3.5 Texto das explicações é acessível para os alunos	
3.6 Atividades se preocupam em ajudar o aluno a entender o texto das lições	
3.7 Estão coerentes com o conteúdo	
3.8 Focalizam situações que valorizem os diferentes pontos de vista	
3.9 Enunciados apresentados de forma clara	
3.10 Apresenta exercícios com conteúdos irrelevantes e com pouca exigência	
3.11 Favorecem a formação do pensamento (reflexão)	
3.12 Estimulam a observação	
3.13 Estimulam a investigação	
3.14 Estimulam a análise	
3.15 Estimulam a síntese	
3.16 Estimulam a generalização	

4ª Categoria: Manual do professor

ITEM	CONSIDERAÇÕES
4.1 Contribui o suficiente para um melhor uso do material	
4.2 Explicita os pressupostos teóricos-metodológicos em que se baseiam	
4.3 Descreve a organização interna da obra e orienta o docente em relação ao seu manejo	
4.4 Metodologia emprega a memorização e aprendizagem mecânica de conteúdos	
4.5 Indica e discute, no caso de exercícios e atividades, as respostas esperadas	
4.6 Propõe atividades que tragam risco aos alunos e professores	
4.7 Orienta para a articulação dos conteúdos com outras áreas do conhecimento	
4.8 É constituído e acrescido por textos, atividades e propostas em relação ao livro do aluno	

5ª Categoria: Princípios Éticos e a Educação para Cidadania

Atende ao disposto nas Leis:

- 9.795/99 Meio Ambiente
- 10.639/03 História e Cultura Afro
- 11.645/08 História e Cultura dos Povos Indígenas
- 13.381/01 História do Paraná

ITEM	CONSIDERAÇÕES
5.1 Incentiva o consumo de produtos (publicidade de artigos, serviços ou organizações comerciais)	
5.2 Utiliza o material como veículo de publicidade e difusão de marcas	
5.3 Faz doutrinação religiosa ou política	
5.4 Veicula idéias que promova desrespeito ao meio ambiente	
5.5 Veicula proposta de ensino conforme um contexto real	
5.6 Veicula proposta de ensino de relevância social	
5.7 Veicula proposta de ensino rica conceitualmente para os entendimentos das explicações científicas	